



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E  
TECNOLÓGICA

JONARA MEDEIROS SIQUEIRA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O ENSINO MIDIÁTICO E INFORMACIONAL NO  
BRASIL E EM PORTUGAL**

Recife  
2024

JONARA MEDEIROS SIQUEIRA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O ENSINO MIDIÁTICO E INFORMACIONAL NO  
BRASIL E EM PORTUGAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Educação Matemática e Tecnológica. Área de concentração: Ensino de Ciências e Matemática.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Beatriz Gomes Pimenta de Carvalho

Recife

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Siqueira, Jonara Medeiros.

Políticas Educacionais e o Ensino Midiático e Informacional no Brasil e em Portugal / Jonara Medeiros Siqueira. - Recife, 2024.

215f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica, 2024.

Orientação: Ana Beatriz Gomes Pimenta de Carvalho.

1. Políticas educacionais; 2. Ensino midiático e informacional; 3. BNCC; 4. Currículo. I. Carvalho, Ana Beatriz Gomes Pimenta de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

**JONARA MEDEIROS SIQUEIRA**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O ENSINO MIDIÁTICO E INFORMACIONAL NO  
BRASIL E EM PORTUGAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Educação Matemática e Tecnológica.

Apresentada em: 14/03/2014

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ana Beatriz Gomes Pimenta de Carvalho  
(Orientadora e Presidenta)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Profa. Dra. Thelma Alves Panerai  
(Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. André Buonani Pasti  
(Examinador Externo)  
Universidade Federal do ABC - UFABC

---

Prof. Dr. José Maria Gonçalves da Silva Ribeiro  
(Examinador Externo)  
Universidade Aberta - Portugal

---

Prof. Dr. José Aires de Castro Filho  
(Examinador Externo)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

Dedico aos educadores e comunicadores populares da América Latina.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço fortemente a natureza divina pela proteção diária, guiança e saúde. Agradeço à ancestralidade, a todos que vieram antes, abrindo os caminhos. Do sítio Caracol, no Sertão de Pernambuco, fui circulando, minhas raízes caminham, e a educação formal e popular foram fundamentais na busca permanente por autonomia e liberdade.

À minha família, meus pais, Irene Medeiros e José Siqueira, ao meu irmão Jonys Siqueira, e sobrinho Heitor Medeiros, pela cumplicidade de sempre, por toda compreensão e amor.

Sou imensamente grata à Ana Beatriz Carvalho, minha orientadora, pelo incentivo, confiança, acolhimento, carinho e paciência. Foram quatro anos atravessados por uma pandemia, lutos e muitas adversidades, e contar com a generosidade de Ana é algo valioso, serei sempre muito agradecida. À Thelma Panerai, André Pasti, José Ribeiro e José Aires, integrantes da banca avaliadora, que desde a qualificação contribuíram com trocas e reflexões valorosas, sou imensamente grata, uma alegria encontrar educadores comprometidos com os letramentos, vocês me ensinaram lições significativas, muito obrigada. À Caio Costa, pelo apoio diário, escuta afetuosa e auxílio em momentos tão difíceis, levarei comigo um presente incalculável: sua amizade.

Agradeço à receptividade e disponibilidade dos profissionais e instituições que colaboraram para a coleta de dados, e assim possibilitaram os diagnósticos, partilha e aprendizagens. Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação EDUMATEC-UFPE, pelos quatros anos de experiências significativas. Aos amigos, alunos e tantas pessoas que nos auxiliam na jornada. Essa pesquisa, estudo, se faz necessário por compreender que o letramento de mundo é a única possibilidade para a emancipação. E que os setores aqui investigados, mesmo que por um pequeno prisma, possam sensibilizar para contribuições sobre a temática e suas aplicações na sociedade. E acreditar numa população emancipada é um sonho, sigo perseverando, me movendo nele. E que esse movimento me leve para as rodas, lugar que faz sentindo para mim, para assim cativar saberes e vivências, pois acredito na educação e comunicação como possibilidades de vida digna e com afeto.

[As 40 horas de Angicos ou uma Pedagogia pela Vida que deveria ser o Currículo Nacional]

[...] e foram de casa em casa para fazer o levantamento do número de analfabetos, para conversar com eles, saber o que eles utilizavam no cotidiano, no dia a dia, as palavras mais importantes. Palavras do trabalho, da família, da cozinha, da casa [...] o interessante do método era a valorização deles como pessoa (Cavalcante, P., 2013; Cavalcante, R., 2013, n. p. *apud* Silva; Sampaio, 2015, n. p.).

Os homens e mulheres da cidade de Angicos que participaram do processo de alfabetização/politização nas quarenta horas, inseridos em um espaço geográfico pouco privilegiado de água e, ainda menos, dos direitos que lhes são pertinentes constitucionalmente, no encontro com os coordenadores e com os princípios da proposta de alfabetização, perceberam a possibilidade de "águas" - abundância e necessidade de matar a sede de anos de repressão à sua possibilidade coletiva e crítica de pensar suas realidades. Alfabetizar-se, para essas pessoas, extrapolou as concepções de aprender, de escola e de educação formal que conheciam (Germano, 2012; Gomes, 2012, n. p. *apud* Silva; Sampaio, 2015, n. p.).

“Conforme nos disse a educanda Francisca de França Germano (2012): “[...] ela [a professora] escrevia no quadro PO - VO! Eu não sabia o que era povo. Eu não sabia se era povo, aprendi na escola de Paulo Freire” (Silva; Sampaio, 2015, n. p.).

Segundo Valquíria Félix Silva (2013, p. 4): Entrávamos de casa em casa, dávamo-nos a conhecer, abraçávamos as pessoas com sinceridade, ríamos, ouvíamos e contávamos histórias, e haja conversa... Assim, fomos ganhando confiança. Sim, porque no início a desconfiança era quase que geral, porque eles mesmos diziam "de esmola grande o cego desconfia", e vencer a resistência do caboclo desconfiado é difícil, porquanto estavam calejados de promessas, de enganações e de uma verdade que se repetia há muito tempo, que "pobre só é lembrado em época de eleição". Foram identificadas cerca de 410 palavras, das quais foram escolhidas dezesseis para o trabalho nas quarenta horas. A primeira, *belota*, denomina os enfeites das redes e dos utensílios dos vaqueiros. Antes, porém, da introdução, discussão e início da leitura e da escrita das palavras, o processo iniciava-se com a problematização da leitura de mundo na 'aula de cultura', com a utilização de fichas que continham desenhos de aspectos da cultura local e ainda sem palavras escritas, que tinham o objetivo de provocar o debate visando ao entendimento de que somos todos sujeitos de cultura, todos produtores de conhecimentos [...] (Silva; Sampaio, 2015, n. p.).

“Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar” (Freire, 1987, p. 184 *apud* Silva; Sampaio, 2015, n. p.).

“A democracia de amanhã é preparada na democracia da escola (Célestin Freinet, 1996, p. 78).

## RESUMO

A pesquisa apresenta análises sobre os processos de Ensino Midiático e Informacional (EMI) no Brasil e em Portugal. Para tanto, o objetivo é investigar a inserção do EMI na implementação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Brasil, na qual se recomenda obrigatoriamente o conteúdo sobre o “campo jornalístico-midiático” no currículo das escolas. Em Portugal, analisamos a construção de políticas públicas, rede de mobilização sobre o tema e a formação de professores para atuação nesse campo. Diante do cenário dos dois países, mapeamos os impactos e resultados de tais projetos na educação. Para realização do estudo, o texto busca referencial teórico nas produções de Paulo Freire, Martín-Barbero, David Buckingham e Marina Avelar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com análise de documentos normativos, entrevistas, com observação participante que por meio de mapeamento das variáveis das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) de processos formativos para professores. No Brasil foram analisados 35 documentos, entre eles os currículos de 26 estados e o Distrito Federal, monitoramento de formações remotas por meio de sites e redes sociais. Em Portugal, 10 documentos normativos foram avaliados segundo a aplicação das ações e políticas para EMI, no âmbito de suas leis para a Literacia Mediática. Os resultados nos indicam que a BNCC mobiliza a temática para que os currículos no Brasil implementem as competências do Campo Jornalístico-Midiático dialogando com a EMI, mas com influência de uma agenda internacional que não dialoga necessariamente com o contexto pedagógico brasileiro para a temática. Em Portugal a EMI está presente com projetos em salas de aulas e ações institucionais que se articulam em rede, as quais denominamos de ecossistema, por articular um conjunto de ações integradas em instituições públicas de comunicação, educação e cultura, assim também com observatórios e sindicatos, na implementação de uma política nacional. A Literacia Mediática na educação portuguesa se fortifica com a chegada do Plano Nacional de Literacia Mediática, sendo mais um instrumento político para incorporar a urgência de se assegurar a integralidade da informação.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais; Ensino midiático e informacional; BNCC; Brasil; Currículo.

## ABSTRACT

The research presents analyses on the processes of Media and Informational Education (MIE) in Brazil and Portugal. Therefore, the objective is to investigate the insertion of MIE in the implementation of the new National Common Curricular Base (BNCC) in Brazil, which mandatorily recommends content on the "journalistic-media field" in the school curriculum. In Portugal, we analyze the construction of public policies, mobilization networks on the subject, and teacher training for work in this field. Given the scenario of both countries, we map the impacts and results of such projects in education. For the study, the text seeks theoretical references in the works of Paulo Freire, Martín-Barbero, David Buckingham, and Marina Avelar. It is a qualitative research of an exploratory nature, with analysis of normative documents, interviews, and participant observation through mapping of variables of Digital Information and Communication Technologies (DICT) of formative processes for teachers. In Brazil, 35 documents were analyzed, including the curricula of 26 states and the Federal District, monitoring remote training through websites and social networks. In Portugal, 10 normative documents were evaluated according to the application of actions and policies for MIE, within the scope of their laws for Media Literacy. The results indicate that the BNCC mobilizes the theme so that curricula in Brazil implement the competencies of the Journalistic-Media Field dialoguing with MIE, but with influence from an international agenda that does not necessarily dialogue with the Brazilian pedagogical context for the theme. In Portugal, MIE is present with projects in classrooms and institutional actions that are articulated in a network, which we call an ecosystem, by articulating a set of integrated actions in public institutions of communication, education, and culture, as well as with observatories and unions, in the implementation of a national policy. The Media Literacy in Portuguese education is strengthened with the arrival of the National Plan for Media Literacy, serving as yet another political instrument to incorporate the urgency of ensuring the integrity of information.

**Keywords:** Educational policies; Mediatic and informational teaching; Teaching; Brazil; Curriculum.

## RESUMEN

La investigación presenta análisis sobre los procesos de Enseñanza Mediática e Informativa (EMI) en Brasil y Portugal. Por lo tanto, el objetivo es investigar la inserción del EMI en la implementación de la nueva Base Nacional Común Curricular (BNCC) en Brasil, donde se recomienda obligatoriamente el contenido sobre el "campo periodístico-mediático" en el currículo escolar. En Portugal, se analiza la construcción de políticas públicas, redes de movilización sobre el tema y la formación de profesores para actuar en este campo. Ante el escenario de ambos países, mapeamos los impactos y resultados de tales proyectos en la educación. Para llevar a cabo el estudio, el texto busca referencias teóricas en las obras de Paulo Freire, Martín-Barbero, David Buckingham y Marina Avelar. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter exploratorio, con análisis de documentos normativos, entrevistas, y observación participante mediante el mapeo de las variables de las Tecnologías Digitales de Información y Comunicación (TDIC) de procesos formativos para profesores. En Brasil, se analizaron 35 documentos, incluidos los planes de estudio de 26 estados y el Distrito Federal, y se monitorearon las formaciones remotas a través de sitios web y redes sociales. En Portugal, se evaluaron 10 documentos normativos según la aplicación de acciones y políticas para el EMI, en el marco de sus leyes para la Alfabetización Mediática. Los resultados indican que la BNCC moviliza el tema para que los planes de estudio en Brasil implementen las competencias del Campo Periodístico-Mediático dialogando con el EMI, pero con influencia de una agenda internacional que no necesariamente dialoga con el contexto pedagógico brasileño sobre el tema. En Portugal, el EMI está presente con proyectos en aulas y acciones institucionales que se articulan en red, lo que denominamos un ecosistema, al articular un conjunto de acciones integradas en instituciones públicas de comunicación, educación y cultura, así como con observatorios y sindicatos, en la implementación de una política nacional. La Alfabetización Mediática en la educación portuguesa se fortalece con la llegada del Plan Nacional de Alfabetización Mediática, constituyendo otro instrumento político para incorporar la urgencia de garantizar la integridad de la información.

**Palabras clave:** Políticas Educativas; Mediático e informativo; Enseñanza; Brasil; Plan de estudios.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Etapas das análises na pesquisa	36
Figura 2 –	Rede de ego de co-filiação do MNCB	41
Figura 3 –	Distribuição de startups de Edtech na América Latian e Caribe	44
Figura 4 –	Brasil é destaque latino-americano em tecnologia educacional	45
Figura 5 –	A propriedade cruzada da Globo	47
Figura 6 –	A experiência em Angicos por Paulo Freire	56
Figura 7 –	Ciberinfraestutura de telecomunicações na Região	61
Figura 8 –	Projeto Internet Brasil	62
Figura 9 –	Publicação sobre acordo de conectividade de escolas	64
Figura 10 –	Composição da Alliance for Affordable Internet (A4AI)	66
Figura 11 –	Comissão de Banda Larga da UIT/UNESCO	71
Figura 12 –	Gráficos do PNAD TIC domicílios de Banda Larga	74
Figura 13 –	Gráficos do PNAD Educação – Analfabetismo, cor ou raça	80
Figura 14 –	Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a crise sanitária	81
Figura 15 –	Dados do IBGE sobre o acesso à internet na pandemia - 2019	93
Figura 16 –	Desinformação: crise política e saídas democráticas para as <i>fake news</i>	100
Figura 17 –	Página com <i>link</i> para artigo	111
Figura 18 –	A ecologia AMI: noções de AMI	117
Figura 19 –	Marco teórico de desenvolvimento para políticas e estratégias da AMI	118
Figura 20 –	Políticas e estratégias da AMI	111
Figura 21 –	Composição do Conselho Fiscal, Deliberativo e Doadores do Movimento pela Base	118
Figura 22 –	Quantitativo de estados que implementaram o currículo	119
Figura 23 –	Proposta do campo jornalístico-midiático no ensino da Língua Portuguesa	121

Figura 24 –	Base Nacional Comum Curricular – Competências do campo jornalístico-midiático	123
Figura 25 –	Mapeamento dos 26 estados e Distrito Federal com currículos homologados	124
Figura 26 –	Recorte de competência na Base Técnica Profissional	126
Figura 27 –	Cartilha sobre MI para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)	127
Figura 28 –	Formação do EducaMídia no Recife - 1	130
Figura 29 –	Formação do EducaMídia no Recife - 2	131
Figura 30 –	Formação EAD EducaMídia e Fundação Vanzolini - 1	132
Figura 31 –	Formação EAD EducaMídia e Fundação Vanzolini - 2	133
Figura 32 –	Grupos de WhatsApp do EducaMídia	135
Figura 33 –	Materiais produzidos por professores na formação EAD do EducaMídia - 1	136
Figura 34 –	Materiais produzidos por professores na formação EAD do EducaMídia - 2	137
Figura 35 –	Dados sobre audiência do EducaMídia/Relatório 2021 - 1	140
Figura 36 –	Dados sobre audiência do EducaMídia/Relatório 2021 - 2	140
Figura 37 –	Programa Aluno Tutor – Nuvem Mestra EducaMídia	141
Figura 38 –	EducaMídia / Relatório 2021 - 1	143
Figura 39 –	EducaMídia / Relatório 2021 - 2	143
Figura 40 –	EducaMídia / Relatório 2023 - 1	144
Figura 41 –	EducaMídia / Relatório 2023 - 2	145
Figura 42 –	EducaMídia / Relatório 2023 - 3	146
Figura 43 –	EducaMídia / Relatório 2023 - 4	147
Figura 44 –	EducaMídia / Relatório 2023 - 5	147
Figura 45 –	EducaMídia / Relatório 2023 - 6	148
Figura 46 –	Pesquisa do termo Educação Midiática no Wikipédia	149
Figura 47 –	Tela de transmissão do Encontro Internacional de Educação Midiática	151
Figura 48 –	Estratégia Brasileira de Educação Midiática	152
Figura 49 –	Postagem do lançamento do Instituto Vero - 2021	159
Figura 50 –	Página do site Instituto Palavra Aberta com associados	160

Figura 51 –	SaferNet Brasil	160
Figura 52 –	Publicação das Redes Cordiais sobre Educação Midiática	161
Figura 53 –	Site do Intervezes com materiais e campanhas	162
Figura 54 –	Modelos portugueses de competências de LM e digital	171
Figura 55 –	Modelo de trabalho articulado da Biblioteca Escolar	173
Figura 56 –	Site da RBE com propostas de atividades entre a biblioteca e a sala de aula	174
Figura 57 –	Formação do projeto Literacia para os Media - 1	177
Figura 58 –	Formação do projeto Literacia para os Media - 2	178
Figura 59 –	Formação do projeto Literacia para os Media - 3	178
Figura 60 –	Formação do projeto Literacia para os Media - 4	179
Figura 61 –	Dados do Sistema Público de Rádio e Televisão de Portugal (RTP) - 1	180
Figura 62 –	Dados do Sistema Público de Rádio e Televisão de Portugal (RTP) - 2	181
Figura 63 –	Linhas de Orientação Estratégica (2018-2020)	182
Figura 64 –	Documento da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)	184
Figura 65 –	Estatutos da ERC – Artigos que sustentam a ação da ERC em LM	185
Figura 66 –	Ecosistema para Literacia Mediática em Portugal	191

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Etapas da pesquisa - 1	30
Quadro 2 –	Etapas da pesquisa - 2	31
Quadro 3 –	Visitas técnicas em Portugal	32
Quadro 4 –	Participação em cursos de formações	34
Quadro 5 –	O papel das avaliações nacionais no âmbito do GERM	40
Quadro 6 –	Estado do Digital no Brasil em 2023	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A4AI	Alliance for Affordable Internet
ABAP	Associação Brasileira de Agências de Propaganda
ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABPEDUCOM	Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação
ABRAÇO BRASIL	Associação Brasileira de Rádios Comunitárias
ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
AI	Alfabetização Informacional
ALC	América Latina e do Caribe
Alfamed	Rede Interuniversitária Euro-Americana de investigação em Competências Midiáticas para a Cidadania
ALPMJ	Associação Literacia para os Media e Jornalismo
AM	Alfabetização Midiática
AMI	Alfabetização Midiática e Informacional
ANER	Associação Nacional de Editores de Revistas
ANJ	Associação Nacional de Jornais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CCS	Conselho Comunicação Social
CE	Conselho de Ministros
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGEM	Coordenação-Geral de Educação Midiática
CIEB	Centro de Inovação para a Educação Brasileira
CIGA	Consórcio de Inovação da Gestão Pública
CNDH	Comissão Permanente de Liberdade de Expressão do Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
EAD	Educação a Distância
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EBEM	Estratégia Brasileira de Educação Midiática

Edumatec	Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica
ELP	Ensino de Língua Portuguesa
EMI	Ensino Midiático e Informacional
EMITECH	Educação Midiática Tecnológica
EPM	Educação para os Media
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
ERE	Ensino Remoto Emergencial
ERTE	Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
EU	União Europeia
FCC	Federal Communications Comissions
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
GAPMIL	Global Alliance for Partnership on Media and Information Literacy
GERM	Movimento pela Reforma Educacional Global
GGIB	Comitê Gestor da Internet no Brasil
GICE	Grupo Interinstitucional de Conectividade na Educação
GILM	Grupo Informal sobre Literacia Mediática
GMB	Grupo Mulheres do Brasil
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFC	The International Finance Corporation
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
ITU	International Telecommunication Union
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LM	Literacia Mediática
MB	Movimento pela Base
MEC	Ministério da Educação
MI	Midiático e Informacional

MILD	Manual de Instruções para a Literacia Digital
MILOBS	Observatório de Média, Informação e Literacia
MNLS	Mobilização pelos Padrões Nacionais de Aprendizagem
MOM	Monitoramento da Propriedade da Mídia
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NCE	Núcleo de Comunicação e Educação
NIC.BR	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
OBCOM	Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCEM	Proposta Curricular do Ensino Médio
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PL	Projeto de Lei
PLMJ	Projeto de Literacia para os Media e Jornalismo
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua
PNBE	Plano Nacional da Biblioteca na Escola
PNE	Projeto Nacional de Educação
PNLD	Programas Nacionais do Livro e do Material Didático
PNLM	Plano Nacional de Literacia Mediática
PROBNCC	Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PTE	Plano Tecnológico da Educação
RBE	Rede de Bibliotecas Escolares
REA	Recursos Educacionais Abertos
RIVED	Rede Internacional Virtual de Educação
RNCD	Rede Nacional de Combate à Desinformação
RNCP	Rede Nacional de Comunicação Pública
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RSF	Repórteres sem Fronteiras

RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SECOM/PR	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SEED	Secretaria de Educação a Distância
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
UTECS	Unidades de Tecnologia na Educação e Cidadania
WWW	World Wide Web

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>AS ETAPAS METODOLÓGICAS</b>	<b>27</b>
2.1	CATEGORIAS DE ANÁLISE	35
2.2	ENTREVISTAS	37
<b>3</b>	<b>POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O QUE ESTÁ EM DISPUTA?</b>	<b>39</b>
3.1	MODELO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	39
3.2	QUEM LEVA ESSA AGENDA: DA PROPRIEDADE CRUZADA DA MÍDIA PARA AS EDTECHS	45
3.3	EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO: ECONOMIA POLÍTICA	52
<b>4</b>	<b>CULTURA DIGITAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO</b>	<b>57</b>
4.1	AGENDAS, COLONIALISMO DIGITAL E A RELAÇÃO NO MODO DE PRODUIR E CONSUMIR CONTEÚDOS	47
4.2	CONVERGÊNCIAS E A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	77
4.3	COLONIALISMO DE DADOS NA EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO	84
4.4	QUANTO CUSTA UM ALUNO? A PLATAFORMIZAÇÃO DO ENSINO	89
4.5	O INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO	96
4.6	HISTÓRICO, NOMENCLATURAS E CONCEITOS	107
<b>5</b>	<b>ANÁLISES E RESULTADOS</b>	<b>116</b>
5.1	CONSTRUÇÃO CURRICULAR NO BRASIL E DOCUMENTOS NORMATIVOS	116
5.2	FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA	127
5.3	A ESTRATÉGIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MIDIÁTICA	151
5.4	CONSTRUÇÃO CURRICULAR EM PORTUGAL	164
5.5	ANÁLISE DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS	165
5.6	AÇÕES DE FORMAÇÕES DE PROFESSORES	175

5.7	ECOSSISTEMA PARA LITERACIA MEDIÁTICA	180
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>193</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>199</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“A crise da Educação no Brasil não é uma crise, é um projeto” (Darcy Ribeiro, 1986, p. 35).

Nunca tantos homens foram mantidos em incomunicação por um grupo tão pequeno. O número daqueles que têm o direito de escutar e de ver não cessa de crescer, ao passo que se reduz vertiginosamente o número daqueles que têm o privilégio de informar, de exprimir, de citar. A ditadura da palavra única e da imagem única, bem mais devastadora que a do partido único, impõe em todo lugar um mesmo modo de vida e outorga o título de cidadão exemplar àquele que é consumidor dócil, espectador passivo, fabricado em série, em escala planetária, de acordo com um modelo proposto pela televisão comercial americana (Galeano, 2006, p. 149).

Os debates sobre os campos educacionais, midiáticos e informacionais são tão antigos quanto suas práticas. Temos uma estrutura que se amplia de maneira muito estratégica na contemporaneidade e isso faz com que tais setores se inter cruzem cada vez mais diante de uma agenda local que é determinada por dinâmicas internacionais, com novos atores e velhas práticas.

Darcy Ribeiro e Eduardo Galeano, acima apontadas, são referências na América Latina na educação e comunicação, respectivamente, os autores nos trazem reflexões que se atualizam ao longo do tempo, reafirmando a influência de tais campos de atuação e suas concentrações de poder a cada crise. O contexto histórico, no caso do território latino-americano, permeado por desigualdades, possui um trajeto nas áreas aqui analisadas que se intercalam com saídas por meio de currículos, estratégias e diretrizes, estabelecendo assim uma apresentação de “soluções” que são adiadas até a próxima demanda do mercado.

Temos desigualdades e o currículo é apresentado como a solução (na educação). Novas nomenclaturas atualizam os fluxos. Falta clareza sobre qual será o projeto para a sociedade, qual conhecimento deve ser ensinado e quais tipos de sujeitos se pretende educar.

Na comunicação, numa trajetória permeada com desigualdades, temos a distribuição de concessões (permissão para as emissoras de rádio e TV operarem) que são negociadas via gabinete parlamentar e encaminhadas como soluções.

Questões entorno do processo da comunicação no país continuam a sendo debatidas, buscando avaliar as participações nas decisões, analisar quem financia, pois tais pontuações se fazem necessárias ao buscarmos analisar os atuais efeitos

da concentração da mídia e da educação, alinhadas ao tripé da informação e tecnologia. Sendo assim, compreendo o processo estabelecido sob o comendo de poucos e sem a devida mobilização para que haja a participação popular onde se garanta a circulação de informação sobre tais estruturas e através delas poder favorecer o exercício de cidadania, equidade e emancipação.

Para iniciarmos uma reflexão sobre tais sistemas e suas agendas, temos eventos que nos sinalizam uma tendência com várias disputas. Vamos para abril de 2013, quando aconteceu o “*Leading Educational Reforms: Empowering Brazil for the 21st Century*”, nos Estados Unidos, em que na ocasião 35 brasileiros participaram da criação do Common Core<sup>1</sup>, equivalente à nossa Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na época, o *The Washington Post*<sup>2</sup> publicou um artigo no qual descreve o financiamento do Bill Gates ao currículo americano.

Em paralelo, no Brasil, temos desde 2010 o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado, sendo o principal investimento público na educação pública, sem avançar. O PNE trata, na sua 20ª meta, sobre o financiamento que possui o PIB (Produto Interno Bruto) como principal fonte de recursos, através dos royalties do petróleo. Em 2015 sofremos um Golpe de Estado, com o impeachment de Dilma Rousseff. Muitas crises se instalaram, a educação é estrategicamente colocada como o centro das “soluções”, nas quais as pautas de interesse coletivo, de política pública, se desfazem ao longo do processo. Uma agenda de interesses privados ganha respaldo em ações de incentivo às privatizações, a denomina reforma do ensino médio e inúmeros desmontes que culminam na eleição de Jair Bolsonaro, emergindo assim, uma grande corrente de neoliberalismo com foco na educação.

A edição de 2024 do Fórum Econômico Mundial<sup>3</sup> no seu o 54º encontro, em Davos, em 10 de janeiro, já aponta como principal pauta o alerta para as condições climáticas extremas e a desinformação, sendo assim apontados como os maiores riscos para desencadear uma crise global. O relatório destaca que a desinformação emerge como sendo uma ameaça crítica, principalmente em anos eleitorais, quando o volume informacional cresce e o uso adverso da inteligência artificial (IA)

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://corestandards.org/> Acesso em: 23 mar. 2020.

<sup>2</sup> Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/politics/how-bill-gates-pulled-off-the-swift-common-core-revolution/2014/06/07/a830e32e-ec34-11e3-9f5c-9075d5508f0a\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/politics/how-bill-gates-pulled-off-the-swift-common-core-revolution/2014/06/07/a830e32e-ec34-11e3-9f5c-9075d5508f0a_story.html) Acesso em: 23 mar. 2020.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/boletim-g20/desinformacao-e-clima-extremo-sao-os-principais-riscos-globais>. Acesso em: 12 fev. 2024.

representam ameaças quanto à legitimidade de governos e da ciência. Desse modo, temos um modelo estruturado que alinha os três setores com eventos e assim revelam dinâmicas onde identificamos parâmetros do capital em contínua implementação, a depender da crise ou acontecimento, no qual elementos diversos desempenham papéis de maior e menor destaque. Um desenho de uma história social e cultural entre a política e a economia que a pesquisa busca analisar.

O presente estudo é fruto de investigação desenvolvida no Grupo de Pesquisa Mídias Digitais e Mediações Interculturais, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica (Edumatec), da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Dedicado a analisar os processos sobre o Ensino do Midiático e Informacional no Brasil, a partir da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que recomenda a sua obrigatoriedade no currículo das escolas (Brasil, 2018).

Diante de tal cenário, em janeiro de 2023, com o Decreto nº 11.362 (Brasil, 2023a), cria-se um Departamento na Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República voltado aos Direitos na rede e à Educação Midiática no Brasil, o qual dá os primeiros passos para uma efetiva ação sobre a temática já que a implementação no currículo nacional já aconteceu em 2022. Sendo assim, a nova pasta apresenta como compromissos: a função de auxiliar na formulação, articulação e implementação de políticas públicas de educação midiática, em articulação com o Ministério da Educação. Assim, se estabelece o pacto para ampliar as competências do cidadão do século XXI, que são, entre outras: utilizar e criar tecnologias digitais de informação, disseminar informação, produzir conhecimento de forma protagonista e responsável, defender ideias e fazer análise crítica do que está sendo disponibilizado e compartilhado.

Escolhermos analisar a experiência de Portugal sobre ensino do Midiático e Informacional (doravante EMI e/ou MI), lá fundamentado a partir da Literacia Mediática (doravante LM), em que um ecossistema de ações se apresenta tendo o currículo como documento norteador, que traz a competência da LM a partir da Educação para os Media, sem a obrigatoriedade e sim como tema transversal no ensino. Assim como planos de instituições governamentais que entram em confluência com eventos e campanhas para agir sobre a temática, no seu plano institucional e por meio de projetos, tendo assim as políticas tecnológicas uma proposta de educação integradas.

Segundo o Open Society Media Literacy Index (OSIS, 2023), responsável por aferir o índice Europeu de alfabetização mediática, Portugal ocupa o 12º lugar, subindo dois lugares diante da avaliação de 2022, pois o relatório é editado anualmente. Nesse caso, estando à frente da França e da Espanha, tendo o primeiro lugar ocupado pela Finlândia. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), apresentou um relatório com o mapeamento de atores e atividades de LM em Portugal, em junho de 2023. O documento exprime as múltiplas intervenções, assim já temos uma perspectiva da dimensão da Estratégia Nacional de Educação para os Media e o dos contributos por parte Plano Nacional de Literacia Mediática (PNLM) que iremos aprofundar no capítulo que trata sobre o contexto do país (ERC, 2023).

Num fluxo cronológico, o Plano Tecnológico da Educação (PTE) na (Resolução do Conselho de Ministros nº. 137/2007)<sup>4</sup>, é um marco na projeção dos investimentos na educação através da tecnologia, pois centra-se na finalidade de serem criadas condições para dotar alunos e professores com as ferramentas básicas de aprendizagem e formação em tecnologias da informação e comunicação, providenciando o acesso aos equipamentos e à conteúdos digitais de qualidade e reestruturando as infraestruturas escolares. Ratifica-se o interesse do país ao observarmos que existem componentes curriculares, que se encaminham desde a implementação do PTE, como foco nas ações de TIC e a Educação para os Media<sup>5</sup>. Diante do cenário dos dois países, investigamos e analisamos os impactos e resultados de tais projetos na educação. Para tanto, urge pesquisar sobre processos comunicacionais e educativos empreendidos no Brasil e em Portugal, que ao realizarem ações, projetos e legislação para o ensino do Midiático e Informacional (doravante MI).

A pesquisa tem como questão central identificar quais composições curriculares estão sendo apresentadas ou implementadas para o ensino do MI no Brasil e em Portugal. No Brasil o percurso está sendo construído, a partir da BNCC, com inúmeras interferências de áreas de instituições. Apresentando assim uma agenda de eventos que norteiam essa temática, com nomenclaturas que demarcam os campos de atuação e suas implicações políticas e econômicas. A formação de

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node\\_id&value=1235528](http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=1235528). Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.erte.dge.mec.pt/educacao-para-os-media>. Acesso em: 09/04/2020, às 23h.

professores nesse sentido acaba sendo crucial para compreender o fluxo de modelo de negócio que fundamenta a proposta pedagógica que está sendo elaborada e implementada por parte do Governo federal e instituições parceiras.

Em Portugal, a dinâmica ocorre por um viés amparado em ações e projetos que se estruturam em políticas e instituições públicas. Constituindo, desse modo, um conjunto de normativas que criam uma organicidade para implementação de cara área, já trabalhadas para LM e, por ora, ampliadas no Plano Nacional para Literacia Mediática (PNLM).

O objetivo geral da pesquisa é investigar a implementação de políticas educacionais e formação de professores sobre o midiático e informacional na educação no Brasil e em Portugal. Como objetivos específicos temos: 1. Mapear as ações formativas e políticas educacionais relacionadas com o MI, 2. Acompanhar os processos formativos realizados com os professores como implementação de políticas educacionais de MI; 3. Analisar os documentos normativos das políticas educacionais propostas para a MI; 4. Identificar as propostas e estratégias das instituições públicas responsáveis pela aplicação das ações e políticas para comunicação e informação no ensino nesses territórios.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, com análise de documentos normativos, observação participante e entrevistas. No presente estudo, parte-se da ideia de que é importante observar que o receptor absorve códigos e signos a partir de sua bagagem simbólica e conceitual e, portanto, não é passivo ao fascínio da indústria cultural, nem refém do que o pensador francês Bourdieu (1997) denomina Campo das Mídias.

Compreendemos as mediações através das variáveis das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na base curricular dos países citados, e assim a realização de entrevistas em profundidade com professores e gestores sobre a aplicação das ações sobre os letramentos para o MI no Brasil e em Portugal.

Esta tese encontra-se dividida em três partes – enquadramento teórico, opções metodológicas e análise e discussão dos resultados. Na Parte I descreve-se a metodologia, as questões e objetivos de investigações e as restantes opções metodológicas tomadas ao longo da pesquisa. Na Parte II composta por três capítulos, apresenta-se uma revisão de literatura que versa os temas das Políticas Educacionais, Cultura Digital no contexto da Sociedade da Informação e o Ensino para o Midiático Informacional (MI) na educação. Na Parte III temos o capítulo em

que são apresentadas as análises e discutidos os resultados da pesquisa, assim como a apresentação do suporte teórico utilizado na tese.

A introdução com a apresentação da pesquisa, justificativa, com elementos que mostram a sua relevância, as questões orientadoras, os objetivos definidos e a estrutura da tese.

O Capítulo I – Com as etapas metodológicas, métodos e categorias exploradas na pesquisa. Assim como apresentam-se o mapeamento do estudo que traz as etapas da pesquisa, os procedimentos explorados e a interpretação de dados adotados.

O Capítulo 2 – Aborda o contexto das Políticas Educacionais e as agendas que definem os modelos de conhecimentos permeados por disputas econômicas que atravessam a América Latina e coloca o Brasil no centro das ações. Também se inter cruzam as influências dos setores educacionais, midiáticos e informacionais na perspectiva da economia política.

O Capítulo 3 – Trata sobre a Cultura Digital no contexto da Sociedade da Informação na educação no século XXI – as mudanças direcionadas a partir do colonialismo de dados, em relação ao modo de produzir e consumir conteúdos, reflete-se sobre o papel das políticas públicas nesse direcionamento diante da imposição das Big Techs e o dilema de se buscar uma formação cidadã a partir de tal realidade. Para tanto, parte-se dos estudos sobre a Plataformização do Ensino e o incentivo à participação social no combate à Desinformação.

O Capítulo 4 – O Letramento Midiático e a Autonomização, numa análise sobre a adoção de nomenclaturas que representam os projetos e modelos de negócio acerca do Ensino Midiático Informacional (no contexto histórico, com conceitos e a mobilização de currículos).

No Capítulo 5 – As análises das temáticas, de documentos normativos a partir da implementação da BNCC e das políticas para Educação Midiática, no caso brasileiro. Sendo apresentado no fluxo cronológico de ações, projetos e conjunturas políticas para uma proposta governamental ampla do tema. Em Portugal, são analisadas as formações para os professores, num conjunto de ações por instituições que articulam a pauta da LM nacionalmente. Os documentos normativos conduzem a movimentação política que envolve o cenário no país. Temos então uma rede que se amplia a partir do Plano Nacional para Literacia Mediática (PNLM),

dando uma perspectiva de agenda pública no entorno dos pilares da educação, comunicação e informação.

Por fim, um panorama sobre o ensino MI e LM, nos dois países, nos dando uma dimensão de linhas políticas e econômicas que se aproximam e distanciam no território latino-americano, no Brasil, e Europa num recorte de Portugal. Considerando os caminhos diferentes, sem buscar comparações, mas compreendendo as propostas e intervenções sobre o tema.

## 2 AS ETAPAS METODOLÓGICAS

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório que tem como objetivo geral investigar a implementação de políticas educacionais e formação de professores sobre o midiático e informacional na educação no Brasil e em Portugal. Quanto aos objetivos específicos, temos:

- 1) Mapear as ações formativas e políticas educacionais relacionadas com a MI;
- 2) Acompanhar os processos formativos realizados com os professores como implementação de políticas educacionais de MI;
- 3) Analisar os documentos normativos das políticas educacionais propostas para a MI; e
- 4) Identificar as propostas e estratégias das instituições públicas responsáveis pela aplicação das ações e políticas para comunicação e informação no ensino nesses territórios.

A estrutura metodológica da tese pauta-se nas seguintes etapas: (a) Análise dos documentos normativos relacionados com o ensino sobre o Midiático e Informacional no Brasil e em Portugal; (b) Observação participante em reuniões e processos formativos relacionados com o planejamento e implementação das ações sobre o Midiático e Informacional; (c) Realização de entrevistas com os professores, formadores e gestores de instituições que compõem o conjunto de ações para o ensino sobre o Midiático e Informacional; (d) Realização de entrevistas em profundidade com realizadores e mobilizadores da sociedade civil que trabalham com programas que tratam sobre o campo Midiático e Informacional na educação;

Esta pesquisa tem, como um dos métodos operativos, a observação participante de processos de formação de professores, buscando captar os elementos comunicacionais nas ações formativas empreendidas na base curricular para o ensino sobre o Midiático e Informacional no Brasil e em Portugal. Com entrevistas com representantes de órgãos normativos, gestores e professores.

Nesse caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de uma pessoa do membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (Gil, 1999, p. 113).

Sua rotina em expansão será apresentada partindo da observação participante em si, tendo como base a reflexão compartilhada por Peruzzo (2016, p. 11):

O pesquisador se insere, participa de todas atividades do grupo pesquisado, ou seja, ele acompanha e vive (com maior ou menor intensidade) a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação. Porém, o investigador não “se confunde”, ou não se deixa passar por membro do grupo. Seu papel é de observador. Exceto em situação extrema, em que o pesquisador, por opção metodológica, decide deixar-se passar por membro do grupo, acreditando ser a melhor forma de poder captar as reais condições e sentimentos do investigado; (2) O pesquisador é autônomo. O “grupo” ou qualquer elemento do ambiente, não interfere na pesquisa, do ponto de vista da formulação dos objetivos e demais fases do projeto, nem sobre o tipo de informações registradas e interpretações dadas ao observado; (3) O observador pode ser “encoberto” ou “revelado”. O que quer dizer que o grupo pode ter ou não conhecimento de que está sendo investigado (Peruzzo, 2016, p. 11).

Na busca por embasar teoricamente a análise de uma prática de projetos de educação para MI sendo implementada nos dois países, é fundamental contextualizar toda a trajetória que está sendo realizada para por meio de projetos e políticas públicas e que tipo de formação acontece para que a temática seja trabalhada em tais contextos.

Já para o aprofundamento dos conceitos de LM e MI, são imprescindíveis os resgates das produções de Educação por Freire e Guimarães (2021), na Comunicação por Martín-Barbero (1997) e para compreender a crítica das mídias, o estudo busca referência nos aportes teóricos contidos nas produções do britânico, Buckingham (2019). Assim, o letramento digital envolve muito mais do que o domínio sobre o uso da tecnologia digital e se insere em um contexto de colaboração, compartilhamento, autoria e representações sociais.

Os estudos sobre as Políticas Educacionais a partir de Avelar (2016), dos conhecimentos de Colonialismo de Dados contextualizados por Lippold e Faustino (2022), em que a perspectiva neoliberal nos ajuda a compreender a condução dos usos dessas tecnologias para efeitos no ensino. Desse modo, é imprescindível analisar essa construção com base em discussões que estudiosos da cultura digital como Lévy (1999) e Jenkins (2006).

Para Lévy (1999), as novas possibilidades de criação coletiva distribuída, aprendizagem cooperativa e colaboração em rede oferecida pelo ciberespaço, colocam em questão o funcionamento das instituições e a divisão do trabalho, tanto na empresa como nas escolas.

Jenkins (2006) traz a Cultura da Convergência, em que o processo cria novos significados e dá um impulso aos processos educativos e às transformações sociais que pode ser observado na mobilização nas redes, indicando elementos da cultura participativa e a construção coletiva. Para Lévy (1999), as novas possibilidades de criação coletiva distribuída, aprendizagem cooperativa e colaboração em rede oferecida pelo ciberespaço, colocam em questão o funcionamento das instituições e a divisão do trabalho, tanto na empresa como nas escolas.

No Brasil, foram analisados 35 documentos normativos, dentre currículos, leis, manuais e cartilhas. Em Portugal, 10 documentos normativos foram avaliados segundo a aplicação das ações e políticas para o MI, no âmbito de suas leis para a LM<sup>6</sup>.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa de caráter exploratório com análise documental e observação participante. Para realizar a pesquisa documental no Brasil, foram analisados os documentos normativos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), projetos que trabalham com a proposta para Educação Midiática, resultando em um processo de mapeamento dos currículos oficiais dos 26 estados e Distrito Federal brasileiros (Brasil, 2018).

O recorte estabelecido procurou identificar se o midiático e o informacional estavam presentes nos currículos estaduais, já que a BNCC é um documento norteador que estabelece recomendações para os sistemas. Considerando que currículo oficial é uma das materializações das diretrizes das políticas públicas, foi necessário expandir a análise para captar de que forma está acontecendo a abordagem do tema nas organizações, programas e projetos pedagógicos em materiais coletados em sites institucionais, materiais como cartilhas, livros, revistas e diversas outras publicações.

Diante da complexa agenda de eventos que se formou em torno do objeto, é fundamental dimensionar os procedimentos metodológicos utilizados, conforme o Quadro 1.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://milobs.pt/literacia-mediatica/> Acesso em: 31 abr. 2020.

Quadro 1 – Etapas da pesquisa - 1

<b>Procedimentos metodológicos</b>	<b>Período</b>	<b>Local</b>	<b>Participantes</b>
Pesquisa documental	De março de 2020 a dezembro de 2023	Brasil	A pesquisadora
Coleta de dados e observação participante	De março de 2020 a dezembro de 2023	Brasil	A pesquisadora realizou coleta de dados em todos os currículos por estado, no Brasil, acompanha a implementação e debates em torno da BNCC
			Em Portugal, à distância, durante a pandemia, foi realizado o monitoramento de ações e projetos sobre a Literacia Mediática com foco na formação de professores no país. Na coleta presencial aconteceram as entrevistas
Pesquisa de campo	De junho a dezembro de 2023	Brasil	A pesquisadora realizou entrevistas (semiestruturadas) com integrantes de projetos que realizam formações; chefias (diretores, coordenadores pedagógicos e equipe técnica de diversos setores da comunicação e educação)
		Portugal (Lisboa e Covilhã)	
Pesquisa de campo	De março de 2020 a janeiro de 2024	Brasil	A pesquisadora, no Brasil, realizou entrevista com o integrante do Intervezes. As demais organizações não deram retorno aos contatos. Em Portugal, remotamente, aconteceram entrevistas com a gestora da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) e do Ministério da Cultura sobre o Plano Nacional de Literacia Mediática (PNLM)
		Portugal (Lisboa e Covilhã)	

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

O estudo exploratório parte de uma abordagem qualitativa de análise documental e observação participante. Devido ao contexto pandêmico da Covid-19<sup>7</sup> que perpassou praticamente os três primeiros anos da pesquisa e também em função do formato das formações realizadas, parte da coleta foi realizada de forma remota e parte presencial<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Mais informações sobre a doença infecciosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) disponíveis em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 31 ago. 2020.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 15 jan. 2022.

Os quadros nº 2 e 3: apresentam, respectivamente, os principais documentos normativos analisados de cada país, no seu respectivo período, que são direcionadores para apresentar o processo de coleta de documentos.

Quadro 2 – Etapas da pesquisa - 2

<b>Brasil</b>	<b>Período</b>	<b>Portugal</b>	<b>Período</b>
Unesco - AMI	Mar. 2020	Plano Tecnológico da Educação (PTE)	Mar. 2020
Unesco Formação de Professores - AMI	Jun. 2020	Manual de Instruções para a Literacia Digital (MILD)	Jun. 2020
BNCC Versões de 2015 a 2022	Nov. 2020 a maio 2021	Literacia mediática nas bibliotecas escolares	Mar. 2021
Guia Educamídia	Jun. 2021	Serviço Pública de Media (RTP - Empresa Pública de Rádio e Televisão de Portugal)	Jan. 2022
Currículo Alfamed	Out. 2021	Recomendação nº 6/2011: Recomendação sobre Educação para a Literacia Mediática Conselho Nacional sobre Educação para a Literacia Mediática - 2011	Fev. 2022
Currículo de 26 estados e a capital	Nov. 2021 a fev. 2023	Declaração de Braga de Literacia dos Media - 2011	Ago. 2022
Estratégias para a Educação Midiática	Out. 2023	Plano Nacional para a Literacia Mediática (PNLM)	Nov. 2023
PL 2630/2020	Nov. 2023	Referencial de Educação para os Media (2023)	Dez. 2023
PL 2370/2019	Dez. 2024	Índice Expandido de Literacia Mediática 2023	Dez. 2023
PL 7/2024	Jan. 2024	Relatório da ERC Literacia Mediática	Dez. 2023
Conferência Nacional de Educação (CONAE) – Documento Referência para o Plano Nacional de Educação 2024-2034	Jan. 2024	Literacia para os Media – Horizontes Conceituais e Mapeamento de atores e iniciativas em Portugal e no Mundo	Dez. 2023

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Quadro 3 – Visitas técnicas em Portugal

<b>Instituição</b>	<b>Local</b>	<b>Período</b>
Entidade reguladora para a Comunicação Social (ERC)	Lisboa	Setembro de 2023
Ministério da Educação (Coordenação de Educação para os Media)	Lisboa	Setembro de 2023
Universidade Beira Interior (UBI)	Covilhã	Setembro de 2023
LABCOM		
Associação Literacia para os Media e Jornalismo (ALPMJ) vinculado ao Sindicato de Jornalistas de Portugal	Lisboa	Setembro de 2023
Entidade reguladora para a Comunicação Social (ERC)	Lisboa	Setembro de 2023
Departamento de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (FCSH)	Lisboa	Setembro de 2023

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Em Portugal, a pesquisa documental foi realizada por meio de documentos normativos, contexto histórico da LM e as mobilizações acerca da implementação da Plano Nacional de Literacia Mediática (PNLM) e atual planejamento para a formação dos professores que ainda será lançada em março de 2024.

Desde 2020, fomos acompanhando os processos formativos numa perspectiva de observação participante, pois além do monitoramento e coleta de dados, também participamos de cursos e eventos como sujeitos imersos nos processos.

Na tentativa de compreender o objeto, essa pesquisa tem, como um dos métodos operativos, a observação participante, tendo em vista que considera a coleta de dados realizada nas organizações que se apresentam como espaços de formação para professores sobre a temática investigada. A análise que expõe as condições de produção e difusão a partir do currículo, seus desdobramentos por estado, assim como o surgimento de organizações diversas no setor, sejam por meio de instituições governamentais ou iniciativas do privado e da sociedade civil.

A participação nas formações, principalmente durante a pandemia, no formato remoto, em *lives* que abordaram os temas, em eventos acadêmicos, e em coleta de eventos com cobertura midiática. Foram analisadas, especificamente, as apropriações possibilitadas pela aplicação do currículo, dos projetos das instituições e suas respectivas implementações de conteúdos para os professores.

Nessa observação, os elementos não são visualizados apenas como meros acontecimentos ora tecnológicos ou de aplicação de métodos, mas enquanto

tecnicidades, nos termos que Martín-Barbero (1997) convoca, ou seja: são abordados na perspectiva da competência de linguagem, enquanto materialidades que remetem à constituição de gramáticas específicas das especificidades da educação com apresentação hierarquizada por meio do currículo e toda dinâmica por ele gerado até o momento.

Sua rotina em expansão será apresentada partindo da observação participante em si, tendo como base a reflexão compartilhada por Lago e Benetti (2007, p. 48):

Também objetiva um processo de ser aceito pelo grupo. Funciona, portanto, em duas vias: despir-se de sua própria cultura e perceber a cultura do outro. Em suma, a observação participante pode ser relacionada ao procedimento do pesquisador de 'sair' de sua cultura e vivenciar a cultura do grupo que estuda. O objetivo é enfronhar-se de tal forma na vida dos grupos estudados a ponto de poder assimilar traços da sua cultura. Por calcar-se na observação, o método etnográfico dá especial atenção à utilização do chamado 'diário de campo', onde serão anotadas todas as impressões do pesquisador sobre o cotidiano dos pesquisados. Independente do suporte (um caderno, folhas, computador, gravadores), essas anotações são fundamentais para o momento final da produção da etnografia, quando o pesquisador deverá organizar os dados de forma a produzir sua 'descrição densa' da cultura estudada (Lago; Benetti, 2007, p. 48).

A dinâmica que envolve a educação com conhecimentos da informação e comunicação por meio do currículo expressa nesse estudo detalhes que, com o mero consumo desse documento norteador, não seriam facilmente compreendidos, uma vez que certas características que partem do que proposto, desencadeiam inúmeros eventos que poderiam passar despercebidas mesmo para um olhar de quem observa e realiza a imersão.

Nesse sentido, segundo Peruzzo (2016, p. 137):

O pesquisador se insere no grupo pesquisado, participando de todas as suas atividades, ou seja, ele acompanha e vive (com maior ou menor intensidade) a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação, como na observação participante, mas variando nos aspectos discutidos na sequência.

Foi justamente essa questão que a pesquisa se propôs a enfrentar, uma vez que construiu elementos capazes de traçar parâmetros comparativos que observaram os documentos normativos e as demais agendas que permeiam os assuntos nos dois países. Essas análises, com base na observação, também subsidiaram a elaboração de questionários (ver anexos), aplicados com profissionais

que atuam nos dois países, em instituições governamentais, privadas e integrantes da sociedade civil.

Além da tentativa de interpretar a realidade em torno das agendas que se aprestaram e são analisadas ao longo da pesquisa, por meio também da ação da observação participante, o desvelamento do objeto em questão exige a combinação de outras estratégias metodológicas, dentre elas: revisão de literatura acerca dos temas educação, comunicação, economia política, informação e tecnologia; levantamento de dados estatísticos (socioeconômicos, políticos e educacionais) sobre os currículos; visitas aos sites de organizações brasileiras e internacionais que atuam no setor e os marcos legais legislativos; revisão de conteúdos de obras de autores que analisam a situação no Brasil e em Portugal, com entrevistas (individuais e em profundidade) com integrantes do Ministério da Educação e Cultura de Portugal, coletadas em visita técnica realizada no país de 04 a 12 de setembro de 2023, onde também foram coletados dados por meio de entrevistas com assessoras da ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social), professores de universidades públicas e privadas.

No contexto desta observação participante, no seu método qualitativo selecionado tomaram em consideração a intenção de atentar às experiências quotidianas dos participantes. A pesquisa participante, assim como outras modalidades de estudos qualitativos, se concretiza na coleta e análise de dados primários empíricos. Ela se ancora na integração entre o pesquisador e o grupo estudado e dessa relação que depende a captação adequada dos dados. Se eles forem escamoteados, sonogados ou mal compreendidos, toda a pesquisa pode ficar comprometida. Por não se valer de instrumentos mensuráveis, ela implica em menos controle por parte do pesquisador. Na verdade, vai depender basicamente da capacidade do investigador em captar, compreender, interpretar e analisar o fenômeno (Peruzzo, 2003, p. 21).

Quadro 4 – Participação em cursos de formações

<b>Observação Participante</b>				
<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Site (acompanhamento de materiais pedagógicos e EAD)	Pandemia	Formações Remotas	Assessoria de Imprensa, colunas e parceiros Globo, Folha de SP e Estado de SP	Encontro Internacional de Educação Midiática
Formação de Multiplicadores (Presencial / Recife)	Lives e Transmissões	Lançamento do Guia Educamídia	Guia Prático para Gestores	E-book sobre Educação Antirracista
-	Formação	Lançamento	Curso de	E-book

	Remota	do Guia Alfamed	Extensão “Mídia, Informação e Cidadania” na Universidade de Brasília (UnB)	Educação Midiática em Rede (para Gestores Educacionais)
-	Cursos via EAD	23 Ações de Parcerias e Eventos	E-Books e campanhas sobre Fake News	Material Pedagógico (Eletivas sobre Educação Midiática e Planos de Aula)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

## 2.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE

A pesquisa se estrutura a partir de análises da pesquisa documental e da análise de conteúdo dos currículos, formações e legislações.

Assim como os processos de formação, numa perspectiva de identificar se os conhecimentos apresentados pelos currículos estão alinhados ao repertório dos professores sobre o tema, compreender a dimensão dada ao conteúdo proposto a partir das competências para o MI, apresentando as interações e os desdobramentos no planejamento de propostas para a sala de aula. Tendo em vista que os autores que pontuam a importância da MI para a formação dos educadores partem da ideia de que os professores serão os multiplicadores da temática em sala de aula.

Figura 1 – Etapas das análises na pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Num primeiro momento – diagnóstico – buscamos retratar o conhecimento sobre as temáticas (a MI, a dimensão do Campo Jornalístico-Midiático na BNCC, a abordagem de tais temas nos currículos e os as experiências/materiais que se destacam por explorar a temática), o contexto das formações (o Educamídia acaba sendo o projeto nacional em vigência) e as implementações dos currículos e desdobramentos de políticas nos países (educação e comunicação). Para assim relacionar as ações previstas nas análises com os procedimentos de implementação e a sua materialização no ensino.

Sendo assim utilizados os dados do Movimento pela Base, que aponta que desde 2022, 26 estados e o Distrito Federal homologaram os currículos, verificamos todos os currículos, e as análises aconteceram a partir das palavras-chaves: “Campo Jornalístico-Midiático”, “Educação Midiática” e “Mídia e Informação”, com as quais pudemos identificar as inferências que se relacionem com o MI.

A UNESCO (2013, p. 88) define como “Midiático e Informacional”:

A variedade de composição dos textos que articulam o verbal, o visual, o gestual, o sonoro, o tátil, que constituem o que se denomina multimodalidade de linguagens, deve também ser considerada nas práticas de letramento. A escola precisa, assim, comprometer-se com essa variedade de linguagens que se apresenta na TV, nos meios digitais, na imprensa, em livros didáticos e de literatura e outros suportes, tomando-as (*sic*) objetos de estudo a que os estudantes têm direito. As crianças, adolescentes e jovens, mesmo os que ainda não dispõem de acesso a

novas tecnologias da informação e comunicação, encontram-se imersos em práticas nas quais são utilizados computadores, caixas eletrônicas, celulares, entre outros suportes, cujos usos exigem conhecimentos próprios, inclusive para criticá-los.

Já a BNCC (Brasil, 2018, p. 519), apresenta que “o campo de atuação jornalístico-midiático amplia as possibilidades de participação dos jovens nas práticas relativas ao trato com a informação e opinião, as quais estão no centro da esfera jornalística/ midiática”.

Os documentos normativos da BNCC e da UNESCO indicam competências do campo jornalístico-midiático para que os alunos consigam desenvolver filtros na identificação dos conteúdos produzidos em grande escala, por diferentes plataformas, desenvolvendo autonomia na criação de espaços de notícias com conteúdo crítico e ético em ambientes digitais que consomem e no qual, se pretende, sejam protagonistas. Encontramos, nos dois documentos, o mesmo direcionamento na abordagem do conceito do campo jornalístico-midiático enquanto eixo transversal. Essa é, a nosso ver, uma constatação fundamental para a análise.

O projeto Educamídia apresenta o conceito de Educação Midiática<sup>9</sup> como sendo: o conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos - dos impressos aos digitais.

## 2.2 ENTREVISTAS

Para Duarte (2005, p. 10), “a entrevista individual em profundidade, é uma técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”. Com tal formato, as informações não são somente levantadas, mas também resultam da interpretação de quem está conduzindo a pesquisa (Demo, 2001).

A partir desse viés, identificamos que as entrevistas realizadas trouxeram profundidade aos contextos, configurando um processo imerso fundamental para identificar a dimensão da estruturação dos documentos normativos e seus impactos para o ensino no Brasil e em Portugal.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://educamidia.org.br/educacao-midiatica>. Acesso em: 12 fev. 2024.

No Brasil, as entrevistas aconteceram com um integrante do coletivo Intervezes, as demais instituições não obtivemos retorno, então os levantamentos de dados ocorreram a partir da análise documental, por relatórios, documentos normativos, matérias de sites, reportagens oficiais em portais institucionais e legislações.

Em Portugal, foi realizada uma visita técnica de 04 a 12 de setembro de 2023, onde entrevistamos representantes de instituições do Governo e representantes de organizações que atuam com projetos voltados para a LM. Os entrevistados incluíram: o jornalista Vitor Tomé, da (Associação Literacia para os Media e Jornalismo – ALPMJ)<sup>10</sup> vinculado ao Sindicato de Jornalistas de Portugal, as Técnicas de Análise de Media da ERC (Entidade Reguladora para Comunicação Social)<sup>11</sup>, Bruna Afonso e Alexandra Figueiredo. Já na Direção-Geral da Educação, Setor de Educação para os Media (EM)<sup>12</sup>, conversamos com Suzana Tavares e a Técnica da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), Maria João Filipe.

O professor da Universidade Beira Interior, na Covilhã, Pedro Jerónimo, que coordena o projeto MediaTrust.Lab<sup>13</sup> - Laboratório de Media Regionais para a Confiança e a Literacia Cívicas, no LabCom - Comunicação e Artes também deu depoimento sobre a experiência de formação e pesquisa.

Assim como o professor Paulo Victor Melo, do departamento de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (FCSH), que relatou sobre a leitura política da Literacia Mediática, e por fim, Maria João Taborda, Adjunta do Gabinete do Ministério da Cultura, que traz informações sobre o Plano Nacional de Literacia Mediática (PNLM).

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://associacaoliteracia.pt/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.erc.pt/pt/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://cidadania.dge.mec.pt/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://mediatrust.ubi.pt/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

### 3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O QUE ESTÁ EM DISPUTA?

“Todos os animais são iguais, mas alguns animais são mais iguais que outros” (Orwell, 2010, p. 35).

#### 3.1 MODELO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Diante de uma agenda internacional que historicamente é determinante nas políticas educacionais na América Latina, analisamos as influências de uma lógica de gestão de mercado sendo estruturante dentro de um currículo nacional e seus desdobramentos nos setores da informação e da comunicação aqui trazidos como recorte do estudo.

Segundo Roriz (2020), as reformas econômicas nos países ocidentais, como o Brasil, começam a aparecer após a 2ª Guerra Mundial devido à influência de organismos internacionais, multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Esse panorama que os estudos das políticas públicas da educação investigam nos ajudam a compreender a mobilização realizada por uma política econômica e seus impactos na política pública. Assim sendo um veículo para inserção de organizações numa lógica neoliberal, no qual o modelo de crescimento e distribuição é baseado numa dinâmica do mercado apoiado pelo Estado.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (Harvey, 2008, p. 12).

Dessa agenda surge o Movimento de Reforma Educacional Global (GERM), identificado por meio de estudos de políticas educacionais como uma rede de influência mundial na elaboração e implementação de sistemas educacionais.

A expansão do GERM está intimamente associada ao paradigma de aprendizagem centrado no aluno e ao fato de que a melhoria do desempenho

educacional se tornou o objetivo principal da maioria dos reformadores educacionais e das organizações internacionais (Sahlberg, 2005).

O quadro 5 é baseado em uma pesquisa que fundamenta a atuação do GERM, com padrões, descentralização e responsabilidade na linha de atuação entre definições de políticas e avaliações nacionais.

Quadro 5 – O papel das avaliações nacionais no âmbito do GERM

<b>Princípio do GERM</b>	<b>Definição e principais políticas</b>	<b>Papel das avaliações nacionais</b>	
Padrões	Prescrição do currículo nacional e estabelecimento de padrões de qualidade	Avaliações nacionais usadas para garantir que as escolas atendam e adiram aos padrões de aprendizagem avaliados	
Descentralização	Transferência de competências e autoridade do governo central para níveis administrativos mais baixos	Avaliações nacionais usadas para controlar as autoridades estaduais, regionais, provinciais e locais	
	Devolução das responsabilidades gerenciais e/ou pedagógicas aos diretores e às escolas	Avaliações usadas para governar à distância uma gama de provedores nacionais independentes através dos princípios de gestão baseados em resultados	
Responsabilidade	Atores educacionais responsáveis por suas ações/resultados por meio de alguma forma de avaliação vinculada a consequências	<b>Responsabilidade Administrativa</b>	Testes de resultados associados a incentivos ou avaliações para escolas, diretores e professores
		<b>Responsabilidade de Mercado</b>	Resultados de testes usados para informar a escolha da escola e promover a competição escolar

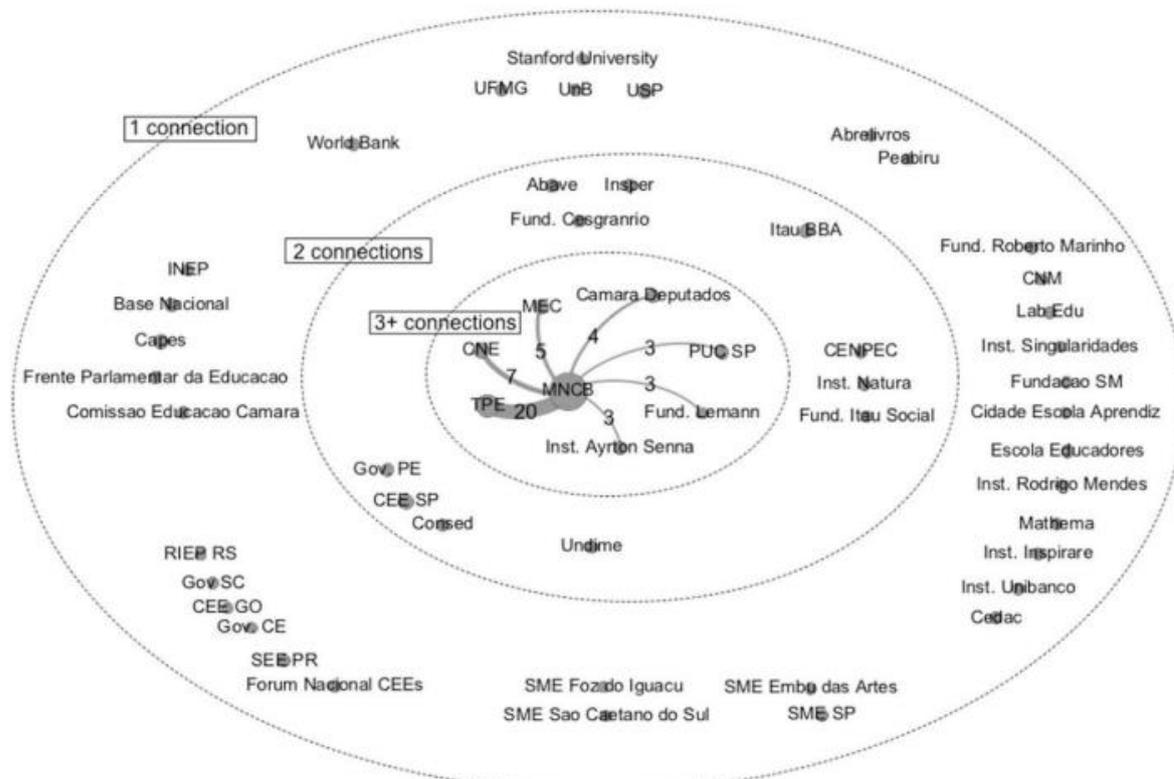
Fonte: Elaborada por Verger, Parcerisa e Fontdevila (2018, **grifo nosso**).

Temos desigualdades e o currículo é apresentado como a solução, os dados que estruturam a linha de atuação do GERM relevam a padronização e equalização por métricas, materiais por produtos, resoluções por sistemas, tudo num

direcionamento que cria condições para vender. Ainda nessa perceptiva, segundo Avelar (2016), pesquisas apresentam a relação entre a coalizão brasileira de defesa de padrões de aprendizagem denominado Movimento pela Base Nacional Comum, ou Mobilização pelos Padrões Nacionais de Aprendizagem (MNLS - segundo tradução da própria instituição).

Neste contexto, a filantropia também está a mudar. A chamada “nova filantropia” trata as doações como investimentos, os resultados como retornos, e quer estar envolvida nas decisões sobre como o dinheiro é usado e, conseqüentemente, “está trazendo novos atores para o campo da política social e educacional, repovoando e reelaborando redes políticas existentes” (Ball e Olmedo, 2011, p. 83). O mapeamento realizado por Marina Avelar (2016), a partir de entrevista com Stephen J. Ball, revela a rede de mobilização em torno do privado e público, pessoas e instituições, com o protagonismo de políticos em toda uma cadeia nacional.

Figura 2 – Rede de ego de co-afiliação do MNCSB



Fonte: Avelar (2016).

A função do Estado, segundo aponta Avelar (2016), passou de um prestador de serviços ao ajuste que mistura regulação, monitoramento, contratação e facilitação de novos prestadores de serviços, que envolve redesenhar as fronteiras

entre o público e o privado. Seguindo esse fluxo, se projetarmos o ensino infantil, por exemplo, os municípios que, por uma lacuna histórica, buscam no serviço privado o modo para “trabalhar” sua vulnerabilidade, temos novamente uma linha de atuação na educação amparada pela desigualdade social, e assim o currículo acaba sendo o pilar estruturante para a atuação da MNLS.

Estudos demonstram que, para tornar possível essa compulsoriedade, os municípios aplicaram estratégias emergenciais que, mormente, são tornadas definitivas, entre elas o aumento dos chamados convênios, prática muito conhecida na EI (Borgui; Bertagnam 2016; Campos, 2016; Casagrande; Borghi, 2015 *apud* Castro e Silva, 2022, n. p.).

O ensino superior, segundo o Censo do IBGE e atestado pelo Inep em 2010<sup>14</sup>, aponta-se que o Brasil tem 8,4 milhões de estudantes de graduação matriculados com 24,6% deles em instituições públicas, o privado com 75,8%. Os dois recortes no ensino são lacunas que evidenciam como a normatização cria condições a partir das desigualdades e vai distanciando inclusão na sua essência, enfraquecendo as relações trabalhistas quanto as condições salariais e de carreira dos profissionais da educação seguem fragilizados e sem garantias nem por parte do pagamento do piso salarial no país.

A partir do modelo de sistemas educacionais que surgem e produzem em grande escala, padronizando currículos, avaliando por testes, realizando gestão por resultados, onde se reformulam os discursos numa linha de mercado. O fluxo se configura para a redução da própria educação à economia, ou até mesmo num processo mercantil, a promoção do financiamento do setor. Também temos as avaliações por ranking que geram um ambiente competitivo, muitas vezes alimentando a impotência nesses profissionais que não correspondem aos resultados.

Nessa perspectiva cronológica da tendência, temos um mercado que primeiro lançou as Fintechs, que são empresas de base tecnológica que atuam na prestação de serviços no mercado financeiro. Partido da etimologia, temos *finance & technology* (finanças e tecnologia, respectivamente), sendo assim empresas de tecnologia com alto potencial de escalabilidade que desenvolvem produtos ou serviços financeiros (Figo; Lewgoy, 2019).

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Um dado importante, nesse contexto, é que as 5 empresas mais valiosas do mundo<sup>15</sup> são do setor de tecnologia, denominadas Big techs: Apple – US\$ 3,08 trilhões, Microsoft – US\$ 2,49 trilhões, Saudi Arabian Oil Co – US\$ 2,09 trilhões (petróleo), Alphabet – US\$ 1,67 trilhão (Google), Amazon – US\$ 1,37 trilhão, Nvidia – US\$ 1,15 trilhão (software), Tesla – US\$ 848,8 bilhões (automóveis elétricos) e Meta – US\$ 819,8 bilhões (Facebook).

Assim, surge o conceito do modelo voltado para a educação, onde as Edtechs vendem serviços tecnológicos para o ensino público e privado (Moore *et al.*, 2021), serviços de editoração para professores e empresas que queiram oferecer treinamentos, oferecem conteúdos distribuídos na forma de newsletter alimentada por professores, postagens em blogs e resumos de notícias (Carton, 2019).

Outro ponto importante nessa arena bastante disputada, são os avanços em regulação e o papel do setor público, que são pautados pelo modelo de negócio também na mídia, como segue na fala de Juan Ketterer<sup>16</sup>, chefe da divisão de Conectividade, Mercado e Finanças do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):

Para que o setor possa se desenvolver e conseguir maior impacto, será necessário aprofundar o diálogo entre os empreendedores e os responsáveis por políticas e regulação. O estudo recomenda, por exemplo, a criação de bancos de teste regulatórios (regulatory sandboxes) temporários em que as Fintech podem operar, avaliar seus modelos de negócio e oferecer seus produtos em ambientes monitorados, assim como permitir uma transição suave para os empreendimentos e seus entes de controle rumo a uma regulação e supervisão adequada (BID, 2017, n. p.).

O cenário é que o Brasil é detentor da maior parcela de investimento em empresas de tecnologia educacional — as Edtechs — da América Latina e do Caribe (ALC)<sup>17</sup>. Segundo dados do BID, em 2021, o investimento de capital privado em soluções tecnológicas em educação cresceu seis vezes mais no Brasil e nas outras nações da ALC. São 1,5 mil Edtechs latinas, 886 (62%) em solo brasileiro, e movimentou US\$ 474 milhões, o que representa pouco mais da metade do financiamento total para esse tipo de startups em toda a América Latina (Figura 3).

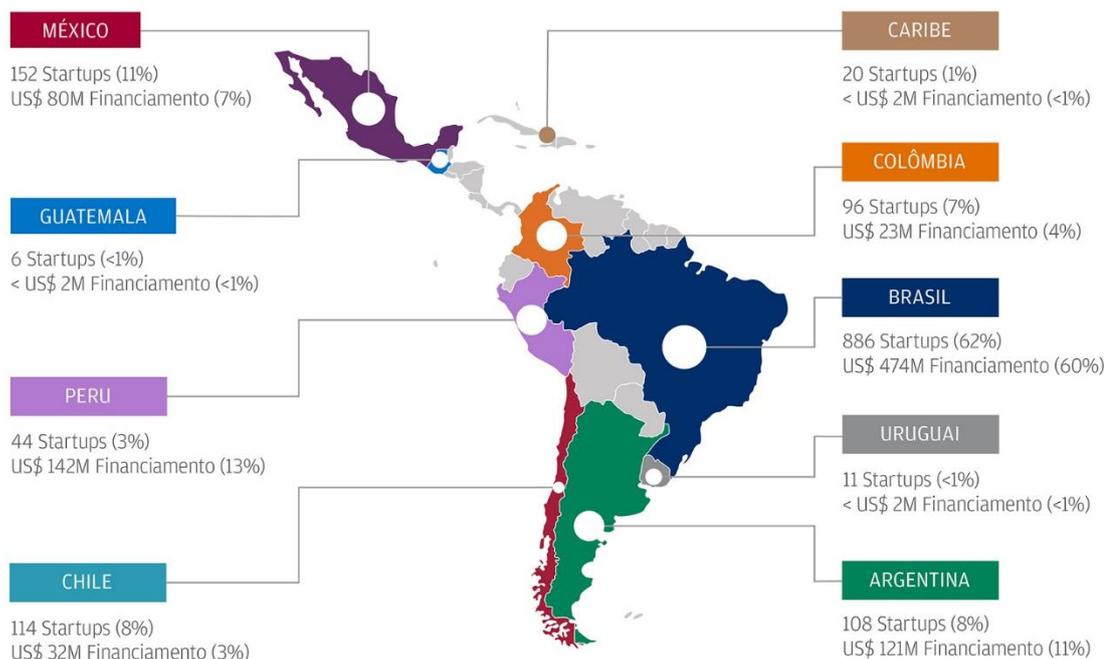
---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.reuters.com/technology/global-markets-marketcap-2023-08-01/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/brasil-e-o-pais-com-maior-numero-de-empreendimentos-fintech-na-america-latina-segundo>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2022/07/5021852-brasil-e-destaque-latino-americano-em-tecnologia-educacional.html>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Figura 3 – Distribuição de startups de Edtech na América Latian e Caribe



Fonte: BID (2021)<sup>18</sup>.

Na referida pesquisa, os atores são exemplos desse protagonismo, como a Fundação Roberto Marinho que afirma lançar editais para financiar grupos que desejam empreender na área, com valores entre R\$ 100 a R\$ 500 mil para Edtechs no início das atividades. Essa matéria, é exemplo do recorte, quando apontamos o agendamento em rede desse modelo de negócio.

Na assinatura da matéria do portal Correio Braziliense<sup>19</sup>, em que foi veiculado o conteúdo, é reiterado ao final da publicação que (a repórter viajou a convite da Globo), sinalizando assim o fluxo por onde a pauta circula, o na “mídia” faz parte do agendamento para a proliferação dos discursos onde tal modelo é referência. Ao longo da matéria não existe nenhuma fonte “especialista” vinda do serviço público da educação, algum profissional que fale sobre tal experiência, somente empresários e empreendedores. Um grupo pauta o outro, reafirmando um movimento no qual a desigualdade e questão social são pilares estruturantes, em que a tecnologia é apontada como a única saída para as soluções (Figura 4).

<sup>18</sup> Disponível em: <https://privatebank.jpmorgan.com/latam/pt/insights/markets-and-investing/from-the-notebook-to-the-cloud-how-edtech-is-revolutionizing-learning-in-latin-america>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2022/07/5021852-brasil-e-destaque-latino-americano-em-tecnologia-educacional.html>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Figura 4 – Brasil é destaque latino-americano em tecnologia educacional

Todo o processo é feito em equipe, uma forma de fazer com que o desenvolvimento social dos estudantes seja estimulado, e é acompanhado por um psicólogo. Ao fim, afirma Kelday, os estudantes se formam mais empoderados e conscientes. "Trabalham em projetos, desenvolvem competências socioemocionais, se libertam do livro didático e vivem uma lógica de mercado de trabalho ainda no ensino básico. Isso é educação do século 21. Oferecer isso era meu objetivo desde o começo", declara a empresária.



(A repórter viajou a convite da Globo)

Tags

#BID #Edtechs #startups #Tecnologia educacional

Fonte: Correio Braziliense (2022)<sup>20</sup>.

### 3.2 QUEM LEVA ESSA AGENDA: DA PROPRIEDADE CRUZADA DA MÍDIA PARA AS EDTECHS

A concentração de mídia no Brasil é um dos assuntos que mais enfraquecem a nossa democracia (Souza, 2022). A propriedade cruzada é um fator determinante para identificarmos essa desigualdade. “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (Brasil, 1988, n. p.). O texto da Constituição Federal de 1988 não vem sendo aplicado no país, uma vez que poucos grupos controlam os negócios de mídia brasileiros.

A situação é agravada com a constatação de que não existe política nacional de comunicação. Segundo Venício Lima (2011), a concentração da propriedade nas comunicações, fundada na propriedade cruzada, não pode ser justificada pela “convergência de mídias”:

A propriedade cruzada é a oligopolização do mercado, vale dizer, à negação do mercado livre de ideias, tão caro à ideologia liberal. A propriedade cruzada, na prática, significa menos vozes, menos pluralidade, menos diversidade. Um atentado à liberdade de expressão.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2022/07/5021852-brasil-e-destaque-latino-americano-em-tecnologia-educacional.html>. Acesso em: 12 fev. 2024.

De fato, uma forma disfarçada de censura. ‘Convergência de mídias’ se refere a um avanço tecnológico provocado pela digitalização cujas consequências, por óbvio, não estão acima da pluralidade, da diversidade e nem da universalidade da liberdade de expressão (Lima, 2011, n. p.).

No Brasil, o modelo de sistema de comunicação revela que 70% da programação vista é produzida por quatro grandes redes de televisão, sendo que a Rede Globo de Televisão produz metade desses programas. Uma pesquisa conjunta do Coletivo Interozes e da Repórteres sem Fronteiras (RSF), mostra quem são os principais atores da mídia brasileira.

O Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor/MOM)<sup>21</sup> oferece uma imagem detalhada de quem são os proprietários da mídia e de sua atuação em outros setores da economia.

O IBGE divulgou em novembro de 2023 que o número de domicílios com TV no Brasil passou de 69,6 milhões, em 2021, para 71,5 milhões, em 2022, aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Tais informações revelam também que em 91,6% dos domicílios havia recepção de sinal analógico ou digital de TV aberta, número que corresponde a 65,5 milhões de residências. Sendo assim, a audiência e consumo de informações ocorre pela TV, e sem diversidade regional, pluralidade de vozes, temos a concentração como engrenagem que decide o que é notícia no país (Nery, 2022).

Quando não nos deparamos com as barreiras políticas, encontramos as econômicas, uma vez que, no cenário dessas grandes corporações, quem não dispõe de recursos (rádios comunitárias, coletivos de mídia independente e educativa) também não pode se inserir nos processos de produção de conteúdo para a mídia. Contudo, o público é cada vez mais incentivado a aderir como consumidor dos bens simbólicos. “A clientela das indústrias culturais é sem fronteiras; é um supermercado de dimensão mundial onde o controle social se exerce em escala planetária” (Galeano, 2006, p. 154).

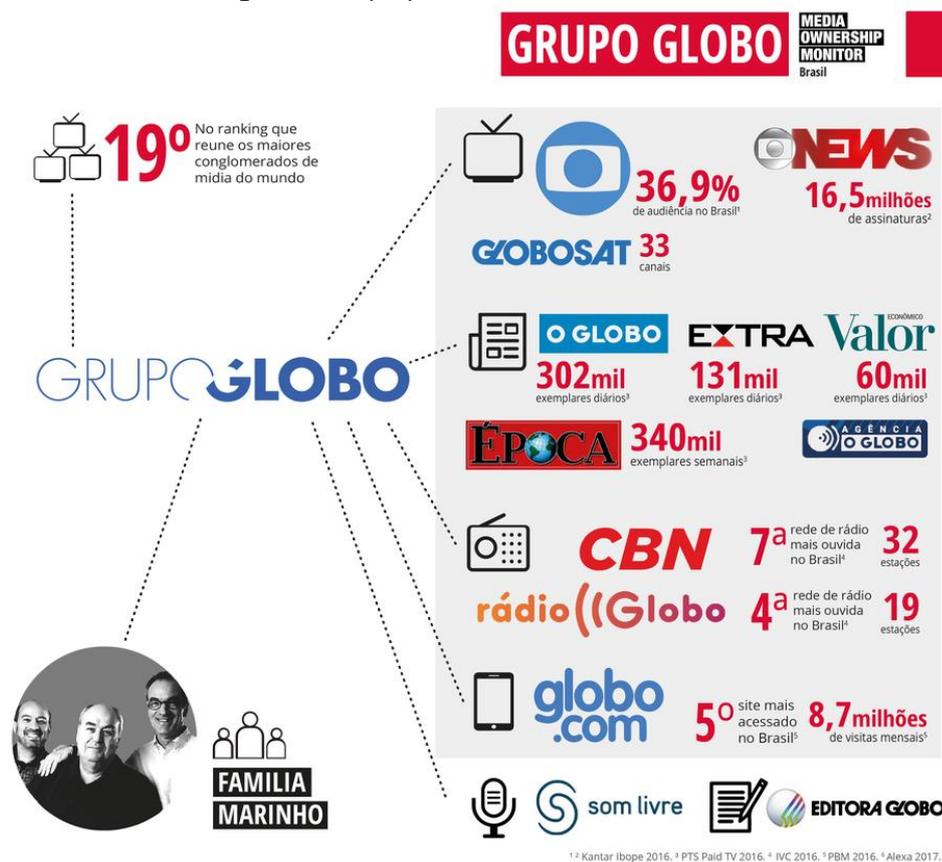
A concentração dos meios de comunicação no Brasil segue como um dos pontos mais vulneráveis da nossa já frágil democracia. A grande mídia é o principal partido político no Brasil contemporâneo. Enquanto os grupos do setor se organizam para ampliar o domínio hoje exercido, empresas estrangeiras buscam formas de disputar o mercado. Sobrará espaço para sociedade e Estado desenharem uma agenda voltada ao interesse público?

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Deputados e senadores continuam controlando emissoras, embora a Constituição proíba. Licenças de TVs e rádios educativas são usadas para escapar da obrigatoriedade de licitação e proteger negócios com fins comerciais. [...] O que era para ser concessão se transformou em capitania hereditária (Informativo Intervezes, 2007, p. 3-4).

Figura 5 – A propriedade cruzada da Globo



Fonte: MOM Brasil (2017)<sup>22</sup>.

Segundo a pesquisa, o Brasil possui um número representativo de políticos donos ou acionistas de meios de comunicação. No Congresso Nacional, por exemplo, 32 deputados federais e 8 senadores da 55ª legislatura (2015-2018) são proprietários de emissoras de rádio e TV. Entre as maiores redes de TV e de rádio e veículos impressos e online de maior audiência, universo pesquisado no MOM<sup>23</sup>, ao aferir que poucas mídias têm entre seus proprietários um ocupante de cargo público. Mas isso não significa a inexistência dessas relações. Ao contrário, as relações entre mídia e políticos são bastante estreitas e representam uma das características centrais das comunicações brasileiras.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/br/destaques/concentracao/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/br/destaques/afiliacoes-politicas/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

O que há é a articulação de políticos com os grupos que dominam os meios de produção de notícias. Além disso, o sistema público enfrenta sérias dificuldades para se desenvolver, e o setor privado tem a primazia de, mesmo sendo operado por empresas do setor, que obviamente visam ao lucro, receber incentivos do Estado para ampliar seu poderio. Um dos pilares para que a comunicação possa acontecer livre de interesses comerciais ou políticos é o equilíbrio da proporção entre estes sistemas.

A origem do problema é histórica, teve início durante o governo militar, como aponta Pedrinho Guareschi (2005, p. 37):

O esquema do monopólio começa a ser fortalecido pelos militares que tomam o poder em 1964, quando aprofundam a presença do Estado na implantação de um sistema de comunicações. Os militares criam a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em 1965, o Ministério das Comunicações (Minicom), em 1967, e a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), em 1972. Investem na Discagem Direta a Distância (DDD) e no sistema de micro-ondas. Toda essa infraestrutura montada pelos generais-presidentes é repassada aos empresários da comunicação.

De acordo com informações coletadas no levantamento do Intervozes<sup>24</sup>, numa parte da pesquisa denominada “Quem são os políticos donos da mídia”, e assim temos um panorama da abrangência nacional da concentração da mídia por grupos políticos. Tal cenário apresenta as afinidades políticas sobre o negócio da comunicação no Brasil. Compreendemos que o espaço da mídia, que deveria ser plural e diverso, vem sendo controlado por uma parcela ínfima de nossa sociedade. Ao observar os meios de comunicação tradicionais, verifica-se um modelo de exploração de emissoras de rádio e TV por grupos privados brasileiros.

Todavia, constatamos que, no Brasil, essa posição de sujeito fica muito comprometida quando observamos a comunicação sendo utilizada como moeda de troca política, ou mesmo, como um produto vendável em meio a uma sociedade centrada na mídia (Lima, 2006), onde o que ocorre socialmente aparentemente só adquire conceito de real quando é exposto, mesmo que de forma espetacular, pelos meios de comunicação.

Todavia, o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://intervozes.org.br/levantamento-do-intervozes-revela-quem-sao-os-politicos-donos-da-midia-nas-eleicoes-2022/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

(novo/velho), da estética (feio/bonito) etc. – e, em particular, da política e dos políticos (Lima, 2006, p. 55).

Temos uma trajetória com desigualdades e a distribuição de concessões (permissão para as emissoras de rádio e TV operarem são dadas pelo governo federal) apresentadas como barganha política, já que passa por parlamentares a distribuição de concessões. A questão permanece: a concentração da mídia e da educação sob o comando de poucos e a capacidade de circulação de informação através deles podem favorecer a quem? E quando teremos uma agenda de uma comunicação educativa?

Na história brasileira, o liberalismo nunca foi democrático. Ele pensa a questão da liberdade apenas do ponto de vista da ausência de interferência do Estado. A liberdade é equacionada com a liberdade individual desde que o indivíduo não seja impedido de fazer o que quiser e a instituição adversária dessa liberdade é sempre o Estado (Lima, 2011, n. p.).

Para identificarmos essa encruzilhada entre educação, comunicação e informação no Brasil, é preciso conhecer a trajetória que une, por questões estruturais e históricas as contribuições em tais setores. E, como já identificamos, seguem entrelaçados em seus percursos políticos e econômicos. Antes de retomarmos para as Edtechs, é imprescindível compreender a tentativa de implementação do sistema público de comunicação, também denominado Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP)<sup>25</sup>, prevista na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada em 2007.

A RNCP possui um sistema integrado de serviços de radiodifusão, tais como: Agência Brasil, Rádio MEC, Rádio Nacional e TV Brasil. Tal estrutura simboliza espaços para o exercício do direito humano à comunicação onde se espera que as pessoas possam ter acesso a todos os meios de produção de conteúdo, de modo que o público pode passar de mero receptor a protagonista do processo, numa programação educativa, como serviço e bem público, que deve ser fundamentada em conteúdos que permeiam a cidadania, a formação crítica, incentivando a ampla pluralidade de vozes e representações territoriais.

A comunicação, no contexto dessas práticas inclusivas, deve significar compartilhamento, diálogo, diferentemente da extensão. E os meios de comunicação, como elementos centrais de socialização e informação nas sociedades contemporâneas, muitas vezes reproduzem estereótipos que tendem a

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.ebc.com.br/veiculos/mcp>. Acesso em: 12 fev. 2024.

massificar imagens que, nem sempre correspondem a real vivência da diversidade que é o Brasil.

A EBC, nos últimos anos passou por desmontes na gestão Bolsonaro, que transformou o sistema público de comunicação em uma agência de notícias estatal, para aparelhar o seu governo. A matéria da Folha de São Paulo intitulada “Bolsonaro muda comando da EBC e põe general na chefia da estatal de comunicação” diz muito desde o título, das estratégias para destruição do pouco que temos em comunicação pública. Uma outra ação em 2022, foi o fim da TV INES, uma WebTV acessível<sup>26</sup>, que se apresenta como uma experiência inédita no Brasil (com poucas similares no mundo). A TV INES<sup>27</sup> nasceu em 2013, por meio de uma parceria entre o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)<sup>28</sup> e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), no Rio de Janeiro. A sua programação prioriza a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)<sup>29</sup>, reconhecida em 2002, que tem léxico e gramática próprios e distintos da Língua Portuguesa (Arbex, 2019; Anselmo, 2022).

Dessa maneira, a programação da TV INES apresenta todo o conteúdo bilíngue, com recursos de acessibilidade comunicacional, tais como: Legendas (LSE), locução em português e audiodescrição.

Por qual razão enfraquecer uma empresa pública de comunicação, com programação educativa, é algo tão almejado? Se avaliarmos a TV INES, temos a pauta de comunicação acessível para uma população que até então não havia iniciativa alguma, que surge por ação da escola nacional para ser criada, o INES, e parceiros governamentais.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 16% da população mundial possui algum tipo de deficiência, em 2023 (Pinto, 2023). Já a Comissão

---

<sup>26</sup> WEB TV, ou TV pela Internet, é a transmissão de sinais televisivos pela internet podendo ser sob a forma de Vídeo sob demanda ou streaming em tempo real.

<sup>27</sup> Disponível em: <http://tvines.com.br/>. Acesso em: 23 dez. 2023.

<sup>28</sup> É o centro nacional de referência na área da surdez no Brasil, órgão do Ministério da Educação, localizado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro das Laranjeiras. Foi a primeira instituição a atuar na área no Brasil, fundada pelo imperador Pedro II em 1856.

<sup>29</sup> A língua brasileira de sinais (LIBRAS) é a língua de sinais (língua gestual) usada pela maioria dos surdos dos centros urbanos brasileiros e reconhecida pela Lei. É derivada tanto de uma língua de sinais autóctone, que é natural da região ou do território em que habita, quanto da língua gestual francesa. Por isso, é semelhante a outras línguas de sinais da Europa e da América. A Libras não é a simples gestualização da língua portuguesa, e sim uma língua à parte, como comprova o fato de que em Portugal usa-se uma língua de sinais diferente, a língua gestual portuguesa (LGP).

Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)<sup>30</sup>, aponta em pesquisa de 2018, que aproximadamente 12% da população tem alguma deficiência, porcentagem que equivale a aproximadamente 70 milhões de pessoas na América Latina e o Caribe. No Brasil, quase são 18,6 milhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2022) com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Nesse recorte, a maior taxa de prevalência de pessoas é da região Nordeste, com 10,3%, equivalente a 5,8 milhões de pessoas e maioria autodeclaradas mulheres pretas. Esse mapeamento de PCD traz um panorama de população que tem menor acesso à educação, trabalho e renda.

A quem interessa que um canal de comunicação educativa não permaneça ou amplie? Um quantitativo tão emblemático de pessoas não ter acesso à informação, é estratégico? Por qual razão o processo de construção da TV INES, tendo em vista que a programação educativa foi sendo formatada para veiculação em qualquer TV e ainda sendo inserida, pontualmente, outras línguas gestuais do mundo, foi desmontada?

Essas apropriações alteram o modelo padrão da TV e seu discurso de linguagem audiovisual que não dispõe, ainda, de tais dispositivos para o consumo informativo por toda a sociedade. Salientamos também que tal implementação da TV INES, também caminhada aliada a implementação de políticas de inclusão obrigatórias na TV aberta, que precisava cumprir a portaria do Ministério das Comunicações nº 188/2010 (Brasil, 2010), em que a meta era atingir progressivamente 20 horas semanais até 2020. Em 2018, todos os canais de TV aberta deveriam cumprir 12 horas de conteúdo acessível em sua programação, o que não corresponde à realidade. Bem, então temos um exemplo de direcionamento dado a comunicação educativa, de como a ausência, novamente, de regulação da mídia, nos faz permanecer numa gangorra infinda de ganhos e perdas. E a pauta sobre a educação e grupos sociais, territórios específicos, por mais volumosos que sejam, se inserem em indicadores excluídos quando são lacunas, e por serem volume também se fazem estratégicos para a justificativa de linha de atuação, a depender da necessidade posta pelo mercado.

---

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/noticias/cepal-realizou-semana-inclusao-pessoas-deficiencia>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Desse modo, a mídia exerce particular responsabilidade na formação dos receptores e contribui para cristalizar comportamentos sociais. E mais ainda que educadores sejam efetivamente direcionados para a compreensão de tal conjuntura. Essas interpretações da realidade muitas vezes não dialogam com o conceito de “comunicar” apresentado por Dominique Wolton (2006, p. 15):

Comunicar é ser, isto é, buscar sua identidade e sua autonomia. É também fazer, ou seja, reconhecer a importância do outro, ir ao encontro dele. Comunicar é também agir. Mas é igualmente admitir a importância do outro, portanto, aceitar nossa dependência em relação a ele e incerteza de ser compreendido por ele.

Esses fatores colaboram para que uma grande parcela da população sofra interdições da participação sobre o que é comunicar e o letramento no seu direito à comunicação.

A comunicação é percebida, em todo o caso, como o cenário cotidiano do reconhecimento social, da constituição e expressão dos imaginários a partir dos quais as pessoas representam aquilo que temem ou que têm direito de esperar, seus medos e suas esperanças. [...] O que significa que neles [meios de comunicação] não apenas se reproduz ideologia, mas também se faz e refaz a cultura das majorias, não somente se comercializam formatos, mas recriam-se as narrativas nas quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva (Martín-Barbero, 1997, p. 63).

Sendo assim, temos um nicho que segue um modelo a partir de agendamentos internacionais, e se avaliarmos por esse viés, não há nada de novo no front. No entanto, o que surge como “novidade” são as múltiplas formas da fruição do modelo, a tecnologia não deveria ser usada como solução, ela é ferramenta para as alternativas, via de condução, não o caminho. Do modo TECH como se apresenta, só serve para justificar a economia que leva a educação para o lucro.

### 3.3 EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO: ECONOMIA POLÍTICA

Em uma busca na internet encontramos muitos slogans que afirmam a agenda coletiva sobre as pautas e suas recomendações “Do caderno para a nuvem: como a edtech está revolucionando a aprendizagem na América Latina<sup>31</sup>” ou “Quais

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://privatebank.jpmorgan.com/latam/pt/insights/markets-and-investing/from-the-notebook-to-the-cloud-how-edtech-is-revolutionizing-learning-in-latin-america>. Acesso em: 12 fev. 2024.

são as edtechs que vão mudar o Brasil? ”<sup>32</sup> O apelo discursivo está presente na narrativa por completo, em como se divulga o currículo, como se nomeia o conhecimento que será escalonado, onde temos simuladores para o vestibular e premiações para o aluno “nota 10”. A mídia anuncia a Edtech e torna ela especialista, faz cobertura dos eventos e alimentando uma rede que se autopromovem e assim por diante. As lacunas por habilidades para resolução das desigualdades é o slogan para a proliferação das Emtech (Educação Midiática Tecnológica). O surgimento de novas tecnologias não transforma, sozinho, a estrutura do poder comunicacional. As dimensões econômicas, regulatórias e culturais do consumo de informações permanecem favorecendo a concentração em poucas mãos (Pasti, 2018).

No campo de disputa por poder, alinhar os discursos na promoção da rede é realmente estratégico. Não obter na agenda de fontes os especialistas que estão na educação formal e informal como referência para falarem da realidade na educação brasileira, é algo a se observar. Por outro lado, temos a perspectiva histórica da Economia Política da Comunicação defendida por Matellart e Matellart (1999). Segundo os autores, a economia política da comunicação tem início nos anos 1960 sob a forma de um questionamento sobre o desequilíbrio dos fluxos de informação e produtos culturais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O segundo foco da economia política da comunicação surgiria a partir de 1975, com estudos sobre as “indústrias culturais” (Matellart; Matellart, 1999).

Quando não nos deparamos com as barreiras políticas, encontramos as econômicas, uma vez que, no cenário dessas grandes corporações, quem vai questionar? Como conseguir alcançar a sociedade com tal debate? Se os especialistas reais da educação, que estão nas escolas, nas universidades, nos grupos de educação no campo, na casa improvisada que vira creche, não são pautados para assim garantirem a participação no debate? Temos um discurso orquestrado, em plena harmonia, sobre a pauta dos pequenos grupos, controladores da informação e comunicação. Contudo, o público é cada vez mais incentivado a aderir como consumidor dos bens simbólicos. “A clientela das indústrias culturais é sem fronteiras; é um supermercado de dimensão mundial onde o controle social se exerce em escala planetária” (Galeano, 2006, p. 154).

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://aceventures.com.br/edtechs-que-vaio-mudar-o-brasil/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

O Sujeito pensante não pode pensar sozinho. Não pode pensar acerca dos objetos sem a co-participação de outro Sujeito. Não existe um 'eu penso', mas sim um 'nós pensamos' o É o 'nós pensamos' que estabelece o 'eu penso' e não o oposto. Esta co-participação dos Sujeitos no ato de conhecer se dá na comunicação. [...] A comunicação implica uma reciprocidade que não pode ser rompida. Portanto, não é possível compreender o pensamento sem referência à sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. [...] O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. [...] A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (Freire, 1983, p. 66-69).

Esse pensamento e lógica de funcionamento nos faz refletir na função elementar da formação de professores, na graduação, como exemplo, seria fundamental o conhecimento acerca da economia política. A engrenagem aqui posta é fundamental para compreender por qual razão a incomunicação impera, como os livros didáticos são decididos verticalmente, os materiais e direcionamentos pedagógicos também, a sigla da organização que chega para uma formação continuada e vai embora sem dialogar com o local, alheio a tudo e todos pois já executaram a consultoria.

A estética de espaços formativos “online” num design confortável, fácil, já articulado em rede, com a culminância baseada na entrega de projetos, que serão certificados no pacto para serem multiplicadores de processos. As iniciativas seguem o padrão de instituições que estão situadas no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, no formato de instituição filantrópicas, sem fins lucrativos, como nos revelou na pesquisa de Avelar (2016) e que vamos nos aprofundar no capítulo da construção curricular no Brasil.

Tal lógica na economia política nos ajuda a identificar a atuação dos produtos culturais nos territórios. Isso é reforçado quase se parte do conceito de “economia-mundo”, proposta por Wallerstein (1974), em que uma tripla realidade: um espaço geográfico dado; a existência de um polo, “centro do mundo”; zonas intermediárias em torno desse pivô central e de margens bastante amplas, que na divisão do trabalho se acham subordinadas e dependentes das necessidades do centro. Esse esquema de relações tem um nome: a troca desigual. A América Latina nunca foi um território onde a formação política e cidadã aconteceu em condição propícia, é sempre no levante que emergem experiências de resistência e transgressão, é preciso lembrar das 40 horas de Angicos que completam 60 anos.

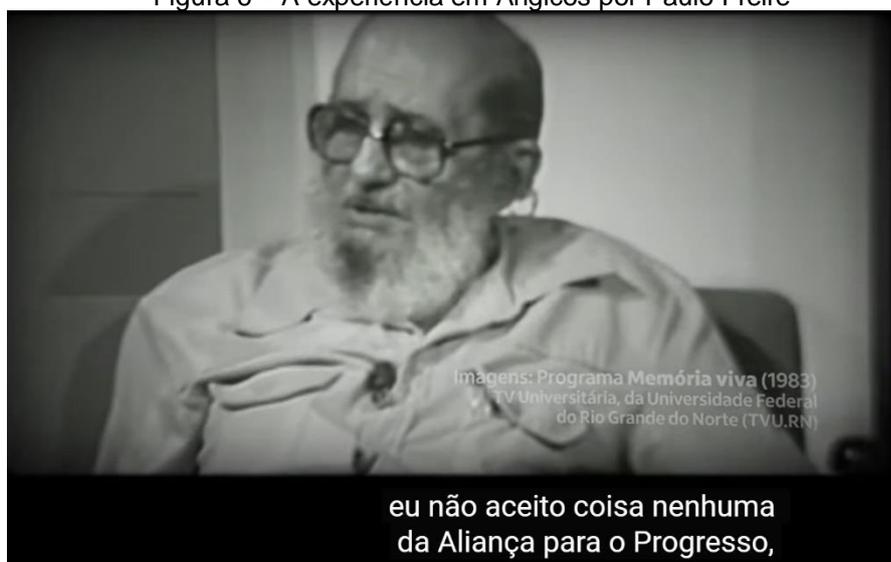
O educador Paulo Freire, em 1963, foi convidado por gestores da educação do Rio Grande do Norte a aplicar o seu experimento-piloto denominado “As 40 horas” (um método de letramento para 300 adultos), em Angicos, no sertão do Estado, cidade que na época tinha 75% da população analfabeta. O método se baseava em “círculos de cultura” onde a busca por apresentar as palavras geradoras, que iriam permear o universo das aulas com agricultores, costureiras, lavadeiras e pedreiros, articulava o seu ambiente de vivências para provocar a reflexão política, pois nessa época só teria direito ao voto a pessoa alfabetizada, isso também estava na roda de formação para ser refletida a importância de participação social a partir do ler e escrever.

Nesse sentido, o material induz a muitas interrogações (O que seria um indivíduo politizado, por exemplo, para os coordenadores dos Círculos de Cultura?) e permite, igualmente, fazer algumas inferências, quais sejam: 1) O predomínio de uma concepção de democracia e de participação política bastante restrita, reduzida praticamente ao ato de votar; 2) Os textos utilizados e as discussões travadas no interior dos Círculos de Cultura não propunham o conflito mas o entendimento, inclusive entre patrões e empregados. O conflito só surgiria caso falhasse o entendimento; 3) A consciência política seria legada ao povo, a "uma população acomodada, conformada, indiferente, fatalista", por uma elite esclarecida (Lyra, 1996 p, 1996).

Essa entrevista, ao programa Memória Viva, em 1983, pela TV Universitária do Rio Grande do Norte, Freire ressalta que houve exigências:

Nossa relação se daria pela universidade e a Secretaria de Educação, eu não aceito coisa nenhuma da Aliança para o Progresso, mas não tenho nada contra usar o dinheiro que ela pensa que é dela, mas que não é, porque no fundo o dinheiro da Aliança para o Progresso era um dinheiro que voltava para o Brasil, ainda mais em termos de favor, mas o dinheiro era nosso, desta área subdesenvolvida, que não é subdesenvolvida só porque é explorada, dominada. Então por que não aproveitar esse dinheiro no retorno, desde que a gente assegurasse o que pudesse fazer com ele, a minha posição era essa, se eu tenho autoridade sobre o que vou fazer no projeto, eu não quero saber se esse dinheiro vem da Aliança ou se vem do japonês (Freire, 1983, p. 85).

Figura 6 – A experiência em Angicos por Paulo Freire



Fonte: Itaú Cultural (2021)<sup>33</sup>.

A Aliança para o Progresso, lançada em 1961, foi uma política externa dos Estados Unidos para a América Latina, através de um programa cooperativo destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social, ao mesmo tempo que visava frear o avanço do socialismo nesse continente.

Segundo Guimarães, Paulo Freire foi questionado sobre ter sido apoiado pelos Estados Unidos (Freire; Guimarães, 2021). Críticos afirmam que a experiência de alfabetização no Rio Grande do Norte, dirigida por Paulo Freire em 1963, na realidade teve o apoio do programa norteamericano “Aliança para o Progresso”. No entanto, Paulo explica que, na época, a Aliança atuava diretamente com os governos estaduais. O problema é que se tratava de empréstimos, mas que o programa fazia exigências “inaceitáveis”. Por exemplo, os professores tinham que ir fazer estágio - nos Estados Unidos – que imóveis construir etc. Desse modo, quando Freire questiona o uso do dinheiro na entrevista para a TV, temos novamente a questão do modo de financiamento da educação em cheque, assim como a influência dos modelos de negócios na educação, comunicação e informação. Além disso, questiona como a economia política nos auxilia na compressão de tal engrenagem cada dia mais determinante.

O Loureiro (2020), professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, desenvolveu uma pesquisa que revela a ingerência do governo, agências e empresas norte-americanas na política brasileira, antes do golpe civil-militar de 1964 e durante o período ditatorial (Arantes, 2023, n. p.).

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yEY0zfoNZPc>. Acesso em: 12 fev. 2024.

O estudo forneceu um conjunto abrangente de informações sobre os empréstimos em dólares norte-americanos e concessões em cruzeiros para os diferentes Estados brasileiros. E demonstrou que a ajuda econômica dos Estados Unidos foi guiada por objetivos políticos, no contexto da Guerra Fria, impulsionando governadores de oposição e contribuindo para desestabilizar o governo João Goulart e facilitar o golpe civil-militar que instaurou a ditadura em 1964<sup>34</sup> (Loureiro, 2020, n. p.).

Nessa perspectiva, temos eventos e agendas que assemelham em práticas ao longo do tempo, principalmente quando se trata da América Latina, onde o valor econômico segue ocupando um espaço estratégico na arena política. Sendo assim importante trazer os suportes da Economia Política da Comunicação, em que Bolaño, Mastrini e Sierra defende que os principais enfoques buscam “identificar a trama de problemas e teorias com as quais se concebem as realidades persistentes do novo entorno informativo” (Bolaño; Mastrini; Sierra, 2005, p. 25); e assim identificar uma “análise genealógica de reconstrução histórica que faça compreensível as contraditórias condições sociais, acadêmicas e político-culturais que determinam o alcance do pensamento emancipador em comunicação” (Bolaño, Mastrini; Sierra, 2005, p. 27) e ainda, promover o “questionamento das formas de posicionamento e compromisso social da teoria com a práxis dos movimentos sociais” (Bolaño, Mastrini; Sierra, 2005, p. 29).

#### **4 CULTURA DIGITAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

“A massa mantém a marca, a marca mantém a mídia, e a mídia controla a massa”  
(Orwell, 2010, p. 110).

##### **4.1 AGENDAS, COLONIALISMO DIGITAL E A RELAÇÃO NO MODO DE PRODUZIR E CONSUMIR CONTEÚDOS**

Em julho de 2016, uma pauta reverberou na mídia e alertava para o seguinte evento: “Por que os herdeiros do Vale do Silício, a meca tecnológica dos EUA, estudam longe do wi-fi”, ela foi publicada no portal do El País, de Madri, na coluna de Tecnologia, e replicada em portais de outros países onde o grupo possui cobertura (Abundancia, 2016). A questão gira em torno de que os criadores que

---

<sup>34</sup> Informações sobre o financiamento e detalhes da pesquisa em:  
<https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/82176/as-relacoes-entre-brasil-e-estados-unidos-no-contexto-da-alianca-para-o-progresso-1961-1964/?q=2013/06288-6>. Acesso em: 12 fev. 2024.

representam as marcas como Apple, Google (Alphabet), Yahoo e Hewlett Packard (conhecida como HP), entre outras, optam por escolas com metodologia com severas restrições quanto ao uso de telas e dispositivos eletrônicos. Segundo a reportagem:

A Escola Waldorf da Península, na Califórnia, é um dos estabelecimentos que mais recebem os filhos da tecnologia, com uma pedagogia que aposta na experimentação do mundo real e na ênfase em fomentar a criatividade, a curiosidade e as habilidades artísticas inatas dos pequenos. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sugere num relatório global que os sistemas educacionais que investiram muito em computadores registraram pouca melhora em seus resultados de leitura, matemática e ciências no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). Por conta disso, os melhores sistemas educacionais foram muito precavidos na hora de usar a tecnologia nas salas de aula (Abundancia, 2016, n. p.)

A escola escolhida para o Vale do Silício, é a que segue a pedagogia Waldorf, um modelo baseado na antroposofia, um método de conhecimento fundamentado no ser humano e da natureza, criado pelo austríaco Rudolf Steiner, no início do século XX. As primeiras escolas surgiram na Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial e o método é pautado em ciclos, contato com a natureza, atividades artísticas e trabalhos manuais (Abundancia, 2016).

Analisar esses eventos a partir de um panorama econômico e político, é um viés dado a partir da decisão de escolher uma escola assim para os filhos dos “criados de tecnologias” e compreender os produtos e sistemas desenvolvidos por eles para a sociedade em suas camadas socioeconômicas, no Brasil tão diverso também de desigualdades, temos o cenário de que as pessoas passam aproximadamente 16 horas do dia acordadas, mas um dado chama a atenção: mais da metade desse tempo é destinado ao uso de smartphones e computadores.

O levantamento foi feito pela plataforma Electronics Hub, um site de informações eletrônicas, a partir da pesquisa Digital 2023: Global Overview Report da DataReportal<sup>35</sup>, considerando 45 nações, e concluiu que o Brasil é o segundo país com mais pessoas em frente a uma tela (Nazar, 2023).

Quadro 6 – Estado do Digital no Brasil em 2023

<b>Aspectos relevantes</b>
Total de usuários de internet no Brasil no início de 2023 era de 181,8 milhões de pessoas. Penetração da internet na população brasileira era de 83%

<sup>35</sup> Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/brasileiros-passam-em-media-56-do-dia-em-frente-as-telas-de-smartfones-computadores/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Usuários de internet no Brasil aumentaram 7,1 milhões (+4,1%) entre 2022 e 2023
O Brasil tinha 152,4 milhões de usuários de mídia social em janeiro de 2023, o equivalente a 70,6% da população total
Conexões móveis celulares ativas no Brasil no início de 2023 era de 221 milhões, número equivalente a 102,4% da população total

Fonte: Nazar (2023).

O número de crianças e adolescentes com acesso à internet se manteve com certa estabilidade, com um pequeno crescimento em 2023, apontou a pesquisa TIC Kids Online Brasil, do Comitê Gestor da I

nternet no Brasil (CGI.br), esse estudo aponta que 95% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos de todo o país acessam a internet, o que corresponde a mais de 25,1 milhões de pessoas nessa faixa etária.

No entanto, a pesquisa também demonstrou que, embora esse número tenha caído em relação a 2022, ainda há uma parte desse público que jamais teve acesso à internet, o que corresponde atualmente a mais de 580 mil pessoas. O crescimento em relação a 2019 (quando o percentual era de 89%) foi impulsionado principalmente pelo aumento na proporção de usuários na região Nordeste (de 79% para 92%) e nas áreas rurais (de 75% para 90%) (Shandwick, 2023).

Se cruzarmos os dados com as ações adotadas pelo Governo federal, por meio do Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), criada em 2002, sendo qualificada como uma Organização Social, com foco em projetos e ações para o fomento das atividades de pesquisas tecnológicas em redes de desenvolvimento. A RNP com o Ministério das Comunicações e da Educação, é responsável pela condução do Programa Internet Brasil, aprovado após medida provisória (MP)<sup>36</sup> nº 1077, de 07 de dezembro de 2021, quando o presidente era Jair Bolsonaro, o Ministro das Comunicações Fábio Faria e o da Educação Milton Ribeiro (Brasil, 2021). O Art. 3º da MP nº 1077, aponta que Compete ao Ministério das Comunicações, no âmbito do Programa Internet Brasil:

§ 1º Para implementar o Programa Internet Brasil, o Ministério das Comunicações poderá dispor de: I - contratos de gestão com organizações sociais; II - termos de parceria com organizações da sociedade civil de interesse público; e III - outros instrumentos de parceria com organizações da sociedade civil, previstos em lei (Brasil, 2021, n. p.).

<sup>36</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-12/publicada-medida-provisoria-que-cria-o-programa-internet-brasil>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Em 27 de abril de 2022, o Senado aprova a MP com alterações. Segundo informações da Agência Brasil<sup>37</sup>, os deputados incluíram os estudantes das comunidades indígenas e quilombolas no atendimento do programa. Além disso, acrescentaram quatro artigos sobre atividades de radiodifusão que ampliam as oportunidades para solicitação de renovação de concessões ou permissões para execução dos serviços. O trecho é considerado um “jabuti”, ou seja, um assunto estranho ao texto original da MP e foi mantido no Senado. Pelo texto, o Ministério das Comunicações deverá reconhecer pedidos apresentados fora do prazo para a renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão, desde que encaminhados ou protocolizados até a publicação da lei de conversão da MP. Em 29 de abril, o texto final da MP<sup>38</sup> passou pelo Congresso Nacional, mas ainda depende da sanção do presidente da República para virar lei. Na ocasião, os beneficiários serão famílias cadastradas no CadÚnico que estiverem cursando o Ensino Fundamental (3º ano) ou Médio na rede pública, municipais ou estaduais já contempladas pelo Nordeste Conectado<sup>39</sup>, com 700 mil chips distribuídos<sup>40</sup>.

Conforme previsto na medida provisória que instituiu o programa, a sua implementação é gradual e prevê, nesta primeira fase, a distribuição de chip com pacote de dados. Futuramente, condicionada à disponibilidade orçamentária do ministério e à capacidade de produção dos fornecedores de dispositivos móveis, o programa pode passar a fornecer também equipamentos de acesso (Brasil, 2022, n. p.).

---

<sup>37</sup>Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-04/senado-aprova-criacao-do-programa-internet-brasil>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>38</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-04/primeira-fase-do-internet-brasil-vai-distribuir-cerca-de-700-mil-chips>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>39</sup> Disponível em:

[https://www.rnp.br/arquivos/documents/LAMINA\\_NORDESTE\\_CONECTADO.pdf?CgPNg71ewLGxZamxNHuXjRrsAe0sU2e6=](https://www.rnp.br/arquivos/documents/LAMINA_NORDESTE_CONECTADO.pdf?CgPNg71ewLGxZamxNHuXjRrsAe0sU2e6=). Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-aco-es-obras-e-atividades/nordeste-conectado>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Figura 7 – Ciberinfraestrutura de telecomunicações na Região



Fonte: RNP (2019)<sup>41</sup>.

Em 06 de dezembro de 2023, no Governo Lula, em que o Ministro das Comunicações é Juscelino Filho, e o Ministro da Educação, Camilo Santana, a agenda do Programa Internet Brasil foi retomado. Os alunos receberam 10 mil<sup>42</sup> chips neutros, no formato de (e-SIM Cards) o que garante a conexão por operadora diante da cobertura de cada localidade, com até 20GB por mês em dados móveis.

O Governo Federal apresentou que o Internet Brasil vai entrar numa nova fase a partir de 2024<sup>43</sup> - com previsão de 50 mil novos chips a serem distribuídos no início do próximo ano letivo.

A figura 8 apresenta um infográfico do programa com o fluxo e as etapas da Jornada do Internet Brasil.

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.rnp.br/projetos/nordeste-conectado>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/dezembro/mcom-entrega-10-mil-chips-de-banda-larga-para-alunos-inscritos-no-cadunico>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.rnp.br/noticias/internet-brasil-completa-fase-inicial-com-10-mil-chips-de-banda-larga-entregues-para>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Figura 8 – Projeto Internet Brasil



Fonte: RNP (2019)<sup>44</sup>.

No site do Consórcio de Inovação na Gestão Pública – CIGA<sup>45</sup>, é possível conceber que a iniciativa colabora de forma ativa com a educação, levando informação aos municípios e estimulando projetos através de atas compartilhadas de chromebooks e acesso ao Google for Education. Além disso, o CIGA instituiu a Câmara Técnica de Educação pela resolução CIGA nº 234 de 29 de junho de 2022, visando a priorização dos projetos educacionais do Consórcio.

Também sendo um meio para a garantia de uma internet de qualidade, é importante levar conectividade de verdade aos alunos dentro e fora do ambiente escolar. Na matéria, é feito um chamado, que apresenta a proposta: “Conte com as nossas soluções para trazer inovação para o seu município!”<sup>46</sup>.

Desse modo, temos um modelo em continuidade, inclusive com as pastas (Comunicações e Educação) com representações de setores e de disputas políticas. O portal Estadão pontua que “O nome de Juscelino foi indicado pelo União Brasil

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.rnp.br/projetos/nordeste-conectado>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://consorciociga.gov.br/qual-a-velocidade-de-internet-ideal-para-minha-escola/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://consorciociga.gov.br/qual-a-velocidade-de-internet-ideal-para-minha-escola/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

como parte das negociações de Lula em busca de maior apoio político no Congresso Nacional”<sup>47</sup>, diante da base de apoio para estabelecer a governabilidade. E, ainda existe uma composição de cargos no Ministério das Comunicações que apresenta integrantes que compuseram a equipe no Governo Bolsonaro, que estão na atual pasta, em matéria na Carta Capital (Xavier, 2023).

Em entrevista ao jornalista Luís Nassif, Daniel Cara (TV GGN, 2023) lamentou a inoperância do MEC na defesa da educação, a partir do corporativismo que tomou a pasta, com cabeças ligadas à entidade do empresário suíço-brasileiro Jorge Paulo Lemann, a Fundação Lemann. Segundo o especialista, o *lobby* para implementar o neoliberalismo da Educação a todo custo, com manobras envolvendo o Congresso, por exemplo com a reforma do Novo Ensino Médio, se revela por meio da relação da pasta com os setores civis. O coordenador honorário da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e professor da Universidade de São Paulo (USP), Daniel Cara, comentou a influência da Fundação Lemann no Ministério da Educação (MEC) de Camilo Santana:

Hoje, o Ministério da Educação é considerado um ministério inoperante e quando opera alguma coisa é na perspectiva das fundações empresariais, que obedecem a um economista e aquilo que foi formulado nos anos 1990 por Eric Hanushek, que são as reformas econômicas da educação nos Estados Unidos, um programa de ajuste neoliberal na educação, que foi exportado para vários países e – sequer – as fundações empresariais brasileiras tem noção, porque além de tudo são medidas provincianas e que os EUA já superaram (TV GGN, 2023, n. p.).

O acordo, publicado na edição de 14 de agosto de 2023, do Diário Oficial da União (DOU), prevê que ONG MegaEdu, financiada pelo grupo ligado a Jorge Paulo Lemann, opine sobre a conexão de escolas públicas à internet.

A ONG também passou a integrar um conselho do Ministério das Comunicações que define como será gasto parte dos R\$ 6,6 bilhões que devem ser destinados à conectividade de estudantes.

---

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/reuniao-lula-juscelino-filho-ministro-comunicacoes-entenda-crise/#:~:text=O%20nome%20de%20Juscelino%20foi,apoio%20pol%C3%ADtico%20no%20Congreso%20Nacional>. Acesso em: 12 fev. 2024.

## Figura 9 – Publicação sobre acordo de conectividade de escolas

26/09/23, 07:25

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - DOU - Imprensa Nacional

### DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/08/2023 | Edição: 154 | Seção: 3 | Página: 32

Órgão: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica

#### EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Processo: 23000.014260/2023-62.

Espécie: Acordo de Cooperação nº 06/2023.

Participes: União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Básica, e ASSOCIAÇÃO MEGAEDU.

Objeto: A conjugação de esforços entre os participes para (i) a qualificação de políticas públicas de conectividade de escolas públicas, (ii) a promoção de monitoramento da conectividade das escolas, (iii) o apoio técnico a estados e a municípios relacionado ao diagnóstico e à implementação de políticas públicas federais alinhadas a políticas locais e (iv) a disponibilização e a análise de dados relacionados ao desafio de conectividade de escolas.

Recursos financeiros: Este instrumento não envolve transferência de recursos entre os participes.

Vigência: 36 (trinta e seis) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nas condições previstas no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 21 do Decreto nº 8.726, de 2016, mediante termo aditivo, por solicitação da devidamente fundamentada, desde que autorizada pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC, ou por proposta do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC e respectiva anuência da ASSOCIAÇÃO MEGAEDU, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término. JULIANA GRANDE POUSA FIDELIS - Coordenadora de Gabinete Secretaria de Educação Básica

Fonte: Diário Oficial da União (2023)<sup>48</sup>.

Em nota, a organização afirma:

A MegaEdu é uma organização associada à Fundação Lemann e recebe apoio desta, assim como de outras instituições que acreditam na seriedade do trabalho da organização. Todas as organizações que apoiam a MegaEdu estão listadas no site da organização (MegaEdu, 2023, n. p.).

E acrescenta:

Sabemos e acompanhamos o compromisso do Governo Federal no sentido de reduzir as desigualdades no Brasil nas várias dimensões e setores relacionados a este desafio. É de interesse da MegaEdu que haja toda transparência acerca do tema de conectividade de escolas públicas (MegaEdu, 2023, n. p.).

Por meio de comunicado, o governo diz que o acordo com a MegaEdu "é apenas um convênio de compartilhamento de um estudo já feito pela entidade sobre a relação de conectividade das escolas e a infraestrutura de internet brasileira" (Affonso; Valfré, 2023, n. p.).

Ainda buscando cruzar os dados que apontam o uso pedagógico da internet, para compreender a dinâmica dada a tais projetos, foi lançado, ainda em 2022, o

<sup>48</sup> Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/09/DOU-acordo-cooperacao-megaedu-14-ago-2023.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Grupo Interinstitucional de Conectividade na Educação (GICE)<sup>49</sup>, formado por mais de 20 instituições, entre órgãos governamentais, operadoras, associações de provedores, empresas de tecnologia, institutos e organizações do terceiro setor.

Uma das principais entregas do grupo é o Mapa da Conectividade na Educação<sup>50</sup>, ação conjunta do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)<sup>51</sup> e o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB)<sup>52</sup>, também formata com uma associação sem fins lucrativos, criada em 2016, com o intuito de promover a cultura de inovação na educação pública brasileira. A proposta do GICE é reunir distintas bases de dados para apoiar políticas de conectividade para a educação pública brasileira.

Em junho de 2016, o GICE lançou o evento, “Internet Ideal na Escola<sup>53</sup>”, na ocasião foi apresentada a nota técnica “Qual a velocidade de internet ideal para a minha escola?”<sup>54</sup>, com o objetivo de apoiar gestores no momento da escolha de planos de internet para escolas públicas do país. O documento foi coordenado pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Tecnologia de Redes e Operações do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Ceptro.br|NIC.br), pela empresa MegaEdu<sup>55</sup>, pelo Grupo Mulheres do Brasil<sup>56</sup> (GMB) e pelo CIEB. A RNP participou da elaboração da nota técnica, que também contou com as seguintes instituições parceiras: Intelbras, Sincroniza Educação, Consórcio de Inovação na Gestão Pública (CIGA)<sup>57</sup>, Instituto Cordial<sup>58</sup>, Instituto Article<sup>59</sup>, Banco Interamericano de Desenvolvimento<sup>60</sup> (BID) e Fundação Lemann<sup>61</sup>.

A conclusão da nota técnica é fundamentada no relatório da Alliance for Affordable Internet (A4AI<sup>62</sup>), que se apresenta como sendo uma organização composta por membros globais que operam em vários países. Segundo consta no

---

<sup>49</sup> Disponível em: <https://www.rnp.br/noticias/rnp-participa-de-iniciativa-para-diagnostico-da-conectividade-na-educacao>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>50</sup> Disponível em: <https://conectivadenaeducacao.nic.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>51</sup> Disponível em: <https://nic.br/sobre/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>52</sup> Disponível em: <https://cieb.net.br/quem-somos/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>53</sup> Disponível em: <https://www.rnp.br/noticias/rnp-participa-de-iniciativa-para-diagnostico-da-conectividade-na-educacao>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://nic.br/media/docs/publicacoes/4/20220712144107/nota-tecnica-velocidade-de-internet-ideal-escola.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.megaedu.org.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>56</sup> Disponível em: <https://www.grupomulheresdobrasil.org.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>57</sup> Disponível em: <https://consorcioiciga.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>58</sup> Disponível em: <https://institutocordial.com.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>59</sup> Disponível em: <https://article.org.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>60</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>61</sup> Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>62</sup> Disponível em: <https://a4ai.org/who-we-are/members/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

site da A4AI, a instituição envolve-se ativamente na defesa, na investigação e nos compromissos nacionais para moldar as barreiras à acessibilidade e concretizar o objetivo comum de acesso à Internet a preços acessíveis para todos. Na Figura 10, temos os patrocinadores globais, e na página da A4AI consta outros membros que compõem o setor privado, o setor público/academia e a sociedade civil/fundações, assim como as linhas de atuação: Políticas de boas práticas regulatórias, internet acessível, conectividade significativa, quadro de política rural de banda larga, banco de dados de boas práticas.

Figura 10 – Composição da Alliance for Affordable Internet (A4AI)

**Patrocinadores Globais**



**Setor privado**



Fonte: A4AI (2023)<sup>63</sup>.

A nota técnica diz que “o valor do acesso à Internet é definido pelo quanto da nossa vida pode ser conduzida on-line, ou seja, pela quantidade de dados que podemos consumir e contribuir on-line” (RNP, 2022, n. p.). Ainda pontua que diante da realidade das escolas brasileiras, este documento propõe um parâmetro mínimo de 1 mbps por estudante (do maior turno da escola) de velocidade de internet, considerando estudos técnicos que avaliaram a quantidade de dados consumidos pelas principais atividades pedagógicas e possíveis cenários que refletem o número de acessos simultâneos à rede.

<sup>63</sup> Disponível em: <https://a4ai.org/who-we-are/members/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Não existe um estudo apresentado durante a nota, apenas situações em escola, que projetam cenários a partir dos dados de limitações quanto ao acesso à internet, outro ponto que vale destacar é que a nota diz se amparar em “recomendações internacionais sobre o tema”<sup>64</sup>, como o relatório da *Broadband Commission for Sustainable Development*, da UNESCO e a agência *International Telecommunication Union - ITU*, ambas ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Pois a “ONU destaca a importância da conexão e do uso de tecnologias digitais no aprendizado” (CIEB, 2023, n. p.).

A nota apresenta que no estágio em que a conectividade dá condições para uso pedagógico pleno e parâmetros estabelecidos pela *Federal Communications Commissions* (FCC) nos Estados Unidos. A FCC é a agência federal que regula as comunicações interestaduais e internacionais em várias formas de transmissão nos EUA em seus territórios consiste num modelo prioriza o comercial. Ela tem jurisdição sobre comunicação via rádio, telefone, TV, cabo e satélite. Usar a justificativa de parâmetros da FCC, dos EUA, para serem aplicados no Brasil? E assim definir qual a velocidade de internet ideal para a escola? O alcance e garantia de conexão será mesmo aferida por um modelo americano? Assim o Brasil segue uma lógica de documentos semelhantes de países completamente diferentes, principalmente ao que tange a digitalização dos processos, técnicas e operações.

Segundo Avelar (2016, n. p.), estas mudanças fazem parte de uma transformação mais profunda da esfera política, a

Desgovernamentalização do Estado” (Rose, 1996), de tal forma que o Estado já não funciona como centro do poder, mas sim novas formas de organização política – heterarquias – estão a desenvolver-se, em que os governos já não exercem controle monopolista sobre o trabalho do Estado, mas estão a tornar-se ‘metagovernadores’.

A garantia do acesso à informação é um direito, está na constituição (Brasil, 1988). No entanto, a depender da camada social e territorial, o projeto muda de configuração e o direcionamento novamente trabalha a partir de défices ou lacunas. Acessar não é garantia, quem muito conecta, segundo os “pensadores do Vale do Silício”, se vicia. Quem vai pensar no letramento e segurança das crianças e adolescentes da América Latina?

O Nordeste brasileiro mais uma vez é usado como suporte para essa barganha política, da indústria da seca até a da energia renovável. Qual a real

---

<sup>64</sup> Disponível em: <https://cieb.net.br/relatorio-broadband/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

conexão disso tudo? Os modelos de negócio se assemelham mesmo atuando em áreas diferentes, são parceiros em rede que se conectam com o tempo e seus objetivos.

As 40 horas de Angicos, 60 anos depois, não é modelo replicado por qual motivo? Já que todos votam, quem vai garantir que a desigualdade diminua mesmo com tantos projetos em dólares? Novamente, a desigualdade aparece como método para o modelo, vai sempre depender do tipo de controle, e para qual público.

Como compreender a tecnologia e o acesso à informação se a educação sobre tudo isso não vem nos kits, não está na ideia central do livro didático. As taxas de analfabetos continuam, não cessam, e o Nordeste continua conquistando o lugar do pódio, o mais desigual. Sim, temos uma arena, ela é antiga mesmo, colonizada, adestrada, domesticada. As alianças para o progresso são as ONG, a moda agora é a filantropia, sem fins lucrativos.

Como bem anuncia a retomada, para Santos (2023, n. p.) “é preciso contracolonizar a estrutura organizada”. O controle social é uma estratégia que se atualiza, um mecanismo de domar sem que se censure, e o ritmo pode ser dado por ter regulação ou na ausência dela, por ter financiamento ou desfinanciando, da agenda global para a local. Vigiar a sociedade para criar novas engrenagens em sintonia de dominação e concentração de poder.

As estratégias estão postas, se estendem na mídia, rede, escola, currículo, big tech, e por falar em rede, nesse caso, é soltar o cabresto: Temos mais um evento: em 16 de janeiro de 2024, o Governo federal sancionou, em caráter de urgência, a PL 7/2023 (Lei 14.812) (Brasil, 2024).

A norma foi sancionada sem vetos pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a lei ampliou os limites de concessões de rádio e TV por grupo econômico ou empresa de seis para 20, no caso das rádios, independente da modalidade de frequência (ondas médias, curtas ou tropicais), e de dez para 20 no caso das emissoras de TV.

Segundo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC, 2024), o presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço Brasil), Geremias dos Santos, faz duras críticas à sanção da lei.

Representante do FNDC no Conselho de Participação Social do governo Federal, ele relata que o órgão havia recomendado ao presidente Lula que vetasse a matéria. “Infelizmente, o presidente não atendeu a essa que foi também a primeira

recomendação do Conselho e preferiu ficar com os coronéis da mídia”. Geremias enfatiza que a lei:

Articulada pela Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert) e a bancada evangélica, com apoio da imensa maioria dos deputados e senadores, potencializa “um futuro golpe” na democracia brasileira. Santos, que é secretário de Políticas do FNDC, lembra que projetos importantes de alteração da lei de rádios comunitárias (são mais de 30 projetos) dormitam na comissão de comunicação da Câmara dos Deputados nas mãos da bancada evangélica e da Abert. Para se ter uma ideia da vergonhosa situação, o primeiro projeto de alteração da lei de rádios comunitárias foi protocolado no dia 4 de dezembro de 1998 pelo deputado de direita Arnaldo de Sá, que era um fervoroso defensor das rádios comunitárias. Pois bem, esse deputado já faleceu e esse projeto nunca foi apreciado e apresentado um relatório na antiga Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, hoje apenas Comissão de Comunicação (FNDC, 2024, n. p.).

Essa agenda acontece em pleno ano eleitoral, em 2024 teremos as eleições municipais no Brasil, é um movimento orquestrado que anda dando as cartas no jogo, e desse modo atualizamos a questão de concentração de poder para o controle social da opinião pública. A mídia não cobre essa pauta, não há interesse em reverberar assuntos que tocam nessa questão, principalmente para a massa. É um tema silenciado pela mídia hegemônica e criminalizado quando a sociedade civil mobiliza.

As padronizações como modelo de produção do conhecimento seguem em diálogo no tripé formato por educação, comunicação e informação. O colonialismo digital é um caminho para analisarmos o cenário no Brasil que não ecoa muito diferente quando avistamos o horizonte do vizinho. A pesquisa acaba por desdobrar um percurso tomado por muitas agendas e eventos, é também uma configuração dada pelo modelo de negócio, nas práticas neoliberais atuais.

Estamos diante do que Milton Santos (2022), em **A natureza do espaço**, nos chamou atenção na maneira como se relacionam a humanidade e o meio natural pela técnica. Pois as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais as sociedades efetivam sua vida, produzem e criam espaço.

Agora, os atores hegemônicos, armados com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Eles preferem o espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos. Eis por que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional (Santos, 2002, p. 163).

Para Nick Couldry (2010, n. p.), “pela primeira vez na história humana, a produção de conhecimento, de como conhecemos o mundo social, funde-se com a produção de lucro”.

O colonialismo digital não é uma nova fase, mas um dos traços objetivos do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista e representa um largo passo em direção à uma reificação, cada vez mais profunda, da nossa experiência e senso de realidade, elevando a um novo patamar, a objetificação e mercantilização das relações, das mais simples às mais complexas. Refere-se, em primeiro lugar, à uma nova partilha do mundo que atualiza o imperialismo e o subimperialismo, ao reduzir o chamado Sul global a mero território de mineração extrativista de dados informacionais ou a consumidores retardatários de tecnologia. No entanto, atualiza e viabiliza novas formas de exploração, opressão e controle político, ideológico e subjetivo, a partir de um fenômeno aqui nomeado como acumulação primitiva de dados (Lippold; Faustino, 2022, p. 56).

A agenda global proposta pela UNESCO, apresentou em 16 de setembro de 2023, o Rumo a um 2030 conectado<sup>65</sup>, em que na reunião foi lançado o relatório “Compromisso da Comissão de Banda Larga com a Transformação Digital Sustentável<sup>66</sup>”. A Comissão de Banda Larga da UNESCO e União Internacional de Telecomunicações - UIT<sup>67</sup>(que se coloca como sendo responsável por padronizar e regular as ondas de rádio e telecomunicações internacionais).

A Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável foi fundada em 2010, é co-liderada por Sua Excelência o Presidente Paul Kagame do Ruanda (é um político e atual presidente de Ruanda desde 2000) e o Sr. Carlos Slim Helù do México (é um empresário mexicano, considerado a pessoa mais rica da América Latina e o sétimo do mundo, com negócios em diversas áreas, com destaque para as telecomunicações, a sua América Móvil controla as marcas como a Claro, Embratel e Net (Teleco, 2023).

É co-presidido pela Secretária-Geral da UIT, Sra. Doreen Bogdan-Martin. Segundo dados do site da UNESCO, a Comissão defende uma abordagem multilateral para a concretização de um futuro digital inclusivo e sustentável. No que diz respeito ao que se trata sobre o panorama do “Conectividade Digital – Uma Oportunidade Transformadora”, é possível conceber a missão, membros, e as linhas de atuação são: Liderança Inovadora (Grupos de Trabalho da Comissão reúnem

---

<sup>65</sup> Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/towards-connected-2030>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>66</sup> Disponível em: <https://www.broadbandcommission.org/ublication/state-of-broadband-2023/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>67</sup> Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/uniao-internacional-de-telecomunicacoes>. Acesso em: 12 fev. 2024.

líderes da indústria, funcionários governamentais, sociedade civil e acadêmicos para abordar questões e desenvolver recomendações políticas relativas ao acesso, acessibilidade e utilização da banda larga), relatórios (todos os anos, a Comissão de Banda Larga avalia o estado global da banda larga, destacando o progresso, os desafios e o caminho para concretizar as suas Metas de Defesa da Banda Larga para 2025 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), promoção de iniciativas público-privadas (os grupos de trabalho da Comissão incubaram diversas iniciativas, campanhas de defesa (campanhas educativas), recomendações de políticas multisetoriais e plataforma de Liderança para Transformação Digital.

Figura 11 – Comissão de Banda Larga da UIT/UNESCO

**A Comissão de Banda Larga da UIT/UNESCO**  
para o Desenvolvimento Sustentável

A Comissão de Banda Larga coloca a conectividade universal de banda larga na vanguarda das discussões políticas globais. Com a participação de líderes de alto nível do sector público e privado, a Comissão desenvolve recomendações políticas práticas e sustentáveis para acelerar o progresso no sentido de alcançar a Agenda 2030 da ONU e os seus próprios 7 objectivos de advocacia.

Descubra a nossa missão



**Nossos Comissários**

A Comissão é composta por mais de 50 membros que se envolvem na defesa de alto nível para promover a banda larga nos países em desenvolvimento e nas comunidades desfavorecidas. Uma das suas funções centrais é construir parcerias entre o sector privado, o governo, a sociedade civil e organizações internacionais.

Conheça os Comissários



**Metas de defesa de direitos para 2025**

As 7 Metas de Advocacia da Comissão funcionam como um guia político e programático para a acção nacional e internacional no desenvolvimento da banda larga.



**Recomendações políticas**

Publicadas anualmente no State of Broadband, estas recomendações políticas são fundamentais para concretizar a conectividade universal.



**Pesquisa do Grupo de Trabalho**

Os Grupos de Trabalho reúnem líderes da indústria, funcionários governamentais e sociedade civil para abordar o acesso, a acessibilidade e a utilização da banda larga.

Fonte: Broad Band Commission (2023)<sup>68</sup>.

A missão da Comissão é:

Através de parcerias público-privadas impactantes, liderança inovadora e recomendações políticas viáveis, a Comissão de Banda Larga pretende colmatar a exclusão digital e aumentar a importância da banda larga na agenda política internacional. A Comissão prevê um mundo totalmente

<sup>68</sup> Disponível em: <https://www.broadbandcommission.org/publication/state-of-broadband-2023/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

conectado que aproveite o poder da banda larga para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU até 2030<sup>69</sup>.

São ainda integrantes os colaboradores e revisores da Comissão: América Móvil (empresa de telecomunicações mexicana que atua no continente americano), Digicel (uma rede de telefonia móvel baseada no Caribe), Ericsson (de controle sueco, é líder mundial no setor de telecomunicação), Eutelsat IGO (A Organização Europeia de Satélites de Telecomunicações), GSMA (uma associação internacional que representa os interesses de mais de 750 operadores e fabricantes de telefonia móvel de 220 países do mundo), Intelsat (empresa fornecedora de serviços de comunicações via satélite), International Finance Corporation – IFC (Corporação Financeira Internacional membro do Grupo Banco Mundial), The International Trade Centre – ITC (é responsável pela manutenção das diretrizes de comércio internacional), Meta (conglomerado estadunidense de tecnologia e mídia social), Novartis (grupo farmacêutico suíço), Nokia (empresa multinacional finlandesa de telecomunicações e tecnologia de consumo), Millicom (provedora luxemburguesa de telecomunicações que opera na América Latina), dentre outras instituições que se apresentam no relatório da Conectividade Digital – Uma Oportunidade Transformadora<sup>70</sup>.

Assim chegamos na agenda norteadora, a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 - e seus 17 objetivos – que estabelecem uma série de prioridades que, de forma transversal, constituem metas para os processos educacionais e comunicativos de temas analisados na pesquisa. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4)<sup>71</sup> diz respeito também à consecução de uma educação de qualidade que migrou para o digital, devido a pandemia por COVID-19.

A Agenda 2030 e os seus 17 ODS constituem um compromisso assumido por 193 Estados Membros das Nações Unidas, em 2015, com o intuito de erradicar a pobreza em todas as suas formas, acabar com a discriminação e a exclusão e reduzir desigualdades e vulnerabilidades que deixam uma parcela da população para trás. A educação é um tema com diversos desdobramentos dentro da Agenda 2030, inclusive quanto à abordagem dada sobre as competências midiáticas sobre a

---

<sup>69</sup> Disponível em: <https://www.broadbandcommission.org/publication/state-of-broadband-2023/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>70</sup> Disponível em: <https://www.broadbandcommission.org/publication/state-of-broadband-2023/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>71</sup> Disponível em: <https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2021/10/2021-Curriculo-Alfamed-PT-final-1-compactado.pdf>. Acesso em: 23 maio 2020.

compreensão dos fenômenos informativos prevaletentes nas agendas, eventos, relatórios, documentos normativos e regulações que emergem a partir da mobilização global dessa pauta.

Entretanto, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020), a pandemia COVID-19 transformou o mundo e afetou o setor da educação em todas as regiões. Conforme um relatório divulgado pela UNESCO: “[...]em outubro de 2021, as escolas haviam permanecido abertas durante menos de 5% dos dias letivos totais em muitos países da América Latina, incluindo o Brasil” (UNESCO, 2021, p. 213 *apud* CGI.BR, 2022, p. 131).

Desta forma, a ONU sublinhou no ODS 4 a importância da implementação de propostas inovadoras para fazer face à necessidade de uma educação a distância de qualidade, centrada em soluções de alta e baixa tecnologia, bem como àquelas que não necessitam de tecnologia para garantir a equidade e acesso universal. O dilema volta, sem internet não temos igualdade, com a internet a desigualdade não cessa. O que alcançar até 2030? Principalmente na agenda local, na América Latina, num país chamado Brasil, com o olhar atento para a região Nordeste.

Já no objetivo 4, o ODS 4 propõe “aumentar consideravelmente a oferta de professores qualificados, nomeadamente através da cooperação internacional para a formação de professores nos países em desenvolvimento” (ONU, 2015, n. p.). A formação de professores é um campo de atuação muito estratégico, são lacunas gigantescas, é algo muito complexo a partir de cada Estado.

Outros ODS também são favoráveis à formação em alfabetização midiática, incluindo a capacidade dos seres humanos de se adaptarem aos novos modelos de trabalho e de crescimento econômico facilitados pela tecnologia, aponta a ONU (ODS 8) (ONU, 2015).

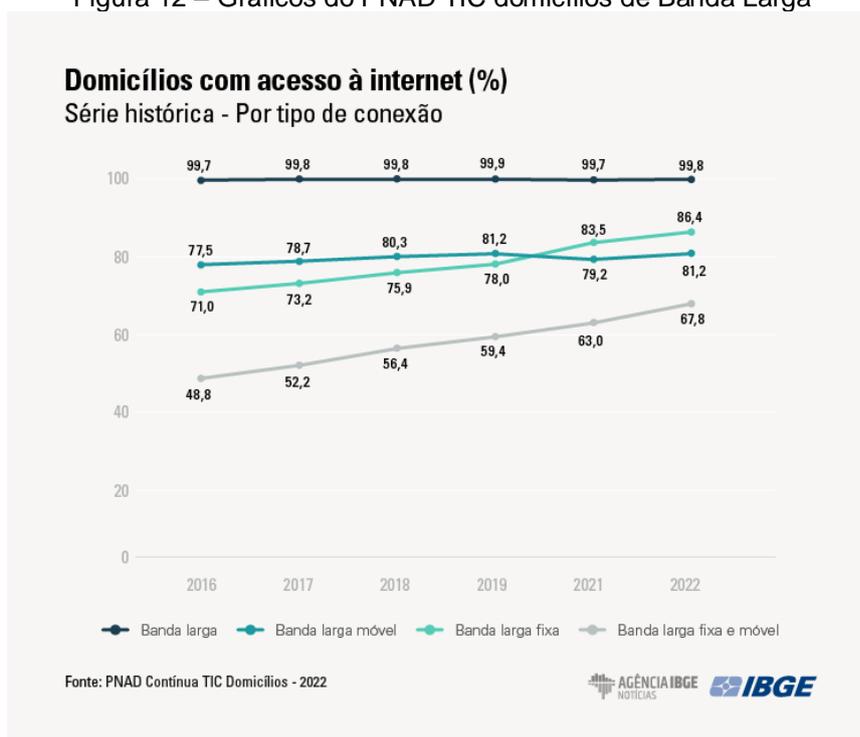
A partir do direcionamento posto para a ODS da educação, é possível compreender como o foco na formação de professores expande exatamente a partir do cenário na pandemia, pois o arranjo improvisado no ensino remoto emergencial (ERE) acompanhado pela ausência de ações do Governo federal sobre a competência midiática e informacional abriu espaços para a invasão do privado. Um protagonista atento aos documentos normativos construídos para apresentação dos temas para os docentes, repetidamente o currículo é usado como caminho. O que chegava era um currículo fundamentado no digital, exigindo mudanças sem o

adequado debate com os atores mais emblemáticos nesses processos, os educadores.

Desse modo, para o cenário internacional, o Brasil desponta como um dos países no qual o acesso da população à internet e às redes sociais vem crescendo, principalmente nos últimos cinco anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Internet era utilizada em 91,5% dos domicílios (68,9 milhões) do país em 2022, com alta de 1,5 p.p. frente a 2021.

O crescimento dessa proporção vem desacelerando, na medida em que se aproxima da universalização. A expansão tem sido mais rápida nas áreas rurais, com redução da diferença em relação às áreas urbanas, de 40 p.p. em 2016 para 15,4 p.p. em 2020. Os dados são do Módulo de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) da PNAD Contínua, abrangendo o acesso à Internet e à televisão nos domicílios e o acesso à Internet e a posse de telefone celular pelas pessoas com 10 anos ou mais de idade. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação 2022<sup>72</sup>, a Pnad TIC (Nery, 2023, n. p.).

Figura 12 – Gráficos do PNAD TIC domicílios de Banda Larga



Fonte: Nery (2023).

Desse modo, o Brasil é líder na América Latina em número de usuários de internet ativos.

Em 2022, 6,4 milhões de domicílios do país não utilizavam a Internet. Os três principais motivos foram: nenhum morador sabia usar a Internet

<sup>72</sup> Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102040>. Acesso em: 12 fev. 2024.

(32,1%), serviço de acesso à Internet caro (28,8%) e falta de necessidade em acessar a Internet (25,6%). Outros motivos apontados foram: serviço de acesso à Internet não estava disponível (5,4%), equipamento para acessar a Internet era caro (3,9%), falta de tempo (1,1%), preocupação com segurança (0,6%) e outro motivo (2,6%) (Nery, 2023, n. p.). A banda larga tem sido o principal tipo de conexão à Internet nos domicílios, variando entre 99,7% e 99,9% entre 2016 e 2022. Em 2021, a proporção de domicílios com banda larga móvel se reduziu, voltando a subir em 2022. Já a adoção da banda larga fixa cresceu ao longo de toda a série, superando a banda larga móvel em 2021 e 2022. O menor percentual de domicílios com banda larga móvel estava no Nordeste (65,3%), enquanto as demais regiões superaram os 80%, com a Sudeste liderando (88,7%) (Nery, 2023, n. p.).

No Brasil, o acesso à informação é um direito constitucional: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (Brasil, 1988, n. p.).

Uma conexão entre o acesso à informação e o letramento digital envolve fatores que carecem de debate e ações, como a “baixa escolaridade” está associado ao fato de um menor uso de computadores, como exemplo, quando não houve formação para a “informática” e assim inibir para o acesso à TDIC. Fatores que envolvem adequação aos perfis culturais, linguísticos e acessibilidade é algo determinante quando modelos reproduzidos de outros países não criam condições para fruição e acabam colaborando como a exclusão desses usuários.

Entretanto, enquanto algumas pessoas conseguem acessar informações de interesse público, por exemplo, por meio das interfaces de usuários de sistemas computacionais, outras ainda enfrentam inúmeras barreiras para fazê-lo, a camada social é um fator determinante. Diante disso, o debate em torno da inclusão digital envolve processos de letramentos, interação direta por dispositivos móveis, a partir de uma geração que não se apropria do debate sobre a técnica e a escrita, o hardware e do software.

Os estudos sinalizam as tendências sobre uso da Internet no país e envolvem temas como mobile, redes sociais, publicidade e e-commerce. O recente relatório da Comscore<sup>73</sup> intitulado “Tendências e Comportamentos Digitais 2022” indica que o número de pessoas acima de 18 anos conectadas no país chegou a 131,8 milhões no primeiro trimestre de 2021, uma alta de mais de 4% em relação ao mesmo período no ano passado, quando eram 126,5 milhões.

Os dados revelam também que, entre as tendências de consumo, o Metaverso deve trazer importantes transformações para os negócios: desde outubro de 2021, o

---

<sup>73</sup> Disponível em: <https://www.comscore.com/>. Acesso em: 23 maio 2020.

termo já registrou 228 mil menções nas redes. Já as movimentações dos usuários de maneira geral nas redes sociais registraram um aumento de 31% durante o ano de 2021, chegando à marca de 13,4 bilhões de ações. Também foram contabilizados mais de 9,8 milhões de conteúdos produzidos, 19% acima da média de 2020.

A inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na educação traz importantes reflexões. Segundo o teórico da comunicação Martín-Barbero, vivemos em meio a um ecossistema comunicativo, um ambiente tecnológico e comunicativo que nos envolve, que mistura múltiplas linguagens remodelando as formas de aquisição do saber e do conhecimento (Martín-Barbero, 1997).

Isso indica que os ecossistemas comunicativos são entendidos pela relação com as novas tecnologias e, desse modo, na relação com novos significados e novas experiências culturais, como, por exemplo, o trabalho pedagógico com objetos do conhecimento para além dos limites da escola e dos livros. Tal compreensão torna urgente o repensar do quadro de inserção das TDIC nas escolas, nas práticas docentes e na cotidianidade escolar no âmbito da rede de ensino.

Sobre a questão de termos um problema de pedagogia e educação das redes, Castellet nos revela as necessidades de formação e sensibilização atual (Gómez, 2019).

Estamos diante de uma revolução da comunicação. Uma mudança radical. Em 10 anos usos e costumes se modificaram. A sociedade está aprendendo a utilizar essas plataformas e deveria existir formação obrigatória na educação básica para ensinar as possibilidades negativas das redes e seus perigos. É preciso educar na escola e na família para que o uso seja coerente e racional. (Aguado; Castellet, 2013).

Contudo, vimos que esse contato não ocorre no sentido meramente tecnológico, esvaziado de sentido, como alerta Dominique Wolton, no livro **Pensar a Comunicação**

Reduzir a comunicação à performance técnica ou negar sua importância humana e democrática é a mesma coisa. O que está no centro da ideologia técnica é fazer da comunicação uma simples técnica. Concretamente, isto significa **identificar** informação e comunicação. Significa acreditar que a informação cria a comunicação. Significa acreditar que a banda larga, por permitir transmitir mais informações, é um fator de comunicação suplementar. No entanto, quanto mais mensagens estiverem em circulação, mais as diferenças sociais entre os emissores e os receptores desempenhará um papel essencial. Quanto maiores forem os canais, mais

a questão dos conteúdos é central. Por exemplo, não é por permitirem hoje os *chats* e *blogs* que as possibilidades técnicas significam comunicação. Expressão e interação, por mais necessárias e úteis que sejam, não são sinônimos de comunicação (Wolton, 2006, p. 84, **grifo nosso**).

Nesse contexto, a discussão entre as interfaces comunicacionais e educativas em meio à cultura da convergência mobiliza novos atores diante de um cenário de grande volume informacional. Assim, os estudos de Jenkins (2006) e, o conceito de cibercultura, no trabalho de Pierre Lévy (2004) nos dão suporte para mapearmos os fluxos de ambientes virtuais, que se estabelecem de maneira integrada e, historicamente contribuem para a construção de um espaço de ensino e aprendizagens.

#### 4.2 CONVERGÊNCIAS E A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Para além da produção de imagens que retratam a realidade cotidiana das culturas nas quais transitam, pelos meios de comunicação de massa, o importante é perceber que o processo comunicativo muitas vezes mediado pelas tecnologias e ferramentas disponibilizadas pelas redes, vem propiciando a emergência de novas sensibilidades e conexões. Estão se descobrindo as potencialidades reais e imediatas de interação, fenômeno que dialoga com o pensamento de Henry Jenkins:

Ainda estamos aprendendo como exercer esse poder-individual ou coletivamente - e ainda estamos lutando para definir as condições sob as quais nossa participação será permitida. Parte do que precisamos fazer é descobrir como - e por que - grupos com diferentes formações, projetos, pontos de vista e conhecimentos podem se ouvir e trabalhar juntos pelo bem comum. Temos muito o que aprender (Jenkins, 2006, p. 328).

Uma das referências nesse campo, a obra do pesquisador Pierre Lévy, intitulada **Cibercultura** (Lévy, 1999), compreende o ciberespaço para além da infraestrutura material da comunicação, ele o toma como um conjunto de técnicas que estão sendo aplicadas (ou postas em ação) em meio ao desenvolvimento desse novo modo de ser e estar no tempo e no universo. Para além da virtualidade que, por vezes, emerge como mais real e pulsante do que a base material das relações sociais, o ciberespaço tem possibilitado a interação mediada pela tecnologia, o acesso de diversos segmentos potencialmente excluídos de lugares convencionais da comunicação, como rádio, televisão e jornais.

A palavra tecnologia vem da “técnica” que se origina do verbo grego ‘tíctein’ que significa “criar, conceber, dar à luz”, daí resgatamos que a problemática não necessariamente está na tecnologia em si, mas no modo, nas escolhas que atribuem a ela. A metodologia, o pedagógico, as práticas e o seu *modo operandi* que as condicionam, são cada dia mais decisórias e implacáveis.

Nessa perspectiva, é importante destacar que o livro foi a primeira experimentação tecnológica, que também é resultado de uma técnica, e assim impactando tantas outras tecnologias até hoje. Segundo Moran (2000, p. 32) "uma parte importante da aprendizagem acontece quando conseguimos integrar todas as tecnologias, as audiovisuais, as textuais, as orais, musicais, lúdicas, corporais”.

Conectando assim ao que Lévy (2004, p. 127) pontua:

Ressaltemos que a informática pessoal não foi decidida, muito menos prevista, por qualquer governo ou multinacional poderosa. Seu inventor e principal motor foi um movimento social visando a reapropriação em favor dos indivíduos de uma potência técnica que até então havia sido monopolizada por grandes instituições burocráticas.

Na cultura digital brasileira temos iniciativas que mobilizaram uma pauta coletiva que permeia a ideia de apropriação da tecnologia a partir de Lévy (2004) e sistematiza três possibilidades de apropriação do conhecimento chamadas de “Tecnologias Inteligentes”, sendo elas: a linguagem oral, a linguagem escrita e por último a linguagem digital, ambas existentes em nossa sociedade e adequadas à intencionalidade comunicativa. No que se refere à linguagem digital, a informática permitiu uma maior interatividade no processo de ensino e aprendizagem em uma sociedade de caráter tecnológico, denominada por Lévy (1999), como sociedade cibercultura.

Desse modo, cruzaremos dados que sinalizam o contexto que as pessoas se encontram, para assim analisarmos os projetos que implementam e seus impactos. Nos situando a partir de uma compressão ampla do uso da tecnologia nas pautas de educação, comunicação e informação por meio do currículo.

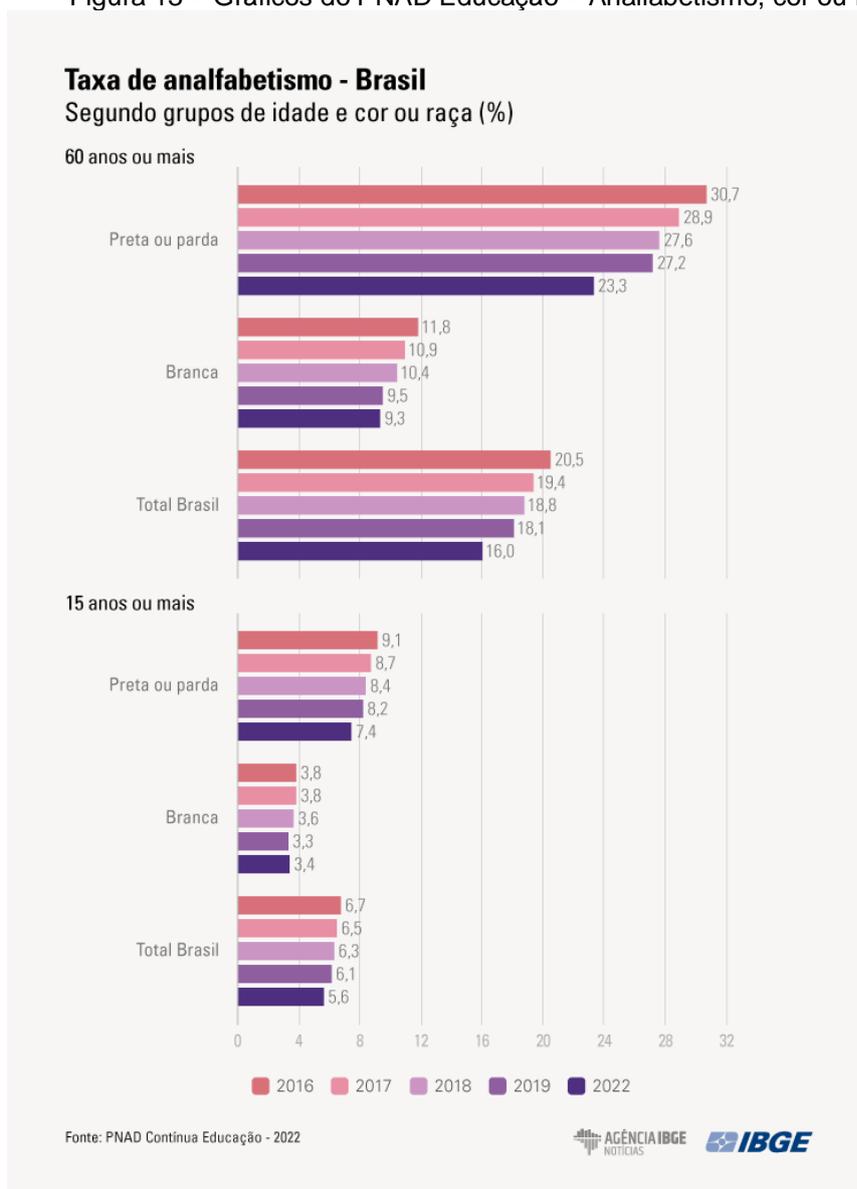
O Instituto de Estatísticas da UNESCO, braço da ONU para a educação, aponta que grande parte dos jovens da América Latina e do Caribe não alcançam os níveis exigidos de proficiência em capacidade leitora. Tal contexto, no Brasil, equivale à segunda etapa do ensino fundamental, em geral, aos 14 anos (UNESCO, 2020).

O estudo diz que, em média, 36% das crianças latino-americanas no ensino fundamental não estão atingindo as habilidades mínimas de leitura. Em matemática, esse índice sobe para 52%. Em números absolutos, 19 milhões de adolescentes do continente concluem o fundamental "sem conseguir níveis mínimos" de compreensão nessas áreas (UNESCO, 2020).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Educação 2022 (IBGE, 2022) apontam que o analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. Segundo o levantamento, a taxa de analfabetismo recuou de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022. O Nordeste tinha a taxa mais alta (11,7%) e o Sudeste, a mais baixa (2,9%). No grupo dos idosos (60 anos ou mais) a diferença entre as taxas era ainda maior: 32,5% para o Nordeste e 8,8% para o Sudeste. Das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabiam ler e escrever, 59,4% (5,3 milhões) viviam no Nordeste e 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais. Entre as unidades da federação, as três maiores taxas de analfabetismo foram observadas no Piauí (14,8%), em Alagoas (14,4%) e na Paraíba (13,6%) e as menores, no Distrito Federal (1,9%), Rio de Janeiro (2,1%) e em São Paulo e Santa Catarina (ambos com 2,2%) (IBGE, 2022).

Entre as pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais de idade, 7,4% eram analfabetas, mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas (3,4%). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos foi de 9,3%, enquanto entre pretos ou pardos ela chegava a 23,3%.

Figura 13 – Gráficos do PNAD Educação – Analfabetismo, cor ou raça



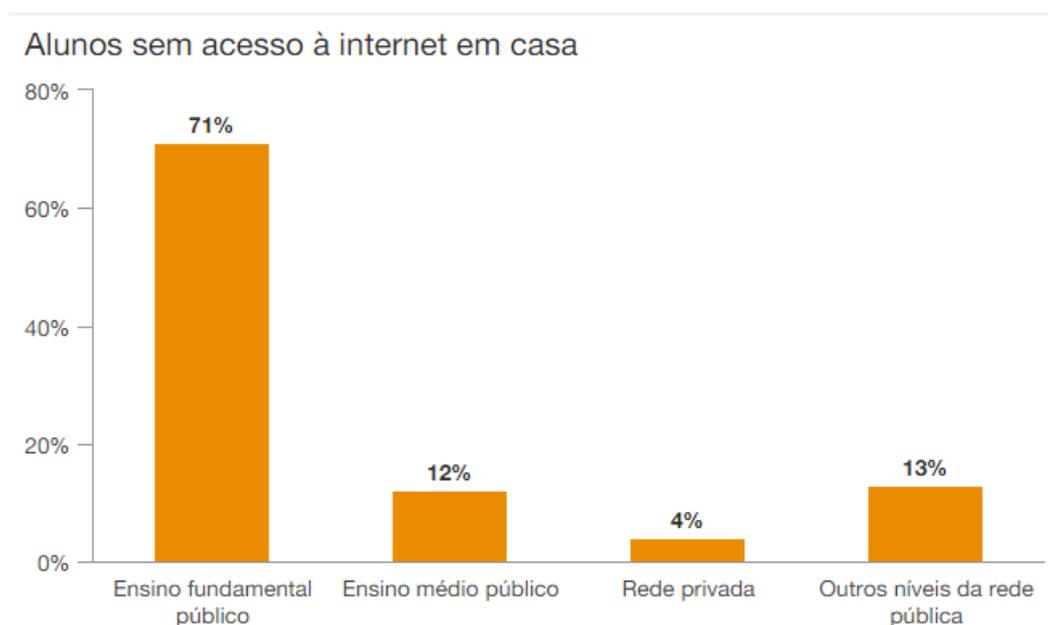
Fonte: IBGE (2022).

O cenário sobre as funções públicas que contemplam alfabetização digital e a escolarização cruza com o índice “The Inclusive Internet 2021”<sup>74</sup>, publicado pela revista britânica The Economist, que mostra a situação pouco animadora: o Brasil ocupa a 80ª posição, entre 120 países.

Em termos educacionais, os estudantes de escolas privadas ocupam o melhor lugar em conexão, e apenas 8% dos internautas plenamente conectados pertencem às classes DE, enquanto os desconectados são 60%.

<sup>74</sup> Disponível em: <https://impact.economist.com/projects/inclusive-internet-index/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

Figura 14 – Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a crise sanitária



Fonte: PwC Brasil (2023)<sup>75</sup>.

Um número crescente de estudos tem revelado o surgimento de um segundo hiato digital que, além das diferenças no acesso às TIC, torna evidente uma diferença nas habilidades de jovens e adultos para acessar e aproveitar plenamente os recursos para aprender e se desenvolver ao usá-las (OCDE, 2013; Van Deursen e Van Dijk, 2014).

A desigualdade em termos de competências digitais está associada a variáveis sociais, culturais e econômicas, e além de replicar as desigualdades sociais convencionais, pode ainda acentuá-las (Hargittai; Hinnant, 2008; Toyama, 2011; Van Deursen; Van Dijk).

Segundo Muniz Sodré, partem desse quadro problemático as especulações de ordem político-sociocultural sobre a produção de um real próprio, de dominância tecnológica. O autor questiona como o poder ocidental sempre implicou uma ação (cartográfica) de mapear, desfazer e refazer territórios (urbanos ou não) (Sodré, 2012).

Esse é o território que buscamos compreender acerca da interpenetração da comunicação na cultura e da observação da recepção como um lugar de produção de sentidos diante do cenário econômico, político e cultural.

Os anos 1970 e 1980 foram tomados, na academia, por proposições teóricas apresentadas por Martín-Barbero, Nestor Garcia Canclini, Guillermo Orozco, Mauro

<sup>75</sup> Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/preocupacoes-ceos/mais-temas/2022/o-abismo-digital-no-brasil.html>. Acesso em: 13 fev. 2024.

Souza e Renato Ortiz. As preocupações dos pesquisadores passam a se voltar para as relações entre a cultura massiva e a popular e sobre as novas configurações no tecido social que se formam quando diferentes sujeitos coletivos passam a reivindicar espaço na esfera pública. É quando, na América Latina, em meio aos processos ditatoriais em declínio, e com a abertura política em vista, as análises começam a valorizar os estudos acerca das transformações culturais em curso.

Na convergência do novo sentido adquirido pelo processo de transnacionalização com a nova concepção do político, emerge na América Latina uma valorização profundamente nova do cultural [...]. Mas algo radicalmente diferente acontece quando o cultural assinala a percepção de dimensões inéditas do conflito social, a formação de novos sujeitos - regionais, religiosos, sexuais, geracionais - e formas de rebeldia e resistência. (Martín-Barbero, 1997, p. 283).

As pesquisas são deslocadas dos meios, dos veículos de comunicação para o que Martín-Barbero (1997) classifica como “mediações”, ou seja, os espaços onde a produção de sentidos e o diálogo ocorrem. Assim, os estudos passam a lançar seu olhar para a cultura não apenas como um campo de produção simbólica, mas, como ambiente de relações de poder e para novas conformações identitárias. A aproximação teórica com o cotidiano da organização dessa comunicação pelas diferentes classes é um dos focos das pesquisas. Mauro Souza percebe esse processo:

Os enfoques que expressam mudanças nas práticas de comunicação e cultura, num contexto social marcado pela tensão e disparidades entre mudanças sociais e tecnológicas, refletem também novas estratégias interdisciplinares em curso, visando não apenas superar limites ou dificuldades de suas áreas-objeto de estudo, mas dar conta de forma mais efetiva da contribuição do conhecimento ante a pluralidade e velocidade das mudanças que caracterizam a sociedade atual (Sousa, 1995, p. 13).

Com um mundo em mutação e as culturas em intensa relação, os teóricos perceberam que havia novas formas de narrar a realidade e que a recepção não poderia ficar sendo interpretada de modo estanque. Eles passaram a desenvolver outras formas de observar o lugar que os sujeitos coletivos ocupavam nos processos comunicacionais e a desconstruir o que Martín-Barbero compreendia como uma epistemologia condutista,

Segundo a qual a iniciativa da atividade comunicativa está toda colocada no lado do emissor, enquanto do lado do receptor a única possibilidade seria a de reagir aos estímulos que lhe envia o emissor. Essa concepção epistemológica condutista realmente faz da recepção unicamente um lugar de chegada e nunca um lugar de partida, isto é, também de produção de

sentido - o sentido estava abolido pela significação apenas transmitida ou pelos estímulos que ela comportava (Martín-Barbero *apud* Sousa, 2002, p. 41).

Seguindo essa linha, as pesquisas desmistificaram a posição de vítima atribuída aos receptores dos produtos da indústria de bens simbólicos. Eles são percebidos como seres com possibilidades de interpretar a realidade, de analisar o que os meios veiculam e criticar as correntes que só conseguiam compreender os públicos como reféns desses processos antes tidos como alienantes.

De fato, a relação de predomínio do emissor sobre o receptor é a ideia que primeiro desponta, sugerindo uma relação básica de poder, em que a associação entre passividade e receptor é evidente. Como se houvesse uma relação sempre direta, linear, unívoca e necessária de um polo, o emissor, sobre outro, o receptor (Sousa, 2002, p. 14).

Segundo Jesus Martín-Barbero (1997), o processo de recepção não é único e linear. Ocorre de forma diferenciada de pessoa para pessoa, uma vez que cada ser carrega sua bagagem cultural e esta interfere nos processos comunicacionais. Portanto, não podemos falar, para o pesquisador, de uma recepção simplesmente passiva, não atravessada por conflitos.

Entre emissores dominantes e receptores dominados, nenhuma sedução, nem resistência, só a passividade do consumo e a alienação decifrada na imanência de uma mensagem-texto nunca atravessada por conflitos e contradições, muito menos por lutas (Martín-Barbero, 1997, p. 279).

Qual será o receptor que tais autores tentam decifrar, compreender? Aquele que reflete sobre sua realidade e a relaciona com o mundo em geral para, com base nessas problematizações, tomar posição e sair do lugar de vítima?

Sousa (2002) nos ajuda a refletir sobre as pesquisas realizadas no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 em busca desse receptor, uma fase que ele considera marcada pelas rupturas, mediações e negociações.

O receptor se confunde ora com o consumidor social ora com o desbravador de si mesmo: é um consumidor que não se resume a depositário sedento do irrefletido de desejos, nem uma busca desesperada de si; é um receptor que entre o presente e o futuro luta para não ter o real como pesadelo, um sonho mais difícil de ser enfrentado que o próprio sonho; é como se o real não coubesse mais ao homem, nem mesmo a esperança (Sousa, 2002, p. 23).

O receptor dos países menos avançados é o contestador de amanhã. A desigualdade de acesso à informação é delimitadora que espelha o conflito das legitimidades. A circulação da informação seria um pilar estruturante para que o

cidadão possa requerer uma geografia intelectual. Segundo Dominique Wolton (2006), o conflito de legitimidade é reconhecer a legitimidade e irredutibilidade dos três discursos (informação, conhecimento, ação) na sociedade democrática.

Freire (1979) analisa sobre a opressão interiorizada pelas sociedades latino-americanas, numa concepção gramsciana de hegemonia como processo vivido, e isto não é feito somente pelas forças, mas por sentidos. É investigar a comunicação pelo prisma do processo social e como um campo de batalha cultural. A história da América Latina é de um longo e denso processo de incomunicação. Assim como nos espaços reais nem todas as pessoas são igualmente ativas, engajadas em questões políticas ou em conversas, no ciberespaço as conexões não são iguais. “Estar lá, no caso, significa ter a possibilidade de navegar entre documentos, páginas, textos e informações diversas” (Martino, 2017, p. 29).

E não “estar lá” é ser impedido de dizer sua palavra. As estruturas de dominação são múltiplas, a dominação habita a linguagem através de dispositivos de neutralização da ação. “Se tudo isso não é exclusivo do sistema escolar latino-americano, maior carga de injustiça está onde o direito à escola é identificado como o direito à palavra e onde esse direito continua sendo desfrutado por poucos” (Martín-Barbero, 1997, p. 26).

#### 4.3 COLONIALISMO DE DADOS NA EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Para Lippold e Faustino (2022), as transformações técnicas, econômicas, sociais e ideológicas provocadas pela introdução da informática, das telecomunicações e da robótica no interior dos processos produtivos capitalistas – mormente nomeadas como Indústria 3.0 – permitiram, em um só turno, o “enxugamento” das unidades fabris a partir da expulsão de milhares de trabalhadores de seus postos e, sobretudo, o controle logístico e a busca pela sincronização de tempos e espaços urbanos ocupados pela esfera de circulação de mercadorias, referindo ou tencionando o conjunto das relações sociais de forma a viabilizar suas necessidades de reprodução (Ferrari, 2012).

O Colonialismo de dados é uma expressão criada pelos autores Nick Couldry e Ulises Mejias (2019), que inspiraram Lippold e Faustino (2022) no apontamento da tendência da manipulação intencional da cognição humana por grandes corporações

empresariais a partir dessas tecnologias, com vistas à ampliação da acumulação de capitais.

Temos uma cronologia da *Web World Tide Web*, criada em 2021 pelo inglês Tim Berners-Lee. E, segundo Guizzo (1999), a versão 1.0 começa com popularização da Internet, em 1995, e seu principal objetivo era facilitar o acesso às diversas mídias, transformando-se em um veículo de comunicação dinâmico e eficiente desde seu crescimento e da expansão dos navegadores. No entanto, não possuía autonomia para reeditar, alterar e tão pouco compartilhar informações. A Web 2.0, com base as considerações de O'Reilly (2005) e Primo (2007), forma uma geração que caracteriza-se por apresentar:

- a) interfaces ricas, agradáveis e de fácil utilização;
- b) o sucesso da ferramenta depende do número de usuários, por se tratar de ferramentas de conteúdo colaborativo;
- c) baixo custo e gratuidade na maioria dos sistemas disponibilizados;
- d) crescente utilização e construção de páginas pessoais (*blog*);
- e) acesso e edição mútua das informações;
- f) rápidas transformações (quase instantâneas) das informações e conteúdo das páginas;
- g) os aplicativos podem funcionar on-line ou off-line;
- h) criação de comunidades de pessoas que se interessam por determinado assunto;
- i) crescente utilização de aplicativos Web dentro de ambientes empresariais;
- j) facilidade de compra e acesso a produtos pela ascensão da utilização do comércio eletrônico, e-commerce 3; e
- k) utilização de *Tags* em quase todos os aplicativos.

Os espelhamentos de telas projetam caminhos diversos, em mutações constantes, mas é preciso conhecer a trajetória que alimenta, ou seja, o fato dos indivíduos estarem imersos à linguagem dos meios digitais, onde isso implica compreender e analisar a maneira de como codificar a mensagem naquele meio. Pois é importante situar-se a partir da ideia,

Os processos de convergência são dinâmicos, e acontecem no momento que o indivíduo recria, em sua vida cotidiana, as mensagens e as experiências em conjunto com as mensagens que chegam da mídia – e que ele, por sua vez, pode 're-criar'. A cultura da convergência representa uma

alteração, aliás, na maneira como o indivíduo é visto no processo de comunicação (Sousa, 2002, p. 14).

Nessa cultura conectada em rede, não podemos identificar um motivo ou causa que defina o que move as pessoas a propagarem informações. Os indivíduos escolhem, por motivações diversas, difundir tal conteúdo.

No entanto, como a informação chega, a partir de quais ramificações, é sim planejado. É importante estar atento que esse fluxo informacional parte de estratégias, a depender do seu endereço, não podemos alimentar a ideia de ser um jogo desinteressado.

E, desse modo, voltamos a Gutemberg, pois pensar um sistema de mídia significa enfatizar a divisão de trabalho, que vai de quem aprimorou a prensa de madeira no século XVII, aos conglomerados digitais no século XXI que faturam com a propagação da desinformação e depois criam ferramentas para financiar o combate a mesma.

Algo muito semelhante ocorre na educação quando conglomerados editoriais ditam o mercado para vender materiais e kits de tecnologia e, no mesmo fluxo, projetam seus representantes em espaços públicos para adquirir seus produtos. Quando também não são os mesmos personagens no parlamento, representando tais grupos e seus interesses, aprovando seus projetos de interesse privado.

Segundo Asa Briggs e Peter Burke (2004), a necessidade de informação em cada idade foi associada com esforço para controlar o presente e o futuro por motivos pessoais, políticos e econômicos.

Desde o final da década de 1990, o sistema educacional brasileiro vem sofrendo forte pressão e ingerência do sistema produtivo, das empresas nacionais e transnacionais, aprovando suas pautas nas diretrizes e nos marcos legais, tais como o ocorrido com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as Diretrizes de Formação de Professores, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e também na proposição e na implementação de programas e projetos com forte influência dos chamados reformadores empresariais da educação (Freitas, 2018). Ou seja, as escolas necessitam negociar, diretamente com os fornecedores, a aquisição de equipamentos e serviços, submetendo-se aos preços do mercado.

Essa prática não seria de todo condenada se não fosse acompanhada de um total abandono por parte do Estado para a realização dessa negociação e, mais do

que tudo, não estivessem já articulados, de forma intensa, os próprios fornecedores, muitos dos quais são apoiadores desses grupos que definem as políticas.

Segundo Ignácio Ramonet (2003), jornalista, sociólogo e diretor da versão espanhola do *Le Monde Diplomatique*, há muitas e muitas e muitas décadas que a imprensa e os meios de comunicação representam, no contexto democrático, um recurso dos cidadãos contra os abusos dos poderes. Na realidade, os três poderes tradicionais – Legislativo, Executivo e Judiciário – podem falhar, se equivocarem e cometer erros. Foi por este motivo que, durante muito tempo, se falou no “quarto poder”:

Nos últimos quinze anos, à medida que se acelerava a globalização liberal, este ‘quarto poder’ se viu esvaziado de sentido, perdendo, pouco a pouco, sua função fundamental de contrapoder. Ao se estudar de perto como funciona a globalização, ao observar como se desenvolveu um novo tipo de capitalismo – agora, não só industrial, mas, principalmente, financeiro, ou, resumindo, um capitalismo de especulação -, esta evidência chocante se impõe. Na atual fase da globalização, assiste-se a um confronto brutal entre o mercado e o Estado, entre o setor privado e os serviços públicos, entre o indivíduo e a sociedade, entre o íntimo e o coletivo, entre o egoísmo e a solidariedade. O verdadeiro poder está atualmente nas mãos de um punhado de grupos econômicos planetários e de empresas globais cujo peso nos negócios do mundo inteiro parece, às vezes, mais importante do que o dos governos e dos Estados. São eles, os “novos senhores do mundo”, que se reúnem anualmente em Davos, no âmbito do Fórum Econômico Mundial, e que inspiram as políticas adotadas pela grande Trindade da globalização: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. É neste contexto geoeconômico que se produziu – no próprio coração da estrutura industrial – uma metamorfose decisiva do lado da comunicação de massa (Ramonet, 2003, n. p.).

Ao invés disso, no Brasil, em 2024, vimos a aprovação de um PL que aumenta a concentração da mídia hegemônica, temos uma concentração por setores em larga escala, os atores centrais da globalização liberal estão em rede na educação, informação e comunicação, onde todas as áreas se enfraquecem por um mesmo viés: A concentração de poderes.

O nível de contradição é extraordinário quando se fala tanto em educação crítica, com competências e participação ativa, como garantir tais elementos com a anulação do debate democrático a garantia da pluralidade de vozes que são fundamentadas também pela consolidação da opinião pública.

Some-se agora, à já presença dos reformadores empresariais da Educação (Freitas, 2018), a atuação agressiva das grandes empresas de tecnologia, como Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft, já conhecidas pelo acrônimo de

GAFAM<sup>76</sup>, que adentraram avassaladoramente nas escolas e universidades, com suas plataformas e seus sistemas de webconferência, especialmente nesse trágico contexto pandêmico, como “solução” para a oferta do ensino remoto emergencial, durante a pandemia, a entrada essa que praticamente encontrou caminho aberto por conta da ausência de investimentos em Tecnologia da Informação (TI), tanto nos sistemas públicos de educação básica como no ensino superior.

Inclusive inúmeras distorções do que é o ensino a distância, na sua proposta digamos “original”, foram colocadas em xeque durante a pandemia.

Pois o ensino remoto emergencial - ERE, em grande escola, sem coordenação alguma e ainda com uma agenda do setor privado impondo formatos “acessíveis” continua sendo uma questão que permeia o debate, pois muitos convênios continuam no setor público e não há proposta por parte do Governo sobre projetos que explorem o uso de Recursos Educacionais Abertos (REA)<sup>77</sup>, termo usado para a disponibilização de recursos educacionais online, para que possam ser reconfigurados por estudantes e professores.

E assim, recuperar uma memória que no Brasil já foi referência em mobilização de criação de conteúdos colaborativos na educação, por meio de projetos que são fundamentados na cultura digital que mobilizaram a popularização do sistema operacional GRU/Linux (Debian, 2024) e a sua variedade de aplicativos que potencializavam o compartilhamento e organização de informações na educação formal e informal (como pontos de cultura digital, registrados numa publicação chamada Cultura Digital.BR (Savazoni; Cohn, 2009).

“O software livre é uma possibilidade dessa menina reinventar coisas que precisam ser reinventadas” Luiz Inácio Lula da Silva (Discurso proferido no 10 FISL, POA, jun/2009)<sup>78</sup>.

#### 4.4 QUANTO CUSTA UM ALUNO? A PLATAFORMIZAÇÃO DO ENSINO

Se temos as políticas educacionais reduzidas a insumo econômico, cada dia mais se distanciando da Constituição, e com o modo de comprovar tais impactos por

---

<sup>76</sup> Disponível em: <https://www.ilhatecnologia.com/gigantes-da-tecnologia-voce-conhece-o-gafam/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>77</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade-aberta-do-brasil/recursos-educacionais-abertos>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>78</sup> Informação verbal. Mais informações em: <https://wiki.mozilla.org/FISL:2009>. Acesso em: 13 fev. 2024.

meio de resultados apresentados pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa<sup>79</sup>) 2022, lançados em dezembro de 2023, onde o Brasil avaliou 10.798 estudantes de 599 escolas das redes pública e privada (Inep, 2023). Tendo como perfil dos participantes:

“i) 73,1% dos estudantes da rede estadual; ii) 81,9% dos matriculados no ensino médio; iii) 96,5% das escolas em área urbana; e iv) 76,4% das escolas localizadas no interior” (Inep, 2023, n. p.).

A pontuação em matemática atingiu 379, onde a média dos países da OCDE (OECD, 2023), foi de 479. Quanto ao nível de desempenho, a escala vai de 1 a 6, sendo que 2 é considerado o nível "básico" de conhecimento e, abaixo dele, é um resultado insatisfatório. Considerando isso, 73% dos estudantes brasileiros ficaram abaixo do mínimo (nota 2), enquanto os países da OCDE possuem apenas 31% de jovens na mesma faixa. Considerando o ranking geral nesta área, nosso país ficaria entre a 62<sup>a</sup> e 69<sup>a</sup> posição. Em leitura, o Brasil pontuou 410 e os membros da OCDE 476 - o resultado foi semelhante entre países da América Latina.

A concentração é menor também de jovens abaixo do nível 2 (50%) - enquanto essa mesma taxa na OCDE é 27%. Em ciências, o resultado foi de 403 pontos e a OCDE 485 - 55% dos estudantes ficaram abaixo de 2 e na OCDE essa taxa foi de 24% (OECD, 2023). Na coletiva para apresentação dos dados, o ministro da Educação, Camilo Santana<sup>80</sup>, “falou sobre os desafios e estratégias que estamos tratando”. Ele ressaltou que há um "tripé" de prioridades do MEC até o final de 2026: o programa de alfabetização nacional, o de levar conectividade a todas as escolas brasileiras e a Escola em Tempo Integral, com foco de melhorar a educação básica.

A mensuração feita pelo Pisa não trata sobre as condições de trabalho dos professores, nem da repercussão do currículo sobre o processo de ensino-aprendizagem, se resume a multidimensionalidade dos desempenhos. A OCDE, em seus dados, também aponta que o Brasil investe menos do que necessário na educação básica pública. Segundo o relatório da OCDE mostra que, enquanto o Brasil investiu em 2020 US\$ 4.306 por estudante, o equivalente a aproximadamente R\$ 21,5 mil, os países da OCDE investiram, em média, US\$ 11.560, ou R\$ 57,8 mil (OECD, 2023). Os valores são referentes aos investimentos feitos desde o ensino

---

<sup>79</sup> <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>

<sup>80</sup> Informação verbal. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/divulgados-os-resultados-do-pisa-2022>. Acesso em: 13 fev. 2024.

fundamental até a educação superior. Assim como é fundamental “o financiamento adequado é uma condição prévia para proporcionar uma educação de alta qualidade”, aponta o relatório (Tokarnia, 2023, n. p.).

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), evidenciam que, por lei, pelo Plano Nacional de Educação<sup>81</sup> (PNE), investirá pelo menos 10% do PIB em educação até 2024. Segundo o último relatório de monitoramento da lei, o investimento brasileiro em educação chegava a 5,5% do PIB, e o investimento público em educação pública, a 5% do PIB, “bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação”, diz o texto do Inep (Tokarnia, 2023, n. p.).

A hierarquização entre as classes vai favorecer as desigualdades, que segue um sistema verticalizado, competitivo. Dardot e Laval (2016) destacam em **A nova razão do mundo** o caráter do neoliberalismo que se espraia por meio da formação para a competição sem peias entre os sujeitos empresariais, mas também entre empresas, corporações e entre organizações da sociedade civil. E assim ressaltam que:

Num terreno de escassez, os objetivos de disputa se multiplicam. Entre gestores da barbárie, disputas trabalho, mas também direitos sociais. Da passagem dos direitos universais para os direitos focais, há um sentido que reflete o acaso na noção de equivalência entre cidadãos. Neste caso, o quadro de privatização dos direitos sociais, a demanda por eles agrava a situação de heteronomia da gestão da vida e da competitividade entre as necessidades desiguais (Dardot; Laval, 2016, p. 38).

Plataformização” ou “sociedade de plataformas” é o termo utilizado para descrever como a vida humana, seus fluxos econômicos e de convivência social são modulados por um ecossistema global de plataformas digitais on-line, baseadas no uso de algoritmos de IA alimentados por gigantescas bases de dados (Big Data) (Van Dick; Poell; Waal, 2018), aproveitando-se do avanço de outro fenômeno, o da “dataficação”.

Segundo o economista brasileiro, Marcio Pochmann (2022, n. p.), as transformações digitais configuram “Mudança de época”:

Estamos diante de uma profunda mudança de época [...] A alteração no modo de vida e trabalho atual não decorre de revolução industrial

---

<sup>81</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 13 fev. 2024.

propriamente dita. A mudança de época atual transcorre pela força de inédito vigor da revolução tecnológica informacional, que concentra o modo de produzir e de viver na unidade do processador computacional.

Durante a pandemia de COVID-19, o fenômeno da plataformização

na educação ganhou visibilidade, gerando preocupações na comunidade acadêmica e em organizações sociais atuantes em direitos humanos em diversos países. A UNESCO publicou um documento (Rivas, 2021) que sugere duas hipóteses de reflexão sobre a temática. A primeira condição afirma que o uso de plataformas na educação é um fato e deve se consolidar ainda mais. Já na segunda sugere que as plataformas podem abrir um novo campo de possibilidades para as políticas públicas, visando a expansão do direito à educação.

No entanto, o documento afirma que há uma pergunta ainda sem resposta: qual o impacto do uso de plataformas tendo em vista o direito à educação de qualidade?

Em uma perspectiva de agenda internacional, questiona-se de que forma tais plataformas digitais podem ser utilizadas para cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (SDG4) para a Agenda 2030 (Rivas, 2021).

Van Dijck, Poell e Waal (2018) discorrem mais especificamente sobre o fenômeno da plataformização da educação além de trazerem o conceito de plataforma, com seus diversos mecanismos, dedicando um capítulo inteiro a explicar o fenômeno da plataformização na educação. Os autores propõem que tal fenômeno desafia o conceito de educação como um bem público:

A plataformização da educação levou a uma contraposição feroz dos valores públicos, os quais são tradicionalmente ancorados em instituições e normas e códigos profissionais que são cada vez mais contornados e superados. Os mecanismos de dataficação, personalização, e a mercantilização penetraram profundamente na edificação da educação, não apenas transformando o conteúdo dos materiais de aprendizagem e os processos de aprendizagem dos alunos, mas também afetando os princípios pedagógicos, bem como a organização das escolas e universidades. Dataficação e personalização de fato levantam muitos aspectos sociais, éticos e questões normativas relativas ao tipo de educação com que as crianças podem se envolver o futuro. Como resultado da mercantilização, os dados de aprendizagem tornaram-se uma moeda valiosa. Em um mundo conectado, a interoperabilidade tecnológica é um veículo de comercialização e plataformas educacionais se tornaram um campo de batalha para conflitos entre interesses privados, corporativos e públicos. Portanto, a proteção das educações como um bem comum necessita de vigilância extra no que ainda é considerado um setor público, particularmente na Europa (Van Dijck; Poell; Waal, 2018, p. 134, **tradução nossa**).

A pandemia de COVID-19 provocou inúmeras mudanças nas rotinas de populações do Brasil e do Mundo e a cultura digital tornou-se um elo para estabelecer relações pessoais e interpessoais. As restrições a circulação de pessoas nos fizeram rever práticas e criar novas condições para estabelecer dinâmicas de trabalho e estudo.

Na Educação no Brasil, diante da situação de emergência, as instituições educacionais migraram para o Ensino Remoto Emergencial (ERE)<sup>82</sup>.

Em 11 de março de 2020, O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>83</sup>, Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciou em Genebra, na Suíça, que a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, caracterizou-se como uma pandemia.

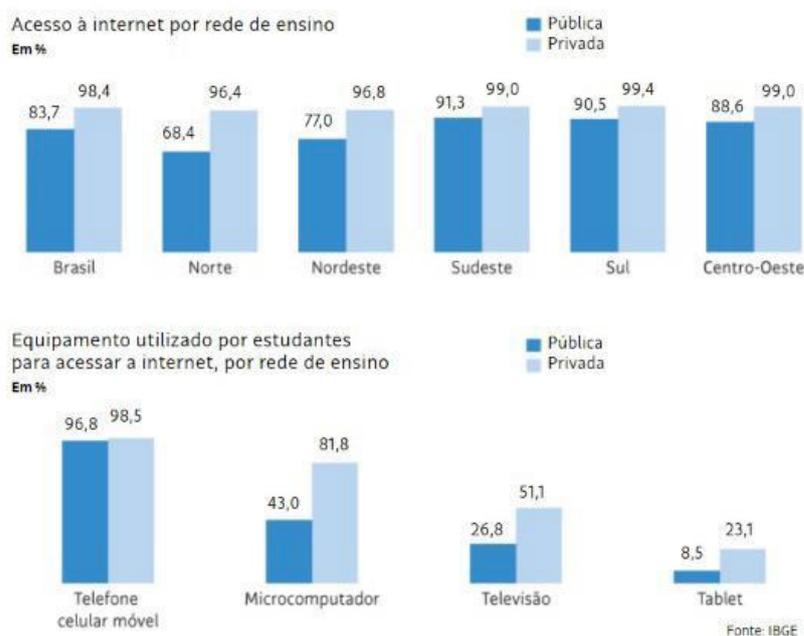
Segundo o IBGE, ao fim de 2019, 4,3 milhões de estudantes brasileiros não tinham acesso à internet, seja por falta de dinheiro para contratar o serviço ou comprar um aparelho, seja por indisponibilidade do serviço nas regiões onde viviam (Barros, 2021). A estatística reforça os efeitos da desigualdade na educação que ficou visível com as escolas fechadas durante a pandemia. Segundo a pesquisa, embora 78,3% da população e 82,7% dos domicílios brasileiros tivessem acesso à internet no fim de 2019, a cobertura variava muito entre regiões, faixas de renda e tipo de escola frequentada (Barros, 2021).

---

<sup>82</sup> São estratégias didáticas e pedagógicas criadas para diminuir os impactos das medidas de isolamento social sobre a aprendizagem. Essas medidas podem ser mediadas por tecnologias ou não e ajudam a manter os vínculos intelectuais e emocionais dos estudantes e da comunidade escolar durante a pandemia. Disponível em: <https://www.dirgrad.cefetmg.br/ensino-remoto-emergencial-ere/perguntas-e-respostassobre-o-ere/>. Acesso em: 31 dez. 2021.

<sup>83</sup> Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic#:~:text=OMS%20afirma%20que%20COVID%2D19%20%C3%A9%20agora%20caracterizada%20como%20pandemia,-11%20Mar%202020&text=11%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020,agora%20caracterizada%20como%20uma%20pandemia.> Acesso em: 21 dez. 2022.

Figura 15 – Dados do IBGE sobre o acesso à internet na pandemia - 2019



Fonte: IBGE (2019)<sup>84</sup>.

Diante de um cenário de conexão precária, como revelam os dados, e tendo em vista que o ensino se daria de maneira remota, identificamos um desequilíbrio diante dos contextos sociais em que os discentes, docentes e trabalhadores da educação estão inseridos. A conexão limitada acaba encontrando nas redes sociais uma via mais rápida e facilitada para acompanhar conteúdos e interagir.

As Tecnologias Digitais vem contribuindo para o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao manuseio da tecnologia digital se inseria no processo de democratização do uso das mídias.

No entanto, as conexões em rede eram restritas a sala de computadores e 'deixavam sem cobertura de dados para navegação lugares com significados históricos, políticos e culturais como, por exemplo, as escolas e os centros educacionais'. Por conta dessa realidade, os jovens sentiram-se estimulados a se dedicarem à aprendizagem informal fora dos contextos educativos em ambientes caracterizados por uma predominância do entretenimento audiovisual (Massarolo; Mesquita, 2013, p. 28).

O IBGE, ao fim de 2018, também informa que o país figura como o que possuía a maior concentração de riqueza entre os 1% mais ricos em 2016, os quais detinham cerca de 28% da riqueza nacional, estando à frente dos países do Oriente

<sup>84</sup> Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37560-populacao-ocupada-no-comercio-cresce-3-2-em-2021-mas-fica-abaixo-do-periodo-pre-pandemia#:~:text=Em%202021%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,valor%20adiccionado%20bruto%20em%202021](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37560-populacao-ocupada-no-comercio-cresce-3-2-em-2021-mas-fica-abaixo-do-periodo-pre-pandemia#:~:text=Em%202021%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,valor%20adiccionado%20bruto%20em%202021.). Acesso em: 13 fev. 2024.

Médio em que a riqueza se encontra no seio de famílias que são proprietárias de poços de petróleo (Alvaredo *et al.*, 2018).

A desigualdade social existente no Brasil apareceu com destaque no Relatório Internacional de Desigualdades em sua versão de 2019, onde 4,3 milhões de estudantes brasileiros não tinham acesso à internet, seja por falta de dinheiro para contratar o serviço ou comprar um aparelho, seja por indisponibilidade do serviço nas regiões onde viviam (PNUD, 2019).

A estatística reforça os efeitos da desigualdade na educação que ficou visível com as escolas fechadas durante a pandemia. Segundo a pesquisa, embora 78,3% da população e 82,7% dos domicílios brasileiros tivessem acesso à internet no fim de 2019, a cobertura variava muito entre regiões, faixas de renda e tipo de escola frequentada (PNUD, 2019).

A internet foi criada no período da Guerra Fria, mobilizando todo um contexto econômico. Então quando mapeamos seu movimento ao longo do tempo e em novos desdobramentos de expansão, é fundamental a lógica de levantarmos de que maneira são feitas as divisões de poder?

É preciso avaliar com muito cuidado os pilares que sustentam as condições materiais de produção, funcionamento e segurança do ciberespaço. Tendo em visto que o crescimento e a hegemonização de um modelo de negócio nos dão sinais constantemente de seus reais interesses.

Entre infraestrutura e economia, o impulso do capital financeiro permitiu que grupos como Alphabet (detentora do Google), Facebook, Amazon, Microsoft e Apple investissem no desenvolvimento estratégico de suas plataformas, incluindo a construção de conglomerados de cientistas de variadas áreas para contínua análise e otimização dos fluxos de monetização da audiência, publicidade e comportamento de seus usuários, realizando uma verdadeira redistribuição dos métodos e hierarquias de capacidade de análise e representação da sociedade (Marres, 2012).

Assim como analisar o tratamento e a comercialização de dados dos usuários da internet. Os sites que visitamos, os e-mails que recebemos, os assuntos que curtimos, nossa geolocalização e até o que conversamos em frente a dispositivos de comunicação digital viram dados que alimentam um mercado cuja finalidade é a predição e o controle do comportamento dos usuários da rede.

Segundo Shoshana Zuboff (2018), as empresas desse mercado conseguem, através da ampliação em grande escala da utilização de suas ferramentas,

concentrar os direitos de privacidade e o conseqüente poder de escolher o que deve ou não ser mantido em sigilo enquanto esse direito é retirado de seus usuários.

A concentração desse direito mantém a obscuridade das operações de vigilância e cria novas assimetrias de conhecimento e poder.

A Google sabe muito mais sobre sua população de usuários do que estes sabem sobre si mesmos. De fato, não há meios pelos quais as populações possam atravessar essa divisão, dados os obstáculos materiais, intelectuais e proprietários necessários para a análise de dados e a ausência de feedback loops. Outra assimetria assenta no fato de que o usuário típico tem pouco ou nenhum conhecimento sobre as operações comerciais da Google, sobre a ampla gama de dados pessoais com que contribui para os servidores da Google ou sobre a retenção desses dados ou, ainda, como eles são instrumentalizados e monetizados. Já é bem sabido que os usuários têm poucas opções significativas para a autogestão de privacidade. O capitalismo de vigilância prospera na ignorância do público (Zuboff, 2018, p. 50).

Na pesquisa Monopólios Digitais, de 2018, o Intervozes mostrou que a Google concentra 97% do mercado de mecanismos de busca e o Facebook possui 85% dos downloads nas lojas de aplicativos, além de ter adquirido o Whatsapp e o Instagram (Intervozes, 2018).

Já de acordo com o projeto Educação Viglada<sup>85</sup>, os servidores de e-mail de 70% das instituições públicas de ensino são da Google ou Microsoft, empresas que lucram com uso de dados pessoais e publicidade direcionada.

Acrescentam-se a essa lógica mais dois elementos nocivos: o público de escolas ser formado principalmente por crianças e adolescentes, seres em desenvolvimento que têm direito especial a proteção, e a falta de transparência das gestões públicas e das empresas em relação a parcerias firmadas para uso gratuito de softwares.

Se, por um lado, os meios massivos nos deixam atônitos ao se dar conta do seu peso na cotidianidade das pessoas – fala-se mesmo no seu poder avassalador na reinterpretação dos fatos, na deformação do imaginário coletivo, na influência decisiva em processos eleitorais -, por outro, critica-se a conceptualização de seu poder em poucas mãos, o que tem trazido resultados perversos para afetiva democratização.

Mas não podemos demonizá-los. Inúmeras pesquisas e estruturas atestam as contradições que os permeiam, mostrando os aspectos valiosos de seu

---

<sup>85</sup> O Observatório Educação Viglada é uma iniciativa de divulgação científica de pesquisadores acadêmicos e de organizações sociais. Disponível em: <https://educacaovigliada.org.br/>. Acesso em: 24 out. 2020.

funcionamento que possibilitam também uma informação correta, o debate de ideias, a elaboração de uma visão crítica. Sem deixar de salientar o seu potencial de mobilização das populações envolvidas em torno de temas estratégicos e campanhas de denúncias, de contrainformação e ao que é colocado como oficialmente correto, de moralização de costumes políticos assim por diante.

#### 4.5 O INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO

Segundo Noam Chomsky: “As pessoas já não acreditam nos fatos” (Ahrens, 2018). O pensador nos alerta sobre a decomposição da opinião pública. E se analisarmos a partir do fio democrático que o alimenta, a educação, sentiremos o peso da utopia como único horizonte, fora desse front, só temos a barbárie. É fundamental o conhecimento sobre a informação e os recursos tecnológicos, as possibilidades que tais instrumentos podem auxiliar, no entanto, para que essa condição se projete, é elementar o resgate e incentivo à participação social sobre tais temas. A notícia é a construção social da realidade como definem Berger e Luckmann (1973), mas é preciso considerar a influência da audiência nesse processo. É preciso compreender que a construção dos conteúdos pela mídia, de seu fluxo informacional, desdobramentos a partir de produção, circulação e reconhecimento.

Tudo isso reforça um discurso construído para dizer a verdade, mas mesmo assim existe um paradoxo. É engraçado, pois os leitores estão sempre dispostos a acreditarem no que se escreve nos jornais, mas com frequência acham que os jornalistas são uns mentirosos (Alsina, 2009, p. 49).

Em 1939, quando eclodia a segunda Guerra Mundial, na Alemanha, 70% da população ouviam o rádio, desse modo o canal foi estratégico para a manipulação de Hitler. E assim a disseminação de conteúdos para controle social foi estratégica para alimentar uma narrativa baseada na mentira e censura. Nos anos 1970, na Alemanha, uma teoria denominada “Espiral do Silêncio”, definida pela Elisabeth Noelle-Neumann (2019), diz que onde os indivíduos omitem sua opinião diante da opinião dominante por medo de isolamento ou crítica. Esse medo decorre da antecipação dos efeitos de um encontro com os defensores de uma opinião

minoritária no grupo tendam ao silêncio. A metáfora da espiral explicita a dimensão progressiva dessa tendência ao silêncio.

Numa América Latina marcada por golpes, silenciamentos e colonialismos, buscar formas para exercer forças inovadoras na política, nos espaços de educação formal e informal, e nos modos de participar, numa integração escola e família, nos letramentos. Novamente volto para as 40 horas de Angicos, o método Paulo Freire é emancipação, em círculos, na escuta ativa e tendo a garantia da participação como pilar estruturante. Juan Díaz Bordenave (1994) afirma que o processo de participação acompanha desde o início da humanidade as formas que a vida social adquire. Para ele,

A participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. Nesse sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social. Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa (Bordenave, 1994, p. 17).

No Brasil, temos casos onde a teoria já foi usada para justificar ações da extrema direita para alegar que são vítimas de perseguição e silenciamento. Inclusive, usando a internet para atacar minorias e propagar o livre cometimento de crimes. Assim como pesquisas onde o modelo de poder e exclusão formado por filtros algoritmos fomentou as reconfigurações da espiral do silêncio durante o período eleitoral e após a eleição de 2018.

O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1948, diz que “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independente de fronteiras” (ONU, 1948, n. p.).

A transformação a partir das subjetividades, identidade, alimenta o ímpeto para a participação, o cidadão é naturalmente impulsionado a fazer trocas, se sentir integrado. Segundo Jesus Martín-Barbero (1997) está inserida ainda neste contexto de grande transformação política que as nações vêm passando a partir da desvalorização do nacional e enfraquecimento dos Estados com o processo de globalização.

Diante das propostas que orientaram o pensamento e a ação da esquerda até meados dos anos 1970, começa a se formar nos últimos anos um outro

projeto, estritamente relacionado com a redescoberta do popular, ou seja, com o novo sentido que essa noção hoje adquire: revalorização das articulações e mediações da sociedade civil, sentido social dos conflitos para além da sua formulação e síntese política, reconhecimento de experiências coletivas e não enquadradas nas formas partidárias. O que se encontra em processo de mudança, hoje, é a própria concepção que se tinha dos sujeitos políticos (Martín-Barbero, 1997, p. 286).

O Estado que perde sua função pública é o mesmo que cria novas configurações, propiciando aos atores sociais a compreensão que o político e o econômico partem também deles e para eles, de algum modo. Fernando Calderón, em **Tiempos de Cambio**, fala da necessidade de forjar um Estado em função do público, ou seja, um Estado que estimule a constituição de espaços de deliberação, tendo políticas em função das prioridades e dos valores da sociedade.

O espaço público pode ser visto como expressão de conflitos, em que o estatal e o privado se entrecruzam, e no qual é possível discutir reivindicações, opções e propostas, além de deliberar sobre elas, mas também onde as questões tendem a se revolver em função do interesse comum (Calderón, 2021, p. 225).

A verdade da notícia falsa é que ela ganha aliados todos os dias, em recursos tecnológicos, num universo de infinitos dados e com a influência da IA (inteligência artificial). Nos diversos tipos de *fake news*, temo o conteúdo viral, que é aquilo que é divulgado e compartilhado por muita gente e ganha ampla repercussão na internet. Pode ser um vídeo, um áudio, GIF<sup>86</sup> ou imagem. É um termo relacionado à palavra ‘vírus’, por ter o poder de se espalhar rapidamente.

Assim como a “bolha informacional” que é reforçada pela forma como as plataformas sociais funcionam: a partir de nossos hábitos e pesquisas na internet, os algoritmos conseguem identificar nossos gostos e opiniões e nos apresentam mais conteúdo desse tipo, buscando maior engajamento. Ambiente, especialmente online, em que as pessoas são expostas apenas a informações alinhadas às suas crenças e ideais, e em que trocam conteúdo apenas com quem tem opiniões semelhantes.

O discurso de ódio acontece quando um tom ameaçador, abusivo ou preconceituoso adotado contra um determinado grupo, principalmente em ambientes online, como redes sociais. De modo geral, essas manifestações costumam incitar o ódio contra determinados grupos sociais, baseadas em raça, etnia, gênero, orientação sexual, religiosa ou origem nacional. Ação dos “influenciadores digitais ou

---

<sup>86</sup> “O GIF (Graphics Interchange Format) é um formato de imagem que foi lançado pela empresa CompuServe no ano de 1987. Em português, a sigla significa Formato de Intercâmbio de Gráficos, e este formato possibilita a compactação de várias cenas, exibindo movimento” (Brito, 2012, n. p.).

influencers" são pessoas com muitos seguidores nas redes sociais, portanto, com capacidade de influenciar comportamentos ou potenciais compradores de um produto ou serviço, promovendo ou recomendando os itens.

A revolução das tecnologias da informação, as crises econômicas do estatismo e do capitalismo e suas conseqüentes reestruturações, assim como o surgimento de movimentos sociais e culturais, são três processos distintos que se desencadearam no final dos anos 1960 e meados da década de 1990. Esses eventos contribuíram para a configuração do panorama atual que conhecemos (Alsina, 2009).

Informação falsa produzida com a intenção de enganar. As *fake news* tentam “pegar carona” na credibilidade de veículos jornalísticos conhecidos e, geralmente, são divulgadas por canais que tentam imitar o visual, o nome, o endereço eletrônico e/ou o slogan de jornais confiáveis. Muita gente acredita que a culpa das *fake news* é de algum tio que manda mensagem sem conferir no WhatsApp, no Facebook, ou em outra rede social, mas o buraco é mais embaixo. A desinformação cumpre um papel estratégico, gera lucro, ganho político, é muito bem estruturada e tem, intencionalmente, influenciado debates políticos em vários países.

O uso político da desinformação está longe de se restringir aos períodos eleitorais e não tem visado apenas difamar pessoas e grupos específicos. Por vezes os alvos são determinados temas e bandeiras. Infelizmente, o próprio modelo de negócio do Google, Facebook, Twitter e outras plataformas digitais contribui com esse cenário assustador.

Do ponto de vista da neurociência, o cérebro apresenta uma tendência para propagar as notícias falsas, devido ao raciocínio motivado, o qual está relacionado à ideia de que os processos cognitivos dos indivíduos são tendenciosos a acreditar no que está de acordo com sua visão de mundo, ou seja, no que ele já acredita, em comunhão com suas crenças e valores. Nas suas crenças. E, no caso de quem propaga as *fake news*, são indivíduos que não pensam cautelosamente, possuem um cérebro preguiçoso e deturpam as informações e não fazem uma associação verídica dos fatos (Bago; Rand; Pennycook, 2020).

O Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social<sup>87</sup> lançou em 2020, um livro intitulado “Desinformação: crise política e saídas democráticas para as *fake*

---

<sup>87</sup> Disponível em: <https://intervezes.org.br/quem-somos/carta-de-principios/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

news” (Intervozes, 2020), em que o tema é abordado desinformação a partir da configuração de um subproduto do modelo de negócio estabelecido pelas plataformas digitais, um modelo que se baseia na concentração e na exploração indevida de dados pessoais de usuários/as. Os dados colocam que:

O Índice Global de Desinformação, entidade que acompanha o alcance e os efeitos da desinformação no mundo, realizou uma pesquisa que concluiu que a receita gerada por publicidade programática – prática que consiste em usar softwares para comprar e vender espaço publicitário na web – de 20 mil sites classificados como ‘desinformadores’ alcançou US\$ 235 milhões, aproximadamente 1,19 bilhões de reais. O maior serviço de mídia programática do mundo é do Google. A empresa está em 70% dos sites de desinformação analisados, acumulando US\$ 86,7 milhões, cerca de 439,5 milhões de reais (Intervozes, 2020, n. p.).

No Brasil, a principal ferramenta utilizada para propagação de desinformação é WhatsApp. A publicação também discute a relação do fenômeno com a crise política, as estratégias utilizadas em diferentes países para enfrentar esse problema, além de apresentar propostas concretas para lidar com a questão no Brasil. Abaixo, centralizado, um fluxograma com informações sobre *fake news*.

Figura 16 – Desinformação: crise política e saídas democráticas para as *fake news*



Fonte: Intervozes (2020).

Ao investigar as bases econômicas do fenômeno, os autores constatam que a desinformação se tornou um lucrativo subproduto do modelo de negócio das plataformas digitais, um modelo que se baseia na concentração e na exploração indevida de dados pessoais de usuários/as. E como tudo está em rede, a partir da

perspectiva do modelo de negócio, criar e derrubar conteúdos também faz parte da rentabilidade e controle. A desinformação também pode ter origem no baixo letramento informacional dos próprios leitores. As *fake news* e seus tipos são ações para a desinformação. A difusão da desinformação está diretamente associada à coleta e comercialização de dados pessoais de usuários.

No Brasil, em novembro de 2023, o Conselho de Comunicação Social se reuniu no do Congresso Nacional com especialistas que defendem financiamento público<sup>88</sup> do jornalismo e regulação de plataformas digitais. Segundo apuração da Agência Brasil, uma das frentes mais defendidas foi o combate à desinformação que, segundo eles, muitas vezes, é estimulada pelas próprias plataformas digitais. Na visão dos participantes, a regulamentação e a remuneração do conteúdo jornalístico são matérias urgentes. Segundo dados do Atlas de Notícia, somente neste ano foram identificadas 39 organizações que encerraram suas atividades, resultando em um total de 942 organizações de mídia fechadas nos últimos anos (Correia, 2023).

Para a vice-presidente do conselho, Patrícia Blanco<sup>89</sup>, é preciso avançar na educação digital:

Garantir uma sociedade com acesso à informação e preparada para que ela mesma possa diferenciar os conteúdos é fundamental. O que a gente viu acontecer nos últimos anos foi uma tempestade perfeita, além da crise econômica e da crise de credibilidade, impulsionada muitas vezes por campanhas de tentativa de descredibilização da imprensa como um agente importante nessa participação do debate público (Fenaj, 2023, n. p.).

No jornalismo atual, um debate constante é o financiamento do setor, e diante desse gargalo o Google criou uma plataforma que mobilização globalmente, o Fundo de Equidade para o Jornalismo (*News Equity Fund*)<sup>90</sup>, que se coloca na busca por fornecer suporte financeiro e oportunidades para organizações de notícias que atendem principalmente comunidades sub-representadas.

“Nosso objetivo é fortalecer a inclusão, capacitar ainda mais um ecossistema de notícias diversificado e apoiar especificamente editores de pequeno e médio porte criando jornalismo original para públicos sub-representados em todo o mundo”, a empresa afirma como o seu propósito (Google, 2024, n. p.).

---

<sup>88</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1013759-especialistas-defendem-financiamento-publico-do-jornalismo-e-regulacao-de-plataformas-digitais/>. Acesso em: 06 out. 2024.

<sup>89</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/noticias/patricia-blanco-e-eleita-vice-presidente-do-conselho-de-comunicacao-social-do-congresso>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>90</sup> Disponível em: <https://newsinitiative.withgoogle.com/pt-br/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

Dessas organizações que são financiadas pelo o Fundo de Equidade para o Jornalismo o Google, estão inúmeras iniciativas de mídia independente<sup>91</sup> no Brasil, aqui algumas que foram identificadas: Agência Diadorim<sup>92</sup>, Agência Mural de Jornalismo das Periferias<sup>93</sup>, Agência Pública<sup>94</sup>, Agência Tatu<sup>95</sup>, Alma Preta Jornalismo<sup>96</sup>, Eco Nordeste<sup>97</sup>, Gênero e Número<sup>98</sup>, Marco Zero Conteúdo<sup>99</sup>, Maré De Notícias<sup>100</sup>, Ponte Jornalismo<sup>101</sup>, Portal Catarinas<sup>102</sup>, Revista AzMina<sup>103</sup> e a Revista O Grito!<sup>104</sup>.

O ponto crucial é que o Google é questionado como sendo uma empresa que lucra com a desinformação no mundo. No Brasil, durante o período Bolsonaro, tivemos a mobilização acerca do Projeto de Lei nº 2630, de 2020, conhecida como a Lei das Fake News<sup>105</sup>. Durante três dias que antecederiam o debate para a aprovação da PL 2630, o Google apresentou em sua página inicial brasileira, logo abaixo da caixa de busca, links como: “Saiba como o PL 2360 pode forçar o Google a financiar notícias falsas”. “97% de todas as buscas na web no Brasil são feitas no Google, de acordo com o Statista” (Mello, 2022, n. p.). Segundo informações do site Desinformante, por Patrícia Campos Mello<sup>106</sup>:

A plataforma também publicou anúncios de página inteira nos principais jornais diários brasileiros dizendo que a lei levaria à desinformação. Pressionou as pessoas a pressionarem seus legisladores sobre as mídias sociais. No Instagram, os anúncios colocados pelo Google diziam: ‘Veja como isso pode prejudicá-lo – um projeto de lei pode tornar mais difícil encontrar notícias relevantes’. O PL 2630 terá impacto na sua internet. O Google também enviou e-mails aos proprietários de pequenas empresas dizendo: ‘Olá, anunciante. A lei 2630 pode prejudicar pequenas e grandes empresas e diminuir a sua capacidade de promover produtos e serviços on-line. [...] Se a lei for aprovada na sua forma atual, milhares de pequenas e médias empresas no Brasil enfrentarão dificuldades para aumentar suas

<sup>91</sup> Disponível em: <https://newsinitiative.withgoogle.com/pt-br/news-equity-fund/#selected-projects>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>92</sup> Disponível em: <https://adiadorim.org/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>93</sup> Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>94</sup> Disponível em: <https://apublica.org/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>95</sup> Disponível em: <https://www.agenciatatu.com.br/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>96</sup> Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>97</sup> Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>98</sup> Disponível em: <https://www.generonumero.media/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>99</sup> Disponível em: <https://marcozero.org/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>100</sup> Disponível em: <https://mareonline.com.br/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>101</sup> Disponível em: <https://ponte.org/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>102</sup> Disponível em: <https://catarinas.info/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>103</sup> Disponível em: <https://azmina.com.br/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>104</sup> Disponível em: <https://revistaogrito.com/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>105</sup> Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>106</sup> Disponível em: <https://desinformante.com.br/o-lobby-de-bolsonaro-google-e-facebook-contra-o-pl-das-fake-news/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

vendas com a ajuda da publicidade online'. O e-mail também tinha um link – 'veja como o PL 2630 pode impactar o seu negócio' (Mello, 2022, n. p.).

O relator do projeto de lei, Orlando Silva, ressaltou que “Eles abusaram do seu domínio do mercado e espalharam desinformação para evitar a regulamentação” (Mello, 2022, n. p.). Outras empresas também manifestaram contra a PL 2630, o Facebook, Twitter e Mercado Livre, um site de comércio eletrônico, publicaram uma carta pública dizendo que o projeto “é uma ameaça potencial contra uma internet livre, democrática e aberta<sup>107</sup>” (Mello, 2022, n. p.). Na imagem abaixo temos a página com o link para artigo nomeado “PL das *fake news* pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil”.

Figura 17 – Página com *link* para artigo



Fonte: Poder 360 (2023)<sup>108</sup>.

É importante questionar como uma organização que promove a desinformação está interessada em financiar o jornalismo independente, custeando a hospedagem de conteúdos, pagando salários dos profissionais e demais serviços. A agenda climática internacional também denuncia a interferência quanto à desinformação realizada pelo Google.

No Canadá, já partindo para a agenda internacional, temos o debate também acerca do financiamento do Google a jornais (Hermida, 2023), levantamento de dados via Nieman Lab<sup>109</sup> apostam que os veículos de notícias enfrentavam a perspectiva de desaparecer do campo de pesquisa do Google e de outros serviços –

<sup>107</sup> Disponível em: [https://blog.twitter.com/pt\\_br/topics/company/2022/pl-2630-2020-deixou-de-ser-sobre-combater-as-fake-news](https://blog.twitter.com/pt_br/topics/company/2022/pl-2630-2020-deixou-de-ser-sobre-combater-as-fake-news). Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>108</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/tecnologia/google-inclui-texto-contra-pl-das-fake-news-na-home-do-buscador/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>109</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/autor/niemanlab/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

o equivalente a desaparecer da internet – depois de o Google ter ameaçado bloquear links de notícias em resposta à Lei de Notícias On-line.

Já o relatório “Youtube’s Climate Denial Dollars<sup>110</sup>” (Dólares de negação do clima do Youtube, em tradução livre) denuncia que o Google está lucrando com anúncios veiculados em vídeos de desinformação climática no YouTube, violando o próprio compromisso de proibir publicidade programática em conteúdos sobre o tema. Essa foi uma das descobertas trazidas apontadas no Google quebra compromisso e lucra com desinformação climática<sup>111</sup> a partir da CAAD (*Climate Action Against Disinformation*), uma coalizão internacional de 50 organizações compromissadas em combater a desinformação climática, e o CCDH (*Center for Countering Digital Hate*).

No Brasil, o debate sobre a remuneração do conteúdo jornalístico foi incluído no projeto de lei 2630/2020, que trata da regulação das plataformas digitais no país, e depois migrado para o projeto de lei PL 2370/2019, que atualiza a lei de direitos autorais (Soares, 2023). As plataformas digitais, como Google e Meta, se colocam contra a proposta e fazem campanhas incisivas em desfavor da remuneração, assim como ocorreu na Austrália e acontece agora no Canadá. Desde 2020, o Projeto de Lei PL das Fake News 2630, que tramita no Congresso Nacional, se aprovado, o texto dará origem à chamada Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet (Soares, 2023).

A PL 2630 estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei.

Nesse sentido, na primeira manifestação pública sobre o projeto de lei que regulamenta as plataformas digitais, a empresa responsável pelas redes sociais Facebook e Instagram e pelo aplicativo de mensagens WhatsApp avalia que o texto cria um “sistema permanente de vigilância, similar ao de países de regimes antidemocráticos” (Pitta, 2023, n. p.). Assim como o Google que entrou em conflito com governo brasileiro por “PL das Fake News” (Rodrigues, 2023).

---

<sup>110</sup> Disponível em: <https://foe.org/wp-content/uploads/2023/04/YouTubes-Climate-Denial-Dollars.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>111</sup> Disponível em: <https://desinformante.com.br/google-desinformacao-climatica/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

O ministro da Justiça, Flávio Dino, inclusive, acusou o Google de "manipular" os resultados das buscas para dar mais destaque a conteúdo crítico ao projeto de lei, o que a empresa nega<sup>112</sup>. "Ninguém deveria estar manipulando a liberdade de expressão dos brasileiros", disse Dino em coletiva de imprensa, ao acusar a gigante tecnológica de abusar de sua plataforma para promover apenas um lado do debate (Durães, 2023, n. p.).

No Brasil, desde o período pandêmico, no qual emergem o ataque à ciência, a desinformação e o discurso de ódio, num país onde se passou a confundir – muitas vezes, criminosamente – liberdade de expressão com violação de direitos humanos. Este foi o Brasil de 2021, no segundo ano de pandemia e terceiro ano de um governo incompetente, retrógrado, desagregador, autoritário, corrupto e violento, que pratica todos os dias a Necropolítica.

A lista de violações e desrespeitos é robusta. Nas tecnologias digitais, crescentes discursos de ódio online contra mulheres, sobretudo negras, e população LGBTQIA+ povoaram as redes sociais, a ponto de levarem esses grupos a patamares de adoecimento e recolhimento, calando vozes e impedindo a livre manifestação. Ainda no universo digital, o ano de 2021 foi marcado pela violação de privacidade, com o vazamento de dados pessoais, sem quase possibilidade legal de controle, mesmo com a existência da Lei Geral de Proteção de Dados<sup>113</sup> (LGPD) que foi cotidianamente desrespeitada.

A fragilização dos canais de regulações e de controle público por parte do governo foi uma marca importante, confirmando um esgarçamento no alcance de direitos e garantias no país. Tomando como base a regulação europeia *General Data Protection Regulation* (GDPR), em 2018 foi aprovada no Brasil, com entrada em vigor em 2020, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), há muito defendida por juristas, ativistas e empresas da área de Internet. Cabe notar, contudo, que apesar de a LGPD representar um marco ao regular uma temática cada vez mais central, o arcabouço legal brasileiro já contemplava a defesa do

---

<sup>112</sup> Disponível em: [https://br.financas.yahoo.com/noticias/google-entra-em-conflito-com-220818439.html?guccounter=1&guce\\_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLnNvbS8&guce\\_referrer\\_sig=AQAAAFN093Wte598FOO8prDN9vE0sEedBZxpcApvJ-m5iCxsDDYzucBkViT2gfqXdkl5Ega3QPZLnZOMxMkq6B6a2\\_66HKfeCnyoSxgX7citE-Ap9s6IE6AQg7Adl3AWQwtWq3comMgxf2ZeTA09I9PHjrCxzUHBpzEBs19Kq\\_p0g6OB](https://br.financas.yahoo.com/noticias/google-entra-em-conflito-com-220818439.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLnNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAAFN093Wte598FOO8prDN9vE0sEedBZxpcApvJ-m5iCxsDDYzucBkViT2gfqXdkl5Ega3QPZLnZOMxMkq6B6a2_66HKfeCnyoSxgX7citE-Ap9s6IE6AQg7Adl3AWQwtWq3comMgxf2ZeTA09I9PHjrCxzUHBpzEBs19Kq_p0g6OB). Acesso em: 23 mar. 2023.

<sup>113</sup> Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/lgpd>. Acesso em: 02 fev. 2021.

direito à privacidade, em documentos como a Constituição Federal, o Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente e, mais recentemente, em 2014, o Marco Civil da Internet (Brasil, 2014).

As violações do direito à comunicação afetaram também outros direitos. O acesso à educação, um direito tão vinculado ao direito à comunicação, ficou ainda mais difícil durante a pandemia de COVID-19.

Milhares de estudantes das escolas públicas, especialmente as localizadas em áreas rurais, não tiveram condições garantidas para assistir às aulas remotas. Sem internet e computadores (e, às vezes, sem smartphones), alunos/as foram excluídos do processo educacional. Aliás, o alcance a direitos básicos e políticas sociais – ao serem trans - postos para as plataformas digitais – foi negado a povos e comunidades tradicionais e de periferias urbanas. O acesso à internet segue proibitivo para vários grupos sociais no Brasil.

No caso da desinformação, as plataformas precisam ser mais transparentes e colaborativas, principalmente com anúncios e impulsionamentos de conteúdos. Assim o poder público também precisa avançar na questão regulatória, além de investigar e asfixiar financeiramente as redes. As universidades, por meio dos cursos de comunicação, também precisam atualizar seus currículos para incluir técnicas de verificação de informações para o combate à *fake news*, e assim contribuir para o letramento midiático de maneira multidisciplinar.

O clima também se coloca como desafio numa perspectiva dos próximos 10 anos com mudanças de biodiversidade e sistemas climáticos. Os especialistas destacam que “a necessidade de maior cooperação internacional no enfrentamento dos desafios em suas potências médias e grandes disputam, estabelecem e aplicam regras e normas regionais”, segundo a pesquisa.

O contexto atual reforça a necessidade de medidas quanto à educação para comunicação e informação, a importância de ações mobilizadoras acerca da participação popular sobre o tema, sendo a escola o espaço ideal para os trabalhos e sensibilizações.

“Já fui adestrador. Eu confinava o boi, cercava-o, mudava a sua alimentação para que ele viciasse naquela comida e pensasse que dependia de mim para comer, e botava nele um nome — a arte de nomear é a arte de dominar. Quem bota um nome manda” (Santos [*In Memoriam*], 2023, n. p.).

#### 4.6 HISTÓRICO, NOMENCLATURAS E CONCEITOS

Na pesquisa que aqui apresentamos, sobre a temática de letramentos, alfabetização, mídia, educação, currículo, ensino e legislação com suas agendas e eventos, compreendemos que a palavra em si e onde é posta, também nos aponta os seus reais interesses. Sendo assim, é necessário analisar a nomenclatura adotada, compreender o contexto que está inserida, e verificar por qual razão se adota um termo em detrimento de outro, numa narrativa que certamente se confira por meio de terminologias recomendadas.

Numa agenda global, temos a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2013, lançando o “Currículo de Alfabetização Midiática e Informacional para Formação de Professores” (Wilson *et al.*, 2013), a iniciativa se apresenta como um recurso para os Estados-membros em seu contínuo trabalho de realizar os objetivos da Declaração de Grünwald, de 1982, da Declaração de Alexandria, de 2005 e da Agenda de Paris da UNESCO em 2007 – todas elas relacionadas à MI. O glossário do currículo norteia que:

Sigla de alfabetização midiática e informacional, que se refere às competências essenciais (conhecimentos, habilidades e atitudes) que permitem que os cidadãos engajem-se junto às mídias e outros provedores de informação de maneira efetiva, desenvolvendo o pensamento crítico e a aprendizagem continuada de habilidades, a fim de socializarem-se e de tornarem-se cidadãos ativos (Wilson *et al.* 2013, p. 182).

O documento publicado UNESCO (2016) explica que: No Brasil, os termos alfabetização e letramento são usados em referência a habilidades de leitura e escrita. Este documento não irá tratar das nuances dessas duas expressões. Os editores optaram pelo termo alfabetização para aproximar-se da expressão que tem sido usada em língua espanhola e praticada na Espanha e em países da América: alfabetización informacional, ou ALFIN.

Para Soares (2004)<sup>114</sup>, no Brasil os conceitos de alfabetização e letramento se mesclam, se superpõem, frequentemente se confundem. Esse enraizamento do conceito de letramento no conceito de alfabetização pode ser detectado tomando-se para análise fontes como os censos demográficos, a mídia, a produção acadêmica. A autora ainda enfatiza:

---

<sup>114</sup> Livre-docente em educação, é professora titular emérita da Faculdade de Educação da UFMG e pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita – CEALE, dessa Faculdade. Autora de vários artigos, capítulos de livros e livros sobre ensino da língua escrita.

Enquanto nesses outros países a discussão do letramento – *illettrisme, literacy e illiteracy* – se fez e se faz de forma independente em relação à discussão da alfabetização – *apprendre à lire et à écrire, reading instruction, emergent literacy, beginning literacy* –, no Brasil a discussão do letramento surge sempre enraizada no conceito de alfabetização, o que tem levado, apesar da diferenciação sempre proposta na produção acadêmica, a uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos, com prevalência do conceito de letramento, por razões que tentarei identificar mais adiante, o que tem conduzido a um certo apagamento da alfabetização que, talvez com algum exagero, denomino desinvenção<sup>115</sup> da alfabetização, de que trato em seguida (Soares, 2004, p. 5).

Em 2008, ainda em Paris, foi elaborado por um grupo de especialistas da UNESCO um currículo de formação, para professores, em mídia e literacia informacional, contendo os temas e as competências que um professor deve desenvolver quando o assunto se refere ao emprego das mídias. Trata-se do documento *Media and Information Literacy Curriculum for Teachers*, publicado em 2011, traduzido para o português como Alfabetização Midiática Informacional – Currículo para Formação de Professores, publicação de 2013 (Wilson *et al.*, 2011).

A partir de tais agendas internacionais, temos uma mobilização da UNESCO para a implementação dos termos AMI nos currículos, projetos e ações. Conforme Wilson *et al.* (2011) a Alfabetização Midiática Informacional (AMI) uniu dois conceitos, sendo definida como:

A alfabetização midiática e informacional incorpora conhecimentos essenciais sobre (a) as funções da mídia, das bibliotecas, dos arquivos e de outros provedores de informação em sociedades democráticas; (b) as condições sob as quais as mídias de notícias e os provedores de informação podem cumprir efetivamente essas funções; e (c) como avaliar o desempenho dessas funções pela avaliação dos conteúdos e dos serviços que são oferecidos. Esse conhecimento, por sua vez, deveria permitir que os usuários se engajassem junto às mídias e aos canais de informação de uma maneira significativa. As competências adquiridas pela alfabetização midiática e informacional podem equipar os cidadãos com habilidades de raciocínio crítico, permitindo que eles demandem serviços de alta qualidade das mídias e de outros provedores de informação. Conjuntamente os cidadãos fomentam um ambiente propício em que as mídias e outros provedores de informação possam prestar serviços de qualidade (Wilson *et al.*, 2013, p. 16).

Para os autores que participam das conceituações nos currículos e documentos da UNESCO sobre tal temática, a alfabetização informacional, para alguns estudiosos, pode ser considerada um campo amplo de estudos e, para outros, ela é apenas uma parte da alfabetização midiática. Da sua parte, a UNESCO

---

<sup>115</sup> O neologismo utilizado pela autora pretende nomear a progressiva perda de especificidade do processo de alfabetização que parece vir ocorrendo na escola brasileira ao longo das duas últimas décadas.

criou o termo AMI com a intenção de incorporar as duas ideias, bem como outras terminologias utilizadas por vários autores ao redor do mundo (Wilson *et al.*, 2013). Ainda pontuam que nesse documento curricular de formação para professores foram relacionadas algumas das várias terminologias utilizadas pelo mundo, formando uma ecologia da AMI, ou noções de AMI, e essa ecologia está expressa na figura 18.

Figura 18 – A ecologia AMI: noções de AMI  
A ecologia da AMI: noções de AMI



Fonte: Wilson *et al.* (2013, p. 19).

Na publicação da UNESCO (2016), são direcionadas diretrizes da AMI para a formulação de políticas e estratégias.

Por mais que os 13 pontos que compõe a ecologia da AMI dialoguem com os campos midiáticos e informacionais, temos uma densidade imensa de temáticas para serem implementadas por professores de diferentes áreas e contextos, pois tal ecologia é voltada para a educação e se coloca como sendo direcionada para a sala de aula. Não há um direcionamento pedagógico de como explorar essa quantidade significativa de temas. Não identificamos tal condução ao longo do material, com exemplos práticos ou materiais de apoio.

A articulação e a aplicação de políticas e estratégias da AMI são apontadas pela UNESCO para atuações regionais e nacionais que podem ser orientadas por

um marco teórico ou de desenvolvimento, que utiliza um conjunto de abordagens inter-relacionadas.

Sem políticas e estratégias da AMI, provavelmente, aumentarão as disparidades entre os que têm e os que não têm acesso à informação e às mídias, e entre os que exercem ou não a liberdade de expressão. Outras disparidades surgirão entre os que são e os que não são capazes de encontrar, analisar e avaliar de maneira crítica, além de aplicar a informação e o conteúdo midiático na tomada de decisão. Mais colaboração e mais parcerias entre os ministérios governamentais são necessárias para articular e harmonizar políticas de desenvolvimento multilaterais nacionais e de base ampla. Dessa forma, é importante propor uma 'política transversal', que incorpore a AMI em diferentes áreas do setor público (UNESCO, 2016, p. 20).

Figura 19 – Marco teórico de desenvolvimento para políticas e estratégias da AMI.

### Fluxo das políticas



Fonte: UNESCO (2016).

Lloyd (2007), autor que fundamenta o fluxo das políticas e estratégias da AMI da UNESCO, de acordo com a Figura 19, explica que no ambiente de trabalho, há o desenvolvimento de conhecimento prático. Nesse processo, os tipos de informação se modificam porque os profissionais param de utilizar aquelas consideradas como epistêmicas e passam a usar a informação prática. Contudo, as pesquisas sobre a competência em informação no contexto de trabalho são ainda emergentes, e recebem a influência da área da Educação. As diferenças da Educação e da área de Negócios estão relacionadas com a maneira pela qual as pessoas aprendem e como analisam suas práticas e processos (Lloyd; Williamson, 2008).

No documento é apresentada a ligação entre os setores e as suas possibilidades de trocas a partir da recomendação: é importante que a AMI esteja

presente não apenas nas políticas da educação, mas também nas políticas de TIC, cultura e outras áreas da administração pública. A AMI pode moldar os cenários da educação, do trabalho e da comunidade de formas importantes, o que requer políticas e estratégias cuidadosamente articuladas, que possam ser implementadas nesses contextos. (UNESCO, 2016).

Tais documentos foram elaborados a partir de conferências empreendidas pela instituição, com contribuições de especialistas de diversos países (Wilson *et al.*, 2013). A figura 20 apresenta a proposta da UNESCO com os pontos que consideram mais expressivos.

Figura 20 – Políticas e estratégias da AMI (Fatores que podem mitigar as políticas e estratégias da AMI)



Fonte: UNESCO (2013).

O termo Alfabetização Midiática Informacional (AMI) surgiu na integração da Alfabetização Midiática (AM) e da Alfabetização Informacional (AI) que, apesar de distintas, são complementares. Sendo: Por um lado, a alfabetização informacional enfatiza a importância do acesso à informação e a avaliação do uso ético dessa informação.

Por outro, a alfabetização midiática enfatiza a capacidade de compreender as funções da mídia, de avaliar como essas funções são desempenhadas e de engajar-se racionalmente junto às mídias com vistas à auto expressão. A Matriz Curricular e de Competências em AMI para formação de professores incorpora ambas as ideias (UNESCO, 2013, p. 18).

Temos um panorama das possíveis abordagens sobre o tema, com alguns autores contextualizando por épocas distintas os possíveis conceitos a partir de um olhar crítico e pedagógico. Fantin (2011) apresenta o campo “mídia-educação” como área de conhecimento que envolve um olhar transdisciplinar que também faz parte de um movimento internacional.

Ao considerar a mídia-educação como campo, disciplina, prática social e postura mídia-educativa, e reflete sobre as possibilidades do teórico-metodológico na prática pedagógica e na pesquisa. Ela resgata que a primeira definição oficial foi apresentada na França pelo Conselho Internacional do Cinema e da Televisão (CICT), organização ligada à Unesco, em junho de 1973, e referia-se ao estudo, ensino e aprendizagem dos modernos meios de comunicação como disciplina autônoma no âmbito da teoria e prática pedagógica, reconhecendo a escola como lugar específico da mídia-educação (Fantin, 2011, p. 33).

A segunda definição apresentada pelo mesmo conselho alguns anos depois, em 1979 amplia seu campo de intervenção em duas direções: na extensão da mídia-educação aos aspectos históricos, valorativos e do uso criativo, considerando as mídias como produtos e processos culturais e sociais; e na ampliação da disciplina escolar Mídia-Educação para outras faixas etárias, envolvendo crianças, jovens e adultos em geral (Freire, 1979). Tal redefinição permitiu pensar nas especificidades da mídia-educação como prática social e disciplina curricular na formação de crianças, jovens e adultos trabalhando os conteúdos e as linguagens da alfabetização/letramento midiático, capacitando os sujeitos a “ler e escrever” criticamente com as mídias e discutindo temas como igualdade, direitos humanos, participação e cidadania – temas do campo da mídia-educação. (Rivoltella, 2002).

Na perspectiva do ensino por das mídias, que são usadas de forma instrumental para desenvolver conteúdos e habilidades sem questionamentos, os autores destacam pontos fundamentais a partir de uma leitura crítica, pois:

Ensinar sobre as mídias envolve o conteúdo e a forma dos textos midiáticos e a reflexão sobre os contextos sociais em que eles são produzidos e consumidos. Os autores questionam algumas afirmações feitas por pioneiros da mídia-educação: ‘[...] a noção de que o ensino da mídia iria nos libertar dos grilhões da ideologia deu lugar a uma visão mais realista que nós defendemos, mais eficaz e produtiva’ (Buckingham; Grahame; Sefton-Green, 1995, p. 11).

Fantin (2008) ainda ressalta os desafios por trás da atuação didática na perspectiva dos multiletramentos, a inserção curricular da mídia-educação, as políticas públicas de inserção de tecnologias nas escolas e a formação de professores, que envolve pensar nos usos dos meios diante da cultura e as competências necessárias para o professor atuar neste cenário (Fantin; Rivoltella, 2010).

Buckingham (2019) nos apresenta que a prática do currículo para a educação midiática no Reino Unido foi definida por um conjunto de conceitos críticos, possibilitando aos professores um grau considerável de autonomia ao escolher temas de estudo específicos, esclarece o autor ao colocar os conceitos:

Os quatro conceitos críticos relacionam-se a aspectos de toda mídia: **linguagem midiática** (compreender como a mídia usa diferentes formas de linguagem e seus gêneros), **representação** (estudar como a mídia alega dizer a verdade, seus critérios e visões de mundo, atitudes, valores e crenças de público), **produção** (examinar as tecnologias na produção e distribuição; os diferentes papéis e tipos de trabalhos envolvidos, as empresas que compram e vendem mídia, e como elas geram lucro; como a produção e distribuição de mídia é regulada; como a mídia atinge o público; e o grau de escolha e controle que o público tem) e **público** (como a mídia aborda e define determinados públicos; e as pressuposições que os produtores de mídia fazem sobre eles; como a mídia atinge o público através de diferentes tecnologias e canais; como usam a mídia no seu cotidiano, como interpretam que prazer tiram dela; e como esses processos variam de acordo com os fatores sociais como gênero, classe social e etnia (Buckingham, 2019, p. 71-76, **tradução nossa, grifo nosso**).

Já Ott e Mack (2014) defendem o conceito de letramento midiático estruturado em torno de dois eixos: 1) uma compreensão dos processos de produção de mensagens mediáticas, que inclui o conhecimento das instituições, linguagens, códigos e convenções mediáticas dos diferentes suportes e domínio, através da prática, dos processos de produção de mensagens mediáticas; 2) a aquisição de ferramentas de pensamento crítico, que permitam a análise de contextos e processos de produção, difusão e recepção de mensagens midiáticas (OTT; MACK, 2014).

Share (2008), posicionando a educação para a mídia de uma forma mais ativista, argumenta que:

A literacia mediática crítica pode ajudar os alunos a desconstruir mitos [transmitidos pelos chamados meios de comunicação “dominantes”] e a tomar medidas para criar meios de comunicação contra hegemônicos através dos quais se tornam sujeitos e dão nome ao seu mundo. Ao desnaturalizar as representações midiáticas, os estudantes podem destacar as obras da ideologia (Share, 2008, p. 28; **tradução nossa**).

Esta noção de literacia mediática crítica enfatiza questões de gênero, classe social, raça e sexualidade associadas aos meios de comunicação social e visa aumentar a consciência dos alunos sobre o funcionamento da ideologia, do poder e da dominação (Cortés, 2005; Kellner, 1995). Faz parte de uma abordagem que se apresenta como “uma crítica às abordagens dominantes da alfabetização e um projeto de mudança social democrática” (Kellner; Share, 2008, p. 8-9) e é fortemente influenciado pelos estudos culturais.

Por fim, Landry e Basque (2018) destacam que eessa abordagem particular faz da literacia mediática uma ferramenta de resistência a uma ordem social injusta e um meio de emancipação coletiva. Mais uma vez, as finalidades atribuídas ao conceito (os objetivos educativos, sociais e políticos que evoca e reúne) tendem a determinar o seu significado.

Nessa dinâmica de contribuições dos autores sobre as possibilidades de abordagens que podem ser direcionadas nos currículos acerca do tema entre letramentos e os campos midiático e informacional, é importante também registrar que em 2005, no Brasil, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância – MEC/SEED, lançou o projeto básico do Programa de Formação continuada em Mídias na Educação<sup>116</sup>.

A ação era um programa de educação a distância, com estrutura modular, que se propunha a proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação – TV e vídeo, informática, rádio e impresso, voltado para professores da educação básica.

Dentre os objetivos do programa estão: destacar as linguagens de comunicação mais adequadas aos processos de ensino e aprendizagem; incorporar programas da Seed (TV Escola<sup>117</sup>, Programa Nacional de Tecnologia Educacional - Proinfo<sup>118</sup>, Rádio Escola<sup>119</sup>, Rede Internacional Virtual de Educação - Rived<sup>120</sup>), das instituições de ensino superior e das secretarias estaduais e municipais de educação

---

<sup>116</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/midias-na-educacao#:~:text=M%C3%ADdias%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20um,os%20professores%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>117</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/tv-escola>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>118</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proinfo>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>119</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/radio-mec>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>120</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/210-1448895310/7658-sp-436089229>. Acesso em: 13 fev. 2024.

no projeto político-pedagógico da escola e desenvolver estratégias de autoria e de formação do leitor crítico nas diferentes mídias.

O presidente era Luís Inácio Lula da Silva e o Ministro da Educação, Fernando Haddad, desse modo temos contribuições acerca de exemplos para o Governo atual. Tendo em vista que em gestões anteriores houve linhas de atuação sobre o tripé (educação, comunicação e informação), eis uma questão a se indagar por não continuidade ou possível reconfiguração.

A palavra 'ler' vem do latim *legere* e queria dizer 'escolher'. Era isso que faziam os antigos romanos quando, por exemplo, selecionavam entre os grãos de cereais. A raiz etimológica está bem patente no nosso termo 'eleger'. Ora o drama é que hoje estamos deixando de escolher. Estamos deixando de ler no sentido da raiz da palavra. Cada vez mais somos escolhidos, cada vez mais somos objeto de apelos que nos convertem em números, em estatísticas de mercado. A armadilha do idioma é já um primeiro tropeço no caminho para chegarmos aos outros e a nós mesmos (Couto, 2016, n. p.).

## 5 ANÁLISES E RESULTADOS

### 5.1 CONSTRUÇÃO CURRICULAR NO BRASIL E DOCUMENTOS NORMATIVOS

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que regulamenta quais são as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras públicas e particulares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio para garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

A BNCC é uma política de Estado, determinada pela Constituição, pela Lei de Diretrizes e Bases e no Plano Nacional de Educação, que demanda atuação e articulação de todos os níveis de governo.

De maneira cronológica, em 2015, a primeira versão da BNCC inicia uma consulta pública, mobilizando especialistas no país (Brasil, 2015). Em 2016 a segunda versão (Brasil, 2016) é apresentada com a realização de Seminários estaduais<sup>121</sup>, e assim finda a consulta pública e sistematização das contribuições.

Em 2017 acontecem audiências públicas realizadas por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE) e ocorre a aprovação do texto pelo CNE. Também foi realizado o “Dia D” – Discussões nas escolas sobre a BNCC com foco na Educação Infantil e Ensino Fundamental, e, em seguida, aconteceu a homologação da BNCC pelo Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2017).

A partir da homologação da BNCC começou o processo de formação e capacitação dos professores e o apoio aos sistemas de Educação estaduais e municipais para a elaboração e adequação dos currículos escolares.

A BNCC não é um currículo, mas sim um orientador curricular. Cabe aos estados e municípios elaborarem seus currículos a partir dos princípios e aprendizagens definidos por ela e também do Regime de Colaboração entre cidades e estados. ‘Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação’ (Brasil, 2018, p. 89).

A Lei 13.415/2017, conhecida como Lei da Reforma do Ensino Médio, ampliou a carga horária do estudante na escola (Brasil, 2017). Em 2018, essas orientações passaram a ser implementadas com a publicação das Diretrizes

---

<sup>121</sup> De 23 de junho a 10 de agosto de 2016 aconteceram 27 Seminários Estaduais. Mais informações disponíveis em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/numeros-dos-seminarios>. Acesso em: 29 jul. 2021.

Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, com o texto da etapa do Ensino Médio na BNCC, dos referenciais curriculares para a elaboração de Itinerários Formativos e do Guia de Implementação do Novo Ensino Médio<sup>122</sup>.

Em 06 de março de 2018, educadores do Brasil inteiro se debruçaram sobre a Base Nacional Comum Curricular, com foco na parte homologada do documento, correspondente às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com o objetivo de compreender sua implementação e impactos na educação básica brasileira.

Em 02 de abril de 2018 o Ministério da Educação entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a 3ª versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio (Brasil, 2018). A partir daí o CNE iniciou um processo de audiências públicas para debatê-la. Em 5 de abril instituiu-se o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular ProBNCC (Rosa; Ferreira, 2018).

Em 02 de agosto de 2018, aconteceu mais uma mobilização em torno da contribuição com a Base Nacional Comum Curricular da etapa do Ensino Médio. Nesse período, os currículos estaduais e municipais passam por reelaboração, assim como a construção do currículo de educação integral, com consulta pública sobre versões reelaboradas dos currículos durante o processo. E, por fim, a homologação dos currículos nos Conselhos de Educação estaduais e municipais. A oficialização da BNCC estabeleceu para os sistemas e redes de ensino do país o desafio de implementar a BNCC até o início de 2020. A Base deve ser implementada em até 2 anos após a homologação, ou seja, 2022.

Segundo as pesquisadoras Rosa e Ferreira (2018), a BNCC foi disputada por diferentes grupos durante a elaboração das versões que surgiram a partir de 2014.

O Movimento pela Base<sup>123</sup> é formado por instituições e pessoas apoiadoras que constituem uma rede política. A sua estrutura organizacional expõe a sua rede de articulações acerca da educação e, desde então, da elaboração e implementação da BNCC e seus desdobramentos. A Figura 21 indica, como consta na apresentação da instituição no site, o recorte dos parceiros e membros do Movimento pela Base.

---

<sup>122</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio>. Acesso em: 30 ago. 2021.

<sup>123</sup> Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

Figura 21 – Composição do Conselho Fiscal, Deliberativo e Doadores do Movimento pela Base



Fonte: Movimento pela Base (2024)<sup>124</sup>.

O Observatório do Movimento pela Base<sup>125</sup> é o responsável pelo levantamento de dados dos 26 estados e Distrito Federal com referenciais curriculares homologados até 2022.

Temos assim um diagnóstico que apresenta o mapeamento, em 2020, DF e SP. Em 2021, foram AM, AP, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RR, RS, SC, SE. E, por fim, em 2022, AC, AL, BA, RO e TO. Quando a Reforma do Ensino Médio foi assinada em 2017, ela previa uma data limite de cinco anos para a sua implementação, esse prazo foi 2022.

Em julho deste mesmo ano, o Ministério da Educação publicou um novo cronograma que coloca para 2022 a implementação dos referenciais curriculares no 1º ano. No 2º e no 3º ano, essas mudanças devem acontecer em 2023 e em 2024, respectivamente (Figura 24).

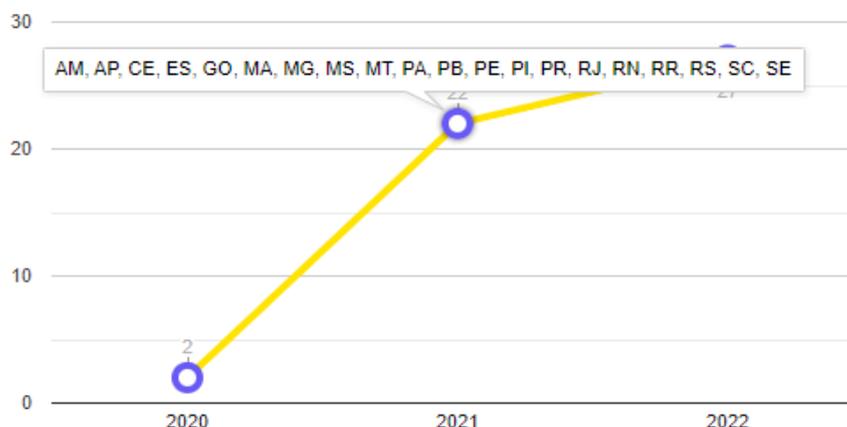
A agenda estabelece que até 2024 deve haver um esforço de monitoramento dos novos referenciais curriculares e de formação continuada dos educadores. Essa nova orientação é a que tem sido mais utilizada pelos estados.

<sup>124</sup> Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>125</sup> Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/> Acesso em: 28 jan. 2021.

Figura 22 – Quantitativo de estados que implementaram o currículo

### Histórico de alinhamento dos referenciais curriculares estaduais



Fonte: Observatório Movimento pela Base (2024)<sup>126</sup>.

Algumas redes já estavam mais avançadas no processo e terão uma implementação mais ampla em 2024. No âmbito da educação midiática e informacional, a BNCC se apresenta por Campos de Atuação, eles se apresentam como sendo os eixos temáticos na organização dos objetivos e habilidades ao longo do currículo e como são colocados, e devem ser desenvolvidos durante todo o ensino. Sendo assim, é importante compreender que o campo jornalístico midiático faz parte dos componentes curriculares. Para isso, a base leva em conta os campos:

i) Vida pessoal; ii) Artístico literário; iii) Práticas de estudo e pesquisa; iv) Jornalístico-midiático; v) Vida pública.

Em relação ao campo jornalístico-midiático, espera-se que os jovens que chegam ao Ensino Médio sejam capazes de: compreender os fatos e circunstâncias principais relatados; perceber a impossibilidade de neutralidade absoluta no relato de fatos; adotar procedimentos básicos de checagem de veracidade de informação; identificar diferentes pontos de vista diante de questões polêmicas de relevância social; avaliar argumentos utilizados e posicionar-se em relação a eles de forma ética; identificar e denunciar discursos de ódio e que envolvam desrespeito aos Direitos Humanos; e produzir textos jornalísticos variados, tendo em vista seus contextos de produção e características dos gêneros. Eles também devem ter condições de analisar estratégias linguístico-discursivas utilizadas pelos textos publicitários e de refletir sobre necessidades e condições de consumo. (Brasil, 2018, p. 502).

Os currículos para o Ensino Médio partem da fundamentação apresentada na BNCC, na qual é enfatizado a análise dos interesses que movem o campo

<sup>126</sup> Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/> Acesso em: 28 jan. 2021.

jornalístico-midiático e do significado e das implicações do direito à comunicação e sua vinculação com o direito à informação e à liberdade de imprensa.

Para o Ensino Fundamental, são privilegiados gêneros relacionados com a apuração e o relato de fatos e situações (reportagem multimidiática, documentário etc.) e com a opinião (crítica da mídia, ensaio, *vlog* de opinião etc.) com análises de diferentes formatos de textos, vídeos e podcasts.

A base prevê, por exemplo, que o aluno do sexto ao nono ano do ensino fundamental desenvolva a habilidade de leitura e produção de textos jornalísticos para diferentes fontes, veículos e mídias; desenvolva a autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos; além disso, ele precisa saber diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio.

Interessa que os alunos estejam, criticamente, atentos às questões:

Da confiabilidade da informação, da proliferação de *fake news*, da manipulação de fatos e opiniões tem destaque e muitas das habilidades se relacionam com a comparação e análise de notícias em diferentes fontes e mídias, com análise de *sites* e serviços checadores de notícias [...]", diz um trecho do documento (Brasil, 2018, p. 35).

Caracteriza-se pela circulação dos discursos/textos da mídia informativa (impressa, televisiva, radiofônica e digital) e pelo discurso publicitário. Sua exploração permite construir uma consciência crítica e seletiva em relação à produção e circulação de informações, posicionamentos e induções ao consumo.

No organizador curricular do Ensino de Língua Portuguesa (doravante ELP) que contempla dos anos iniciais aos finais, o campo jornalístico-midiático é tema transversal aos conteúdos. Esse campo é fundamentado pelo instrumento de análise da relação entre informação e opinião, os interesses que movem o direito à comunicação, curadoria de conteúdo e sua vinculação com o direito à informação e à liberdade de imprensa.

Figura 23 – Proposta do campo jornalístico-midiático no ensino da Língua Portuguesa

## LÍNGUA PORTUGUESA – 6º AO 9º ANO

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
<p>CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO - Trata-se, em relação a este Campo, de ampliar e qualificar a participação das crianças, adolescentes e jovens nas práticas relativas ao trato com a informação e opinião, que estão no centro da esfera jornalística/midiática. Para além de construir conhecimentos e desenvolver habilidades envolvidas na escuta, leitura e produção de textos que circulam no campo, o que se pretende é propiciar experiências que permitam desenvolver nos adolescentes e jovens a sensibilidade para que se interessem pelos fatos que acontecem na sua comunidade, na sua cidade e no mundo e afetam as vidas das pessoas, incorporem em suas vidas a prática de escuta, leitura e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalística em diferentes fontes, veículos e mídias, e desenvolvam autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos e possam produzir textos noticiosos e opinativos e participar de discussões e debates de forma ética e respeitosa.</p>		

Fonte: Brasil (2018).

Nessa perspectiva, é importante partir da compreensão de que para o aluno desenvolver as habilidades e competências para a leitura e escrita, ele deve poder trazer suas experiências e, na mediação do seu professor, (re) construir um saber novo, no caso, que lhe forneça para além de conhecimento cognitivo, uma atitude crítica diante das notícias e dos veículos jornalísticos ou midiáticos nas práticas de leitura e escrita. Segundo Soares (2004), é fundamental diferenciar a alfabetização do letramento:

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (Soares, 2004, p.39-40).

Já o objeto de conhecimento “Letramento informacional” está no componente (EM13LGP39) e, segundo Gasque e Tescarolo (2010, p. 83), refere-se a “um processo que integra as ações de localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas”. Abrange habilidades que, segundo Wilson *et al.* (2013), exploram a definição e articulação de necessidades, localização e acesso à informação, tais quais, organização, uso ético e o desenvolvimento de habilidades das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

Novamente pontuamos a necessidade de explorar tais conhecimentos que são específicos do jornalismo para a adaptação de outra área, cujas necessidades não estariam simplesmente na produção, divulgação e consumo da informação, mas nas ações planejadas pedagogicamente em um diálogo para que possam contribuir

com o ELP e com quem é responsável não apenas por promover, mas ensinar práticas de leitura e escrita, os professores.

Os quadros que seguem apontam a proposta da BNCC acerca da composição dos componentes curriculares que estruturam produção de textos, em seus formatos (orais, escritos, multissemióticos, práticas de leitura, escuta e análise linguística/semiótica) para o campo jornalístico-midiático no ensino médio. É importante compreender que cada habilidade é composta por procedimentos do campo jornalístico-midiático que são específicos da área.

Fairclough (1997, p. 90) traz uma reflexão que pode ser recuperada, nesse momento, para explicar como existe imposição das nomenclaturas de uma forma geral, para alimentar o mercado. Podemos observar nesta análise que há domínios distintos e uma certa **venda de produtos novos**, que se inserem rápida e estrategicamente primeiro no campo do jornalismo, depois no campo educacional. A necessidade do conteúdo jornalístico, notícias e produtos afins, como fonte de informação e formação, é algo socialmente produzido, muitas vezes, materializado num currículo, diante das inúmeras demandas sociais e políticas exigidas. Tendo em vista que a discussão realizada se configura como uma pauta permanente e necessária, bem como reconhecendo as mobilizações feitas pelos educadores, que numa “rede de gambiarras” perseveraram para alcançar a sua mais esperada audiência: os estudantes, compreende-se como necessário esse tipo de análise.

O recorte da BNCC mostrado na Figura 24 apresenta o modo como estão postas as habilidades sobre o campo jornalístico-midiático e a indicação de quantidade de competências específicas que numericamente indicam serem contempladas nas práticas.

Figura 24 – Base Nacional Comum Curricular – Competências do campo jornalístico-midiático

CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO	
PRÁTICAS Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica	
Habilidades	Competências específicas
(EM13LP42) Acompanhar, analisar e discutir a cobertura da mídia diante de acontecimentos e questões de relevância social, local e global, comparando diferentes enfoques e perspectivas, por meio do uso de ferramentas de curadoria (como agregadores de conteúdo) e da consulta a serviços e fontes de checagem e curadoria de informação, de forma a aprofundar o entendimento sobre um determinado fato ou questão, identificar o enfoque preponderante da mídia e manter-se implicado, de forma crítica, com os fatos e as questões que afetam a coletividade.	2
(EM13LP43) Atuar de forma fundamentada, ética e crítica na produção e no compartilhamento de comentários, textos noticiosos e de opinião, memes, <i>gifs</i> , remixes variados etc. em redes sociais ou outros ambientes digitais.	7
(EM13LP44) Analisar formas contemporâneas de publicidade em contexto digital ( <i>advergame</i> , anúncios em vídeos, <i>social advertising</i> , <i>unboxing</i> , narrativa mercadológica, entre outras), e peças de campanhas publicitárias e políticas (cartazes, folhetos, anúncios, propagandas em diferentes mídias, <i>spots</i> , <i>jingles</i> etc.), identificando valores e representações de situações, grupos e configurações sociais veiculadas, desconstruindo estereótipos, destacando estratégias de engajamento e viralização e explicando os mecanismos de persuasão utilizados e os efeitos de sentido provocados pelas escolhas feitas em termos de elementos e recursos linguístico-discursivos, imagéticos, sonoros, gestuais e espaciais, entre outros.	1, 7
(EM13LP45) Analisar, discutir, produzir e socializar, tendo em vista temas e acontecimentos de interesse local ou global, notícias, fofodenúncias, fotorreportagens, reportagens multimidiáticas, documentários, infográficos, <i>podcasts</i> noticiosos, artigos de opinião, críticas da mídia, <i>vlogs</i> de opinião, textos de apresentação e apreciação de produções culturais (resenhas, ensaios etc.) e outros gêneros próprios das formas de expressão das culturas juvenis ( <i>vlogs</i> e <i>podcasts</i> culturais, <i>gameplay</i> etc.), em várias mídias, vivenciando de forma significativa o papel de repórter, analista, crítico, editorialista ou articulista, leitor, vlogueiro e <i>booktuber</i> , entre outros.	1, 3

Fonte: Brasil (2018).

Para termos um panorama acerca da construção curricular no país, é preciso, inicialmente que só é possível obter mapeamento a partir do Observatório do Movimento pela Base, ou então procurar cada estado individualmente, e ainda assim nos sites das secretarias de educação muitas vezes não há informação que confirme se o currículo foi elaborado seguindo algum fundamento que venha da BNCC. Sendo assim foram utilizados os dados do Movimento pela Base, que aponta que desde 2022, 26 estados e Distrito Federal homologaram os currículos. Verificamos todos os currículos, e as análises aconteceram a partir das palavras-chaves: “Campo Jornalístico-Midiático”, “Educação Midiática” e “Mídia e Informação”, com as quais pudemos identificar as inferências que se relacionem com o MI.

Dividimos por região. No Centro-Oeste, no estado de Mato Grosso, foram identificadas 9 citações ao longo do currículo. Já Mato Grosso do Sul fez 5 citações e o estado de Goiás, 17, e o Distrito Federal com 2 citações. Na região Sudeste, composta por 4 estados, São Paulo é protagonista, ao ser o primeiro a implementar

o novo currículo, tendo 13 citações sobre o campo jornalístico-midiático, em seguida Rio de Janeiro com 9, Minas Gerais com 5 e no Espírito Santo não há nenhum registro. Os eixos utilizados foram: língua, linguagem, literatura, cultura e conhecimento do mundo, sem referência alguma ao campo jornalístico-midiático.

Na região Sul, com 3 estados, o Paraná lidera com 13 citações, em seguida o Rio Grande do Sul com 7 e Santa Catarina sem citação para o campo jornalístico-midiático.

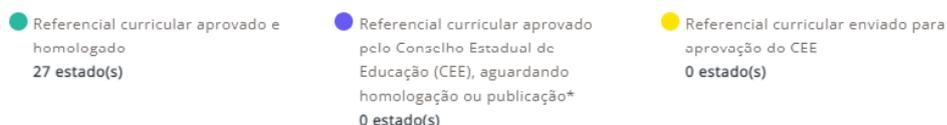
Na região Norte, com 7 estados, o Pará se destaca com 17 citações ao longo do currículo, depois Acre com 9, Amazonas com 9, seguido por Tocantins, com 5. Na sequência, Rondônia com 3 e Amapá sem registro algum sobre o campo jornalístico-midiático.

Por fim, na região Nordeste foram registrados currículos dos 9 estados, são eles: Alagoas com 3, Bahia 4, Paraíba com 22, Pernambuco com 6, Piauí com 19, Rio Grande do Norte com 119, Sergipe com 13, Maranhão 8 e Ceará com 11. No total, o Nordeste conseguiu um resultado expressivo com 205 citações. Com isso o campo jornalístico-midiático se faz mais presente na construção dos eixos organizadores da matriz curricular de cada estado. Destaque para o Rio Grande do Norte, cujo currículo aborda 109 vezes o campo jornalístico-midiático. Em seguida, a Paraíba, com 22 citações, sendo também referência na introdução da disciplina da Educação Tecnológica e Midiática na Proposta Curricular do Ensino Médio (PCEM)<sup>127</sup> da Base Técnica Profissional.

---

<sup>127</sup> Disponível em: <https://pbeduca.see.pb.gov.br/p%C3%A1gina-inicial/propostas-curriculares-da-para%C3%ADba>. Acesso em: 12 maio 2022.

Figura 25 – Mapeamento dos 26 estados e Distrito Federal com currículos homologados  
**Panorama da construção curricular**



\*para casos sem homologação prevista após aprovação pelo CEE.



Fonte: Observatório Movimento pela Base (2024)<sup>128</sup>.

A região Norte, de acordo com a Figura 25, conseguiu um total de 43 citações do campo jornalístico-midiático nos currículos. Com 33 ficou a região Centro-Oeste. Seguida pelo Sudeste com 27, em que São Paulo é protagonista, na implementação da BNCC, ao lançar seu currículo em 2020<sup>129</sup>, com material de eletivas<sup>130</sup> que foram ofertadas do sexto ano do ensino fundamental até o ensino médio.

<sup>128</sup> Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/> Acesso em: 28 jan. 2021.

<sup>129</sup> Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/ensino-medio-de-sp-novo-curriculo-potencializa-aptidoes-e-prepara-os-estudantes-para-o-mundo-trabalho-e-ensino-superior/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

<sup>130</sup> Disponível em: <https://porvir.org/escolas-da-rede-estadual-de-sp-terao-disciplina-de-educacao-midiatica>. Acesso em: 28 jul. 2022.

Figura 26 – Recorte de competência na Base Técnica Profissional

### III. Educação Tecnológica e Midiática

Mediante as transformações do cotidiano e os avanços tecnológicos, são imprescindíveis as mudanças no contexto educacional, profissional e de vida. Dessa forma, se tratando do domínio de tecnologias, a informática básica não é mais o único requisito necessário para formação básica de um profissional. Atualmente é necessário que o indivíduo tenha domínio de diversos recursos digitais, bem como, desenvolva competências e habilidades essenciais para as atividades com uso de tecnologias, hoje consideradas como básicas e parte do cotidiano, realizadas no âmbito profissional e também social.

Diante desse contexto, a educação tecnológica e midiática é um componente que visa proporcionar uma reflexão sobre as TICs e suas implicações no processo da formação profissional e pessoal, bem como, no desenvolvimento das competências para o mundo do trabalho no século XXI.

A formação tecnológica e midiática vai além da capacidade de criar, interpretar e problematizar produtos a partir das ferramentas TICs, é um processo de imersão na cultura e no domínio dos diferentes códigos das diversas linguagens presentes na sociedade em rede.

A disciplina trás a inserção de um conteúdo relacionado à comunicação, mídia e ferramentas tecnológicas para as escolas e tem a finalidade de trazer a compreensão, por parte dos alunos, de vários níveis educacionais sobre a importância e o papel da tecnologia e da mídia na habilitação de cidadãos e profissionais críticos, autônomos e competentes.

Fonte: Governo da Paraíba (2020).

A Paraíba foi o único estado que apresentou no currículo voltado para o ensino técnico profissional conteúdos direcionados para a MI. O material disponível “Currículos por competências e habilidades: caminhos para a integração entre a formação básica e a educação profissional”<sup>131</sup> numa produção dos autores: Paulo Cunha, Regina Moraes Abreu e Francisco Fachine Borges.

A competência geral C2 que busca considerar diferentes ideias, opiniões, informações e contextos para construir argumentos, tomar decisões e comunicá-las à públicos distintos fazendo uso de diferentes meios, mídias e linguagens.

A habilidade H3 que trata sobre distinguir e construir diferentes instrumentos de comunicação, incluindo aqueles digitais, para divulgar informações, atividades, resultados, convocações, calendários inerentes ao ambiente de trabalho e empresarial. Já a região Sul do país registrou 20 citações ao campo jornalístico-midiático, com destaque para a capital do Paraná.

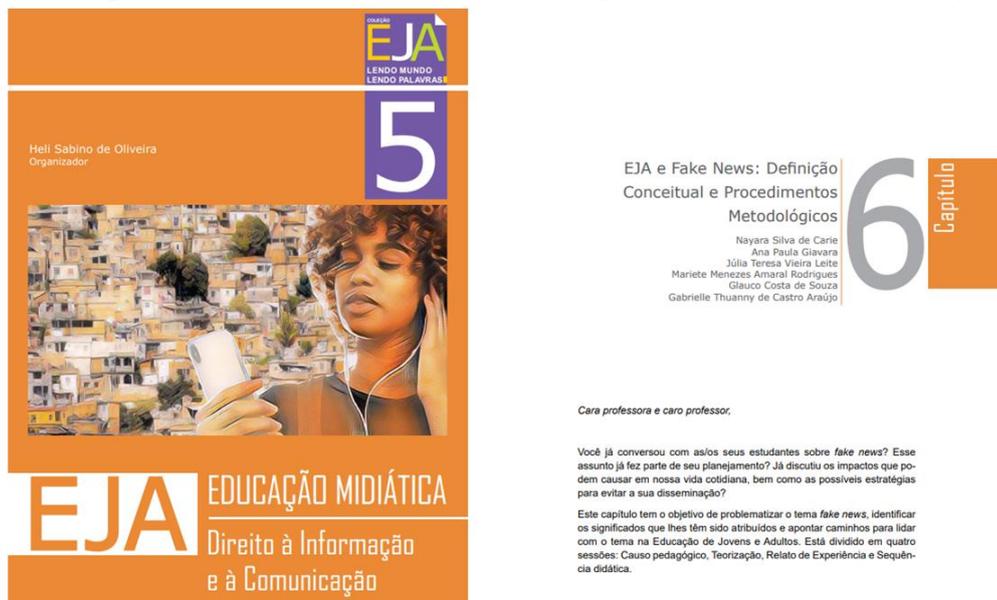
Belo Horizonte lançou em 2020 uma coleção para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) intitulada “Lendo mundo, lendo palavras: Caderno Pedagógico 5, EJA – Educação Midiática – Direito à Informação e à Comunicação”<sup>132</sup>. A iniciativa foi

<sup>131</sup>Disponível em: <https://observatorioept.org.br/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>132</sup> Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/educacao/2022/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

uma ação da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte em parceria com a Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O material é organizado por Heli Sabino de Oliveira e outros autores, conforme Figura 27.

Figura 27 – Cartilha sobre MI para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).



Fonte: Oliveira (2020).

Diante de um cenário em que a EJA estava praticamente sendo desmontado no país, por objetivos definidos nas políticas educacionais desse período, assim como a educação inclusiva, se atenuando com a pandemia, essa cartilha abordando tais temas à luz do direito humano, é algo a ser destacado. Entre os temas abordados estão questões como leitura crítica, escrita, produção de conteúdo e participação ética e responsável do aluno na internet.

## 5.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

Em abril de 2019, numa ação conjunta entre a UNESCO<sup>133</sup> e Instituto Palavra Aberta<sup>134</sup> foi lançado um projeto para a Educação Midiática presente na BNCC, com foco na formação de professores<sup>135</sup>. A iniciativa visa à formação de professores nos

<sup>133</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/eventos/palavra-aberta-e-unesco-no-brasil-anunciam-parceria-para-educacao-midiatica>. Acesso em: 30 ago. 2022.

<sup>134</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/>. Acesso em: 05 set. 2022.

<sup>135</sup> Disponível em: [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/palavra\\_aberta\\_and\\_unesco\\_in\\_brasil\\_announce\\_partnership\\_for/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/palavra_aberta_and_unesco_in_brasil_announce_partnership_for/). Acesso em: 07 set. 2022.

cursos de Pedagogia e Letras e traz o currículo e os objetivos da educação midiática para professores e alunos, além de um curso introdutório de 30 horas à distância, todos os recursos são gratuitos. Segundo informações anunciadas pelo site do Instituto, o programa dará início a uma rodada de eventos para formação de professores nas cinco regiões do país até o fim do 2019 <sup>136</sup>.

Em junho de 2019, é anunciado o EducaMídia<sup>137</sup>, que se apresenta como o Programa de Educação Midiática com o objetivo de difundir o tema no Brasil e fornecer suporte e ferramentas para que crianças e jovens desenvolvam as habilidades necessárias para consumir informação de forma segura e responsável.

O projeto conta com o apoio do Google.org, braço de filantropia do Google. O público-alvo prioritário são professores e educadores do Ensino Fundamental. A iniciativa é estruturada em 2 pilares centrais, o programa está focado em ações de engajamento (a formação de professores, apoio a formuladores de políticas públicas e sensibilização da sociedade para o tema) e conteúdo (recursos para formação e pesquisa, materiais e ferramentas para a sala de aula alinhados com a BNCC).

Na sequência, São Paulo sai na frente ao lançar, em novembro de 2020, o 1º Centro de Inovação da Educação Básica<sup>138</sup> em parceria com o Instituto Palavra Aberta, idealizador do projeto EducaMídia<sup>139</sup>. O Inova Educação foi criado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo com o propósito de oferecer novas oportunidades para todos os estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio do Estado de São Paulo. O Programa traz inovações para que as atividades educativas sejam mais alinhadas às vocações, desejos e realidades de cada um. Entre as novidades, estão ações para promover o desenvolvimento intelectual, emocional, social e cultural de cada estudante; reduzir a evasão escolar; melhorar o clima nas escolas; fortalecer a ação dos professores e criar novos vínculos com os alunos. Tais objetivos serão concretizados de diversas formas, e uma delas é o oferecimento de novas disciplinas, denominadas eletivas.

Um dos temas foi Educação Midiática, composta por planos de aula direcionados para 6º. e 7º. anos, 8º. e 9º. ano e Ensino Médio, com 45 minutos de

---

<sup>136</sup>Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/institucional/palavra-aberta-lanca-programa-de-com-educacao-apoio-do-midiatica-google-org.html>. Acesso em: 08 set. 2022.

<sup>137</sup>Disponível em: <https://educamidia.org.br/>. Acesso em: 12 set. 2022.

<sup>138</sup> Disponível em: <https://educamidia.org.br/governo-de-sp-cria-1o-centro-de-inovacao-da-educacao-basica-paulista/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

<sup>139</sup> Disponível em: <https://educamidia.org.br/recurso/eletivas-sobre-educacao-midiatica>. Acesso em: 28 jul. 2019.

duração cada. O programa ficou disponível em 2020 para todas as escolas da rede estadual, composta por mais de 2 milhões de alunos e 5 mil escolas.

Com histórico nacional, a Prefeitura de São Paulo, bem antes da edição da 2ª versão da Base Curricular Comum, de 2016, implementou a Educomunicação como política pública, em 28 de dezembro de 2004. A Lei Educom<sup>140</sup>, como foi denominado o diploma legal, foi regulamentada em 15 de agosto de 2005. O uso da linguagem midiática como prática educativa, através de oficinas, está legitimado pelo Ministério da Educação, desde 2007, mediante o desenvolvimento do Programa Mais Educação<sup>141</sup> que incluiu o assunto - sob a denominação de Educomunicação.

O EducaMídia inicia sua mobilização nacional em 2019, apresentando uma plataforma tem com materiais de apoio aos professores por meio do *site* ([educamidia.org.br](http://educamidia.org.br)), que dispõe recursos didáticos para professores de todas as disciplinas. Todos os conteúdos oferecidos são gratuitos e estão disponíveis também no formato de planos de aula. Assim como formações à distância e que culmina com a criação de materiais pedagógicos por parte dos seus multiplicadores (professores) para a garantia da certificação.

Desde o seu lançamento, segundo o relatório anual do Instituto Palavra Aberta de 2019<sup>142</sup>, o site acumula mais de 16 mil usuários, que navegaram por 25 mil sessões, com tempo médio de navegação de 54 minutos. A área mais acessada da plataforma é a de Recursos (composta por materiais pedagógicos e o EAD), seguida pela página de habilidades e objetivos.

Em 2019 foram realizadas 3 formações presenciais as cidades contempladas foram: Recife, Brasília e o Rio de Janeiro. O foco desses encontros foi a capacitação de facilitadores e formadores do projeto, para atuarem multiplicando o conhecimento e a prática de educação midiática nas suas respectivas escolas e redes.

Nessas formações, foram tratados diversos temas, tais quais: uso das ferramentas digitais; estratégias inovadoras de aprendizagem e colaboração; empoderamento de professores, líderes educacionais e alunos; co-construção de conhecimento; comunicação e instrumentalização didática.

Segundo informações apresentadas pelo Educamídia, no encontro do Recife, onde estivemos acompanhando, “o objetivo é potencializar pensamentos e talentos

---

<sup>140</sup> Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/boletimextra.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

<sup>141</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>. Acesso em: 26 ago. 2022.

<sup>142</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/v3/images/Relat%C3%B3rio-anual-2019.pdf>. Acesso em: 04 out. 2024.

múltiplos da equipe envolvida, promovendo entre o grupo a geração de insights, ideias, e prototipação de soluções, além do aprofundamento das experiências de aprendizagem de forma a criar uma rede que promova a ampliação do projeto em escala nacional”, ressaltam.

Entre os dias 9 e 10 de fevereiro de 2019, o EducaMídia esteve no Recife (PE) para realizar oficinas de formação dos professores e professoras da rede municipal da capital pernambucana. Os encontros fazem parte de um acordo de cooperação que o instituto firmou com a Secretaria Municipal de Recife (PE) para a realização de cursos e atividades de educação midiática com fins pedagógicos.

Esse primeiro momento do acordo, participaram cerca de 50 educadores e educadoras das Unidades de Tecnologia na Educação e Cidadania (UTECs) recifenses, com o objetivo de ser tornarem multiplicadores e multiplicadoras do tema em seus territórios. Muitos desses professores e professoras já desenvolviam projetos na área, especialmente com foco em cinema, e aproveitaram as oficinas para se aprofundarem em conhecimentos teóricos e práticos sobre educação midiática.

Já no segundo dia, 120 educadores foram contemplados com a formação na Escola Técnica Cícero Dias/NAVE Oi Futuro (Figura 28).

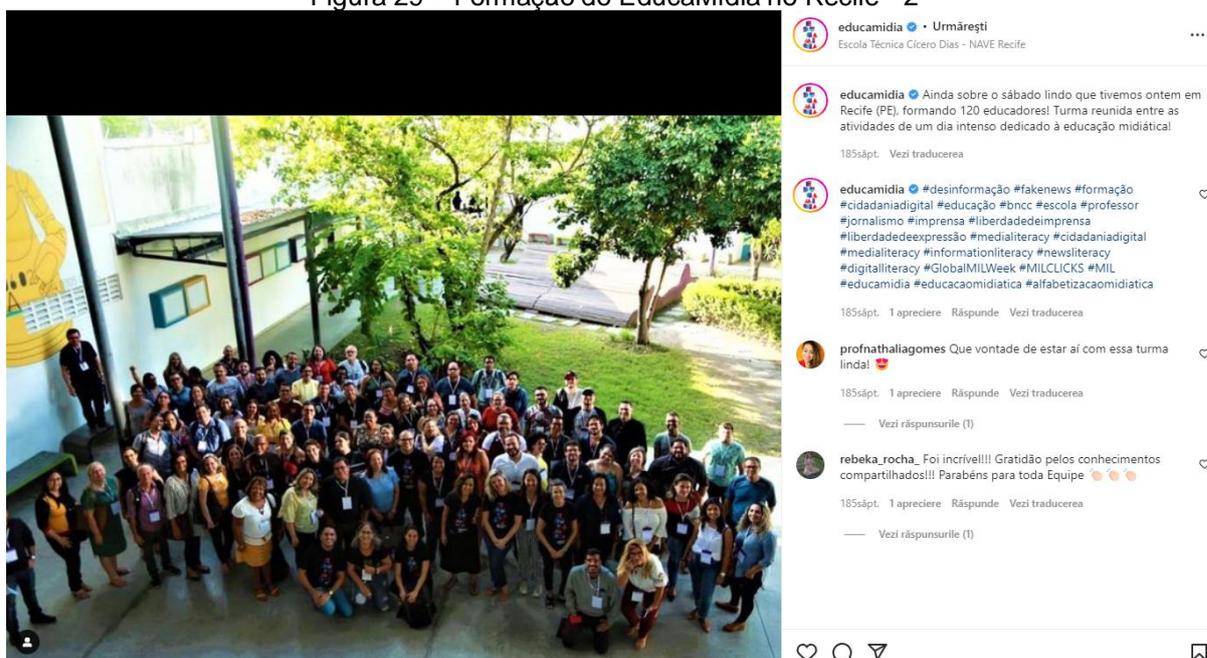
Figura 28 – Formação do EducaMídia no Recife - 1



Fonte: EducaMídia (2019)<sup>143</sup>.

<sup>143</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B30a1qbH6-h/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

Figura 29 – Formação do EducaMídia no Recife - 2



Fonte: EducaMídia (2019)<sup>144</sup>.

Ainda em 2019, o Instituto Palavra Aberta firma parcerias com diversos conselhos, como: Conselho de Comunicação Social – CCS; Conselho de Ética do CONAR; Conselho Nacional de Combate à Pirataria – MJ; Comissão Permanente de Liberdade de Expressão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH); GapMil (*Global Alliance for Partnership on Media and Information Literacy*); Conselho da Comissão Especial de Liberdade de Imprensa na OAB-SP; e Adesão ao Programa de Enfrentamento à Desinformação do TSE.

Em abril de 2019, o EducaMídia lança o curso Educação Midiática e a BNCC via educação a distância (EAD), pela plataforma da Fundação Vanzolini<sup>145</sup>, sendo ofertado para uma primeira turma, com carga horária de 30 horas e público-alvo de docentes de todo país. A formação aconteceu pelo Moodle<sup>146</sup>, com serviços de atendimento e suporte ao cursista, num período de seis meses, na qual cada professor poderá organizar o tempo e aproveitar as possibilidades ofertadas considerando sua rotina de estudos. A estrutura foi dividida em quatro módulos, com fóruns de discussão dos módulos temáticos, destinados à troca de ideias, aprofundamento e debates de aspectos específicos.

<sup>144</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B32AjwRnbvP/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>145</sup> Disponível em: <https://vanzolini.org.br/>. Acesso em: 31 out. 2022.

<sup>146</sup> Site do Moodle. Disponível em: <https://moodle.org/>. Acesso em: 03 nov. 2022.

Figura 30 – Formação EAD EducaMídia e Fundação Vanzolini - 1



Fonte: EducaMídia (2020)<sup>147</sup>.

O curso seguiu até 06 de maio de 2020 e contou com o total de 10.640 inscritos em todas as plataformas. Assim como até a mesma data, conseguiu certificar 5.215 educadores, segundo dados fornecidos pelo Instituto Palavra Aberta, idealizador da formação de do projeto EducaMídia. Além de estar disponível na plataforma da Fundação Vanzolini, o curso também estreou, recentemente, na plataforma da Fundação Demócrito Rocha<sup>148</sup> e na do Instituto GRPCom<sup>149</sup>.

O curso é autoinstrucional, ou seja, não há moderador para tirar dúvidas de conteúdo. O participante acessa os links indicados no conteúdo, que conduzem a outras páginas, as quais encaminham aos vídeos que aprofundam seus conhecimentos diante das atividades apresentadas. A figura 31 apresenta um quadro que representa as divisões propostas no curso<sup>150</sup>.

<sup>147</sup> Imagem retirada da formação no ambiente virtual de aprendizagem.

<sup>148</sup> Site da Fundação Demócrito Rocha. Disponível em: <http://admcursos.fdr.org.br/inscricao/19>. Acesso em: 31 nov. 2022.

<sup>149</sup> Site do Instituto GRPcom. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/educacao-e-midia/>. Acesso em: 01 dez. 2020.

<sup>150</sup> Site do EducaMídia. Disponível em: [https://educamidia.org.br/assets/pdf/201906\\_Educamidia\\_Curso%20EAD.pdf/](https://educamidia.org.br/assets/pdf/201906_Educamidia_Curso%20EAD.pdf/). Acesso em: 06 dez. 2022.

Figura 31 – Formação EAD EducaMídia e Fundação Vanzolini - 2



**GUIA DO CURSISTA**

Módulo	Início das atividades	Fim das atividades	Duração*
Apresentação	Semana 1	Semana 1	7 dias
Módulo 1	Semana 2	Semana 3	14 dias
Módulo 2	Semana 4	Semana 5	14 dias
Módulo 3	Semana 6	Semana 7	14 dias
Módulo 4	Semana 8	Semana 9	14 dias

\* A duração de cada módulo é sugerida: ela deve ser adequada à sua realidade pessoal e profissional e o tempo de dedicação ao curso.

Fonte: EducaMídia (2019)<sup>151</sup>.

No **Módulo 01** - Comunicação como direito: Direito à comunicação; Liberdade de expressão; Direito à comunicação e BNCC; no **Módulo 02** - Campo jornalístico midiático: O papel da imprensa; Agentes, perspectivas e interesses; O fazer jornalístico; Jornalismo e desinformação na cultura digital; O campo jornalístico midiático e a BNCC; no **Módulo 03** - Produção e circulação de informação na era digital: Poluição informacional; Influência e funcionamento das mídias digitais e redes sociais; Algoritmos, mapeamento e uso de dados; Jornalismo e desinformação; Curadoria da informação; A informação na era digital e a BNCC; no **Módulo 04** - Narrativas mercadológicas e novos formatos de marketing: Narrativas mercadológicas e engajamento; Estratégias e recursos publicitários; Publicidade em contexto digital; Consumo e identidade; A comunicação de marcas e a BNCC.

A formação se desenvolve em aulas cuja sequência didática ocorre a partir de slides com exposição de conteúdo escrito, seguidos de slides de exercício de questões de múltipla escolha, que são respondidas por preenchimento de lacunas e associação e cuja correção é automática.

Ao fim de cada módulo o cursista deve responder as avaliações, que seguem o mesmo formato dos exercícios. As notas são atribuídas às atividades, considerando-se, ao fim, a nota mais alta obtida. Para concluir, é preciso ter realizado 100% das atividades avaliativas, sendo esse o único pré-requisito para receber o certificado.

<sup>151</sup> Imagem retirada da formação no ambiente virtual de aprendizagem.

Dividida em quatro módulos, tem-se a segunda versão<sup>152</sup> da proposta do Ministério da Educação (MEC) para uma BNCC, disponibilizada ao público em maio de 2016, com a competências a serem construídas pelo aluno. Essas, dentre várias, são: utilizar e criar tecnologias digitais de informação; disseminar informação; produzir conhecimento de forma protagonista e responsável; defender ideias e fazer análise crítica do que está sendo disponibilizado e compartilhado.

O ambiente virtual disponibilizado interliga os três pilares: **Ler** (letramento da informação e análise crítica da mídia), **Escrever** (autorreflexão e fluência digital) e **Partipar** (participação cívica e cidadania digital).

O campo jornalístico-midiático presente na BNCC visa a entender como utilizar e criar informação de forma crítica e responsável. Entre as dez competências gerais presentes no documento, a que diz respeito à cultura digital prevê que o aluno seja capaz de compreender, utilizar e criar tecnologias de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais. O EducaMídia usa o Google Classroom<sup>153</sup> (um sistema de gerenciamento de conteúdo que ajuda a simplificar a criação, distribuição e a avaliação de trabalhos. Recurso utilizado massivamente durante a pandemia como ambiente de sala de aula virtual) e o WhatsApp<sup>154</sup> como ambiente de mobilização dos professores para “Formação Online de Multiplicadores”<sup>155</sup>.

Em 2019, ainda aconteceram encontros presenciais em algumas capitais no país. Os monitoramentos de grupos iniciaram a partir de 2021.1<sup>156</sup> e, em 2021.2<sup>157</sup>, fomos acompanhando as formações e interações dos educadores no “online” por ser a única condição viabilizada diante do cenário da pandemia. Então foram monitorados grupos com professores até 2022<sup>158</sup>.

---

<sup>152</sup> A segunda versão da proposta de Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: [http://estaticog1.globo.com/2016/05/03/MEC\\_BNCC\\_versao2\\_abr2016.pdf](http://estaticog1.globo.com/2016/05/03/MEC_BNCC_versao2_abr2016.pdf). Acesso em: 12 dez. 2022.

<sup>153</sup> Disponível em: [https://ajuda.utfpr.edu.br/servicos\\_deinfra/gsuite/classroom](https://ajuda.utfpr.edu.br/servicos_deinfra/gsuite/classroom). Acesso em: 18 jan. 2022.

<sup>154</sup> Disponível em: [https://play.google.com/store/apps/details?id=com.whatsapp&hl=pt\\_BR&gl=US](https://play.google.com/store/apps/details?id=com.whatsapp&hl=pt_BR&gl=US). Acesso em: 18 jan. 2022.

<sup>155</sup> Disponível em: <https://cursos.educamidia.org.br/login/index.php>. Acesso em: 22 jan. 2022.

<sup>156</sup> Disponível em: [https://docs.google.com/spreadsheets/d/1aWglt\\_\\_Hh32fbGrvtl449lpDQI7Y-NOi-AO-QOwFQ7U/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1aWglt__Hh32fbGrvtl449lpDQI7Y-NOi-AO-QOwFQ7U/edit?usp=sharing). Acesso em: 24 jan. 2022.

<sup>157</sup> Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/19NCvktFASbRuiBkzNE-fp3CKryPIXQafcehP9nFfjvw/edit?usp=sharing>. Acesso em: 18 jan. 2022.

<sup>158</sup> Disponível em: <https://docs.google.com/presentation/d/1ISD6Yq01VZtaYvIxQ-nKX01itvExGty9ol9MFWDc6m8/template/preview>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Figura 32 – Grupos de WhatsApp do EducaMídia



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2024).

A formação é dividida em 7 partes, a primeira consiste em apresentar as ferramentas do Google Classroom, em seguida os recursos do projeto (vídeos tutoriais, *podcasts*<sup>159</sup> e *checklists*<sup>160</sup>), em seguida uma sequência de vídeos que são transmissões pelo YouTube<sup>161</sup>. Os módulos seguem tratando dos temas “Como aprendemos no século 21”, “Leitura crítica e decodificação” que exploram glossários com terminologias e apresentam o tema da desinformação. Em seguida, segue com o “Criar para aprender” que traz uma abordagem sobre o jornalismo e as mídias. Finalizando, se apresenta a “Educação midiática” com o uso de um baralho e aplicando oficinas com os professores, assim como a aplicação do “Estúdio de criação<sup>162</sup>” com o chamado “Mão na Massa<sup>163</sup>”.

É um conteúdo técnico, sem referenciais teóricos, são apresentados pontos norteadores do projeto EducaMídia, mas do qual foram retirados os embasamentos para a definição do que é desinformação, educação midiática e *fake news*? Os materiais do projeto, como guia, baralho, foram feitos a partir de quais elementos teóricos? Numa formação com educadores essas perguntas não vieram, ao menos durante o percurso de monitoramento. Onde estão as contextualizações locais e suas respectivas representações sobre a mídia? São questionamentos que serviram

<sup>159</sup>Disponível em: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/victor-hugo-alves/episodes/Semana-1---Review---EducaMdia-G2-euprc6/a-a57qaug>. Acesso em: 22 fev. 2022.

<sup>160</sup> Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15GHGorHRxftJ0khSLo9RwpNrm9wjfvs/view>. Acesso em: 13 mar. 2022.

<sup>161</sup> Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/YouTube>. Acesso em: 26 mar. 2022.

<sup>162</sup> Disponível em:

[https://docs.google.com/document/d/1JcBMSK4uF5QNdoIU4i4SWyT5bVde\\_QfPeKtcXiNrcU8/edit](https://docs.google.com/document/d/1JcBMSK4uF5QNdoIU4i4SWyT5bVde_QfPeKtcXiNrcU8/edit). Acesso em: 18 abr. 2022.

<sup>163</sup> Disponível em: [https://docs.google.com/spreadsheets/u/0/d/1aWglt\\_\\_Hh32fbGrvtl449lpDQI7Y-NOi-AO-QOwFQ7U/htmlview](https://docs.google.com/spreadsheets/u/0/d/1aWglt__Hh32fbGrvtl449lpDQI7Y-NOi-AO-QOwFQ7U/htmlview). Acesso em: 09 maio 2022.

como base para a construção das categorias de análise do processo de formação de professores.

Além disso, temas como a análise e produção de notícias, as reflexões sobre o papel da publicidade e o entendimento sobre o ambiente da desinformação são habilidades contempladas para o Ensino Fundamental 2.

Como exemplos, temos dois depoimentos de educadoras que compartilharam suas experiências numa formação virtual do EducaMídia, em 2021. A professora Luciana Oliveira Maraia<sup>164</sup>, do CIEP Arnaldo Rosa Viana, Campos – Rio de Janeiro, desenvolveu uma atividade para o 5 ano, no formato de Rotação por Estações de Aprendizagem para trabalhar *fake news*. Nesse contexto, é percebido que a Educação Midiática no Ensino Fundamental, já nas séries iniciais, detém potencial para contribuir de forma significativa e expressiva no desenvolvimento de uma consciência crítica, algo que oferece, inerentemente, formas de incentivo às reflexões e, conseqüentemente, pesquisa.

Figura 33 – Materiais produzidos por professores na formação EAD do EducaMídia - 1



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2024).

<sup>164</sup> Disponível em: <https://padlet.com/criativalu21/experi-ncias-de-ensino-e-aprendizagem-no-5-ano-do-ensino-fun-owainzevq20wwyg3/wish/2519336066>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Figura 34 – Materiais produzidos por professores na formação EAD do EducaMídia - 2



**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MIDIÁTICA**  
Instituto Palavra Aberta



### PLANO DE AULA

#### Memes na Matemática??

Através de posts na internet de memes da matemática, podemos aprender?

<b>Eixo EducaMídia:</b> Ler Escrever Participar	<b>Habilidade:</b> Analisar criticamente a mídia. Dar vozes e trazer protagonismo aos jovens. Promover empatia e participação cívica.
--	--

**Objetivos curriculares / habilidades da disciplina:**  
Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.

Fonte: EducaMídia (2020)<sup>165</sup>.

Já a proposta da professora de matemática, Liliane Rezende<sup>166</sup>, de Contagem, Minas Gerais, apresentou uma abordagem que explora os memes para turmas do ensino fundamental II, séries finais. “Unir o meme a matemática para buscar analisar criticamente a mídia. Dar vozes e trazer protagonismo aos jovens. Promover empatia e participação cívica”, pontua a professora ao descrever o objetivo do plano de aulas. Os planos de aulas reproduzem exatamente os temas que foram aplicados na formação.

Partindo dessa análise de contexto, é importante ressaltar que, no conteúdo explorado durante a formação, identificamos nos materiais e modos de avaliação que a realidade de cada estado, cultura e perspectivas de acesso à informação são diferentes.

Dessa forma, acreditamos que é preciso planejar a partir de contextos representativos localmente. A aplicação do curso não pode projetar um único padrão sociocultural como realidade. Isso dialoga com o que nos elucidava Alsina (2009, p. 09): “Os próprios meios de comunicação se apresentam como transmissores da realidade social”.

Quando consideramos reportagens no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, a serem trabalhadas em outros estados, em dinâmicas e materiais

<sup>165</sup> Imagem retirada da formação no ambiente virtual de aprendizagem.

<sup>166</sup> Disponível em: [https://www.canva.com/design/DAEu4gTHYdU/1p\\_WdE0g--nsK6PI1dpXSg/view?utm\\_content=DAEu4gTHYdU&utm\\_campaign=designshare&utm\\_medium=link&utm\\_source=recording\\_view](https://www.canva.com/design/DAEu4gTHYdU/1p_WdE0g--nsK6PI1dpXSg/view?utm_content=DAEu4gTHYdU&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=recording_view). Acesso em: 15 dez. 2022.

pedagógicos não se pode apenas transpor esse recorte da realidade. É necessário que haja, no mínimo, um diálogo com a realidade da região ou que se selecionem reportagens locais e, portanto, contextualizadas com a realidade dos discentes. Isso porque, embora comumente assim se apresente em materiais didáticos de quaisquer disciplinas, a realidade do eixo Rio-São Paulo não necessariamente representa o nosso país na sua diversidade e pluralidade. É fundamental buscar garantir no conteúdo a multiplicidade de vozes e representações de estados, para assim se aproximar da realidade dos professores, que serão multiplicadores dessa experiência educativa, e, por consequência, dos estudantes, que são o público-alvo do ensino.

A comunicação é percebida, em todo o caso, como o cenário cotidiano do reconhecimento social, da constituição e expressão dos imaginários a partir dos quais as pessoas representam aquilo que temem ou que têm direito de esperar, seus medos e suas esperanças (Martín-Barbero, 1997, p. 63).

Os meios de comunicação, como elementos centrais de socialização e informação nas sociedades contemporâneas, muitas vezes reproduzem estereótipos que tendem a massificar imagens que nem sempre correspondem à real vivência das pessoas. Desse modo, a mídia exerce particular responsabilidade na formação dos interlocutores contribuindo para cristalizar comportamentos sociais. Essas interpretações da realidade, muitas vezes, não dialogam com o conceito de comunicar apresentado por Wolton (2006, p. 15):

Comunicar é ser, isto é, buscar sua identidade e sua autonomia. É também fazer, ou seja, reconhecer a importância do outro, ir ao encontro dele. Comunicar é também agir. Mas é igualmente admitir a importância do outro, portanto, aceitar nossa dependência em relação a ele e incerteza de ser compreendido por ele.

A inserção das TDIC na educação traz importantes reflexões. O curso Educação Midiática e a BNCC exploram a plataforma e seus recursos didáticos de maneira integrativa. Com o conteúdo teórico embasado na BNCC e suas resoluções sobre a educação midiática aplica as atividades propostas com eficácia no modo avaliativo, estabelecendo etapas e repetições para uma compreensão dos conteúdos.

No entanto, seria essencial buscar profundidade na contextualização de tais materiais utilizados, provocando um espelhamento dos territórios em seus módulos (ressignificando os instrumentos em suas linguagens), aproximando os sons,

sotaques, regionalidades, representações que exponham a diversidade cultural e comunicativa da população brasileira. Temos educadores que vivenciam a educação do campo e da cidade, nas florestas, sertões e pampas, portanto o conteúdo midiático precisa dialogar com a realidade em que tais profissionais vivem.

Além disso, os discentes precisam se sentir motivados a explorar a comunicação local (rádios comunitárias, portais colaborativos e redes do movimento social) para fazer uso, no cotidiano, das inúmeras práticas que se somam nos pilares da comunicação e educação para o letramento crítico e cívico.

Inclusive, por ora, seria uma possibilidade criar um ambiente onde os comentários, questionamentos e contribuições dos discentes venham para uma escuta de experiências, no qual os pares, na sua pluralidade, se visualizem e fizessem trocas. Não observamos, todavia, uma conversão/adesão meramente instrumental e irrefletida sobre a técnica, que, no caso, por exemplo, as ações da comunicação e educação funcionem mais como um método para “acordar” as pessoas para sua própria realidade e para a edificação de novos olhares/visões de mundo, como observa Paulo Freire.

O Sujeito pensante não pode pensar sozinho. Não pode pensar acerca dos objetos sem a co-participação de outro Sujeito. Não existe um 'eu penso', mas sim um 'nós pensamos' o É o 'nós pensamos' que estabelece o 'eu penso' e não o oposto. Esta co-participação dos Sujeitos no ato de conhecer se dá na comunicação. [...] A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (Freire, 1983, p. 66-69).

O projeto EducaMídia em 2021, em seu relatório<sup>167</sup> anual, aponta um balanço das ações, parcerias, formações, campanhas e eventos.

---

<sup>167</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/noticias/palavra-aberta-divulga-relatorio-de-atividades-de-2021>. Acesso em: 31 jan. 2023.

Figura 35 – Dados sobre audiência do EducaMídia/Relatório 2021 - 1



Fonte: EducaMídia / Instituto Palavra Aberta (2021)<sup>168</sup>.

O relatório revela a formação de mais de 1.260 milhão de alunos, 193 mil professores impactados, 676 certificados nas formações, 83 mil visualizações 11 mil horas de exibição do canal do YouTube, 8.500 downloads e 403 livros vendidos do Guia EducaMídia<sup>169</sup>, assim como 449 formadores de opinião e formuladores de políticas públicas.

Figura 36 – Dados sobre audiência do EducaMídia/Relatório 2021 - 2



Fonte: EducaMídia / Instituto Palavra Aberta (2021)<sup>170</sup>.

<sup>168</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/noticias/palavra-aberta-divulga-relatorio-de-atividades-de-2021>. Acesso em: 31 jan. 2023.

<sup>169</sup> Disponível em: <https://educamidia.org.br/guia>. Acesso em: 07 fev. 2023.

<sup>170</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/noticias/palavra-aberta-divulga-relatorio-de-atividades-de-2021>. Acesso em: 31 jan. 2023.

Ampliando as articulações em torno da América Latina, a Rede Interuniversitária Euro-americana de Investigação em Competências Midiáticas para a Cidadania (Alfamed<sup>171</sup>), em parceria com o Instituto Palavra Aberta, lançou seu currículo de formação de professores em educação midiática em português, intitulado Guia Alfamed de Educação Midiática (Aguaded *et al.*, 2021).

Para o lançamento, foi realizado um webinar com a participação do presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), Ismar de Oliveira Soares e do pesquisador e professor da Universidade de Huelva (Espanha), Ignacio Aguaded. A iniciativa contou com o apoio da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), do Programa Virtual de Formação (Provifor-UFU), da RIARCOM – Criatividade, Inovação Comunicação e Marketing e da ABPEducom.

O EducaMídia mobiliza principalmente através da internet, e o cenário da pandemia também fez o projeto buscar, de maneira estratégica, a web para continuar engajando o projeto no país. Segundo o projeto, a modalidade Lives EducaMídia<sup>172</sup> funcionou com recurso de aproximação com os educadores, disponibilizando recursos, ferramentas e exemplos de como adotar a educação midiática na prática. Assim como programa Aluno Tutor, que também explora a formação online.

Figura 37 – Programa Aluno Tutor – Nuvem Mestra EducaMídia



Fonte: EducaMídia / Instituto Palavra Aberta (2021)<sup>173</sup>.

<sup>171</sup> Disponível em: <https://www.redalfamed.org/brasil>. Acesso em: 07 fev. 2023.

<sup>172</sup> Disponível em: <https://educamidia.org.br/recurso/educamidia-na-pratica>. Acesso em: 12 fev. 2023.

<sup>173</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/noticias/palavra-aberta-divulga-relatorio-de-atividades-de-2021>. Acesso em: 31 jan. 2023.

O Instituto Palavra Aberta é a organização que realiza o projeto EducaMídia, o único projeto nacional que mobiliza a temática sobre educação midiática e que realiza formação de professores na ausência de políticas públicas desde o debate sobre o BNCC, até a sua implementação, de 2017 a 2022. A instituição é formada pela Associação Nacional de Jornais – ANJ<sup>174</sup>, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT<sup>175</sup>, Associação Nacional de Editores de Revistas – ANER<sup>176</sup> e Associação Brasileira de Agências de Propaganda – ABAP<sup>177</sup>, que se apresenta como um instituto sem fins lucrativos.

Os financiadores do EducaMídia são a Google<sup>178</sup> (a já citada empresa multinacional de serviços online e software dos Estados Unidos). Ela hospeda e desenvolve uma série de serviços e produtos baseados na internet e gera lucro principalmente através da publicidade pelo AdWords.

A Google é a principal subsidiária da Alphabet Inc. (Cusumano, 2017), o Grupo Globo (maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina (Rosa, 2015), que tem as seguintes empresas subsidiárias: Globo, Editora Globo, Sistema Globo de Rádio e Globo Ventures, além de ser mantenedor da Fundação Roberto Marinho) e Facebook (Meta Platforms, Inc. é um conglomerado estadunidense de tecnologia e mídia social com sede em Menlo Park, Califórnia). A rede de parcerias cresce a cada ano, mobilizando principalmente instituições e associações privadas como revela a imagem do relatório abaixo. Desde 2019, quando foi fundado, o programa EducaMídia recebe o apoio financeiro do Google.org, braço filantrópico do Google.

Em 2021<sup>179</sup> o Instituto Palavra Aberta, recebeu um aporte de R\$ 5 milhões do Google.org para estender as ações até 2023 (Oliveira, 2021). A iniciativa também conta com uma ampla cobertura midiática nacional, com colunas e colaboradores em diversos veículos da mídia privada, principais canais de audiência de notícias do país.

---

<sup>174</sup> Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

<sup>175</sup> Disponível em: <https://www.abert.org.br/web/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

<sup>176</sup> Disponível em: <http://www.aner.org.br/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

<sup>177</sup> Disponível em: <http://www.abap.com.br/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

<sup>178</sup> Disponível em: <https://nucleo.jor.br/google/page/5/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

<sup>179</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/noticias/palavra-aberta-e-google-org-renovam-parceria-pelo-educamidia#:~:text=Por%20isso%2C%20estamos%20felizes%20em,regi%C3%B5es%20no%20Brasil%20at%C3%A9%202023>. Acesso em: 08 mar. 2023.

Figura 38 – EducaMídia / Relatório 2021 - 1



Fonte: EducaMídia / Instituto Palavra Aberta (2021)<sup>180</sup>.

Figura 39 – EducaMídia / Relatório 2021 - 2



Fonte: EducaMídia / Instituto Palavra Aberta (2021)<sup>181</sup>.

Não identificado nenhum observatório de mídia (universidades), agências de mídia alternativa, coletivos, e movimentos sociais como possíveis parceiros ou associados. “Os grupos contrários à liberdade de expressão são os mesmos que empunham a bandeira da liberdade de expressão<sup>182</sup>.”

<sup>180</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/noticias/palavra-aberta-divulga-relatorio-de-atividades-de-2021>. Acesso em: 31 jan. 2023.

<sup>181</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/noticias/palavra-aberta-divulga-relatorio-de-atividades-de-2021>. Acesso em: 31 jan. 2023.

<sup>182</sup> Entrevista concedida ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2787:catid=28&Itemid=231PEA](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2787:catid=28&Itemid=231PEA). Acesso em: 01 mar. 2020.

O relatório de 2023<sup>183</sup> do Educamídia traz novos parceiros e membros na sua rede, inclusive da academia, como: O Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom), O Núcleo de Comunicação e Educação (NCE), ambos da USP, a Universidade de Brasília (UNB), O Insper (é uma instituição de ensino superior brasileira que atua nas áreas de negócios) e a Escola Superior de Propaganda e Marketing é uma Instituição de ensino superior (ESPM) e PUC Minas. O NCE é desenvolve pesquisa e formação na Educomunicação liderado por Ismar de Oliveira Soares, Fundador e Presidente. Em 2022, como já resultado da configuração entre a academia, foi realizado O IX Encontro Brasileiro de Educomunicação<sup>184</sup>, que contou com a correalização do Palavra Aberta (EducaMídia), o evento destacou na programação o potencial da Educação Midiática.



Fonte: EducaMídia / Instituto Palavra Aberta (2023)<sup>185</sup>.

Ainda em 2022 a rede de parcerias entre os Municípios e Estados avança. A formação de professores é realizada pelo programa Educamídia. Em 2023 o número aumentou para 17 termos de cooperação firmados com Secretarias de Educação de Estados e municípios do Brasil, além de Guaratinguetá (SP), Curitiba (PR), Novo Hamburgo (RS) e Rio de Janeiro (RJ). Segundo informações do relatório, a parceria consiste na formação de gestores e professores em educação midiática, prevendo

<sup>183</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/v3/images/Relat%C3%B3rio-2023.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>184</sup> Disponível em: <https://www.even3.com.br/ixeducom/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

<sup>185</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/v3/images/Relat%C3%B3rio-2023.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

quatro passos: sensibilizar a comunidade, engajar todos os atores, formar educadores e sustentar o programa ao longo do tempo (Figura 41).

Figura 41 – EducaMídia / Relatório 2023 - 2



Fonte: EducaMídia / Instituto Palavra Aberta (2023)<sup>186</sup>.

Na agenda de 2023, com informações do relatório, o Instituto Palavra Aberta (EducaMídia), divulgou uma pesquisa intitulada “Professores, mídias e informação: o repertório de docentes para a prática da educação midiática<sup>187</sup>” ainda realizada no fim de 2022.

O levantamento contou com a participação de 435 professores de Ensino Fundamental II e Ensino Médio de todas as regiões do país, certamente já mobilizando a rede de parceiros que o EducaMídia já realiza formações. Os dados revelam que como os docentes brasileiros se informam no cotidiano e de que maneira usam as mídias em suas atividades pedagógicas.

Três pontos da pesquisa são importantes serem destacados aqui, pois dialoga com questões já trazidas dos capítulos da investigação, primeiro sobre o uso de mídia para lecionar, os dados que seguem no fluxograma abaixo, sinalizam que as famílias são o principal desafio para a educação midiática, novamente retomamos a questão da desigualdade como alicerce para as ponderações sobre lacunas e ausências.

<sup>186</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/v3/images/Relat%C3%B3rio-2023.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>187</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/docs/Resumo-executivo-Pesquisa-EducaM%C3%ADdia-29.05.2023.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Outro ponto é “a infraestrutura das escolas e falta de apoio dos Governos”, temos uma trajetória de desmonte de política e, ainda, da ausência de algumas atualmente, como sobre o tripé (comunicação, informação e educação), como já pontuamos, na lacuna de formação e gestão sobre tais temas por instituições públicas, temos outras iniciativas que ocupam a agenda. Os dados da pesquisa afirmam que os egressos do EducaMídia conseguem “driblar” as dificuldades.

Figura 42 – EducaMídia / Relatório 2023 - 3

### Uso de mídias para lecionar: desafios para implantar a educação midiática

Para os professores em geral, as famílias são o principal desafio para a implantação da educação midiática. A falta de infraestrutura das escolas e o seu próprio preparo são questões mais fortes para estes do que para os egressos do EducaMídia, que conseguem driblar esse tipo de dificuldades com mais habilidade.



Fonte: EducaMídia / Instituto Palavra Aberta (2023)<sup>188</sup>.

O próximo ponto trata sobre o conhecimento da marca “EducaMídia”, que é alto entre os professores, com o índice de 6 em cada 10 profissionais, um dos pontos com ênfase é o design dos materiais, atrativos, dando o retorno de que 61% conhecem o projeto. O formato adotado, explicado anteriormente, justifica essa fluidez que a marca traz aos usuários.

O alcance do EducaMídia se deve muito ao fato da plataforma apresentar ao público, principalmente de retomarmos que boa parte da mobilização se deu no período da pandemia, no formato “online”, via rede de parceiros e usando o Google for Education (recursos e ferramentas educacionais *online* para professores e estudantes), também adotado por boa parte dos municípios e estados no país. Novamente temos um fluxo de agenda de eventos que inter cruzam para facilitar a implementação em rede. E o acesso à informação é algo determinante para a manutenção de tais modelos. Na sequência é o conteúdo, a nomenclaturas, a

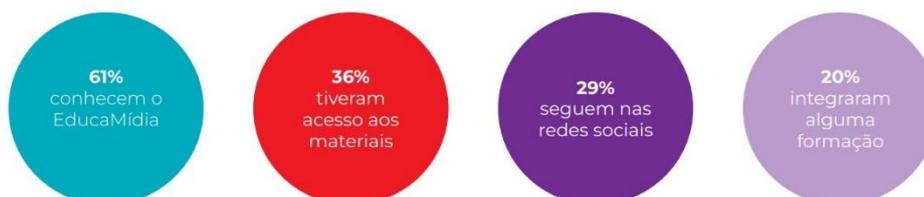
<sup>188</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/v3/images/Relat%C3%B3rio-2023.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

padronização, o formato de avaliação, entrega de produtos/soluções, gerindo por resultados.

Figura 43 – EducaMídia / Relatório 2023 - 4

### EducaMídia e o repertório do professor: conhecimento da marca

O conhecimento da marca EducaMídia é alto pelos professores em geral, pois **6 em cada 10** professores dizem conhecê-lo. A atratividade de materiais também é destacada, impactando a maioria dos que os conhecem.



EDUCAMÍDIA

INSTITUTO  
PALAVRA  
ABERTA

Fonte: EducaMídia / Instituto Palavra Aberta (2023)<sup>189</sup>.

Figura 44 – EducaMídia / Relatório 2023 - 5

### EducaMídia e o repertório do professor: avaliação do programa

Quem conhece o EducaMídia acha bom, quem já teve contato, participando das formações ou acessando os materiais, o considera ótimo, além de indicá-lo para outras pessoas.



EDUCAMÍDIA

INSTITUTO  
PALAVRA  
ABERTA

Fonte: EducaMídia / Instituto Palavra Aberta (2023)<sup>190</sup>.

Ainda sobre o como “chegar” nos materiais por parte dos professores, como segue imagem abaixo, retirada da pesquisa, o desenho proposto pelo programa já estabelece um percurso que está definido pelo “buscador”, na sua grande maioria, Google, pois segundo dados da Statcounter<sup>191</sup> (2022/2023), a marca detém 96,82% da participação no mercado de mecanismos de busca no Brasil. Sendo assim, as

<sup>189</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/v3/images/Relat%C3%B3rio-2023.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>190</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/v3/images/Relat%C3%B3rio-2023.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>191</sup> Disponível em: <https://gs.statcounter.com/search-engine-market-share/all/brazil>. Acesso em: 14 fev. 2024.

influências datadas reduzem o acesso do professor a mesma marca, a usar os materiais recomendados e a multiplicação de tudo ao aos estudantes.

Figura 45 – EducaMídia / Relatório 2023 - 6

### Uso de mídias para lecionar: mídias na sala de aula

As mídias são usadas com diferentes finalidades, dependendo do momento da aula: preparo, durante e estudo pós-aula. Buscadores são os recursos mais recorrentes.



Fonte: EducaMídia / Instituto Palavra Aberta (2023)<sup>192</sup>.

Um exemplo é usar “educação midiática no Brasil”, como busca em três navegadores diferentes, Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox e todos levam para o mesmo lugar, o EducaMídia. Inclusive a Wikipédia, a enciclopédia livre, já adota a denominação “Educação Midiática” a partir do projeto EducaMídia, possui como referência bibliográfica a partir do artigo sobre a união do Palavra Aberta e da UNESCO no Brasil quando foi anunciada a parceria para Educação Midiática<sup>193</sup> e também indica a referência da parceria da Educomunicação e Educação Midiática como sendo vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação (Soares, 2014).

E, por fim, o EducaMídia também realizou oficinas para jornalistas, no Congresso da ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e do Congresso da Jeduca (Associação de Jornalistas de Educação), levando o programa da educação midiática para os profissionais da comunicação.

<sup>192</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/v3/images/Relat%C3%B3rio-2023.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>193</sup> Disponível em: [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/palavra\\_aberta\\_and\\_unesco\\_in\\_brasil\\_announce\\_partnership\\_for/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/palavra_aberta_and_unesco_in_brasil_announce_partnership_for/). Acesso em: 14 fev. 2024.

Figura 46 – Pesquisa do termo Educação Midiática no Wikipédia<sup>194</sup>

The image shows a screenshot of the Wikipedia page for 'Educação midiática'. At the top, there is a search bar with the text 'Pesquisar na Wikipédia' and a 'Pesquisar' button. Below the search bar, the page title 'Educação midiática' is displayed, along with a language selection dropdown set to 'Adicionar línguas'. The page content includes a navigation menu on the left with options like 'Conteúdo', 'Início', and 'Referências'. The main text area contains a summary of the concept, a section titled 'A educação midiática na Base Nacional Comum Curricular', and a small image showing various digital devices and media. There are also several callout boxes providing additional information and quality feedback.

Fonte: Wikipédia (2024)<sup>195</sup>.

Então seguimos com mais um evento que direciona o tema no Brasil, tendo em vista que também em 2019, foi criada a Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD)<sup>196</sup> que foi pensada inicialmente dentro da pesquisa de Pós-Doutorado junto à Escola de Comunicação da UFRJ. Na pandemia, provocada pelo novo *coronavírus*, a ideia foi apresentada dentro do Projeto Mandacaru<sup>197</sup> que abriga voluntários de diversas áreas do conhecimento científico e que é vinculado ao Comitê Nordeste de Combate à Covid<sup>198</sup> e ampliada ao longo de 5 meses de trabalho de garimpagem de iniciativas e projetos por todo o país.

A RNCD interliga projetos e instituições de diversas naturezas que trabalham e contribuem de alguma forma para combater o mercado da desinformação que floresce no Brasil. São coletivos, iniciativas desenvolvidas dentro de universidades, agências, redes de comunicação, revistas, projetos sociais, projetos de comunicação educativa para a mídia e redes sociais, aplicativo de monitoramento de desinformação, observatórios, projetos de *fact-checking*, projetos de pesquisa, instituições científicas, revistas científicas, dentre outros.

<sup>194</sup> Não é intento de a pesquisa trazer Wikipédia como referência formal acadêmica devido à fragilidade da plataforma e suas possíveis edições de texto em cultura de colaboração (Jenkins, 2006). Contudo, traz-se esse contexto como possibilidade usual de busca e pesquisa no cotidiano dos usuários da internet sobre o conceito de Educação Midiática.

<sup>195</sup> Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_midi%C3%A1tica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_midi%C3%A1tica). Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>196</sup> Disponível em: <https://rncd.org/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

<sup>197</sup> Disponível em: [http://coronawiki.ibict.br/index.php/Projeto\\_Mandacaru](http://coronawiki.ibict.br/index.php/Projeto_Mandacaru). Acesso em: 19 mar. 2023.

<sup>198</sup> Disponível em: <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/compras-conjuntas-combate-a-pandemia/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

Como educadores, temos de saber o que fazer para minimizar esse poder exacerbado nas mãos de um grupo antipopular, para aumentar a capacidade crítica das grandes massas populares, sobre quem recai o peso dos comunicados. Na verdade, o que se está fazendo, em grande parte, com os meios de comunicação, é comunicado! Em lugar de haver comunicação real, o que está havendo é transferência de dados, que são ideológicos e que partem muito bem vestidos. [...] E aí é que eu acho que, tanto quanto possível, o esforço político-pedagógico contrário poderia ter uma grande importância (Freire; Guimarães, 2013, p. 26-28).

No dia 25 de maio de 2023, aconteceu o Encontro Internacional de Educação Midiática<sup>199</sup> com o tema "Educação midiática para a democracia e equidade social, no campus Álvaro Alvim da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), em São Paulo. A iniciativa é do Instituto Palavra Aberta, ESPM e Embaixada Americana com a presença de especialistas nacionais e internacionais que atuam nessa área.

O evento contou com as presenças da Profa. Renee Hobbs (Media Education Lab/EUA), Michelle Cullia Lipkin (Name/EUA), Paolo Celot (EAVI/UE) e Sofia Peters (Movilizadorio/Colômbia). Além do secretário de Direitos Digitais e Educação Midiática do governo federal, João Brant (EducaMídia, 2023), da coordenadora geral de Gestão Estratégica da Educação Básica do MEC, Tereza Farias, entre outros convidados.

Na ocasião, Brant ressaltou o papel da secretaria em diálogo com outras instituições para a construção de uma política nacional com outros órgãos, como o MEC. Nos 7 pontos sinalizados, o primeiro compreende a necessidade da "Educação Midiática" na educação básica. Durante o encontro o secretário apresentou o convite para uma consulta pública<sup>200</sup> sobre Educação Midiática a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR), visa sistematizar informações e definir os eixos de atuação no campo da educação midiática para a gestão atual (EducaMídia, 2023).

Com o objetivo de alcançar, mobilizar e receber contribuições críticas e sugestões de diversos setores, incluindo a sociedade civil, movimentos sociais, universidades e demais instituições e órgãos públicos e privados, além de coletivos e indivíduos engajados no tema, a fim de enriquecer as iniciativas planejadas para implementação nos próximos anos, com participação social e transparência. A consulta pública esteve disponível até o dia 15 de junho de 2023.

---

<sup>199</sup> Disponível em: <https://www.even3.com.br/encontro-internacional-de-educacao-midiatica-310454/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

<sup>200</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/educacao-midiatica>. Acesso em: 28 mar. 2023.

Figura 47 – Tela de transmissão do Encontro Internacional de Educação Midiática



Encontro Internacional de Educação Midiática (íntegra com tradução simultânea)

Fonte: EducaMídia (2023).

### 5.3 A ESTRATÉGIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

De 23 a 27 de outubro de 2023, aconteceu a 1ª Semana Brasileira de Educação Midiática<sup>201</sup>, na ocasião, o secretário de Políticas Digitais, João Brant, anunciou a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (EBEM) (Brasil, 2023a).

A Semana foi apresentada como sendo parte do projeto de formulação da agenda do governo federal no campo da Educação Midiática como política pública de Estado. Reconhecendo que o exercício da cidadania hoje em dia passa pela construção de um ambiente digital mais seguro e confiável.

Os principais pontos serão destacados pela pesquisa, por se portarem diretamente à questão de possíveis formulações para políticas no campo midiático e informacional na educação, principalmente no que tange a formação de professores no país.

<sup>201</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/semana-de-educacao-midiatica>. Acesso em: 24 out. 2023.

Figura 48 – Estratégia Brasileira de Educação Midiática



Fonte: Brasil (2023a).

Nas páginas introdutórias, é feita uma apresentação geral do tema, com uma explanação sobre a “educação midiática em um mundo cada dia mais digital”, em seguida são destacas expressões utilizadas historicamente como: ‘Educação Midiática’, ‘Educomunicação’, ‘Mídia-educação’ e ‘Alfabetização Midiática’, mas não é dito sobre o tratam, com diferenças ou semelhanças, por exemplo. Em seguida é colocado que:

O objetivo da educação midiática pode ser entendido, inicialmente, como o desenvolvimento de uma metalinguagem, ou seja, uma compreensão analítica de contextos mais amplos e inter-relacionados à mídia. Esta compreensão inclui o desenvolvimento de um conjunto de habilidades de natureza crítica que se relacionam com diversos momentos na experiência da tecnologia e da informação, possibilitando o acesso, análise e produção de conteúdos midiáticos a fim de participar do ambiente digital de forma crítica, reflexiva e saudável (European Comission, 2007 *apud* Brasil, 2023a, p. 10).

A citação aponta o que poderia ser o objetivo da educação midiática e faz uso da Comissão Econômica Europeia como fundamento sem explicações. Em seguida o termo ‘Educação para as Mídias’ é posto amparado em Paulo Freire, na perspectiva de prática que possibilita a leitura do mundo, que é “a competência das competências”, pontua.

É importante destacar que toda a EBEM é feita com um olhar direcionado a partir do digital, é muito contraditório e é salutar questionar, como falar sobre leitura

de mundo e criticidade sem contemplar as vivências que não estão fundadas no digital?

Pois em 2024, na América Latina, num território chamado Brasil, muitas pessoas vivenciam experiências e trocas e elas não somente se estabelecem pelo digital. E se analisarmos as práticas na comunicação e educação a partir do acesso à informação, nos contextos desiguais aqui apontados ao longo da pesquisa, ter internet não é garantia de “ler o mundo”, “educar-se” ou “comunicar-se”, temos inúmeras configurações que precisam ser legitimadas e incluídas nas políticas públicas. Afinal, a vida não pode ser somente condicionada ao digital, e o setor público precisa se apropriar de tal realidade.

Estamos numa área de atuação da nossa pesquisa denominada ‘educação tecnológica’, em que recuperamos a memória de que o caderno e caneta são tecnologias assim como softwares e hardwares. Inclusive, Paulo Freire é apontado duas vezes ao longo do documento, mas não é fundamentação teórica no documento.

Seguindo com análise do documento, nos objetivos estratégicos da EBEM, o primeiro ponto trata sobre qualificar profissionais da educação e multiplicadores para a educação midiática, promovendo sua formação e qualificação continuada e ofertando recursos e conteúdos pedagógicos adequados aos diferentes públicos e às diversas habilidades e competências a serem desenvolvidas. Assim como a promoção do ensino e aprendizagem das habilidades e competências para a leitura e participação crítica na experiência com as mídias em espaços formais e informais, contemplando as diversidades sociais, regionais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero e suas interseccionalidades (Brasil, 2023a).

Na terceira parte é pontuada o estabelecimento de parcerias e compromissos com o poder público, academia, sociedade civil, iniciativa privada e organismos internacionais, voltados ao desenvolvimento de campanhas educativas, estudos e pesquisas e outras iniciativas para a promoção e proteção de direitos no ambiente digital e para educação midiática da população brasileira.

Esses são dois recortes se inter cruzam por inicialmente apontarem a necessidade de formação de profissionais da educação como “multiplicadores”, por qualificação continuada. É importante se atrelar que ao longo do documento tais colocações são repetidas, no modo como acontecerá a formação e por quais vias.

Sendo explicitado que serão “estabelecidas parcerias e compromissos com o poder público, academia, sociedade civil, iniciativa privada e organismos internacionais”.

Os pontos seguintes são as estruturas denominadas eixos de atuação: São apresentadas ações e projetos voltados à:

(i) promoção da educação midiática na educação básica, (ii) formação e qualificação continuada de profissionais da educação e multiplicadores, (iii) estabelecimento de parcerias com academia, sociedade civil e iniciativa privada, (iv) desenvolvimento de campanhas educativas, (v) promoção do uso consciente de telas e dispositivos digitais por crianças e adolescentes e (vi) participação social (Brasil, 2023a, p. 23).

Novamente os pontos que tratam sobre a formação docente são apontados, assim como o método por onde serão executados, no caso, por parcerias com múltiplas instituições.

Na proposta para a Educação midiática na educação básica, destacamos que o tema se estrutura segundo os princípios da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e pela Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023) que prevê promoção de competências digitais, midiáticas e informacionais de forma ampla, crítica, ética e responsável (Brasil, 2023b). E assim destaca que:

Como uma das principais estratégias para o desenvolvimento dessas habilidades, a educação midiática deve ser incluída de forma qualificada na educação básica, em todas suas modalidades, inclusive na educação de jovens e adultos. Considerando suas competências e atuação na promoção do ensino de qualidade para o país, o Ministério da Educação (MEC) é o principal parceiro para o alcance desses objetivos, cabendo à SECOM, por intermédio da Coordenação-Geral de Educação Midiática, tanto as ações de articulação quanto a produção dos subsídios técnicos necessários para o alcance dos objetivos previstos (Brasil, 2023a, p. 24).

A questão que deve ser ressaltada é do compromisso em atingir as modalidades no ensino básico, tendo em vista que públicos da EJA e Pessoas com Deficiências (PCD), são públicos que estão desassistidos por políticas diante do desmonte realizado na educação nos últimos anos no Brasil. Outro recorte é para a composição das instituições de Governo na execução da Educação midiática na educação básica, pelo MEC, SECOM e Coordenação-Geral de Educação Midiática (CGEM), tendo que vista que já foi apontando anteriormente (consta no capítulo 2), a situação política no Ministério das Comunicações, que por ora não aparece como integrante na implementação dessa parte do EBEM.

São postos como condição para implementação que tais ações se articulam com a BNCC, que traz a educação midiática de forma transversal nas competências gerais da educação básica, dentre as quais destaca-se a competência 5:

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 11).

Ainda sobre como trabalhar a temática no ensino básico, pontos da BNCC são trazidos ao longo do documento, reconhecendo o campo jornalístico-midiático como eixo para o letramento informacional e competências comunicacionais e midiáticas, e ainda recupera a abordagem ao longo do tempo de conhecimentos assim serem contextualizados na área de Linguagens, “em que estão previstas atividades que aprofundam o conhecimento e a relação de estudantes com gêneros discursivos que permeiam a esfera pública, como os textos jornalísticos e publicitários”. A educomunicação surge como uma área de contribuição na estratégia para a educação midiática, suas referências são tomadas como interface entre educação e comunicação, talvez seja incorporada à política, se apresenta como possibilidade, mas também não é melhor colocada.

No que cobre ainda a educação midiática na educação básica foram apresentadas ações para as práticas e conteúdos didáticos em todo o país: Na Escola em Tempo Integral, em parceria com MEC, a SECOM atuará no fomento ao desenvolvimento de atividades voltadas a construção de diretrizes técnicas nacionais e de ações de articulação e sensibilização junto às redes de ensino. No entanto, se apresenta ainda o modo que será implementado, nem para quando, mesmo já adiantando que a EBEM promete que em 2025 haverá uma nova Semana e assim serão apresentados os resultados e novos passos acerca do tema.

No ensino básico brasileiro um ponto sempre muito questionado são materiais didáticos, na EBEM, se coloca que em parceria com MEC serão adquiridos materiais para o ensino de competências e habilidades da educação midiática, com a inclusão do tema nos editais dos Programas Nacionais do Livro e do Material Didático (PNLD) e de Biblioteca na Escola (PNBE), bem como a capacitação dos avaliadores no tema, sinalizam.

Um modelo de estímulo para trabalhar a educação midiática, é através de Olimpíadas Educacionais. Inclusive, já prevista para ser realizada em 2024, “Olimpíada contra a Desinformação” é um projeto de impacto e larga escala desenvolvido em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Segundo informações na EBEM, a iniciativa busca mobilizar, em sua primeira edição, 400 mil estudantes do ensino médio em atividades científicas que promovam a leitura crítica da mídia e o desenvolvimento de soluções.

Como prever mobilizar estudantes sobre um tema que não foi devidamente apresentado, trabalhado em sala, fundamentado e já estimular tal vivência por competição? E ainda que sejam gerados produtos, todo o ensino médio é permeado por essa lógica de entrega de produtos e soluções sobre temas que os estudantes não se apropriaram. Partir somente de uma leitura que temos informações “falsas” e pedagogicamente inspirar uma geração como “ativa na luta contra a desinformação” por meio de uma olimpíada é escoar a responsabilidade de trabalhar o tema na devida extensão dele de maneira muito rasa e, novamente, colocando nas mãos dos estudantes a decisão. Também se fala na realização de *Hackathon*<sup>202</sup> no Combate à Desinformação, sendo outra iniciativa fruto da parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que passa a integrar o Programa Nacional de Popularização da Ciência (Pop Ciência), tendo entre seus objetivos “combater a desinformação científica por meio de educação científica, midiática e digital”, novamente o digital direcionando como norte fundamental.

O documento traz as diretrizes nacionais para o desenvolvimento de práticas educacionais no campo da educação midiática, com previsão de articulação e apoio técnico junto ao Conselho Nacional de Educação e outras instâncias de formulação, articulação e monitoramento de políticas públicas, em áreas como criança e adolescência, juventude, assistência social, saúde, entre outras. Na EBEM ainda se destacam os seguintes pontos: Formação inicial: fomento e articulação, direta ou indiretamente, junto às Instituições de Ensino Superior, incluindo universidades públicas e privadas, para projetos de extensão voltados à formação de docentes do ensino básico, bem como apoio à criação de disciplinas e/ou qualificação do ensino de educação midiática em cursos de Pedagogia, Comunicação, Biblioteconomia, Licenciaturas e demais áreas afins, incorporando-a aos currículos. O uso de

---

<sup>202</sup> Termo derivado da junção das palavras *hack* (forma de programar) e *marathon* (maratona), trazendo a ideia de uma Maratona de Programação.

plataformas digitais do MEC, a exemplo da Plataforma AVAMEC, para qualificação continuada profissionais da educação de todo o país.

Ao que se refere a Parcerias com sociedade civil, academia e iniciativa privada:

No Brasil e no mundo, diversas iniciativas são desenvolvidas por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no campo da educação midiática. Essas ações têm visado, até hoje, complementar a atuação governamental ou sanar a ausência de políticas públicas no tema, envolvendo uma ampla gama de atividades. Entre os projetos de interesse público que são ou podem ser desenvolvidos pelas OSCs no campo da educação midiática, podemos destacar: cursos para capacitação de professores, criação de recursos educacionais, oficinas para públicos específicos (jovens, idosos etc.), campanhas de conscientização, projetos de mídia escolar, mediação de conflitos no ambiente digital, projetos de comunicação comunitária, festivais de cinema e audiovisual, formação de redes de colaboração, criação de plataformas digitais (repositórios de conhecimento), estudos e pesquisas, desenvolvimento de soluções tecnológicas e reconhecimento de boas práticas (prêmios, selos/certificações etc.) (Brasil, 2023a, p. 28).

Vale destacar que a EBEM, por meio da SECOM, pretende trabalhar em parceria com as organizações da sociedade civil, visando desenvolver e impulsionar projetos e ações já existentes de interesse público no campo da educação midiática. Tais parcerias serão regidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), previsto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Brasil, 2014), que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. A parceria será formalizada por meio:

O instrumento a ser utilizado será o de um termo de colaboração, voltado à consecução de planos de trabalho de iniciativa da SECOM para celebração de parcerias que envolvam a transferência de recursos financeiros. Além do impacto social decorrente de sua própria implementação, o desenvolvimento dos projetos em parceria com as OSCs permitirá a formação de acúmulos na SECOM sobre o tema, contribuindo para a constante reformulação da própria política nacional de educação midiática. Além disso, serão estabelecidas uma série de parcerias, sem transferência de recursos, com organizações que atuam na área da educação midiática, de modo a incorporar na política nacional o acúmulo, experiência e leitura crítica do campo, e permitir um maior alcance e efetividade das ações desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Educação Midiática. Também a academia deve ser uma importante parceira na estratégia de educação midiática, especialmente institutos federais e universidades públicas e privadas. Além de apoiar e articular a criação de novas disciplinas, grupos e redes de pesquisa, iniciação científica e projetos de extensão relacionados

com a educação midiática, a SECOM buscará apoiar, co-organizar ou incidir para a inclusão do tema em prêmios, eventos e publicações, possivelmente articulando com o apoio de outras instituições parceiras (sociedade civil e/ou organismos internacionais). Parcerias e compromissos também deverão ser estabelecidas com a iniciativa privada (Brasil, 2023a, p. 29)

O fluxo da EBEM repete uma engrenagem muito semelhante ao que relatamos ao longo da pesquisa, a ausência de fundamentação é algo muito preocupante, principalmente no que corresponde a definição sobre o que a educação midiática, e a partir disso dialogar com o que está posto na BNCC, que não por surpresa é um currículo nacional que desde 2022 implementou o midiático e informacional sem perceptiva de intervenção de política pública.

O que temos até o momento são somente iniciativas privadas que replicam modelos internacionais, que também não fundamentam, se estruturando como uma tendência. E quando pontuamos o protagonismo emergir a partir de iniciativas que partem de uma agenda privada, não querer invalidar o processo, mas apenas ressaltar a importância de que o governo perca o seu protagonismo nesse processo. A interferência da agenda externa no setor público é algo preocupante. Novamente, temos inúmeras instituições na educação pública que já realizam projetos, ações e pesquisas sobre a temática e não estão na base fomentando. Pois ao longo da EBEM são apresentados pontos como: Missão, objetivos, visão, eixos, formação, parcerias, participação social, campanhas uma agenda da próxima edição da Semana Brasileira de Educação Midiática que será em 2025.

Durante a primeira edição, contou 1ª Semana Brasileira de Educação Midiática contou com apoio de organizações que atuam na temática, como o Instituto Vero, o Instituto Palavra Aberta, a Safernet Brasil, o Redes Cordiais e o Intervozes. Um depósito foi mobilizado a partir da rede de parceiras, dividido em seis temas (introdução à educação midiática, combate à desinformação, cidadania digital, cyber-resiliência, contra-narrativas e combate aos discursos de ódio) e que está disponível no site<sup>203</sup>. O primeiro parceiro é o Instituto Vero, cofundado pelo *youtuber* e empresário Felipe Neto, no site não consta financiadores dos projetos.

---

<sup>203</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/semana-de-educacao-midiatica>. Acesso em: 14 fev. 2022.

Figura 49 – Postagem do lançamento do Instituto Vero - 2021



Fonte: Twitter (2021)<sup>204</sup>.

O Instituto Palavra Aberta surgiu em 2010, idealizador do projeto EducaMídia, tendo como presidente Patrícia Blanco.

Figura 50 – Página do site Instituto Palavra Aberta com associados



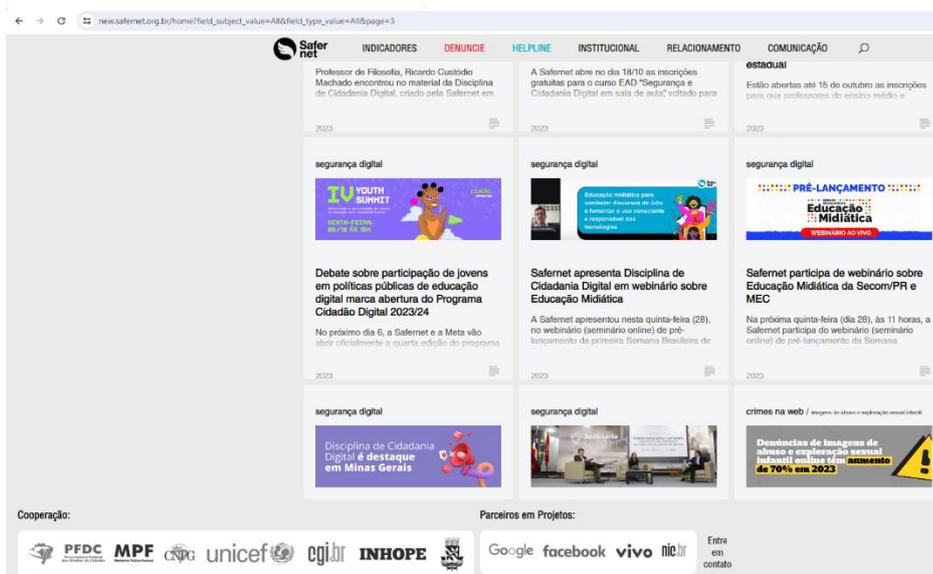
Fonte: Palavra Aberta (2024)<sup>205</sup>.

<sup>204</sup> Disponível em: <https://twitter.com/felipeneto/status/1583637556205621249>. Acesso em: 14 fev. 2024.

<sup>205</sup> Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/sobre-o-instituto/associados>. Acesso em: 14 fev. 2024.

A SaferNet Brasil é uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial. Possui como parceiros em projetos: O Google, Facebook, Vivo e NICBR (O Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR).

Figura 51 – SaferNet Brasil

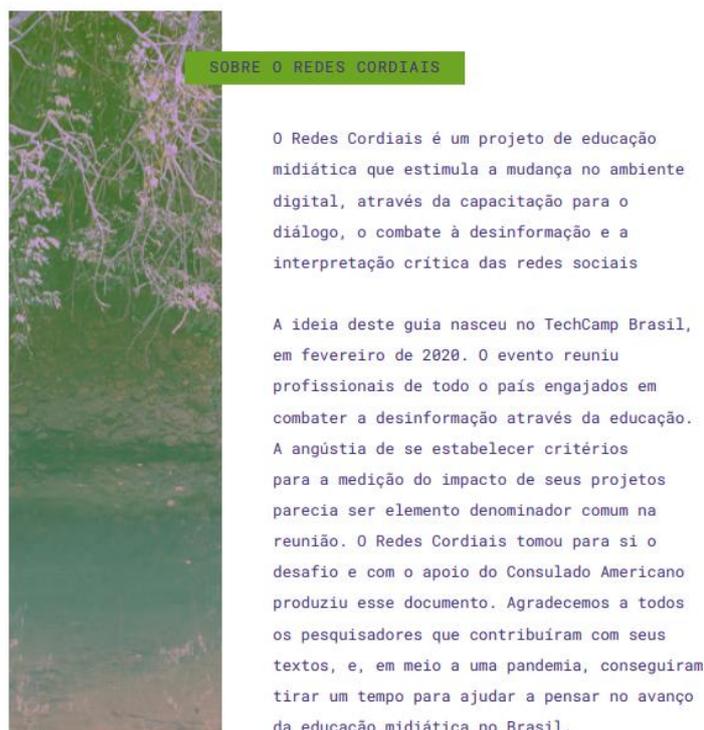


Fonte: SaferNet Brasil (2024)<sup>206</sup>.

A Redes Cordiais nasceu em 2018, com a missão de construir redes confiáveis. A proposta é atuar na educação midiática, apresentada com um conjunto de habilidades, com foco na formação para influenciadores e usuários nas redes sociais. A Figura 52 mostra a capa do Guia de Impacto da Educação Midiática: um conteúdo prático para capacitar cidadãos a aplicar com autonomia métodos de mensuração de impacto a projetos de educação midiática. O material de formação foi financiando pelo Consulado Americano e o Instituto Palavra Aberta.

<sup>206</sup> Disponível em: <https://new.safernet.org.br/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Figura 52 – Publicação das Redes Cordiais sobre Educação Midiática



Fonte: Redes Cordiais (2024)<sup>207</sup>.

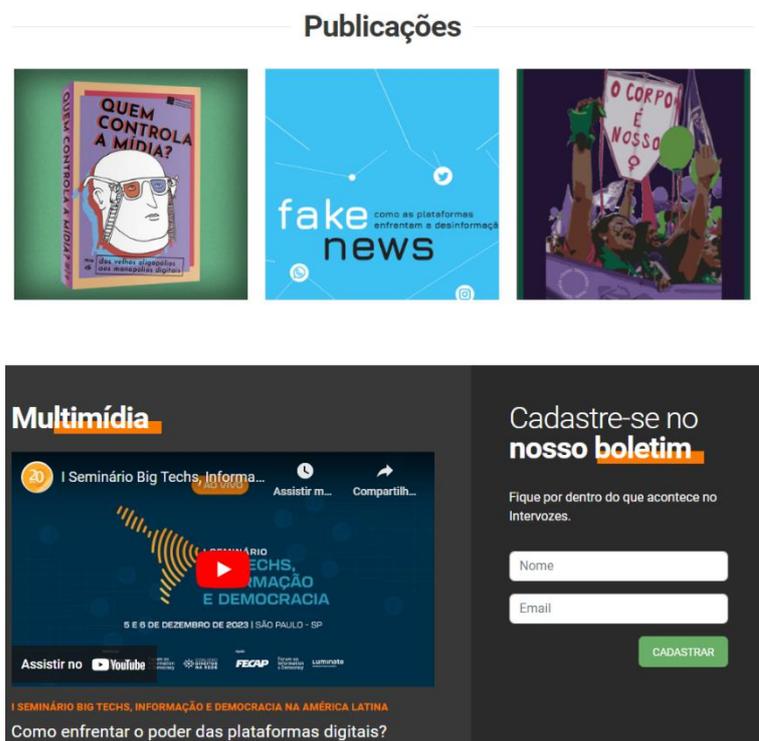
O Interozes surgiu em 2003, luta pelo direito à comunicação, a liberdade de expressão, por uma mídia democrática e uma Internet livre e plural. Para que todas as pessoas, sotaques, raças, religiões e ideias possam ser ouvidas e respeitadas. Possui como o apoio institucional, da Ford Foundation, Fundação Friedrich Ebert (FES), Fundação Rosa Luxemburgo, Luminare Group e Open Society Foundations, E parceria em projetos, Association for Progressive Communications, Repórteres sem Fronteiras e AccessNow.

Em entrevista, o integrante do Interozes, Alfredo Portugal, falou sobre a colaboração do coletivo na EBEM, na representação da sociedade civil, com a socialização de materiais produzidos pelo Interozes ele afirmou estarem participando de algumas discussões acerca da formação de professores para a educação midiática. “O processo ainda está sendo discutido, estamos levantando as

<sup>207</sup> Disponível em: <https://www.redescordiais.org.br/conteudo/desinformacao-e-coisa-seria/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

pautas sobre a comunicação como um direito humano e a democratização da comunicação, pois a formação para a leitura crítica da mídia passa por essa compreensão”, enfatiza Portugal (2024, n. p.). É importante pontuar que o Intervozes foi a única instituição que retornou o contato para entrevista dentre todas que foram contatadas por serem parceiras do EBEM. Não obtivemos retorno do contato feito para entrevista com a pasta responsável pela Educação Midiática do governo federal.

Figura 53 – Site do Intervozes com materiais e campanhas



Fonte: Intervozes (2024)<sup>208</sup>.

Boa parte dos materiais disponíveis no site da 1ª Semana Brasileira de Educação Midiática correspondem ao projeto EducaMídia, que se apresenta aos longos dos anos como principal iniciativa que traz a formação de professores como o foco da ação. Desse modo, os retornos dados via produção do projeto assim como o mapeamento feito das colaborações do país por meio dos professores, é fruto do EducaMídia. O quantitativo, a rede estabelecida com a presença constante do projeto, os agendamentos e eventos realizados pela organização credenciam que a “educação midiática” é mesmo protagonizada pelo EducaMídia. A crítica se faz presente por compreendermos que o financiador é uma big tech, apontada

<sup>208</sup> Disponível em: <https://intervozes.org.br>. Acesso em: 14 fev. 2024.

constantemente como agente propagador da desinformação, e essa mesma empresa ser a financiadora de projetos para a educação, assim como articula o financiamento da produção do jornalismo independente no Brasil, é algo a ser analisado.

Tentamos contato com a coordenação responsável pela EBEM, infelizmente não obtivemos retorno, então questionamos por qual motivo o termo adotado foi a “educação midiática” se nem mesmo a BNCC adotou tal nomenclatura, por qual razão não ser as demais, “mídia-educação” ou “educação para as mídias” que já tivemos projetos em diálogo em Governos anteriores. Assim como produções científicas nas universidades públicas que são referência em estudos sobre tal temática.

E ainda sobre a EBEM, não há apresentação alguma de proposta pedagógico de trabalhos acerca do tema, as possíveis contribuições do MEC, via BNCC, pois é importante ressaltar que estamos iniciando o ano letivo de 2024, com um currículo que pauta em todas as modalidades de ensino o campo jornalístico-midiático sem uma efetiva proposta pedagógica de abordagem do tema pelo Governo federal.

Temos no Brasil uma histórica contribuição da sociedade civil organizada que, por meio de organizações sociais, sempre realizaram um trabalho na formação cidadã sobre o direito humano à comunicação, tais atores não são mobilizados nacionalmente para a participação, são somente mobilizados para depositar materiais. O direcionamento feito a partir da nomenclatura adotada para tratar sobre a mídia e a informação na educação é algo que sinaliza o percurso traçado para uma pauta fluir pelo mesmo viés, o do modelo de negócio conduzido pelas Edtechs, e apresentado no início da pesquisa.

O Brasil já vivenciou experiências concretas e com resultados significativos quando articulou uma rede por software livre<sup>209</sup>, com metodologias para o fomento à ciência aberta, a comunicação sendo uma aliada estratégica, inclusive desmistificado a ideia de que a tecnologia é um conhecimento inacessível. Potencializando a ideia de formação autônoma e a ciência, conhecendo a engrenagem que move os setores, e assim se empoderando criticamente para ocupar por meio das tecnologias outros espaços para a difusão da ciência e

---

<sup>209</sup> O Software Livre tem o código inteiro aberto, para todo mundo poder ver, baixar e instalar a sua versão. Com ele, você contribui de uma maneira global, porque está deixando o conhecimento livre para qualquer um poder usar sem ter que construir do zero.

conhecimento. A Agência Escola<sup>210</sup> (AE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), é um projeto criado pelo Setor de Artes, Comunicação e Design (SACOD) para conectar ciência e sociedade. Desde 2018, possui uma equipe multidisciplinar de diversas áreas, cursos e programas que colocam em prática a divulgação científica. Para apresentar aos nossos públicos as pesquisas da UFPR, na produção de produzimos conteúdos em vários formatos, como matérias, reportagens, podcasts, audiovisuais, eventos e muito mais. A rede nacional de cultura digital está voltando a atuar, a mobilização está acontecendo pela Ministério da Cultura, um espaço para ecoar essa pauta desprendida de Big Techs e seus modelos de negócios. Pois como bem disse nosso mestre Bispo dos Santos, “criar solto, plantar cercado”, poderá ser um caminho para a retomada.

#### 5.4 CONSTRUÇÃO CURRICULAR EM PORTUGAL

Em Portugal se configura um ecossistema para a Literacia Mediática (LM) por meio de ações integradas entre instituições do Governo (Direção Geral de Educação, com um setor de Educação para os Media) com o Referencial de Educação para os Media, Programa de Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE), Ministério da Cultura, Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), universidades, observatórios de estudos sobre LM, Sindicato de Jornalistas com a Associação Literacia para os Media (ALPMJ) e demais atores que iremos apresentar ao longo do capítulo.

Desse modo compreendemos a mobilização acerca da LM no país a partir do currículo, como documento norteador, que traz a competência sem a obrigatoriedade, e de instituições governamentais que entram em confluência para agir sobre a temática, no seu plano institucional e por meio de projetos, tendo assim as políticas tecnológicas uma proposta de educação integradas.

Uma campanha educativa “Ler jornais é saber mais” circulou o país em 1986, com o objetivo de divulgar “o valor e o papel da imprensa, assim como fazer uso do jornal como um recurso pedagógico<sup>211</sup>”, até chegar na publicação do Referencial de Educação para os Media (dos jornalistas e professores Manuel Pinto e Eduardo

---

<sup>210</sup> Disponível em: <https://agenciaescola.ufpr.br/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

<sup>211</sup> Disponível em: <https://www.publico.pt/aovivo/detalhe/jornal-recurso-pedagogico-ii-491>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Jorge Madureira, então responsável pelo PÚBLICO<sup>212</sup> na Escola) (Portugal, 2014), assim a abordagem, ao longo do tempo dos termos, inicialmente apresentando com a educação com os media (com viés voltado para a utilização de novas tecnologias como nas salas aulas) até à educação para os media (onde se compreende os processos de construção dos conteúdos), hoje sendo mais usado a literacia mediática.

## 5.5 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS

Num fluxo cronológico vamos compreender o conjunto de acontecimentos que levam a consolidação do tal “ecossistema para LM”. Em 2007, as políticas tecnológicas para a educação surgem integradas no Plano Tecnológico da Educação (PTE), lançado na Resolução do Conselho de Ministros (CE) nº. 137, sendo considerado um marco nos investimentos na educação através da tecnologia, com a finalidade de serem criadas condições para realizar um trabalho com alunos e professores com a formação em tecnologias da informação e comunicação, providenciando o acesso aos equipamentos e a conteúdos digitais de qualidade e reestruturando as infraestruturas escolares. Após esse a implementação do PTE, houveram a inserção de componentes curriculares com o foco nas ações de TIC e a Educação para os Media.

O documento traça o plano para a modernização das escolas e do ensino, ambicionando “colocar Portugal entre os cinco países europeus mais avançados na modernização tecnológica do ensino em 2010” (Resolução do Conselho de Ministros, 2007) (Portugal, 2007a).

Desse modo, o PTE cria condições para uma mobilização acerca dos conteúdos digitais, reestruturando assim as infraestruturas escolares. Leia-se trecho da Resolução:

É essencial valorizar e modernizar a escola, criar as condições físicas que favoreçam o sucesso escolar dos alunos e consolidar o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) enquanto ferramenta básica para aprender e ensinar nesta nova era” (Resolução do Conselho de Ministros, 2007). No seguimento das diretrizes estabelecidas para a educação pela Estratégia de Lisboa, foram definidos como objetivos do PTE, entre outros, o apetrechamento informático das escolas, o

---

<sup>212</sup> A Público Comunicação Social S. A. que publica o jornal Público, pertence ao grupo empresarial português Sonae e foi fundado em 1989.

desenvolvimento de conteúdos e a formação de professores em TIC. Com base nestes princípios, o PTE foi estruturado em três eixos de atuação principais: tecnologia, conteúdos e formação (Portugal, 2007a, n. p.).

Para enquadrar-se às novas linhas de orientação do CE e cumprir as metas previstas, o Governo de Portugal, em 2006, elaborou um Plano Tecnológico com vistas a promover o desenvolvimento e a competitividade com base em três eixos: ciência, tecnologia e inovação, articulados a metas e indicadores quantificados (Portugal, 2006).

Temos em vigor o Plano Tecnológico da Educação (Portugal, 2007b) que engloba uma lista de ações de amplo espectro que conflui para três objetivos aqui destacados pela influência direta no uso das TIC nas escolas: i) Ligação à internet em banda larga de todas as escolas públicas do país; ii) Número de dois alunos para cada computador ligado à internet; e iii) Aumento da porcentagem de docentes com certificação em TIC para 90% (em 2007 a taxa era de 25%).

A Direção-Geral da Educação de Portugal<sup>213</sup>, por meio da Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas (ERTE),<sup>214</sup> é responsável pelos modos e modalidades de integração das TIC em todos os níveis de educação e de ensino, bem como é responsável pelas definições de orientações para uma utilização pedagógica e didática racional, eficaz e eficiente das infraestruturas, equipamentos e recursos educativos à disposição dos estabelecimentos de ensino e de educação. Ratifica-se o interesse do país ao observarmos que existem componentes curriculares como TIC e Currículo<sup>215</sup> em Cidadania Digital, em Educação para os Media<sup>216</sup>; e, pela atuação, inclusive, de três projetos em vigência no sistema de ensino português: Jornais Escolares<sup>217</sup>, Rádios e Televisões Escolares<sup>218</sup>, Catálogo BloguesEDU<sup>219</sup> e SeguraNET<sup>220</sup>.

A agenda da cultura digital é determinante nessa perspectiva de por meio de avanços tecnológicos uma nova nomenclatura ser apresentada, numa sequência de

---

<sup>213</sup> Disponível em: <https://cidadania.dge.mec.pt/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

<sup>214</sup> Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/recursos-e-tecnologias-educativas>. Acesso em: 01 abr. 2023.

<sup>215</sup> Disponível em: <http://www.erte.dge.mec.pt/tic-e-curriculo/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

<sup>216</sup> Disponível em: <http://www.erte.dge.mec.pt/educacao-para-os-media>. Acesso em: 04 abr. 2023.

<sup>217</sup> Disponível em: <http://www.erte.dge.mec.pt/jornais-escolares>. Acesso em: 07 abr. 2023.

<sup>218</sup> Disponível em: <http://erte.dge.mec.pt/radios-e-televisoes-escolares>. Acesso em: 08 abr. 2023

<sup>219</sup> Disponível em: <http://www.erte.dge.mec.pt/bloguesedu>. Acesso em: 09 abr. 2023.

<sup>220</sup> Disponível em: <http://erte.dge.mec.pt/seguranet>. Acesso em: 10 abr. 2023.

normativas e currículo, para assim chegar na formação de professores e sala de aula.

A evento que que demarca tal agenda para a formalização rede LM em Portugal é em 2009 surgir o Grupo Informal sobre Literacia Mediática (GILM)<sup>221</sup>, com o objetivo de estabelecer cooperação dos seus membros na realização de iniciativas que possam beneficiar entidades participantes e contribuir para a definição de políticas públicas na área da educação para os media e da literacia mediática, assim como promover ações comuns abertas à sociedade.

Em seguida, a Declaração de Braga (Pereira, 2011), fruto do 1.º Congresso Nacional de Literacia, Media e Cidadania, organizado pela Universidade do Minho em parceria com a Comissão Nacional da UNESCO, o Conselho Nacional de Educação, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), o Gabinete para os Meios de Comunicação Social, o Ministério da Educação e a Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC) que a Educação para os Media consolidou-se no país formalmente.

A Declaração recomenda a estruturação da Educação para os Media (EpM) nos contextos educativos, por parcerias locais e nacionais; pela vinculação entre investigadores da área dos media e as escolas; pelo reforço na formação dos profissionais; e pelo investimento e integração de conteúdos de EpM no currículo escolar, bem como na disponibilização de recursos de apoio ao trabalho (Lopes, 2011).

Até aqui temos um percurso que se assemelha bastante com uma rede brasileira, num movimento de atores internos para mobilizar uma agenda no setor público, assim como a padronização seguir parâmetros do internacional no local, mas a diferença até o momento identificada da formalização e publicitação de big techs na agenda curricular, assim como no financiamento das instituições que são públicas, em sua maioria.

O Observatório sobre Média, Informação e Literacia (MILObs<sup>222</sup>) é outro ator que se destaca no processo, colaborando desde 2012, com pesquisas e formações sobre a Educação para os Media, em Portugal e no estrangeiro, ao mesmo tempo que promove a Literacia Mediática junto dos diferentes setores da sociedade. A iniciativa conta com um Protocolo de Colaboração celebrado entre o Centro de

---

<sup>221</sup> Disponível em: <https://7diascomosmedia.gilm.pt/gilm/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

<sup>222</sup> Disponível em: <https://milobs.pt/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, e o então Gabinete para os Meios de Comunicação Social.

Em 2013, surge uma agenda nacional, no formato de campanha educativa, denominada “7 Dias com os Media”<sup>223</sup> o evento sempre acontece em maio, aproveitando o “Dia Mundial da Liberdade da Imprensa, 03 de maio”. A ação é de ao longo de uma semana (ou mesmo de todo o mesmo de maio), mobilizar grupos de alunos, professores, escolas, bibliotecas, empresas, autarquias ou universidades para promoverem atividades que permitam refletir sobre os media e o papel que eles desempenham na sociedade. A GILM conta com os seguintes membros na sua composição: a) Agência LUSA; b) Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS); c) Comissão Nacional da UNESCO (CNU); d) Conselho Nacional de Educação (CNE); e) Direção-Geral da Educação (DGE); f) Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC); g) Escola Superior de Comunicação Social (ESCS-IPL); h) Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT); i) Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA); j) Observatório da Comunicação (OberCom); k) Plano Nacional de Leitura 2027 (PNL 2027); l) Rádio e Televisão de Portugal (RTP); m) Rede de Bibliotecas Escolares (RBE); n) Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM); e o) Vítor Tomé, na qualidade de perito em Educação para a Cidadania Digital.

O GILM é membro associado da rede de cátedras UNESCO-UNAOC UNITWIN *Cooperation Programme on Media and Information Literacy and Intercultural Dialogue*<sup>224</sup>. A Literacia Mediática é reconhecida há mais de uma década e meia na União Europeia (EU), sendo recomendada pelo Conselho e as Comunicações da Comissão Europeia sobre o tema. Tendo a formalização através da Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual (aprovada pela Diretiva 2010/13/UE e alterada pela Diretiva (UE) 2018/1808)<sup>225</sup>, que determina no seu artigo 33. - A que Estados-Membros devam promover e tomam medidas para desenvolver as competências de Literacia Mediática.

Segundo Pereira, Pinto e Moura (2015), a Educação para os Media (EpM) traduz-se no ensino-aprendizagem do modus operandi dos media, e é um processo pedagógico estudado em três áreas: Ciências da Comunicação, Ciências da Educação e Sociologia da Comunicação.

---

<sup>223</sup> Disponível em: <https://7diascomosmedia.gilm.pt/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

<sup>224</sup> Disponível em: <https://www.unesco.org/en/milid-network>. Acesso em: 14 fev. 2024.

<sup>225</sup> Transposta para a ordem jurídica interna pela Lei n.º 74/2020, de 19 de novembro (Portugal, 2020).

Já a 59 da Diretiva (UE) 1808/2018 estabelece-se que:

A literacia mediática refere-se às competências, aos conhecimentos e à compreensão que permitem aos cidadãos utilizar os meios de comunicação social de forma eficaz e segura. A fim de que os cidadãos possam aceder à informação e utilizem, analisem de forma crítica e criem conteúdos mediáticos de forma responsável e segura, deverão possuir elevadas competências de literacia mediática. A literacia mediática não deverá confinar-se a uma aprendizagem centrada em ferramentas e tecnologias, deverá também procurar dotar os cidadãos das competências de pensamento crítico necessárias para emitir juízos, analisar realidades complexas e reconhecer a diferença entre factos e opiniões. Por conseguinte, é necessário que tanto os fornecedores de serviços de comunicação social como as plataformas de partilha de vídeos, em cooperação com todas as partes interessadas relevantes, promovam o desenvolvimento da literacia mediática em todos os quadrantes da sociedade, para os cidadãos de todas as faixas etárias e para todos os meios de comunicação social, e que a sua evolução seja acompanhada de perto (Portugal, 2020, n. p.).

A definição pela UE para a LM traz elementos importantes de se destacar, como que a mesma está alinhada em pilares de competências, conhecimentos e compreensão de como se usar os meios de comunicação social. Reconhecendo, assim, que se trata da mobilização de áreas em confluência com a comunicação se desdobramento para a literacia, que é letramento, indo para a etimologia da palavra. Outro ponto norteador, talvez o mais relevante, é de não reduzir LM a uma aprendizagem centrada em ferramentas e tecnologias, ressaltando inclusive que a experiência de leitura crítica, algo tão estruturante para desenvolver-se a LM, não está associada a garantia de poder acessar recursos tecnológicos. A análise de contexto onde os cidadãos estão inseridos, em suas realidades, é algo mais determinante para assim diferenciar-se os fatos de opiniões.

A LM busca centra-se em estimular o pensamento crítico dos indivíduos através das reflexões, permitindo, muitas vezes que estes se posicionem face à aculturação digital da qual são vítimas no cotidiano, podemos destacar a desinformação de modo geral. Em posse destas ferramentas os indivíduos estarão não só mais preparados para a seleção relevante de informação, como também para a “autoria competente e responsável de conteúdos”, manifestando as suas próprias mensagens” (Reia-Baptista, 2009, p.164).

A EpM alerta igualmente para o papel da “ficção, do entretenimento, da publicidade e da propaganda” (Pereira; Pinto; Madureira, 2014, p. 10) na construção das verdades comuns; inclui as audiências como elemento de ponderação para uma leitura mais precisa dos contextos, e para a identificação de assimetrias no acesso e

no consumo; e relembra que a digitalização dos sistemas burocráticos e estatais exige igualmente a literacia dos cidadãos nestes domínios (Pereira, Pinto; Moura, 2015).

A pesquisa realizada por Carlos Pinheiro, por meio do núcleo de investigação do Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas (NIP-C@M)<sup>226</sup> da Universidade Autónoma de Lisboa, faz um levantamento sobre as variedades de competências mediáticas diante da grande agenda de mobilização acerca do tema na atualidade. Segundo dados da pesquisa, os modelos de Competências de Literacia Mediática e formas de medição do desempenho dos indivíduos se apresentam dado:

A importância crescente dos media na sociedade atual produziu um cruzamento entre as Ciências da Comunicação e as Ciências da Educação, tornando a literacia mediática (LM) uma preocupação recorrente nas políticas educativas e uma componente-chave no discurso académico sobre educação e media. Investigadores, pedagogos, instituições e organizações internacionais têm, nos últimos anos, apresentado modelos de LM que, na sua essência, procuram responder a uma questão: o que é necessário que as crianças e jovens aprendam para se tomarem cidadãos mediaticamente competentes. A resposta, como veremos, é complexa e diversa, variando em função do conceito de LM, do contexto sociopolítico e dos padrões económicos, e refletindo os desafios resultantes da evolução dos media. (Pinheiro, 2022, p. 1).

A questão de fundamentação amparada por proposta de competência é algo crucial nesse processo de ensino sobre comunicação e informação. No capítulo 3 dessa pesquisa falamos sobre a necessidade de definição das nomenclaturas e do modo que são implementadas, pois faz toda diferença ao longo de um processo que se propõe pedagógico. A reflexão acima trazida pela investigação das competências ressalta que tal modelo depende totalmente do contexto social, político e econômico, assim como da dinâmica da mídia.

Na figura 54, apresentamos exemplos nacionais, designadamente os referenciais Educação para os Media (Portugal, 2014) e já com atualização para 2023<sup>227</sup>, que conta com os projetos: Aprender com a Biblioteca Escolar, de 2017 (Conde; Mendinhos; Correia, 2017) e o MILD – Manual de Instruções para a Literacia Digital<sup>228</sup>.

---

<sup>226</sup> Disponível em: <https://nipcom.autonoma.pt/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

<sup>227</sup> Disponível em: <https://cidadania.dge.mec.pt/sites/default/files/pdfs/referencial-epm-versaoatualizada-12dez2023.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

<sup>228</sup> Disponível em: <https://mild.rbe.mec.pt/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

Figura 54 – Modelos portugueses de competências de LM e digital

MODELO DO REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA (2014)					
Comunicar e informar	Compreender o mundo atual	Tipos de media	As TIC e os ecrãs	As redes digitais	Entretenimento e espetáculo
Publicidade e marcas	Produção e indústria/profissionais e empresas	Os media como construção social	Audiências, públicos e consumos	Liberdade e ética, direitos e deveres	Nós e os media

MODELO DO REFERENCIAL APRENDER COM A BIBLIOTECA ESCOLAR (2017)							
Literacia da leitura			Literacia dos media			Literacia da informação	
Leitura	Escrita	Comunicação	Conhecer e aprender com os media	Interagir com os media	Comunicar através dos media	Uso crítico e informado de recursos e ferramentas	Aquisição integrada de conhecimentos associados à literacia da informação

MODELO DO MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA A LITERACIA DIGITAL (2017)							
Ler e escrever na rede	Literatura digital	Saber fazer na rede	Leitura dos media	Redes sociais	Imagem e cultura visual	Ser cidadão digital	Ética e responsabilidade

Fonte: Pinheiro (2022).

A pesquisa de Pinheiro (2022) conclui que mesmo nos países onde a LM está integrada no currículo, os seus resultados raramente são avaliados, ainda que, como Scharrer (2002, p. 354) afirma, “exista uma noção geral daquilo que são esses resultados”. Isso devido à complexidade que envolve o conceito de LM, pois são muitos fatores que se articulam entre o currículo, sua aplicação, as interferências nos setores de mídia, informação e educação para que haja uma definição de critérios ou indicadores de LM.

Outro ponto colocado como dificuldade é da sinalização de que, na maioria dos países, a LM está integrada no currículo de forma transversal (Hartai, 2014), como no Brasil, por exemplo, apesar de ser obrigatória. Esse fato dificulta a avaliação de forma isolada. Também os métodos de avaliação mais utilizados, os inquiridos por questionário (IQ), apresentam limitações, fornecendo “apenas uma indicação simplificada das tendências gerais dos níveis de literacia mediática” (DTI; EAVI, 2011, p. 4).

A LM implementada em Portugal, com competências que estão distribuídas no modelo referencial em como “Aprender com Biblioteca”, é um fator que merece ser pontuado, pois trata de como desenvolver LM para a informação.

Como bem lembram Roseane Andrelo e Wanessa Bighetti (2015), para que tal competência informacional seja adquirida, mais uma vez, coloca-se a importância do *media literacy* na formação das pessoas, principalmente nas grades curriculares. É salutar pontuar que o volume informacional é um fator preocupante, e a garantia do acesso à informação, como já vimos no cenário brasileiro, não assegura

letramentos no ensino da área de informação, que se estabelecem novas configurações de maneira muito abrangente com a chegada da IA, como o debate atual expõe.

Para as autoras, a educação para a mídia deve ter início ainda na idade escolar e deve estar integrada à grade curricular, “de maneira que o desenvolvimento de habilidades para lidar com a enxurrada de informações do mundo moderno se torne algo natural, uma capacidade intrínseca ao cidadão” (Andrelo; Bighetti, 2015, p. 28).

Em coleta de dados da nossa pesquisa, entrevistamos a Técnica do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), Maria João Filipe. Na oportunidade elas nos apresentou informações sobre as contribuições do setor para a educação para os media a partir do campo informacional, que as bibliotecas atuam especificamente em cruzamento com as literacias. Ela nos apresentou uma dinâmica que parte da elaboração de um documento chamado “Referencial Aprender com a Biblioteca Escolar” (Conde; Mendinhos; Correia, 2017), em que são apresentadas as orientações acerca do trabalho nas bibliotecas do país de maneira integrada ao ensino de diferentes disciplinas, toda a dinâmica parte da leitura, inclusive integra o Plano Nacional de Leitura que vai até 2027<sup>229</sup>.

As bibliotecas escolares são integradas como um espaço estratégico na formação para as múltiplas literacias, os projetos das escolas passam pela biblioteca, são articuladas por lá. As literacias possuem uma flexibilidade curricular, desse modo, a biblioteca escolar acaba se tornando um lugar de interseções e colaboração coletiva.

A proposta segue conjunto de padrões de desempenho associados as condições de cada escola, atingindo no final da educação pré-escolar, dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de natureza curricular e extracurricular, o Referencial está organizado em duas partes:

A primeira é constituída pelo conjunto de tabelas relativas às três áreas de literacia e níveis de educação e ensino, seguidas de uma súmula de estratégias de operacionalização passíveis de serem desenvolvidas em cada área. A segunda parte do documento é dedicada à apresentação de exemplos de atividades de aplicação em diferentes disciplinas e áreas curriculares. As áreas que estruturam o referencial são as seguintes: A.

---

<sup>229</sup> Disponível em: [https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/53\\_Cuadro\\_Estrat%C3%A9gico\\_Plan\\_Lectura\\_Portugal.pdf](https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/53_Cuadro_Estrat%C3%A9gico_Plan_Lectura_Portugal.pdf). Acesso em: 14 fev. 2024.

Literacia da leitura B. Literacia dos media C. Literacia da informação (Pereira; Toscano, 2021, p. 16).

O fluxograma abaixo mostra com as três literacias estão em convergência com a biblioteca escolar, que é a responsável por mediar todo o processo em diálogo com o currículo e a comunidade escolar, seguindo o planejamento que norteia os documentos orientadores.

Figura 55 – Modelo de trabalho articulado da Biblioteca Escolar



Fonte: Pereira e Toscano (2021).

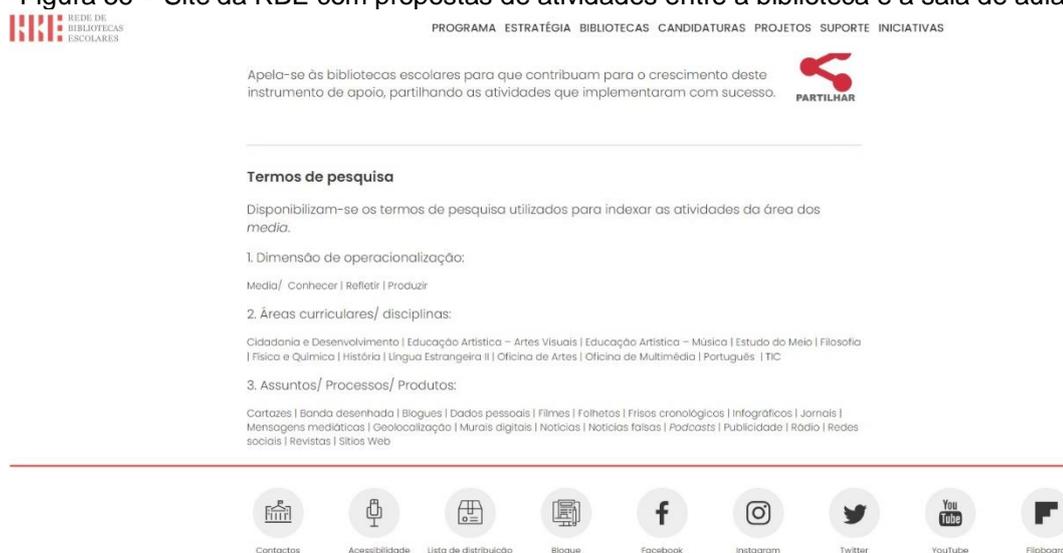
Há questões que estão para além da informação e que são específicas da Literacia Mediática: o que é que se passa para além dos ecrãs? Das redes sociais? Que interesses servem? Como funcionam os algoritmos? De que modo condicionam a informação que recebemos? Que propósitos são os de quem informa? Como funciona a indústria dos media? Como é construída a realidade através dos media? Que efeitos produzem sobre a opinião, a visão do mundo e as atitudes e práticas dos públicos e dos cidadãos em geral? (Pereira; Toscano, 2021).

Para Maria Filipe afirma que (Filipe, 2023, n. p.) “o digital é importante no processo pedagógico, mas o analógico faz parte dos conhecimentos e são estrategicamente trabalhados, não há incentivo à leitura e criticidade sem garantir tais formatos, a pluralidade precisa existir”, destaca. A gestora ainda ressalta que o planejamento prevê, por legislação aprovada em 2009, de 1 a três professores bibliotecários por escola, garantindo assim, uma atuação com infraestrutura mais qualificada, e ainda relata ações para as literacias:

Nós trabalhos de acordo com os níveis de ensino, assim como os nossos materiais são formulados desse modo, tudo é elaborado por docentes que conhecem a ciência da informação, pensamos nas especificidades por níveis escolares, tendo a biblioteca como lugar para mediar tais projetos. Há uma tendência de associar-se a LM aos tecnicismos e somente ao jornalismo, quando é importante destacar que não é. As questões do jornalismo são fundamentais mas trabalhamos pela implementação das literacias, temos três, assim como a cultura digital que nos desafia todos os dias com a chegada da inteligência artificial (Filipe, 2023, n. p.).

Na imagem que segue do site da RBE, consta materiais que estão divididos em “Crescer com Leitura”, “Saber usar os Media” e “Dominar a informação”, e dentre os materiais sugeridas para trabalho, estão: Cartazes, banda desenhada (quadrinhos ou HQ), bongues, dados pessoais, filmes, folhetos, frisos cronológicos, infográficos, jornais, geolocalização, notícias, dentre outros. Desse modo, temos exemplos das linhas de atuação sinalizarem esse trânsito que vai do analógico ao digital proporcionado diferentes situações e contextos.

Figura 56 – Site da RBE com propostas de atividades entre a biblioteca e a sala de aula



Fonte: RBE (2024)<sup>230</sup>.

Em 2021, o estudo "Literacia Mediática nas Bibliotecas Escolares"<sup>231</sup> surgiu de uma parceria entre a RBE e o MILObs (Observatório sobre Media, Informação e Literacia) apresentando, assim, um panorama geral da literacia mediática no contexto da biblioteca escolar.

Os dados apontados na publicação trazem que a biblioteca escolar tem sido um dos espaços que mais contribui, na escola, para a promoção das literacias

<sup>230</sup> Disponível em: <https://www.rbe.mec.pt/np4/AcBE-Media.html>. Acesso em: 14 fev. 2024.

<sup>231</sup> Disponível em: <https://milobs.pt/wp-content/uploads/2021/03/Literacia-Medi%C3%A1tica-nas-Bibliotecas-Escolares-Estudo-MILObs-RBE-1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

mediática e de informação. A pesquisa coletou dados em 2019, através de questionário a todos os professores bibliotecários em exercício, obtendo uma amostra de 723 participantes.

O levantamento e mapeou como estão acontecendo as atividades, seus impactos no cotidiano da escola, sinalizando os pontos positivos e negativos implementação curricular para o LM.

## 5.6 AÇÕES DE FORMAÇÕES DE PROFESSORES

Outro ponto que interliga o ecossistema de LM, é a atuação do Sindicato dos Jornalistas<sup>232</sup> que em 2017, realizou o 4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses.

Na ocasião, foi apresentado ao Ministério da Educação uma proposta de intervenção de literacia para os media, concebida por jornalistas e acadêmicos da área da comunicação, diante da necessidade urgente da abordagem sobre a temática para a sociedade.

Dois anos depois, o projeto inicia com cobertura para todo o país, disponibilizando aos professores metodologias, recursos e ferramentas que possam ser usadas nas atividades no Projeto de Literacia para os Media e Jornalismo (PLMJ), numa ação por meio da Associação Literacia para os Media (ALPMJ)<sup>233</sup> que buscam desenvolver com os seus alunos e com as comunidades escolar e educativa.

O protagonismo do projeto de ter jornalistas e acadêmicos especialistas da área, na formação de docentes, é algo significativo e inédito, pois é possível explorar contextos muito específicos da área com as demandas atuais de competências de leitura e de análise da informação, de forma crítica e autónoma.

As formações são compostas por componentes teóricos com (8h) e práticos de (12h), sob a forma de piloto no dia 26 de janeiro de 2019, envolvendo 100 docentes, do 3.º Ciclo do Ensino Básico e Secundário.

Na formação alcançou 40 Agrupamentos de Escolas, distribuídos por cinco regiões do país: Alentejo (Évora), Algarve (Faro), Centro (Águeda), Lisboa (Lisboa) e Norte (Porto). Os formadores envolvidos nesta fase foram: Manuel Pinto/Daniel

---

<sup>232</sup> Disponível em: <https://jornalistas.eu/congresso-dos-jornalistas-aprova-resolucao-final-por-unanimidade/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

<sup>233</sup> Disponível em: <https://associacaoliteracia.pt/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Catalão (Porto), João Figueira/Miguel Midões (Águeda), António Granado/Sofia Branco (Lisboa), Miguel Crespo/Paulo Barriga (Évora), Vitor Tomé/Isabel Nery (Faro). A iniciativa resulta de uma parceria entre a Direção-Geral da Educação, o Sindicato dos Jornalistas e o Centro Protocolar de Formação para Jornalistas (Cenjor) de Portugal.

O jornalista Vitor Tomé, da ALPMJ<sup>234</sup> vinculada ao Sindicato de Jornalistas de Portugal, nos apresentou mais dados sobre a dinâmica na formação de professores para LM através de entrevista conduzida para a pesquisa.

Temos uma formação de 40 horas, dividida em etapas, no formato presencial e online, onde dialogando com as ações existentes nas escolas, apresentamos os conteúdos de LM e planejamos a execução do projeto, isso tudo num intervalo de 3 meses em média (Tomé, 2023, n. p.)

Segundo o professor formador, são nos encontros presenciais que muitas acontecem, no acompanhamento e trocas entre os participantes. Uma dificuldade apontada é conciliar a formação com o calendário das escolas, pois a agenda é intensa de atividades e acaba acontecendo uma evasão dos professores por não conseguir acompanhar o curso.

Sendo a questão a ser trabalhada frente as organizações que pensam a excussão de projetos de LM. “Diante da redução dos professores nas formações presenciais ou remotas, é algo para se rever numa perspectiva de planejamento pedagógico, rever ações para combater a evasão dos formativa, e assim fortalecer a educação para os media”, alerta Tomé (2023, n. p.).

Um incentivo para os jornalistas é a Bolsa de Formadores que a ALPMJ oferece, contemplando um número significativo de profissionais, assim como investigadores, professores de ciências da comunicação e outros comunicadores, com experiências e currículos diversificados, abrindo espaço para contribuições de diferentes setores.

---

<sup>234</sup> Disponível em: <https://associacaoliteracia.pt/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Figura 57 – Formação do projeto Literacia para os Media - 1



Fotografia, 1.ª Sessão – Turma do Porto (Contou com a presença do Sr. Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues e da Subdiretora da Direção-Geral da Educação, Maria João Horta

Fonte: Associação Literacia para os Media (2024)<sup>235</sup>.

A ALPMJ é uma iniciativa que se propõe a nascer a necessidade mobilizar a LM por meio de jornalistas, comunicadores e pesquisadores no combate à desinformação e na contribuição da formação cidadã, na foto acima, um registro de um dos primeiros encontros formativos.

Numa formação cidadã, o incentivo à participação na construção de criticidade é algo fundamental. Para Pinto, no documento “Educação para os Media em Portugal”, o conceito de participação é:

O conjunto de processos, conteúdos e iniciativas tendentes a promover o uso esclarecido, a compreensão crítica e a atitude activa e criativa face à informação e aos media. Um trabalho a este nível envolve também o desenvolvimento de capacidades de produção, criação e expressão e a promoção de competências relacionadas com a pesquisa, selecção, análise, organização, contextualização e utilização da informação relevante para as situações do quotidiano e da participação da vida social. Nesse sentido, visa favorecer uma melhor comunicação e uma cidadania mais consciente e participativa (Pinto *et al.*, 2011, p.148).

<sup>235</sup> Disponível em: <https://associacaoliteracia.pt/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Figura 58 – Formação do projeto Literacia para os Media - 2  
AS AÇÕES DE FORMAÇÃO



Fonte: Associação Literacia para os Media (2024)<sup>236</sup>.

Na sequência de imagens apresentadas na Figura 59, temos depoimentos de alunos e professores que passaram pela formação do Projeto de Literacia para os Media e Jornalismo (PLMJ) em 2019 em diversos distritos do país. Os materiais estão disponíveis no sítio da ALPMJ, que também registra para que tais experiências possam sensibilizar as novas experiências a partir de outras iniciativas.

Figura 59 – Formação do projeto Literacia para os Media - 3  
TESTEMUNHOS

*"Trabalhámos em grupo, nem sempre na sala de aula, e só recorremos aos vários professores que trabalhavam connosco em último recurso. Publicámos textos no blogue da escola e aprendemos mais sobre as matérias de História e de Português".*

**Iris Ferraz Sequeira** -  
aluna, AE Santa Bárbara,  
Fânzeres

*"Agora valorizo mais o trabalho dos jornalistas, pois pensava que era fácil, que estava tudo feito. O jornal "Ria Azul" não é só um jornal. É a consciência de todos. Ajudou muito à união da nossa turma. Há mais espírito de entreajuda. Antes, eu não conseguia falar em público e agora sou capaz".*

**Iara de Sousa Baptista** -  
aluna, AE João da Rosa,  
Olhão

Fonte: Associação Literacia para os Media (2024)<sup>237</sup>.

<sup>236</sup> Disponível em: <https://associacaoliteracia.pt/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

<sup>237</sup> Disponível em: <https://associacaoliteracia.pt/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Figura 60 – Formação do projeto Literacia para os Media - 4

*“Começámos o projeto ‘Brigada de Notícias’ com o 5º Ano, articulado com a lógica da flexibilidade curricular e com a comunidade local. A ideia é continuá-lo com outros professores e alunos, alargando-o ao 3º Ciclo. Os alunos são os ‘brigadeiros’ que desconstroem mensagens media para perceberem como elas se constroem”.*

**Carla Martins** - docente, AE de Azeitão

*“Três professores de Português assumiram o projeto, sem tempo, sem uma turma para trabalharem e sem recursos. Tínhamos vontade de fazer um projeto e alunos com telemóvel. Chegámos a 23 alunos, de duas escolas, que decidiram avançar com uma página Instagram, projeto que foi aprovado pelo Conselho Pedagógico a 20 de março de 2019”.*

**Ana Mercedes Pescada** - docente, AE de Caparica

Fonte: Associação Literacia para os Media (2024)<sup>238</sup>.

Realizamos coleta de dados com a Direção Geral da Educação (DGE), no setor de Educação para os Media<sup>239</sup>, com a gestora Suzana Tavares.

O professor da Universidade Beira Interior, na Covilhã, Pedro Jerónimo, que coordena o projeto MediaTrust.Lab<sup>240</sup> - Laboratório de Media Regionais para a Confiança e a Literacia Cívicas, no LabCom - Comunicação e Artes também deu depoimento sobre a experiência de formação e pesquisa. Ele expôs sua experiência a partir da cobertura mídia local, e a pesquisa realizada sobre os desertos de notícia em Portugal. Os dados apontam que mais de metade dos conselhos em Portugal é ou está na iminência de se vir a tornar desertos de notícias. Dos 308 conselhos existentes, 166 (53,9%) encontram-se ou em deserto de notícias ou em semi-deserto ou estão ameaçados. Falamos de conselhos que se encontram numa situação de alerta em relação à cobertura noticiosa (Jerónimo; Ramos; Torre, 2022).

O relatório é de 2022 e traz um diagnóstico das lacunas de cobertura mediática nos distritos, compreendendo que boa parte dos grandes veículos se concentram na capital e cidades no entorno. “Temos uma mídia local que é confiável, as pessoas buscarem para denunciar algo, por exemplo, reconhecem como um espaço de participação, mas cada dia está mais escasso”, relata Jerónimo. O professor ainda falou das contribuições que todas as ações integradas colaboram

<sup>238</sup> Disponível em: <https://associacaoliteracia.pt/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

<sup>239</sup> Disponível em: <https://cidadania.dge.mec.pt/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

<sup>240</sup> Disponível em: <https://mediatrust.ubi.pt/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

para a LM, os projetos que ele coordena já participaram de formações nas escolas, tendo êxito diante da participação dos professores e do engajamento sobre a necessidade de levar o tema sobre deserto de notícias também na LM, pois tudo está interligado, sem a cobertura nos territórios como garantir a pluralidade de vocês e efetivar a participação da sociedade?

## 5.7 ECOSSISTEMA PARA LITERACIA MEDIÁTICA

Segundo informações divulgadas pelo MILObs, a LM está articulada entre sistemas, redes e o Serviço Público de Media, seguem alguns (documentos, leis, diretrizes, atividades, websites) que formalizam tais ações e projetos: Um protagonista fundamental nesse processo é o da Rádio e Televisão - RTP<sup>241</sup> (empresa pública portuguesa), em que no seu Conselho Geral Independente, nas linhas de Orientação Estratégica<sup>242</sup> (2021-2023), estabelece compromisso com a LM, como segue na ilustração a seguir com informações do documento.

Figura 61 – Dados do Sistema Público de Rádio e Televisão de Portugal (RTP) - 1



O compromisso da RTP, que compõe um sistema público de comunicação do país, ou seja, possui por premissa de difundir uma comunicação educativa para a cidadania. É um dos critérios para uma audiência consolidada ao longo do tempo é resultado de uma relação de confiabilidade.

<sup>241</sup> Disponível em: <https://www.rtp.pt/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

<sup>242</sup> Disponível em: <https://cdn-images.rtp.pt/mcm/pdf/9af/9af0d29eaaaf0976f28e2c5976bad7002.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

<sup>243</sup> Disponível em: <https://www.rtp.pt/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Um estudo da Universidade de Oxford, por meio da Digital News Report em sua edição de 2023 (Newman *et al.* 2023), aponta a RTP como serviço público de televisão mais confiável do país, destaca-se com mais 78% do resultado. Sendo Portugal o quinto país, entre 46, em que o serviço público de televisão é o mais reconhecido pelos telespectadores, com 59%. O destaque da RTP é ainda mais relevante por se alcançar tal reconhecimento a partir do gênero notícia, atingindo 66%.

Uma produção jornalística ter resultados assim, em 2023, diante de um cenário de desinformação em larga escala é um diferencial a ser destacado. E ainda atrelado a tudo isso, dentro de uma grande de programação educativa, que é a proposta de um sistema público de comunicação. A LM ganha muito com tais contextos e resultados, o consumo de mídia dialoga com o projeto na educação, que é o mesmo que pode ser replicado no programa de rádio e TV e propagado na mídia no cotidiano. Essa agenda de acontecimentos são fatores que fazem contribuem qualitativamente para a LM e o impacto na formação para a cidadania no país.

Figura 62 – Dados do Sistema Público de Rádio e Televisão de Portugal (RTP) - 2

### **3.4 Uma empresa que fomenta o acesso ao conhecimento, a literacia mediática e a formação crítica das gerações mais jovens**

Com a experiência acumulada que hoje dispõe, a RTP tem condições para potenciar estrategicamente as diversas iniciativas em matéria de formação de públicos, educação para a cidadania e educação para os média, com especial atenção às gerações mais jovens. A RTP deve:

- a) Conceber e implementar um plano de ação para promoção da literacia mediática, em formatos acessíveis e adaptados a pessoas com necessidades especiais, incluindo em língua gestual portuguesa e legendagem, em parceria com outros atores relevantes neste domínio, incluindo a produção e difusão de conteúdos sobre a matéria;
- b) Fomentar a divulgação científica e o acesso e a satisfação das necessidades de conhecimento específicas das várias faixas etárias e dos estratos populacionais mais desfavorecidos;
- c) Promover, de forma apelativa e em graus de complexidade diferenciados, o interesse e o desenvolvimento educativo, científico, histórico e cultural dos cidadãos nos diversos campos do saber, com conteúdos pedagógicos adaptados a diferentes escalões de idade, incluindo a formação de adultos;
- d) Desenvolver parcerias adequadas de colaboração, designadamente com escolas, universidades e entidades oriundas da área académica.

Fonte: RTP (2024)<sup>244</sup>.

Um ecossistema que impulsiona iniciativas como os “7 Dias com os Media” ao trabalho da Rede de Bibliotecas Escolares, entre meios dirigidos a jovens como a

<sup>244</sup> Disponível em: <https://www.rtp.pt/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Media Lab JN<sup>245</sup> (Projeto Educativo de Literacia Mediática que desafia os jovens a produzir trabalhos jornalísticos em 4 formatos diferentes) e os que são produzidos em conjunto com os mais novos, como a Rádio Miúdos<sup>246</sup> (a primeira rádio para crianças em português, onde mobilizam uma rede de rádio escolas), a rede se fortifica a partir de parâmetros.

O caso dos projetos de jornais escolares que um excelente exemplo para debater e para educar a linha tênue que transita entre o analógico e o digital. Uma prática dos anos 1970, inspirada no pedagogo francês, Frenet (1974), que estimulava em sala de aula sua produção de textos livres, sem redações formais e sem a intervenção dos adultos. O autor explorava a técnica em três pilares, são eles:

O texto livre, que é a expressão natural inicial da vida infantil no seu meio ambiente normal; A observação e a experiência como fundamentos indispensáveis das aquisições de conhecimentos em ciências e em cálculo, em história e em geografia; O desenho, a pintura e a música livres, expressão complementar pela via afetiva e artística, de tudo o que a criança tem em si de possibilidades difusas e, não obstante, superiores, de acesso à cultura, não apenas escolar, mas cultura social e humana (Frenet, 1974, p. 8).

Tal prática é resultado até hoje da iniciativa do PÚBLICO<sup>247</sup> (que também se criou o Regulamento Concurso Nacional de Jornais Escolares 2022-23). Boa parte da formação realizadas nas escolas, culmina na apresentação de projetos na ação. São inúmeras mobilizações assim que articulam entre o papel da mídia e a formação para uma cidadania plena. Assim, tais contribuições por normativas das instituições públicas colaboram para um impacto positivo na trajetória da LM em Portugal, como consta na proposta abaixo da RTP.

---

<sup>245</sup> Disponível em: <https://linktr.ee/medialabjn>. Acesso em: 03 jun. 2023.

<sup>246</sup> Disponível em: <https://www.radiomiudos.pt/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

<sup>247</sup> Disponível em: <https://www.publico.pt/publico-na-escola/jornais-escolares>. Acesso em: 05 jun. 2023.

Figura 63 – Linhas de Orientação Estratégica (2018-2020)<sup>248</sup>

### 3.2 Uma empresa próxima dos cidadãos e aberta à sociedade e ao mundo

A RTP precisa de estar próxima dos cidadãos e de comunicar bem com o país e com o mundo. O Serviço Público precisa que os cidadãos compreendam a sua relevância social no quadro da defesa dos valores democráticos e humanistas que tem obrigação de promover. Nesta linha de orientação, a RTP deve:

a) Desenvolver uma estratégia integrada que, não descurando os grandes públicos, comunique com públicos específicos, tais como escolas (incluindo articulação com manuais escolares, redes sociais, sítios online, etc.), instituições científicas, culturais, desportivas e outras.

b) Promover a dignidade e os direitos das pessoas com deficiência. A RTP deve, neste âmbito, expandir a sua oferta de conteúdos adaptados.

c) Promover a **literacia mediática**, entendida como formação crítica de públicos, através de um programa de ação que articule o que já faz (Portal Ensina, programas dos Provedores, Academia RTP, Centro de Formação, participação no Grupo Informal sobre Literacia para os Média, etc.) e o que pode vir a fazer. Com a experiência acumulada de que hoje dispõe, a RTP tem condições para potenciar estrategicamente as diversas iniciativas em matéria de formação de públicos, educação para a cidadania e educação para os média.

Fonte: RTP (2024)<sup>249</sup>.

O Projeto Estratégico RTP (2018-2020)<sup>250</sup> (2018-2020), o Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão<sup>251</sup> (2015), o Diário da República (2020) Lei 74/2020<sup>252</sup> (Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2018/1808 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, alterando a Lei n.º 27/2007, de 30 de julho, que aprova a Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido, e a Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, relativa ao fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais). Todos esses agendamentos por legislações reiteram o compromisso com ações e conteúdos para promover a consolidação da LM em sua política institucional.

<sup>248</sup> Disponível em: <http://cdn-images.rtp.pt/mcm/pdf/a74/a74cb1387698de523106816e4a5e52d51.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

<sup>249</sup> Disponível em: <https://www.rtp.pt/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

<sup>250</sup> Disponível em: <http://cdn-images.rtp.pt/mcm/pdf/5f2/5f2d4699d08b425d7548b4a1fce9b39b1.pdf>. Acesso em: 22 maio 2023.

<sup>251</sup> Disponível em: <https://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/contratoConcessao2015.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

<sup>252</sup> Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/148963298>. Acesso em: 29 maio 2023.



Artigo 93.º-A

**Literacia mediática**

A ERC, até 30 de novembro de 2022 e, posteriormente, de três em três anos, publica no seu sítio na Internet e remete ao membro do Governo responsável pela área da comunicação social, para que este diligencie o seu envio à Comissão Europeia, relatório relativo à evolução das competências em literacia mediática em Portugal.

Fonte: Portugal (2020).

O Artigo 93 da ERC traz compromissos com a LM, e por sem um órgão de regulação da comunicação social, sua presença fiscalizadora fortalece para que as leis sejam cumpridas e respeitadas (Portugal, 2020). A ERC colabora diretamente para a consolidação de pluralidade e relação de confiança na relação da população portuguesa e seus espaços de mídia. Tudo acaba convergindo para que haja um equilíbrio entre os setores, tento em vista que a ERC é responsável por cobrir todo o setor público, privado, a publicidade, o audiovisual, a cobertura jornalística de modo geral. Conforme explicado na Secção A legislação nacional (Lei n.º 74/2020) adotou o regulador para os media e suas competências específicas para a Literacia Mediática (Portugal, 2020). No entanto, a intervenção da ERC neste campo tem início, em 2009. Segundo relatório da ERC, as suas recomendações para LM são:

As responsabilidades que as entidades reguladoras de diferentes partes do mundo têm vindo a assumir no plano da Educação para os Media, é desejável que a ERC, dando seguimento à atenção que já demonstrou nesta matéria, prossiga na tomada de iniciativas, no quadro da sua esfera de competências e, em particular, de assegurar o cumprimento das normas reguladoras das actividades de comunicação social e no que se refere à promoção de práticas de coregulação e do incentivo à auto-regulação (Portugal, 2009, p.157)

Nesse sentido, e termos legais, o que a ERC bem buscando mobilizar acerca da LM a partir dos seus Estatutos, seguem na ilustração seguinte.

Figura 65 – Estatutos da ERC – Artigos que sustentam a ação da ERC em LM

Estatutos da ERC (Lei n.º53/2005)	
Alínea c) do artigo 7.º	Assegurar a protecção dos públicos mais sensíveis, tais como menores, relativamente a conteúdos e serviços susceptíveis de prejudicar o respectivo desenvolvimento, oferecidos ao público através das entidades que prosseguem actividades de comunicação social sujeitos à sua regulação;
Alínea ab) do ponto 3 do artigo 24.º	ab) Assegurar a realização de estudos e outras iniciativas de investigação e divulgação nas áreas da comunicação social e dos conteúdos, no âmbito da promoção do livre exercício da liberdade de expressão e de imprensa e da utilização crítica dos meios de comunicação social;

Fonte: Portugal (2020).

Quando na maioria das entidades de regulação na Europa e outras regiões do mundo, somente fiscalizam é apenas direcionada para um setor, sendo muito comum apenas para o audiovisual. As Técnicas de Análise de Media da ERC (Portugal, 2020), Bruna Afonso (2023) e Alexandra Figueiredo (2023), nos concederam entrevista para termos uma ideia mais concreta da experiência na organização.

Dos media nacionais e locais espera-se uma consolidação das iniciativas em curso e o surgimento de novos projectos de articulação com os públicos. Duas áreas parecem ser particularmente merecedoras de investimento, a exemplo de algumas experiências já existentes no país e no estrangeiro: a produção e aproveitamento de conteúdos difundidos, em articulação com os conteúdos da formação escolar e extraescolar; e envolvimento em parcerias locais com instituições culturais e educativas, com vista, nomeadamente ao desenvolvimento de dimensões da Educação para os Media. Algo de análogo será de esperar da parte dos operadores do sector das telecomunicações e de serviços multimédia interactivos (Pinto *et al.*, 2011, p. 157).

O papel de um órgão regulador numa época marcada por um grande volume de desinformação, violações de direitos humanos nas mídias, nas estruturas de redes sociais, é um as duas áreas são complementares, a educação para os media se fortalece com eficiência pelo cumprimento da lei nos meios de comunicação social e ela mesma se beneficia com a presença da LM na sociedade, é uma via de mão dupla e efeitos positivos. “A ERC é comprometida com a sensibilização sobre diversos temas para o currículo escolar na perspectiva do LM, sabemos o que afeta a comunicação social e os cidadãos, estabelecendo uma ponte entre as duas partes”, declara Afonso (2023, n. p.).

A ERC está circulando o país em formações intituladas de “sensibilizadoras” sobre a missão e ações da entidade para a sociedade, inclusive no debate acerca do que é fato ou opinião, e o efeito disso no descumprimento da legislação do país acerca da não violação dos direitos. Figueiredo (2023, n. p.) destaca o papel da entidade para a LM “Nosso foco é a vertente jurídica, tudo possui uma base legal, então levamos nossos conhecimentos acerca das leis para os projetos que atuam na

educação para os media, é nossa função social”. Os relatórios disponibilizados pela ERC apontam violações que muitas vezes estão na pauta cotidiana, “como abusos em programas de TV, no formato de reality show, campanhas publicitárias que violam direitos, a própria propagação de notícias falsas, tudo isso é assunto recorrente e acaba contribuindo no debate para a LM”, enfatiza Afonso (2023, n. p.).

Assim como o professor Paulo Victor Melo (2023), do departamento de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (FCSH), que relatou sobre função social e política da LM. O professor ressaltou a relevância dos media para sociedade e do papel crucial na sociedade, e da formação em diversas áreas na reflexão sobre a importância do setor cada dia ser mais determinante para a democracia. “A formação de um modo geral precede os media, e assim é importante questionar o direcionamento para uma abordagem mais ampla, os projetos para a literacia precisam realizar esse resgate histórico, principalmente na formação de professores”, resalta Melo (2023, n. p.). E ainda destacou a necessidade da literacia mediática mais presente na formação dos profissionais da comunicação.

Em tal cenário, o Governo Constitucional de Portugal apresentou no Programa do XXIII<sup>253</sup> que vai de 2020 a 2026, dentro da pauta sobre “Garantir o acesso dos cidadãos à comunicação social” dois pontos sobre a Literacia Mediática:

a) Criar um Plano Nacional para a Literacia Mediática, como forma de contrariar o défice no acesso, consulta e leitura de conteúdos informativos de imprensa, e promover o combate à desinformação e à divulgação de conteúdos falsos, junto da população, com especial enfoque na população em idade escolar; e

b) Garantir o funcionamento e financiamento adequado do serviço público de rádio e televisão no desenvolvimento da sua atividade, enquanto ferramenta e plataforma global de comunicação de referência, que ocupa um lugar insubstituível na sociedade portuguesa, assegurando a prestação de uma informação continuada, isenta, equilibrada e plural, e promovendo o desenvolvimento da literacia mediática, no quadro da revisão do contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão.

Em abril de 2023, em Lisboa, Pedro Adão e Silva, ministro da Cultura de Portugal, assegurou a entrada em vigor de um Plano Nacional para a Literacia

---

<sup>253</sup> Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/gc23/programa-do-governo-xviii/programa-do-governo-xviii-pdf.aspx?v=%C2%ABmlkvi%C2%BB=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec>. Acesso em: 02 jun. 2023.

Mediática ainda este ano. A iniciativa será integrada no já existente Plano Nacional de Leitura. Em declarações proferidas na antecâmara do VI Congresso Literacia, Media e Cidadania<sup>254</sup>, evento realizado pelo GILM, que trabalhou o tema “Transição Digital e Políticas Públicas” num momento em que a Literacia mediática assume o seu lugar como uma das literacias-chave à capacitação de todos os cidadãos, sem exceção, nas políticas que vêm sendo adotadas nacional e internacionalmente.

O ministro defendeu a importância renovada da literacia mediática. Ainda que esta não seja um tema “novo, a desinformação não é um mal que chegou nos últimos anos com as redes sociais e com o online” (MILObs, 2023, n. p.), atualmente tem:

Características distintivas do passado, que no essencial correspondem a um declínio das instituições de intermediação das nossas sociedades, a confiança nas instituições de intermediação, desde logo o papel da comunicação social e dos jornalistas, mas também das universidades [concluiu Pedro Adão e Silva] (MILObs, 2023, n. p.).

Entrevistamos a Adjunta do Gabinete do Ministério da Cultura, Maria João Taborda (2023), que traz informações sobre a aprovação das Linhas Orientadoras do Plano Nacional de Literacia Mediática (PNLM), que aconteceu em 17 de novembro de 2023.

Segundo Taborda (2023, n. p.), o PNLM aprovado no Conselho dos Ministros, e em 90 dias é o prazo para a apresentação do plano, “plano de atividades para 2024 devem ser apresentados aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da cultura e da educação, entrando em vigor a partir desse período”, esclarece. A gestora ainda destacou a formação de um conselho consultivo para acompanhamento das ações, assim como a integração de membros do Governo responsáveis pela área de cultura e educação e especialistas no setor dos media e LM. As orientações definem que:

A literacia mediática é, hoje, um alicerce estrutural no cumprimento das tarefas fundamentais do Estado consagradas na Constituição, designadamente a defesa da democracia política, o incentivo à participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais, a promoção do bem-estar, da qualidade de vida do povo e da igualdade entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais e a proteção e valorização do património cultural do povo português. A literacia mediática deve, assim, ser entendida como um conceito amplo e dinâmico, abrangendo um conjunto alargado de competências nos domínios da leitura e da utilização de tecnologias digitais,

---

<sup>254</sup> Disponível em: <https://congressolmc.gilm.pt/apresentacao/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

e de valores cívicos, que sirvam de base a sentimentos positivos de vínculo à comunidade e de confiança nas instituições (Portugal, 2023, n. p.).

Um ponto que se destaca é o documento se colocar como agente para a promoção da literacia a partir da meta dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 (ODS), com a qual Portugal se apresenta totalmente alinhado e comprometido. Em particular, com a meta 4.6 do ODS 4, referente a Educação de qualidade (Rivas, 2021).

Assim: No artigo 199º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 - Determinar a elaboração do Plano Nacional para a Literacia Mediática (PNLM), de acordo com as seguintes linhas orientadoras:

- a) Criar um vasto compromisso social em torno da promoção da literacia mediática, fomentando o desenvolvimento descentralizado de iniciativas e a cooperação entre atores relevantes neste domínio;
- b) Potenciar a integração eficaz da literacia mediática nos currículos escolares em todos os níveis e ciclos de ensino, bem como a agregação ou criação de programas e recursos educativos em contextos de educação não-formal e informal ao longo da vida;
- c) Reforçar o envolvimento da comunidade educativa na promoção da literacia mediática, nomeadamente através de programas de formação dirigidos ao pessoal docente e não docente dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;
- d) Incentivar as iniciativas dirigidas aos segmentos da população com menores índices de literacia mediática;
- e) Fortalecer a confiança dos cidadãos na comunicação social, nomeadamente através de iniciativas que privilegiem o contacto direto com órgãos de comunicação social e respetivos profissionais;
- f) Valorizar iniciativas de literacia mediática com uma orientação prática, de proximidade e participativa;
- g) Fomentar a disponibilização de conteúdos em formatos acessíveis e adaptados a pessoas com necessidades específicas;
- h) Estabelecer boas práticas de literacia mediática nos diferentes setores da sociedade, com especial enfoque junto dos operadores do setor dos media;
- i) Promover a participação crítica e isenta de discurso de ódio nos diferentes fora públicos, em particular nos referentes ao panorama desportivo nacional, designadamente através de campanhas de sensibilização específicas (Portugal, 2023, n. p.).

Assim como destacamos também que:

A importância dos media não se esgota na sua dimensão informativa, mas alarga-se também a muitas outras dimensões da vida quotidiana. Assim, os media têm hoje um papel central, por exemplo, nas aprendizagens, nas práticas de lazer, na comunicação com as organizações do Estado, nas trocas comerciais e nas relações sociais da maioria das pessoas. Por isso, a criação de condições para garantir que os cidadãos tenham níveis de literacia mediática adequados é um elemento fundamental para a defesa da liberdade de expressão e informação, assim como para o seu exercício, mas está também intrinsecamente ligada ao cumprimento de tarefas fundamentais do Estado constitucionalmente consagradas (Portugal, 2023, n. p.).

O PNLM reitera o compromisso em potencializar a LM nos currículos escolares e em todos os níveis e ciclos do ensino, atuando assim para realizar ações voltados para uma educação não-formal e informal. Nesse ponto do ensino, é apresentado também formação para docentes e não docentes, contemplando assim os agrupamentos (escolas) assim como escolas não agrupadas. Também foi pontuado a realização de programas para o fortalecimento da confiança dos cidadãos na comunicação.

Essa questão de mobilizar ações para melhorar a relação de confiabilidade é um ponto estratégico para a LM, e como já apontamos ao longo da pesquisa, o índice português sobre confiabilidade é bom, mas é importante criar condições de ampliar, inclusive em intervenções diretas no sistema público de comunicação social, a RTP, para que a audiência seja na TV, rádio e toda rede de canais possa se beneficiar num alcance maior público numa programação educativa. Outro destaque cabe para enfatizar que a elaboração e implementação acontecerá por meio PNLM, competindo assim a comissão interministerial, como revela o documento:

“Estabelecer que a elaboração e implementação do PNLM compete à comissão interministerial criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017, de 31 de março, que aprova as linhas orientadoras para o Plano Nacional de Leitura 2027” (Portugal, 2017b, n. p.).

3 - Determinar que, no âmbito do PNLM, compete à comissão interministerial:

a) Elaborar e submeter à aprovação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da cultura e da educação:

i) O plano estratégico do PNLM, de cinco em cinco anos, estruturado em programas e medidas;

ii) O plano anual de atividades;

iii) Os relatórios de execução anual dos planos referidos nas subalíneas anteriores, até 31 de março do ano seguinte àquele a que respeitam;

b) Cooperar com os responsáveis por outros planos e programas nacionais, para a articulação e criação de sinergias no desenvolvimento do PNLM;

c) Monitorizar e avaliar regularmente a execução dos programas e das medidas constantes do PNLM e dos respetivos planos de atividades, garantindo o cumprimento dos respetivos prazos;

d) Celebrar protocolos com entidades públicas ou privadas, designadamente para a constituição de parcerias e a obtenção de mecenato e patrocínios;

e) Solicitar aos departamentos governamentais, serviços e organismos envolvidos, toda a colaboração e informação necessária à prossecução dos objetivos do PNLM;

f) Promover a realização regular de avaliações externas ao PNLM, nomeadamente através de estudos académicos que incidam sobre o

impacto dos seus programas e medidas, garantindo, pelo menos, uma avaliação no final da vigência de cada plano estratégico;  
g) Incentivar a investigação científica e estudos atualizados sobre a literacia mediática em Portugal (Portugal, 2023, n. p.).

O trecho mostra elementos que demarcam um protagonismo por parte da atuação do Governo, é importante destacar a possibilidade de trazer ações de outros atores nacionais que já realizam ações da LM que consta no item b, assim como no item d, a afirmação da parceria entre entidades públicas e privadas. Nesses pontos temos um cenário que se assemelha ao proposto na Estratégica Brasileira para Educação Midiática, no entanto, o que já se têm consolidado a partir do ecossistema e redes que integram a construção e implementação pelo setor público parece nos trazer menores prejuízos diante de tal conjuntura. No caso do incentivo à pesquisa sobre LM é algo que qualifica muito o processo, tendo em vista que ainda é um tema pouco difundido na ciência de um modo geral. A consolidação de um conselho consultivo é fundamental para a garantia da participação social por diferentes atores, o ponto 6 estabelece que compete ao conselho consultivo de acompanhamento:

- a) Emitir parecer prévio sobre os planos a que se referem as subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º 3;
- b) Promover a articulação entre as medidas do plano estratégico do PNLM e as atividades desenvolvidas por cada um dos organismos ou entidades representadas;
- c) Potenciar sinergias através do desenvolvimento de ações integradas;
- d) Cooperar com a comissão interministerial do PNLM, garantindo a disponibilização de informação relevante e o desenvolvimento concertado de estratégias;
- e) Monitorizar a implementação do plano estratégico do PNLM, contribuindo para:
  - i) A realização do balanço das atividades desenvolvidas e para a análise dos principais obstáculos e desafios;
  - ii) A definição da estratégia de ação e dos parceiros a envolver [...] (Portugal, 2023, n. p.).

O que identificamos como ecossistema para LM em Portugal é a mobilização de distintos segmentos da sociedade num processo de cooperação com elementos que permeiam um ambiente com mais criticidade, historicamente alimentado por políticas públicas em setores que se entrecruzam pelo um ponto em comum que a LM na sociedade. As instituições que seguem no fluxograma apresentado na Figura 66, se colocam como atores principais nesse projeto português, unir educação, cultura, agência reguladora de comunicação social, sistema público de comunicação, grupo informal de profissionais de diversas áreas (com estudos em LM),

observatórios das universidades e sindicatos, é um passo importante, principalmente na configuração social atual.

Figura 66 – Ecossistema para Literacia Mediática em Portugal



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A ideia de analisar Portugal como experiência de letramento para a educação e informação, parte até mesmo da terminologia, os projetos ao longo do tempo estão permeados por letramentos, a exemplo do trabalho dos Jornais Escolares a tanto tempo sendo feito e continua como uma prática consolidada.

O processo começou buscando letrar, a escolha por palavra x em detrimento da y é algo norteador em qualquer lugar do mundo, principalmente quando se trata de mídia e educação. Tudo é estratégico, e define a linha de atuação, quando Soares (2004) nos alertava sobre a importância de a alfabetização caminhar entrelaçada com o letramento, é por serem, a cada dia que se passa, determinantes na leitura de mundo. Portanto, uma política pública que se proponha a criticidade, não poderá emancipar sem partir desse alicerce.

São diversos fatores que dão ânimo ao projeto de Portugal, compreendemos quando no país reiteram a necessidade de melhorias e avanços. É compreensível também por taxas de desigualdade que alteram o ambiente do país de uns tempos para cá, como revela a pesquisa realizado pelo Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza (2022, n. p.), da EAPN. Dados do relatório trazem que Portugal “possui mais de dois milhões de pessoas em pobreza e exclusão social”, obtendo assim um aumento nos índices comparados a períodos anteriores, apontam os dados.

A Direção Geral de Educação também revela que a rede escolar possui quase 145 mil alunos estrangeiros em 2023, o que corresponde ao período letivo, inclusive com lista de espera em alguns distritos.

Segundo Suzana Tavares (2023, n. p.), responsável pelo setor de Educação para os Media, em entrevista concedida para a pesquisadora, “a necessidade de contemplar a diversidade cultural, do ensino de língua e tantos aspectos de cada imigrante, torna-se um desafio também na revisão e adaptação dos currículos para tais contextos”, declara. A Literacia Mediática é aliada no combate a essas questões, a emancipação do cidadão lhe dignifica, e se levarmos em questão pessoas que estão saindo do seu país de origem em decorrência da guerra, por questões econômicas e de golpes políticos, a LM será então um tema fundamental na formação de crianças, jovens e adultos.

A experiência portuguesa sobre a Literacia Mediática avança em passos consolidados, e um dos fatores significativos identificados nas entrevistas e análises documentais é a participação de diversos atores sociais no debate e implementação de ações.

Ter o resgate histórico do trabalho de Freinet com os Jornais Escolares, que desde 1927 ressaltavam a importância da imprensa na escola, e em 2024 ser o principal projeto articulador do tema na rede de ensino, mostra o quão fundamental é o tema e estruturá-lo tendo o currículo como aliado. Assim como o trabalho das Bibliotecas Escolares que estruturam a informação em diálogo com a memória do analógico ao digital. Estes tornam-se exemplos que resultam de modo diferenciado na formação de professores e nas boas práticas dos estudantes.

A LM na educação portuguesa se fortifica com a chegada do Plano Nacional de Literacia Mediática, sendo mais um instrumento político para incorporar a urgência de se assegurar a integralidade da informação. O ecossistema para LM, com instituições que reúnem representantes da pesquisa, educação, informação, tendo o setor público como protagonista no sentido de mobilização e autonomia no processo é algo a se reconhecer e destacar.

E como nos lembrava Fernando Pessoa, “Oxalá que a sociedade perceba que deve existir um equilíbrio na aceitação da tecnologia e que as relações pessoais diretas não emburreçam a ponto de desumanizarem-se” (Saramago, 1999, n. p.).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possui o objetivo geral de investigar a implementação de políticas educacionais e formação de professores sobre o midiático e informacional na educação no Brasil e em Portugal. Dentro dos escopos específicos, temos as ações formativas relacionadas ao MI, assim como os processos com os professores que levam para a possível implementação de políticas educacionais de MI e, por fim, analisamos os documentos normativos dos dois países acerca das políticas educacionais propostas para a MI. Compreendemos assim, que os objetivos foram alcançados, diante das análises apresentadas durante o percurso da pesquisa.

Neste prisma, tentar mensurar resultados de realidades distintas, no entanto, no caso aqui estudado, podemos destacar que o Brasil precisa mobilizar uma agenda nacional que compreenda as reais conjunturas entre os três pilares: Educação, comunicação e informação, para assim formular um plano nacional que possa representar os contextos locais e nacionais.

É uma questão política e o termômetro para aferir é o território, ou seja, o contexto em que as pessoas estão inseridas. E assim decidir em ter regulação ou concentração de mídia, em política pública ou modelo de negócio. Na América Latina, no Brasil, os impactos dos atores internacionais acabam por ser agentes determinantes; na Europa, em Portugal, é uma influência. E as desigualdades em maior a menor proporção vão delimitar o tempo dos acontecimentos.

A pesquisa tenta apresentar ao menos dois recortes de realidade, Brasil e Portugal, sobre o tripé da educação, comunicação e informação, na formalização dos currículos para o ensino. O papel da comunicação e informação no processo da educação é um fator decisivo para a sustentabilidade da democracia. A necessidade do ensino para comunicação e informação por letramentos e alfabetização é algo que urge e precisa ser socialmente produzido, muitas vezes, materializado num currículo, diante das inúmeras demandas sociais e políticas exigidas.

A EBEM carece de incorporar criticamente o que já foi feito anteriormente, principalmente no que condiz sobre as contribuições da academia e da sociedade civil organizada a respeito do midiático e informacional desde a época das ações com as “mídias na educação”, na cultura digital. Reconhecer e mobilizar no sentido de memória, aproveitando uma rede valiosa que já articulava e demonstrava

resultados significativos para a sociedade, numa perspectiva crítica e de letramentos. Ao longo desta tese alguns trabalhos são citados para compreendermos melhor as contribuições que antecedem o atual debate sobre a educação midiática e, de como, as escolhas das nomenclaturas e projetos sinalizam conjunturas neoliberais que expõem interesses comerciais analisados ao longo da pesquisa. No entanto, é crucial rever o projeto atual, para que o MI representativo possa ser incorporado pelos agentes que estão construindo o debate.

E, mobilizar pelo viés da economia política, tão definido pelas Edtechs, e cobrar do campo político outras posturas para que a educação busque soberania para assim transformarmos o panorama.

A educação que pode ser favorável ao ensino vai depender do currículo ou de quem definir ele. A comunicação pode ser um instrumento ideal para o conhecimento, mas vai depender do veículo, do dono dele. A informação pode ser um espaço de liberdade e inclusão, mas vai depender do modelo de negócio, de quem a financia.

Tendo em vista que a educação no Brasil ainda busca, ou pelo menos afirma ter como meta, mobilizar uma prática emancipatória e democrática, é urgente um direcionamento diferente para adoção de uma política que não sofra uma intervenção da do setor comercial e privado de maneira tão contundente como vem acontecendo. Tendo em vista que a discussão realizada se configura como uma pauta permanente e necessária, bem como reconhecendo as mobilizações feitas pelos educadores, que perseveram para alcançar a sua mais esperada audiência: os estudantes, compreende-se como necessário esse tipo de análise.

Um último evento importante de se mencionar, foi a realização de 28 a 30 de janeiro da Conferência Nacional de Educação (CONAE)<sup>255</sup>, edição 2024, em Brasília. O encontro é uma agenda essencial para a sociedade civil, com apresentação do documento final que aprova o fim do Novo Ensino Médio (NEM) e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), além da renovação e ampliação de metas do antigo Plano Nacional de educação (PNE). É um passo fundamental para garantir que a BNCC, documento norteador na pesquisa aqui apresentada, que o mesmo será substituído por um novo projeto curricular a ser construído. Junto com a

---

<sup>255</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BNCC, a Base Nacional Comum Formação (BNCC-Formação), também será apresentada uma nova proposta.

O investimento de 10% do PIB em educação, assim como a implantação efetiva do custo aluno qualidade, patamar mínimo a ser investido considerando critérios de qualidade de ensino e não o orçamento disponível. O texto serve de base para a formulação do Plano Nacional de Educação (PNE), e vai depender da aprovação Congresso para ser implementado. Os educadores e representantes de setores da educação que estiveram presentes e mobilizam a pauta aprovada também deixaram um recado para o setor privado, o coordenador Campanha Nacional pelo Direito à Educação e professor da Universidade de São Paulo (USP), Daniel Cara, que estava presente relatou<sup>256</sup>: A Conferência Nacional de Educação (#Conae2024) começou com ameaças da extrema direita e terminou com o “Fora Lemann”.

A extrema direita participou, foi respeitada democraticamente, e perdeu. As fundações empresariais sequer participaram: optam pelos acordos de cúpula e pelo acesso privilegiado, sendo recebidas constantemente no gabinete do Ministro para definirem políticas, em vez de enfrentarem o debate público. É isso que explica o “Fora Lemann”. Um recado muito mais representativo do que parece e o que as duas palavras aparentemente dizem. Agora a Conae, conforme seu regimento emendado e aprovado, tem efeito vinculante. Ou seja, o MEC terá que segui-la.

A condução precisa garantir a pluralidade de vozes do país, com representatividade, a construção de políticas com pautas coletivas de inclusão e igualdade onde os protagonistas sejam os reais trabalhadores pela educação. Assim como a articulação por políticas públicas que possibilitem o financiamento adequado para a MI e a produção de jornalismo independente no país, garantiria maior autonomia no processo para democracia na comunicação e, por consequência, em projetos que mobilizem a pauta do letramento crítico sobre a mídia e a informação.

Ao longo do estudo compreendemos que o fator econômico é determinante na definição dos caminhos e no modo como vai chegar até o público.

Para garantir que um modelo pedagógico inclusivo chegue até a população num fluxo participativo e para a cidadania é fundamental garantir por lei um processo autônomo perante as instituições governamentais.

---

<sup>256</sup> Disponível em: <https://twitter.com/DanielCara/status/1752668092071629291>. Acesso em: 15 fev. 2024.

As interferências datadas ao longo da pesquisa revelam como quem paga a conta é um agente crucial para alterar todo o processo e, principalmente, no interesse para o que vai chegar na população por tal condução em larga escala, com impactos de controle social.

Paulo Freire, o autor que utilizamos no início do texto, nos alerta sobre os cenários, os planos, o que está por trás deles, a agenda, o interesse e o silenciamento, é preciso aprender a ler tudo isso.

Um dos contributos desta tese é enfatizar a necessidade de ter termos um letramento crítico acerca dos temas da economia política da educação.

Os profissionais da educação precisam compreender com mais profundidade a conjuntura econômica e as políticas educacionais na perspectiva das interferências estabelecidas no processo histórico de internacionalização dos modelos de negócios na educação.

Os eventos e agendas ao longo das análises da pesquisa revelam as escolhas e fluxos atuais aonde é necessário ter atenção, para mobilizarmos o campo político na educação e ponderar o papel fundamental dos conhecimentos midiáticos e das informações para todas as áreas do conhecimento.

O percurso feito pela pesquisa revela as disputas e mobilizações em diferentes territórios com uma explícita densidade pelo significativo valor do tema.

A necessidade de discussões que se iniciam em diagnósticos da matriz desses documentos, com investigações de suas implementações pedagógicas e reais condições de execuções deveria fazer parte de um debate amplo entre universidade, escola e sociedade civil para exigir dos governos, órgãos, enfim, dos setores responsáveis uma resposta adequada para o letramento escolar e para a formação de cidadãos/leitores críticos.

Consideramos que a Comunicação e a Educação e a Informação são áreas indissociáveis e que é preciso refletir sobre as condições de implementações de conteúdos que possuem grande relevância quando temos uma estrutura social que busca garantir a circulação de diferentes discursos, para o contraditório e permitir a expressão e participação dos cidadãos.

No ensaio “Sobre educação” (Freire, 2003), o autor discorre sobre a questão dos meios de comunicação aliados à escola, e a escola que precisa revolucionar-se para adaptar-se ao mundo tecnológico e criativo utilizando os meios, aprendendo com eles e ensinando a ser crítico em relação a eles.

Não coloca os meios como vilões em si mesmos, mas apenas como reflexo do progresso, da ciência e tecnologia, como ferramenta que deve ser inserida no processo de aprendizagem e conhecimento. Mas coloca o problema do poder que está por trás dos mesmos. Questão, portanto, política (Freire, 2003). “Política no sentido de opção por transformação da sociedade, e não de preservação tal como ela está” (Ribeiro, 2013, p. 86).

“40 horas de Angicos” é, certamente, um dos trabalhos pedagógicos que temos no mundo. Essencialmente político e econômico ele regata os sujeitos letrando para a emancipação, impulsionando para a cidadania, num exercício pleno de democracia. O território escolhido para o experimento pedagógico, que completou 60 anos, continua sendo um ambiente que oscila com significativos números de analfabetos, o nordeste brasileiro. E as definições para as mudanças persistem em serem políticas. Resgatar a história dessa experiência deveria ser a primeira aula para cada professor em formação no Brasil.

Nesse sentido, as “40 horas” de Paulo Freire é o nosso projeto para letramento de mundo que retrata o brasileiro em sua essência, oportuniza aos colorizados perceber-se povo. E continua sinalizando caminhos, possibilidades, principalmente que nos deparamos os usos das tecnologias protagonizando políticas educacionais neoliberais que fomentam desigualdades.

A democracia da escola passa por dar importância aos sujeitos, e isso perpassa ter um instrumento político como o currículo nacional fundamentado em disciplinas que representem os sujeitos, a realidade de mercado e oportunidades, suas regiões e contextos locais. A democracia do amanhã é com o povo que se vê, escuta e se impulsiona com a sua identidade. As palavras geradoras são cultura. A da sobrevivência que desconfia, desacredita, distancia, é a que herdamos como colonizados.

É preciso revelar o que temos de profundo no raso, educadores em liberdade, compartilhando os saberes do povo. E o currículo nacional é o instrumento político que poderá verter todo o processo para a emancipação. É a o que poderá se multiplicar, disseminar diretrizes que nos unificará em diversidade. Desse modo poderemos visualizar redes impactantes de colaborações entre a comunicação e a informação, que também perpassam seus desafios no âmbito de regulamentação, legislação e representações sociais.

A valorização das pessoas precisa ser concretizada nas práticas pedagógicas, uma pedagogia pela vida, que deveria ser o currículo nacional, é freiriana.

A necessidade do conteúdo midiático e informacional, das notícias e seus produtos afins, como fonte de informação e formação, é algo socialmente produzido, muitas vezes, materializado num currículo.

Por vezes se encontrando diante das inúmeras demandas sociais e políticas exigidas. Tendo em vista que a discussão realizada se configura como uma pauta permanente e necessária, bem como reconhecendo as mobilizações feitas pelos educadores, que numa “rede de gambiarras” perseveraram para alcançar a sua mais esperada audiência: os estudantes, compreende-se como necessário esse tipo de análise.

Paulo Freire, nas 40 horas de Angicos, deveria ser para a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (EBEM), o que o projeto pedagógico “o Jornal Escolar” é para Portugal.

É preciso, portanto, problematizar normas, regras, métodos que, apesar de servirem como nortes para alguma profissão ou formação, podem significar limitações impostas quando indevida ou precariamente aplicadas, sobretudo quando a produção exige a combinação entre técnicas e tecnologias interativas que primam pelo respeito às demandas do público e o seu real “letramento de mundo”.

## REFERÊNCIAS

- ABUNDANCIA, R. **Por que os herdeiros do Vale do Silício, a meca tecnológica dos EUA, estudam longe do wi-fi.** El País - Tecnologia [online], 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/12/tecnologia/1468352196\\_911950.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/12/tecnologia/1468352196_911950.html). Acesso em: 12 fev. 2024.
- AFFONSO, J.; VALFRÉ, V. **Fundação Lemann defende parceria "de caráter estritamente técnico" entre MegaEdu e MEC.** Terra [online], 2023. Disponível em: [https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/fundacao-lemann-defende-parceria-de-carater-estritamente-tecnico-entre-megaedu-e-mec,0ba64f29cdc24c71830c71120775b3e7u8ef1tlb.html?utm\\_source=clipboard](https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/fundacao-lemann-defende-parceria-de-carater-estritamente-tecnico-entre-megaedu-e-mec,0ba64f29cdc24c71830c71120775b3e7u8ef1tlb.html?utm_source=clipboard). Acesso em: 12 fev. 2024.
- AFONSO, B. **Entrevista ERC** - Entidade Reguladora para a Comunicação Social [Concedida à pesquisadora], 2023.
- AGUADED, U. *et al.* **A. Currículo Alfamed de formação de professores em educação midiática.** Instituto Palavra Aberta [online], 2021. Disponível em: <https://www.palavraaberta.org.br/docs/2021-Curriculo-Alfamed-PT%20final.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- AGUADO, J. M.; CASTELLET, A. Periodismo móvil e información ubicua. *In:* AGUADO, J. M.; FEIJÓ, C.; MARTÍNEZ, J. (Orgs.). **La comunicación móvil: Hacia un nuevo ecosistema digital.** Barcelona: Gedisa, 2013.
- AHRENS, J. M. **Noam Chomsky: "As pessoas já não acreditam nos fatos".** El País [online], 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987\\_936609.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987_936609.html). Acesso em: 13 fev. 2024.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da Notícia.** Petrópolis: Vozes, 2009.
- ALVAREDO, F. L. *et al.* **World Inequality Report: (WIR) 2018.** Boston: Harvard University Press, 2018.
- ANDRELO, R.; BIGHETTI, W. V. F. Media literacy, memória e eleições: como jovens interpretam o apelo à memória na campanha presidencial de 2014. **Comunicação & Educação**, vol. 20, p. 27-33, 2015.
- ANSELMO, M. **O fim da TV INES durante o governo Bolsonaro: a emissora da comunidade surda.** IJNET - Rede de Jornalistas Internacionais: Diversidade e Inclusão [online], 2022. Disponível em: <https://ijnet.org/pt-br/story/o-fim-da-tv-ines-durante-o-governo-bolsonaro-emissora-da-comunidade-surda>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- ARANTES, J. T. **Estudo investiga o papel da 'Aliança para o Progresso' no Brasil durante o governo João Goulart.** Agência FAPESP [online], 2023. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/estudo-investiga-o-papel-da-alianca-para-o-progresso-no-brasil-durante-o-governo-joao-goulart/42145>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ARBEX, T. **Bolsonaro muda comando da EBC e põe general na chefia da estatal de comunicação.** Folha de S. Paulo - Política [online], 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-muda-comando-da-ebc-e-poe-general-na-chefia-da-estatal-de-comunicacao.shtml>. Acesso em: 12 fev. 2024.

AVELAR, M. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. *In*: CÁSSIO, F. (Org.). **Educação e Barbárie**. São Paulo. Boitempo. 2020.  
AVELAR, Marina. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a Pesquisa em Política Educacional. **Education Policy Analysis Archives**, vol. 24, n. 24, 2016.

BAGO, Bence; RAND, David G.; PENNYCOOK, Gordon. Fake news, fast and slow: Deliberation reduces belief in false (but not true) news headlines. **Journal of Experimental Psychology: General**, vol. 49, n. 8, p. 1608–1613, 2020. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2020-00479-001>. Acesso em: 27 mar. 2021.

BALL, S. J.; OLMEDO, A. Global social capitalism: using enterprise to solve the problems of the world. **Citizenship, Social and Economics Education**, vol. 10, n. 2 & 3, 2011.

BARROS, A. **Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019.** Agência IBGE Notícias [online], 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-nao-tinham-acesso-em-2019>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BENETTI, Márcia; LAGO, Claudia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Brasil é o país com maior número de empreendimentos Fintech na América Latina, segundo levantamento do BID**. BID - Comunicado de Imprensa [online], 2017. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/brasil-e-o-pais-com-maior-numero-de-empreendimentos-fintech-na-america-latina-segundo>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BOLAÑO, César; MASTRINI, Guillermo; SIERRA, Francisco (Orgs.). **Economía política, comunicación y conocimiento**. Buenos Aires: La Crujía, 2005.

BORGHI, Raquel Fontes; BERTAGNA, Regiane Helena. **Que educação é pública? Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas brasileiras**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 97, n.2 47, p. 506-518, dez. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-66812016000300506&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000300506&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 jan. 2024.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** - Apresentação. Brasília, DF: MEC, 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** - Segunda Versão. Brasília, DF: MEC, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 11.362, de 1º de janeiro de 2023**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**. Brasília, DF: Secretaria de Comunicação Social, 2023a.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.182, de 15 de janeiro de 2024**. Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.351, de 15 de maio de 2022**. Institui o Programa Internet Brasil; e altera as Leis nº. 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), 5.768, de 20 de dezembro de 1971, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 13.424, de 28 de março de 2017, e 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF: Presidência da República, 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023**. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2023b.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Internet Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: Segunda Versão**. Brasília, DF: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=56621-bnccapresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-pdf&category\\_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=56621-bnccapresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-pdf&category_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 188, de 24 de março de 2010**. Altera o subitem 3.3 e o item 7 da Norma Complementar n. 01/2006 — Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Brasília, DF: MC, 2010.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRITO, E. **O que é GIF?** TechTudo [*online*], 2012. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2012/04/o-que-e-gif.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BUCKINGHAM, D. **O manifesto de educação da mídia**. Cambridge: Polity Press, 2019.

BUCKINGHAM, D.; GRAHAME, J.; SEFTON-GREEN, J. **Making media: practical production in media education**. London: English & Media Centre, 1995.

CALDERÓN, F. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CARTON, T. A Case Study of Cooperation between Teachers and EdTech Companies: Le Web Pédagogique. **International Association for Research on Textbooks and Educational Media**, vol. 11, n. 1, 2019.

CGI.BR. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **TIC Educação**: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras. São Paulo: CGI.BR, 2022.

CIEB. Centro e Inovação para a Educação Brasileira. **Relatório da ONU destaca a importância da conectividade e do uso de tecnologias digitais no aprendizado**. CIEB - Notícias Gerais [online], 2020. Disponível em: <https://cieb.net.br/relatorio-broadband/#:~:text=Notícias%20Gerais-,Relatório%20da%20ONU%20destaca%20a%20importância%20da%20conectividade%20e%20de%20tecnologias%20digitais%20no%20aprendizado&text=O%20fechament%20das%20escolas%20em%20massa%20do%20ensino%20remoto>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CONDE, E.; MENDINHOS, I.; CORREIA, P. **Aprender com a biblioteca escolar**. Lisboa: República Portuguesa, 2017.

CORREIA, M. **Desertos de notícias e as novas fronteiras do jornalismo no Nordeste**. Atlas da Notícia [online], 2023. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/v6/desertos-de-noticias-e-as-novas-fronteiras-do-jornalismo-no-nordeste/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.

COULDRY, Nick. **Why voice matters**. Culture and Politics after Neoliberalism. London: Sage, 2010.

COUTO, M. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016.

CUSUMANO, M. A. Technology strategy and management: is Google alphabet a good a bet? **Communications of the ACM**, vol. 60, n. 1, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

DEBIAN. **O que é GNU/Linux**. Debian [online], 2024. Disponível em: <https://www.debian.org/releases/stable/s390x/ch01s02.pt.html>. Acesso em: 13 fev. 2024.

DEMO, Pedro. **Saber pensar**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DTI; EAVI. **Testing and Refining Criteria to Assess Media Literacy Levels in Europe Final Report**. EAVI [online], 2011. Disponível em: [http://www.eavi.eu/joomla/images/stories/Publications/study\\_testing\\_and\\_refining\\_ml\\_levels\\_in\\_europe.pdf](http://www.eavi.eu/joomla/images/stories/Publications/study_testing_and_refining_ml_levels_in_europe.pdf). Acesso em: 14 fev. 2024.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DURÃES, M. **PL das fake news**: Governo fala em 'ublicidade cifrada' e aciona o google. UOL - Política [*online*], 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/05/02/dino-plataformas-digitais-senacom.htm>. Acesso em: 13 fev. 2024.

EDUCAMIDIA. **Encontro Internacional de Educação Midiática** (íntegra do evento com tradução simultânea). YouTube, 02 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1NfB4yQCLPw>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ERC. Entidade Reguladora para a Comunicação Social. **1º Relatório ao abrigo do n.º 2 do artigo 33ºA da Diretiva (UE) dos Serviços de Comunicação Social Audiovisual**. ERC [*online*], 2023. Disponível em: <https://www.erc.pt/download.php?fd=13092&l=pt&key=dd5cd9a3436e416d786e79a946653f2a>. Acesso em: 12 fev. 2024.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso, mudança e hegemonia. *In*: PEDRO, Emília R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sócio-política e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

FANTIN, M. Mídia-educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. **Olhar de professor**, vol. 14, n. 1, 2011.

FANTIN, M. Os cenários culturais e as multiliteracies na escola. **Comunicação e Sociedade**, vol. 13, p. 69-85, 2008.

FANTIN, M.; RIVOLTELLA, P. C. Interfaces da docência (des)conectada: usos das mídias e consumos culturais de professores. Reunião Anual da ANPED, 33, Caxambu, 2010. *In*: **Anais da [...]**, Caxambu, 2010.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. **Especialistas defendem financiamento público do jornalismo e regulação de plataformas digitais**. Fenaj [*online*], 2023. Disponível em: <https://fenaj.org.br/especialistas-defendem-financiamento-publico-do-jornalismo-e-regulacao-de-plataformas-digitais/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FERRARI, Terezinha. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo: Outras Experiências, 2012.

FIGO, Anderson; LEWGOY, Júlia. **O guia essencial das Fintechs**. São Paulo: Abril, 2019.

FIGUEIREDO, A. **Entrevista ERC** - Entidade Reguladora para a Comunicação Social [Concedida à pesquisadora], 2023.

FILIPE, M. J. **Entrevista Rede de Bibliotecas Escolares** [Concedido à pesquisadora], 2023.

FNDC. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. **Governo favorece concentração midiática ao sancionar PL 7/2023** (Lei 14.812/24). FNDC [*online*],

2024. Disponível em: <https://fndc.org.br/governo-favorece-concentracao-midiatica-ao-sancionar-pl-7-2023/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

FREINET, Célestin. **O Jornal Escolar**. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Educar com a mídia**: novos diálogos sobre educação. Paz e Terra: São Paulo, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educar com a mídia**. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular.2018.

Galeano, E. A caminho de uma sociedade da incomunicação? *In*: MORAES, D. (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

GASQUE, K. C. G. D.; TESCAROLO, R. Desafios para implementar o letramento informacional na educação básica. **Educação em Revista**, vol. 26, n. 1, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GÓMEZ, R. G. **Redes sociais: quando compartilhar é humilhar**. El País - Cultura [online], 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/14/cultura/1560533971\\_274766.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/14/cultura/1560533971_274766.html). Acesso em: 12 fev. 2024.

GOOGLE. **Fundo de Equipade para o Jornalismo**. Google News Initiative [online], 2024. Disponível em: <https://newsinitiative.withgoogle.com/pt-br/news-equity-fund/#introduction>. Acesso em: 13 fev. 2024.

GOVERNO da Paraíba. **Currículos por competências e habilidades**: caminhos para a integração entre a formação básica e a educação profissional e técnica. João Pessoa: Governo do Estado, 2020.

GRUPO Interinstitucional de Conectividade na Educação. **Nota Técnica**: Qual a velocidade de internet ideal para minha escola? São Paulo: GICE, 2022.

GUARESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação**: pela democratização da mídia. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUIZZO, Érico Marui. **Internet**: o que é, o que oferece, como conectar-se. São Paulo: Ática, 1999.

HARGITTAI, E.; HINNANT, A. Digital Inequality. Differences in young adults' use of the Internet. **Communication Research**, vol. 35, n. 5, 2008.

HARTAI, L. **Report on formal media education in europe**. EAVI [online], 2014. Disponível em: <https://eavi.eu/wpcontent/uploads/2017/02/Media-Education-in-European-Schools-2.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola. 2008.

HERMIDA, A. **Financiamento do Google a jornais é pouco para evitar regulamentação**. Poder 360 [online], 2023. Disponível em: <https://www.canva.com/design/DAELE2xi2e0/1M41ICm3C6wXfO45avtVXA/edit>. Acesso em: 13 fev. 2024.

HOBBS, Renee. **Digital and Media Literacy**: a plan of action. Aspen Institute [online], 2010. Disponível em: [assets.aspeninstitute.org/content/uploads/2010/11/Digital\\_and\\_Media\\_Literacy.pdf](https://assets.aspeninstitute.org/content/uploads/2010/11/Digital_and_Media_Literacy.pdf). Acesso em: 15 fev. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Educação 2022**. IBGE [online], 2022. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf). Acesso em: 13 fev. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **PISA**: Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Brasília, DF: Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, 2023.

INFORMATIVO Intervezes. **Concessões de Rádio e TV**: Onde a democracia ainda não chegou. Informativo [online], 2007. Disponível em: <https://www.intervezes.org.br/arquivos/interrev001crtodnc.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

INGLEHART, Ronalde; WELZEL, Cristian. **Modernização, mudança cultural e democracia**. São Paulo: Francis, 2009.

INTERVOZES. **Desinformação**: crise política e saídas democráticas para as fake news. São Paulo: Veneta, 2020.

INTERVOZES. **Monopólios digitais: concentração e diversidade na internet**. São Paulo: Intervezes, 2018.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2006.

JERÓNIMO, P.; RAMOS, G.; TORRE, L. **Desertos de notícias Europa 2022**: relatório de Portugal. Lisboa: LABCOM, 2022.

KELLNER, D.; SHARE, J. Critical Media Literacy: crucial policy choices for a twenty-first century democracy. **Policy Futures in Education**, vol. 5, n. 1, 2007.

KELLNER, D.; SHARE, J. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 687-715, 2008.

KELLNER, Douglas. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. *In*: SILVA, Tadeu Tomaz (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

LANDRY, N.; BASQUE, J. **A educação para as mídias**: contribuições, práticas e perspectivas de pesquisa em ciências da comunicação. Ville du Québec: Conseil de Presse du Québec, 2018.

LEMOS, A. Lixo ou luxo na cibercultura? origens e atualidades da Cultural "Digital Trash". *In*: PEREIRA, V. A. (Org.). **Cultura Digital Trash**: Linguagens, comportamentos e desafios. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

LÉVY, P. **A ideografia dinâmica**. São Paulo. Edições Loyola, 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Venício A. **As confusões sobre a propriedade cruzada**. SMABC [*online*], 2011. Disponível em: <https://smabc.org.br/venicio-a-de-lima-as-confusoes-sobre-a-propriedade-cruzada/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LIMA, Venício Arthur de. **Regulação das comunicações**: História, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

LIPPOLD, W.; FAUSTINO, D. Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, vol. 14, n. 2, 2022.

LLOYD, A. Recasting information literacy as sociocultural practice: implications for library and information science researchers. **Information Research**, vol. 12, n. 4, 2007.

LLOYD, A.; WILLIAMSON, K. Towards an understanding of information literacy in context Implications for research. **Journal of Librarianship and Information Science**, vol. 40, n. 1, 2008.

LOPES, P. Educação para os Media nas Sociedades Multimediáticas. **CIES-IUL**, vol. 108, p. 1-30, 2011.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964)**: ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

LYRA, Carlos. **As Quarenta Horas de Angicos**: Uma Experiência Pioneira de Educação. São Paulo: Cortez, 1996, 196 p.

MARRES, N. The redistribution of methods: on intervention in digital social research, broadly conceived. **The sociological review**, vol. 60, p. 139-165. 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MARTINO, Luiz Claudio. **Escritos sobre Epistemologia da Comunicação**. Porto Alegre: Sulina. 2017.

MASSAROLO, João C.; MESQUITA, Dario. **Narrativa transmídia e a Educação: panorama e perspectivas - Novas mídias e ensino superior**. Ensino Superior Unicamp, [online], 2013. Disponível: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/narrativa-transmidia-e-a-educacao-panorama-e-perspectivas>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias de comunicação**. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

MEGAEDU. **Nota de esclarecimento**. MegaEdu [online], 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/09/Nota-MEgaEdu-25-set-2023.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

MELLO, P. C. **O lobby de Bolsonaro, Google e Facebook contra o PL das fake news**. Desinformante [online], 2022. Disponível em: <https://desinformante.com.br/o-lobby-de-bolsonaro-google-e-facebook-contra-o-pl-das-fake-news>. Acesso em: 13 fev. 2024.

MELO, P. A necessária centralidade da questão étnico-racial nas Políticas Públicas para as Comunicações: propostas para o caso brasileiro. **Mídia e Cotidiano**, vol. 17, n. 1, p. 98-111, 2022.

MELO, P. V. **Entrevista FCSH - Departamento de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa** [Concedida à pesquisadora], 2023.

MILOBS. **Plano Nacional para a Literacia Mediática previsto para 2023**. MILObs [online], 2023. Disponível em: <https://milobs.pt/plano-nacional-de-literacia-mediatica-portugues-previsto-para-2023/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MOORE, H. E. *et al.* Mental health emergencies and COVID-19: The impact of “lockdown” in the East Midlands of the UK. **BJPsych Open**, vol. 7, n. 4, 2021.

MORAN, J. M. **Novas tecnologia e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2000.

NAZAR, S. **Brasileiros passam em média 56% do dia em frente às telas de smartphones e computadores**. Jornal da USP - Atualidades [online], 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/brasileiros-passam-em-media-56-do-dia-em-frente-as-telas-de-smartfones-computadores/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

NERY, C. **Em 2022, streaming estava presente em 43,4% dos domicílios com TV**. Agência IBGE - Estatísticas Sociais [online], 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38306-em-2022-streaming-estava-presente-em-43-4-dos-domicilios-com-tv#:~:text=País%20tem%2071%2C5%20milhões,89%2C9%25%20em%202022.>  
Acesso em: 12 fev. 2024.

NEWMAN, N. *et al.* **Reuters Institute Digital News Report 2023**. London: Oxford University, 2023. Disponível em:  
[https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2023-06/Digital\\_News\\_Report\\_2023.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2023-06/Digital_News_Report_2023.pdf). Acesso em: 15 fev. 2024.

NOELLE-NEUMANN, E. **A espiral do silêncio**: opinião pública - nosso tecido social. Rio de Janeiro: Estudos Nacionais, 2019.

O'REILLY, T. **Web 2.0**: Compact Definition. O'Reilly Radar (blog), 1st October 2005. O'Reilly Media Inc, 2005. Disponível em:  
[http://radar.oreilly.com/archives/2005/10/web\\_20\\_compact\\_definition.html](http://radar.oreilly.com/archives/2005/10/web_20_compact_definition.html). Acesso em: 17 jan. 2024.

OBSERVATÓRIO Nacional luta contra a pobreza. **Pobreza e Exclusão Social em Portugal** - Relatório 2022. Outubro, 2022. Disponível em: <https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2022/10/Pobreza-e-Exclusao-Social-em-Portugal-2022-REAPN05.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Teachers for the 21st century: Using evaluation to improve teaching**. Paris: OCDE, 2013.

OECD. **Pisa**: Programme for International Student Assessment [What is Pisa]. OECD [online], 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

OLIVEIRA, E. **Programa de educação midiática ganha aporte de R\$ 5 milhões para ensinar a navegar na internet e identificar informações falsas**. G1 Educação [online], 2021. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/09/programa-de-educacao-midiatica-ganha-aporte-de-r-5-milhoes-para-ensinar-a-navegar-na-internet-e-identificar-informacoes-falsas.ghtml>. Acesso em: 14 fev. 2024.

OLIVEIRA, H. S. EJA Educação Midiática: Direito à Informação e à Comunicação. *In*: OLIVEIRA, H. S. (Org.). **Lendo Mundo, Lendo Palavras**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento**: Nosso futuro comum. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: [www.unicef.org](http://www.unicef.org). Acesso em: 13 fev. 2024.

ORWELL, G. **A Revolução dos Bichos**. São Paulo: Zahar, 2010.

OSIS. Open Society Institute Sofia. **Finland Tops the New Media Literacy Index 2023, Countries Close to the War in Ukraine Remain Among the Most Vulnerable to Disinformation**. OSIS [online], 2023. Disponível em: <https://osis.bg/?p=4450&lang=en>. Acesso em: 12 fev. 2023.

OTT, B. L.; MACK, R. L. Introducing critical media studies. *In*: OTT, B. L.; MACK, R. L. (Org.). **Critical Media Studies: An Introduction**. London: Wiley-Blackwell, 2014.

PAULA, Alessandra Valériade. **BNCC e os currículos subnacionais**: prescrições indutoras das políticas educacionais e curriculares. 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PEREIRA, S. (Org.). **Declaração de Braga**: Literacia dos media. Congresso Nacional Literacia, Media e Cidadania. Braga, 2011. Disponível em: [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/45334/1/CECS\\_%5b2011%5d\\_atas-lcongresso-literacia-UM.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/45334/1/CECS_%5b2011%5d_atas-lcongresso-literacia-UM.pdf). Acesso em: 14 fev. 2024.

PEREIRA, S.; PINTO, M.; MADUREIRA, E. J. **Referencial de Educação para os Media**. Lisboa: República Portuguesa - Educação, 2023.

PEREIRA, S.; PINTO, M.; MOURA, P. **Níveis de Literacia Mediática**: Estudo Exploratório com Jovens do 12º ano. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade: Universidade do Minho, 2015

PEREIRA, S.; TOSCANO, M. **Literacia Mediática nas Bibliotecas Escolares**. MILObs – Observatório de Media, Informação e Literacia, 2021.

PERUZZO, C. M. K. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, vol. XXIII, 3, pp. 161-190, 2016.

PINHEIRO, C. **Modelos de competências de literacia mediática e formas de medição do desempenho dos indivíduos**. Lisboa: NIP-C@M, 2022.

PINTO, F. **16% da população mundial têm alguma deficiência**. Fiocruz Brasília [online], 2023. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/16-da-populacao-mundial-tem-alguma-deficiencia/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PINTO, M. *et al.* **Educação para os Media em Portugal**: experiências, actores e contextos. Braga: CECS/UMinho, 2011.

PITTA, I. **PL das Fake News cria sistema “similar ao de regimes antidemocráticos”, diz Meta**. CNN Brasil [online], 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pl-das-fake-news-cria-sistema-similar-ao-de-regimes-antidemocraticos-diz-meta/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. PNUD [online], 2019. Disponível em:

<https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

POCHMANN, M. **Mudança de época**. SESC São Paulo [online], 2022. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/mudanca-de-epoca/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PORTUGAL, A. **Entrevista Intervezes** [Concedida à pesquisadora], 2024.

PORTUGAL. **ERC** - Entidade Reguladora para a Comunicação Social [Assembleia da República - Lei nº 74/2000], 2020. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2020/11/22600/0000400034.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

PORTUGAL. **Lei nº 74/2020, de 19 de novembro**. Lisboa: Assembleia da República, 2020.

PORTUGAL. **Plano Tecnológico**: uma estratégia de crescimento com base no conhecimento, tecnologia e inovação. Lisboa: Governo de Portugal, 2006.

PORTUGAL. **Referencial de Educação para os Media para a Educação Pré-escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário**. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2014.

PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros 137/2007**. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 2007b.

PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros n. 142/2023**. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 2023.

PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007**. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 2007a.

PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros nº 48-D/2017**. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 2017b.

POSETTI, J.; BONTCHEVA, K. **Desinfodemia**: Descifrando la información sobre el Covid-19. UNESCO. 2020.

PRETTO, Nelson; BONILLA, Maria Helena; SENA, Ivânia. **Educação em tempos de pandemia**: reflexões sobre as implicações do isolamento físico imposto pela COVID-19. Salvador: Edição do Autor, 2020.

PRIMO, A. **Interação mediada por computador**: comunicação, cibercultura, cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

RAMONET, Ignacio. **O quinto poder**. Le Monde - Diplomatie Brasil [online], 2003. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-quinto-poder/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

REIA-BAPTISTA, V. **Media literacy and Media Appropriations by Youth**. Lisboa: EuroMeduc, 2009.

RIBEIRO, D. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIBEIRO, Fernanda Pereira. Paulo Freire na comunicação e os meios de “comunicados”. **Rizoma**, vol. 1, n. 2, p. 78-91, 2013.

RIVAS, A. **The Platformization of Education: A framework to Map the New Directions of Hybrid Education Systems**. UNESCO IBE, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377733/PDF/377733eng.pdf.multi>. Acesso em 16 ago. 2022.

RIVOLTELLA, P. C. M. **Media education: modelli, esperienze, profilo disciplinare**. Roma: Carocci, 2002.

RNP. **RNP participa de iniciativa para diagnóstico da conectividade na educação**. RNP [online], 2022. Disponível em: <https://www.rnp.br/noticias/rnp-participa-de-iniciativa-para-diagnostico-da-conectividade-na-educacao>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ROBERTSON, S. L. O que os professores precisam de saber sobre o movimento global de reforma da educação. In: LITTLE, G. (Ed.). **Reforma da educação global**. Construindo resistência e solidariedade. Croydon: Manifesto Press, 2015.

RODRIGUES, A. **Notificada, Google retira link para texto contra PL das Fake News**. Agência Brasil [online], 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/notificada-google-retira-link-para-texto-contra-pl-das-fake-news>. Acesso em: 13 fev. 2024.

RORIZ, Ernani Oliveira Martins. **A base nacional comum curricular e as influências neoliberais na sua construção**. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

ROSA, B. **Grupo Globo é o 17º maior conglomerado de mídia do mundo**. O Globo [online], 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/grupo-globo-o-17-maior-conglomerado-de-midia-do-mundo-16159426>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ROSA, L. O.; FERREIRA, V. S. A rede do movimento pela base e sua influência na Base Nacional Comum Curricular Brasileira. **Teoria e Prática da Educação**, vol. 21, n. 2, 2018.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. **Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas**. Cadernos IHU Ideias. São Leopoldo, ano 19, n. 314, p. 1-26, 2021. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/314cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 17 jun 2021.

SAHLBERG, P. Reforma educacional para aumentar a competitividade econômica. **Revista de Mudança Educacional**, vol. 4, 2005.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2002.

SARAMAGO, J. **Para que serve a comunicação?** Lisboa: Manière de Voir [Le Monde], 1999.

SAVAZONI, R.; COHN, S. (Orgs.). **Cultura Digital.br**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.

SCHARRER, E. Making a case for media literacy in the curriculum: Outcomes and assessment. **Journal of Adolescent & Adult Literacy**, vol. 46, n. 4, p. 354-358, 2022.

SHANDWICK, W. **TIC Kids Online Brasil 2023**: Crianças estão se conectando à Internet mais cedo no país. GCI.br [online], 2023. Disponível em: <https://www.cgi.br/noticia/releases/tic-kids-online-brasil-2023-criancas-estao-se-conectando-a-internet-mais-cedo-no-pais/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SHARE, J. **Media Literacy is Elemental**: Teaching Youth to Critically Read and Create Media. Nova York: Peter Lang, 2008.

SILVA, G. H. G.; POWELL, A. B. Microagressões no ensino superior nas vias da Educação Matemática. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, vol. 9, n. 3, 2016.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc, 2022

SOARES, I. O. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, vol. 19, n. 2, 2014.

SOARES, M. **Google quebra compromisso e lucra com desinformação climática**. Desinformante [online], 2023. Disponível em: <https://desinformante.com.br/google-desinformacao-climatica/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SOARES, Magda, **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Educação**: Diversidade, descolonização e redes. [S. l.]: UNIVESP, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XzllX98vuKw>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SOUSA, M. W. **Sujeito, o Lado Oculto do Receptor**. São Paulo, Brasiliense, 1995.  
SOUSA, Mauro Wilton. Recepção e comunicação: a busca do sujeito. *In*: SOUSA, M. W. (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SOUZA, R. R.; ALVARENGA, L. A web semântica e suas contribuições para a ciência da informação. **Ciência da Informação**, vol. 33, n. 1, 2004.

SOUZA, T. **Brasil é destaque latino-americano em tecnologia educacional**: país detém maior parcela de investimento em edtechs na América Latina em 10 anos. *Correio Braziliense* [online], 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2022/07/5021852-brasil-e-destaque-latino-americano-em-tecnologia-educacional.html>. Acesso em: 12 fev. 2024.

TABOARDA, M. J. **Entrevista Gabinete do Ministério da Cultura** [Concedida à pesquisadora], 2023.

TELECO. **Inteligência em Comunicações**: Dados operacionais e econômicos anuais do Grupo América Móvil no Brasil incluindo Receita, Margem EBITDA e EBIT. *Teleco* [online], 2023. Disponível em: [https://www.teleco.com.br/operadoras/amovilbrasil.asp#:~:text=A%20Am%C3%A9rica%20M%C3%B3vil%20%C3%A9%20a,a%20Embratel%20e%20a%20Net.&text=O%20Grupo%20concluiu%20no%20final,%C3%BAnica%20empresa%20\(Claro%20S.A.\)](https://www.teleco.com.br/operadoras/amovilbrasil.asp#:~:text=A%20Am%C3%A9rica%20M%C3%B3vil%20%C3%A9%20a,a%20Embratel%20e%20a%20Net.&text=O%20Grupo%20concluiu%20no%20final,%C3%BAnica%20empresa%20(Claro%20S.A.)). Acesso em :2 fev. 2024.

TOFFLER, A. **The third wave**. Boston: Bantam Books, 1980.

TOKARNIA, M. **Brasil investe menos em educação que países da OCDE**: estudo aponta queda na aplicação de recursos no setor em 2019 e 2020. *Agência Brasil* [online], 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-09/brasil-investe-menos-em-educacao-que-paises-da-ocde>. Acesso em: 13 fev. 2024.

TOMÉ, V. **Entrevista Associação Literacia para os Media e Jornalismo** [Concedida à pesquisadora, 2023.

TOYAMA, K. Technology as amplifier in international development. iConference, Seattle, 2011. *In: Proceedings of [...]*, Seattle, 2011.

TV GGN. **O MEC virou cercadinho da fundação Lemann** | TVGGN 20 horas | (19/12/23). YouTube, 19 de dezembro de 2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_CoTsiB3mGk](https://www.youtube.com/watch?v=_CoTsiB3mGk). Acesso em: 12 fev. 2024.

UNESCO. **Global Media and Information Literacy Assessment Framework**: Country Readiness and Competencies. Brasília: Rio de Janeiro: Cetic.br/Nic.br, 2016.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação, 2020, América Latina e Caribe**: Inclusão e educação: todos sem exceção, principais mensagens e recomendações. UNESCO: GEMRT, 2020.

VAN DEURSEN, A. J. A. M.; VAN DIJK, J. A. G. M. The digital divide shifts to differences in usage. **New Media & Society**, vol. 16, n. 3, 2014.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WAAL, M. **The Platform Society**: Public Values in a Connective World. Oxford: OUP, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system**. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. New York: Academic Press, 1974.

WILSON, C. *et al.* **Media and information literacy curriculum for teachers**. UNESCO: Digital Library, 2011.

WILSON, Carolyn. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

XAVIER, G. **Ministro das Comunicações recontrata bolsonaristas demitidos no 1º dia de governo Lula**. Carta Capital [*online*], 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ministro-das-comunicacoes-recontrata-bolsonaristas-demitidos-no-1o-dia-de-governo-lula/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In*: BRUNO, Fernanda *et al.* **Tecnopolíticas da Vigilância**: perspectivas da margem. Boitempo, 2018.